

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

**JODIVAL MAURICIO DA COSTA**

**PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO  
AMAZÔNICO: EMPRESA, MEIO AMBIENTE E ESTRATÉGIAS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SUDESTE DO PARÁ**

**SÃO PAULO  
2013**

JODIVAL MAURICIO DA COSTA

PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO:  
EMPRESA, MEIO AMBIENTE E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL NO SUDESTE DO PARÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Ciência Ambiental (PROCAM) da  
Universidade de São Paulo para obtenção do  
título de Doutor em Ciência Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Neli Aparecida de  
Mello-Théry.

Versão Revista

SÃO PAULO  
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA? DESDE QUE CITADA A FONTE.

### FICHA CATALOGRÁFICA

Costa, Jodival Mauricio da.

Processos contemporâneos de organização do espaço amazônico: empresa, meio ambiente e estratégias de desenvolvimento sustentável no sudeste do Pará/ Jodival Mauricio da Costa; orientadora Neli Aparecida de Mello-Théry – São Paulo, 2013.

243 f. : II; 30cm.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental)  
– Universidade de São Paulo.

1. Política Ambiental das Empresa, Vale 2. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável 3. Municípios Verdes, Área para Recuperação Ambiental, Amazônia. .I.Titulo.

COSTA, Jodival Mauricio da.

Processos contemporâneos de organização do espaço amazônico: empresa, meio ambiente e estratégias de desenvolvimento sustentável no sudeste do Pará.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciência Ambiental.

Aprovado em: 28 de agosto de 2013.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi  
Julgamento: Aprovado

Instituição: PROCAM-USP

Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro  
Julgamento: Aprovado

Instituição: PROCAM – USP

Prof. Dr. Joaquim Shiraishi Neto  
Julgamento: Aprovado

Instituição: UFMA

Profa. Dra. Suely Ângelo Furlan  
Julgamento: Aprovado

Instituição: PROCAM-USP

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha  
Julgamento: Aprovado

Instituição: UFPA

À Nicolas Seth,  
Que cresceu e me ensinou as Palavras de Caio Fernando Abreu,  
pois passei a sentir lonjuras, sofrer de distâncias.

## Agradecimentos

Toda obra é resultado de um conjunto, não existe trabalho individual. Quando chegamos ao fim de uma jornada, diversas pessoas contribuíram para que o objetivo se realizasse, porque o caminho é permeado de encontros. Muitas pessoas, talvez das mais importantes, nem sejam citadas aqui, seja por escolha ou esquecimento, o que não significa que não estejam presentes. Os que não constarem nas linhas que seguem, mas sentirem que contribuíram de alguma forma, esse trabalho também é seu.

Começo pela minha orientadora – Neli Aparecida de Mello-Théry -, porque foi com ela que esse trabalho teve início. Escolhi-a para ser minha orientadora em 2007, enquanto eu conversava com a professora Vanda Ueda numa sala do Curso de Geografia na Universidade Federal do Rio do Sul, quando eu sequer a conhecia pessoalmente, embora soubesse do seu trabalho por ocasião da leitura de sua tese de doutorado sobre Políticas Territoriais e Ambientais na Amazônia. Agradeço por ter aceitado orientar o trabalho, que foi totalmente modificado depois da nossa primeira conversa em 2007, mas sempre por meio de proveitosos diálogos. Melhorei muito como pesquisador não apenas pelo doutorado, mas pela oportunidade de compartilhar disciplinas, conversas, projetos, ideias, conflitos, que me mostraram outros caminhos possíveis na academia.

Sou extremamente grato a Martine Droulers pelas oportunidades que me proporcionou. O ano que passei sob sua orientação na Universidade de Paris 3 – Sorbonne Nouvelle -, acrescentou muito à pesquisa e a mim como pesquisador. E se o pesquisador não pode ser separado do homem, digo que as conversas em seu gabinete no Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL em Francês) contribuíram muito para o aprendizado como pessoa. Este trabalho tem muito das nossas conversas.

Aos meus pais, Raimunda e Mauricio, que mesmo academicamente não entendendo o que significa meu trabalho, podem sentir seu significado de forma que ninguém mais seria capaz, talvez, nem eu. Aos meus irmãos: Mauricio, Amilton, Rosa, Socorro, Rosilene e Raimundo; que sempre me ajudaram quando compartilhávamos distâncias. Aos meus sobrinhos: Vitória, Ranieri, Ronivon (Paula), Felipe, Rafael, Thiago, Eduardo, Jaqueline, Alexandre, Paulo César (que muito me auxiliou com impressão e postagem de trabalhos), Sandra, Andreza, Adriana, Juan, David, Gustavo e Maria Clara (que chegou por último). Também a Maurilene, Irelida (Nayara que também é da família), João, Cleussia, Antonio.

Tenho muito que agradecer a Aurylene, que cuidou do Nicolas sozinha para que eu pudesse alcançar um objetivo egoísta, porque era acima de tudo meu. Mas agradeço, ainda, pelo tempo dedicado à leitura e correção do trabalho, parte indispensável para a conclusão do mesmo. Além disso, sempre tivemos conversas importantes, que somaram às minhas conquistas.

Essa tese tem muito da minha convivência com Patrícia Richetti (Pati), com quem aprendi muito em quase dois anos de convivência. Se um dia leres esse trabalho, vais ver muito do que falávamos das nossas discordâncias, teimosias, mudanças. Muito obrigado! Também agradeço a Anne Laure, Fernanda Reimberg, Lena Castro, Marcelo, Caroline Gabriel e Dani Coelho.

Fernanda Sola, obrigado por ter me acompanhado ao longo desses anos, mesmo que na

maioria das vezes à distância. Mesmo se tivemos poucos momentos juntos, eles foram muito significativos para o que sou.

Aos amigos com os quais dividi o mesmo teto ao longo desses quatro anos: Dorival, Alissandra, Carlos, Thierry Foucher, Patricia Foucher, Thomas Foucher, Thayssa Foucher, Carol e André; sou grato pelas conversas, brincadeiras, experiências que muito contribuíram para o trabalho ou para a vida.

Aos amigos de Paris, com os quais tive o prazer de conviver por um ano: Agnes, Jonas Ferreira, Tiffany, Bastien, Raimundo Júnior, Tayana, Laetitia, Catia, Claudia, Livia, Cristiano, Mirla, Cinthia, Celine, Anne-Sophie e Vanessa.

Sou muito grato a Jonas, Lucas, Raimundo Jr e Gustavo pela convivência nos últimos dois anos, com diálogos que enriqueceram a minha vida e o meu trabalho.

Agradeço a Gutemberg Silva, Paulo Gustavo, Jamil Salim, Rosana Palmeirim, Nora Almeida, Hervé Théry, Aldomar Ruckert, Álvaro Heidrich, Saint-Clair Trindade Jr, Joaquim Shiraishi, Manoel Cabral, Marie-Françoise Fleury, Evelyne Gauché, François Michel Le Tourneau, Florent Kohler, Sébastien Velut, Márcio Cataia e Bruna Le Prioux, pela contribuição com esse trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM): Wagner Costa Ribeiro, Pedro Jacobi, Luiz Carlos Beduschi, Suely Ângelo Furlan, pela colaboração com a pesquisa.

Agradeço à Capacitação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento concedido ao longo de quatro anos, incluindo doze meses de estágio na Universidade de Paris 3 Sorbonne Nouvelle.

Por fim, meus agradecimentos ao (PROCAM) juntamente com o corpo técnico e docente e à Universidade de São Paulo (USP), pelo apoio à pesquisa.

## RESUMO

COSTA, Jodival Mauricio da. **Processos contemporâneos de organização do espaço amazônico: empresa, meio ambiente e estratégias de desenvolvimento sustentável no sudeste do Pará.** Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

A organização espacial do sudeste do Pará é resultado das políticas de frentes pioneiras da segunda metade do século XX. Fortemente dependente dos grandes projetos minerais, do agronegócio e do extrativismo madeireiro, essa parte da Amazônia passou por intenso processo de transformação socioambiental, resultado da exploração do solo e subsolo como estratégia de acumulação de riquezas. A Vale teve papel considerável na estruturação dessa realidade regional. Nas duas últimas décadas, em virtude da incorporação da variável ambiental nas ações políticas e econômicas que moldam as estruturas espaciais, outros processos estão sendo desenvolvidos, mudando o discurso dos atores políticos e econômicos sobre o meio ambiente, da escala internacional à local. Com isso, tanto o poder público quanto o poder privado passaram a constituir parcerias que tem como marca a implantação de projetos cunhados de desenvolvimento sustentável. Para entender essa incorporação da variável ambiental nas ações desses atores e suas repercussões na organização do espaço e no meio ambiente, essa tese analisa os impactos das políticas das frentes pioneiras em Carajás, onde o meio ambiente foi incorporado de forma marginal nas políticas territoriais; e o momento atual, no qual a questão ambiental torna-se o principal elemento de valorização das ações dos atores. Investigamos e analisamos a participação da empresa Vale nesses processos que atualmente se delineiam, as parcerias construídas e, principalmente, que cenário encontra-se em construção na Amazônia Oriental com o avanço de projetos implantados sob a denominação de desenvolvimento sustentável, com maior ênfase naqueles de manejo florestal com plantio de eucalipto. Nesse sentido, a tese contribui com os seguintes temas da atualidade envolvendo a região amazônica: Responsabilidade ambiental das empresas (Vale), desenvolvimento sustentável, área prioritária para recuperação ambiental e revalorização econômica de espaços ambientalmente degradados.

Palavras-chave: responsabilidade ambiental das empresas, desenvolvimento sustentável, área prioritária para recuperação ambiental, revalorização econômica de espaços ambientalmente degradados na Amazônia.



## ABSTRACT

COSTA, Jodival Mauricio da. **Contemporary processes of organization of Amazonian space: companies, environment and sustainable development strategies in southeastern Pará.**

The spatial organization of southeastern Pará is the result of policy fronts of the second half of the twentieth century. Heavily dependent on large mining projects, agribusiness and timber extraction, this part of Amazonia has undergone an intense process of environmental transformation, resulting in land and subsoil as a strategy for wealth accumulation. Vale had considerable role in the structuring of this reality, it was this company who commanded the main projects responsible for regional economic configuration. In the last two decades, due to the incorporation of the environmental variable in the political and economic actions that shape the spatial structures, other processes are being developed, changing the discourse of political and economic actors on the environment, the international scale to the site. Thus, both the government and the private power began to build partnerships whose brand coined the implementation of sustainable development projects. To understand this incorporation of the environmental variable in the actions of these actors and their effect on the organization of space and the environment, this thesis analyzes the impacts of the policies of pioneer fronts in Carajás, where the environment was incorporated marginally territorial policies, and moment in which the environmental issue becomes the main element of share valuation of the actors. We investigated and analyzed the company's participation in these processes that currently worth outlining the partnerships built and especially what scenario is under construction in the eastern Amazon to the progress of projects implemented under the name of sustainable development, with emphasis on those of forestry by planting eucalyptus. In this sense, the thesis contributes to the following current issues involving the Amazon region: Environmental responsibility of the companies (Vale), sustainable development, a priority area for environmental recovery and economic revaluation of environmentally degraded areas.

Keywords: corporate environmental responsibility, sustainable development, a priority area for environmental restoration, economic revaluation of environmentally degraded areas in the Amazon.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Principais eventos sobre meio ambiente de 1948 a 2002 -----	59
Quadro 2 – Operador Sustentável -----	87
Quadro 3. Catalisador do Desenvolvimento Local -----	106
Quadro 4 Agente Global de Sustentabilidade -----	106
Quadro 5 Principais riscos relacionados às mudanças climáticas -----	109
Quadro 6 Metas PAS 2011 -----	113
Quadro 7 Les pratiques en matière de témoignage -----	124
Quadro 8 Discursos presentes no relatório de sustentabilidade da Vale -----	127
Quadro 9 Quem quer saber o quê das organizações? -----	131
Quadro 10 Sistema de Gestão dos Relatórios de Sustentabilidade GRI -----	134
Quadro 11 Fortalecimento da reputação, conquista de confiança e respeito -----	135
Quadro 12 Transparência e diálogo com stakeholders -----	136
Quadro 13 Demonstração de compromisso com a sustentabilidade -----	137
Quadro 14 Comparabilidade e benchmarking -----	138
Quadro 15 Reformulação na visão e valores no relatório de sustentabilidade de 2011----	143
Quadro 16 Financiamento à atividade florestal pelo BNDES, Brasil – 2011-2012 -----	170
Quadro 17 Pedido de licenciamento rural do Vale Floresta-----	186
Quadro 18 Delimitação de áreas de reserva legal no Brasil-----	293
Quadro 19 – Município de Paragominas – Quadro Ambiental -----	209
Quadro 20 Potencial Econômico do Município de Paragominas ----_-----	210

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Unidades de Conservação sob influência da CVRD antes da privatização -----	88
Tabela 2 Plantios Florestais com eucaliptos nos Estados do Brasil (ha) – 2005 a 2011 -----	164
Tabela 3 Valor de aquisição de terras propícias para atividade agroflorestal -----	166
Tabela 4 Plantio de Soja nos municípios do Projeto Vale Florestar (hectares plantados) ----	171
Tabela 5 Município de Paragominas – Quadro Ambiental -----	219
Tabela 6 – Uso da terra em Dom Eliseu -----	213

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 Área de influência da CVRD com a criação do Mosaico de Unidades de Conservação de Carajás -----	89
Figura 2 Escala de influência das ações ambientais da Vale de acordo o quadro de stakeholders. -----	100
Figura 3 Fluxos da produção agropecuária -----	159
Figura 4 Plantio de eucalipto da Vale Florestar em Paragominas (PA) -----	163
Figura 5 Localização do Projeto Vale Florestar -----	177
Figura 6 Usos do solo consolidados pelas políticas de ocupação de frentes pioneiras -----	179
Figura 7 Plantio de eucalipto da Vale Florestar, Paragominas (PA) -----	181
Figura 8 Espécies animais encontradas nas propriedades do projeto -----	182
Figura 9 Plantio de eucalipto da Vale Florestar, em Dom Eliseu (PA) -----	218

## **LISTA DE ORGANOGRAMAS**

Organograma 1 Estrutura de Governança da Vale -----	96
Organograma 2 Sistemas de financiamentos para o setor florestal no Brasil – 2011-2012 -	167
Organograma 3 Parceria para empreendimentos florestais -----	176
Organograma 4 Estrutura de Governança do Programa Municípios Verdes -----	200

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1. Vale Florestar: situação atual de uso do solo -----	194
--	-----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APP - Área de Proteção Permanente

ABRAF – Associação Brasileira de Produtos de Florestas Plantadas

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CERES - Coalition for Environmentally Responsible Economies

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

EFC – Estrada de Ferro Carajás

FIP – Fundo de Investimento em Participação

FLONA – Floresta Nacional  
FLONA Carajás – Floresta Nacional de Carajás  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
GRI – Global Reporting Initiative  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade  
IDCJ - International Development Corporation Japan  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IMAZON – Instituto do Meio Ambiente e do Homem da Amazônia  
ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial  
ITERPA – Instituto de Terra do Pará  
JICA - Japan International Cooperation Agency  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo  
MPF – Ministério Público Federal  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MST – Movimento Sem Terra  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAS Vale – Plano de Ação em Sustentabilidade da Vale  
PAS – Plano Amazônia Sustentável  
PDIC - Plano de Desenvolvimento Integrado para Carajás  
PDS Vale - Política de Desenvolvimento Sustentável da Vale  
PFC – Projeto Ferro Carajás  
PGC – Programa Grande Carajás  
PGS VALE - Política de Gestão em Sustentabilidade da Vale  
PIN – Plano Integração Nacional  
PMC Vale - Política de Mudanças Climáticas da Vale  
PMV – Programa Municípios Verdes  
PMDE – Prefeitura Municipal de Dom Eliseu  
PMP – Prefeitura Municipal de Paragominas

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
PVF – Projeto Vale Florestar  
RAE – Responsabilidade Ambiental das Empresas  
RSE – Responsabilidade Social das Empresas  
SEMA-PA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Pará  
SEPE- Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos  
SGA – Sistema de Gestão Ambiental  
SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente  
SPVEA – Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia  
SUMET - Superintendência de Meio Ambiente  
TNC – The Nature Conservancy  
US Steel Co - United State Steel Company

## SUMÁRIO

Introdução-----	18
Primeira Parte: Escala Ambiental Internacional, Atores e as Estratégias do Desenvolvimento Sustentável	
1. Capítulo I. A Organização das Nações Unidas na Escala Ambiental Internacional-----	32
1.1 A cooperação para o desenvolvimento sustentável?-----	32
1.1.2 Escala Ambiental Internacional para a Sustentabilidade?-----	34
1.2 A Conferência de Estocolmo e seus desdobramentos-----	35
1.3 A Cúpula da Terra – Rio-92 -----	37
1.4 A Conferência de Joanesburgo -----	40
1.5 A Construção da Escala do Desenvolvimento Sustentável -----	41
1.5.1 A ideologia do desenvolvimento no período da Guerra Fria-----	42
1.5.2. A crise da ideologia do desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável-----	43
1.5.3 As origens, difusão e normalização das estratégias do desenvolvimento sustentável---	45
1.5.4 Discurso do desenvolvimento sustentável e mercantilização da natureza-----	56
Segunda Parte: A CVRD no Desenvolvimento e Conservação Ambiental na Amazônia Oriental: política de frentes pioneiras e política ambiental atual	
2. Capítulo II. A Companhia Vale do Rio Doce na estratégia de desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia Oriental-----	64
2.1 A criação da CVRD -----	64
2.2 Frentes pioneiras estruturação da região de Carajás-----	66
2.3 A CVRD na estruturação da região de Carajás -----	70
2.4 Carajás – uma região-programa -----	72
2.5 Meio Ambiente e Desenvolvimento no Projeto Ferro Carajás-----	74
2.6. A Política de Sustentabilidade Global da Vale-----	80
2.6.1 A incorporação da variável ambiental nas empresas -----	81
2.6.2 Vale e meio ambiente pós-privatização -----	82
2.6.3 Política de Gestão em Sustentabilidade da Vale -----	86
2.6.4 Política de Desenvolvimento Sustentável da Vale-----	89
2.6.5 Política de Mudança Climática da Vale-----	100
2.6.6 Plano de Ação em Sustentabilidade da Vale-----	105

3. Capítulo III - A divulgação das informações ambientais das empresas: a construção da credibilidade e legitimidade nos relatórios de sustentabilidade-----	110
3.1 O sentido de valor e de cultura das empresas-----	110
3.2 Relatórios de Sustentabilidade das Empresas-----	114
3.3 O Padrão Global Reporting Initiative -----	125
3.4 Relatório de sustentabilidade ambiental da Vale -----	137
Considerações-----	143

Terceira Parte: Empresa, municípios e desenvolvimento sustentável em área para recuperação ambiental: novas ações para velhos objetivos?

4. Capítulo IV O retorno da floresta na Amazônia?-----	149
4.1 Atividades florestais na Amazônia: elementos geohistóricos-----	149
4.2 Revalorização ambiental das atividades florestais na Amazônia e propostas para o século XXI -----	154
4.3 Incorporação dos aspectos ambientais na política do Estado do Pará e a revalorização das atividades florestais no “arco do desmatamento”-----	157
4.4 Plantio de Árvores no Brasil e Expansão para a Amazônia Oriental – Eucaliptos -----	163
4.4.1 Programas de fomento e de financiamento do setor florestal -----	166
4.4.2 Fundos de investimentos em participação no setor florestal-----	174
5. Capítulo V. Vale, interesse pelo setor florestal na Amazônia e o Projeto Vale Florestar---	175
5.1. Projeto Vale Florestar-----	177
5.1.1 Implantação do Projeto Vale Florestar: dificuldades e rearranjos institucionais para a viabilização de ocupação de área degradadas no sudeste paraense -----	187
5.1.2 Desenvolvimento do projeto-----	198
6. Capítulo VI. O Programa “Municípios Verdes”: atores, meio ambiente e estratégias de revalorização econômica do espaço no sudeste paraense-----	201
6.1. O Programa “Municípios Verdes” -----	203
6.2. O Município de Paragominas -----	213
6.2.1 O Projeto “Pecuária Verde”-----	218

6.3. O Município de Dom Eliseu-----	220
6.3.1. O Projeto Vale Florestar no Município de Dom Eliseu-----	223
Consideração-----	227
Conclusão-----	230
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	237



## Introdução

Neste trabalho abordamos a participação da mineradora Vale nos processos de formação e transformação do espaço no sudeste do Estado do Pará, Amazônia Oriental, Brasil. Como nosso foco principal são os processos recentes de organização desse espaço sob a influência da ideia de desenvolvimento sustentável, o trabalho privilegia os municípios de Paragominas e Eliseu (mas principalmente o primeiro) nos quais a Vale iniciou o Projeto Vale Florestar e, também, deu início ao que hoje constitui uma política do Estado do Pará: o “Programa Municípios Verdes”. O trabalho analisa a evolução do tratamento dado à questão ambiental pela empresa, desde a sua entrada na região como ator importante na abertura das frentes pioneiras até o momento atual em que a mesma passa a atuar em novas formas de uso do espaço com a entrada no setor florestal.

Uma das articulações que começa a ganhar corpo na área estudada são as novas alianças estabelecidas em torno das propostas de “desenvolvimento sustentável” local, onde ganha força a relação entre empresas, governo estadual, governo municipal, grandes proprietários de terras, ONGs e universidades, constituindo o que a Prefeitura de Paragominas denominou de “pacto pelo desmatamento zero”. O papel da Vale aparece com algumas particularidades em relação ao período de implantação das políticas de frentes pioneiras, onde ela assumiu a função de principal ator organizador do espaço regional. Atualmente, com base nas ações desenvolvidas nos municípios onde foi implantado o Vale Florestar a empresa tem atuado como parceira dos demais atores economicamente dominante, assim como do poder público. Um dos objetivos dessa forma de comportamento é a convergência de interesse entre eles na estruturação do cenário de revalorização econômica do espaço em áreas de desmatamento.

Por envolver a controversa questão da regularização fundiária, indispensável para o licenciamento ambiental das atividades locais, as alianças institucionais se fizeram indispensáveis. Por isso, além dos atores citados o Ministério Público Federal também colabora com os projetos implantados. O “pacto pelo desmatamento zero” se configura uma estratégia para revalorização das atividades dominantes desenvolvidas no local: pecuária, agricultura e madeireira -, que tem como novos elementos de valorização o chamado “produto legal”, cujo atestado é dado pelo seguimento às regras e normas ambientais estruturadas na escala da globalização. Uma dessas regras e normas é a lei de reserva legal, que para a área em questão é de 50%. Como a maior parte das propriedades não conta mais com cobertura

vegetal suficiente para a reserva legal, nos empreendimentos (manejo florestal, agricultura e pecuária) são plantadas árvores com a finalidade de recompor a área de reserva. Dessa forma, os proprietários que assim procedem passam a ter sua atividade econômica considerada “ambientalmente correta”, passando a trabalhar com o *marketing verde*. Até 2012, o município que mais tinha avançado com projetos dessa natureza era Paragominas, por ocasião de implantação do “Programa Municípios Verdes”, em 2010.

Inicialmente, o referido Programa recebeu o apoio da Vale pela ação do Fundo Vale. O programa nasceu como um projeto da empresa para municípios paraenses, tendo Paragominas sido escolhido como projeto-piloto por conta do intenso desmatamento pelo qual tinha passado o município, considerado o caso mais crítico pelo Ministério do Meio Ambiente. Com a implantação do Programa a Vale tinha como objetivo facilitar o licenciamento ambiental de seus empreendimentos florestais, iniciados em 2007 com o Vale Florestar. Para isso foi feita uma parceria com a Prefeitura para mobilizar os proprietários rurais a aderirem o Programa e, com isso, facilitar processos de regularização das terras nos órgãos estaduais (SEMA, EMATER, INCRA, IBAMA). Como o principal discurso de revalorização do espaço era a recuperação das áreas degradadas com atividades ambientalmente legais, o problema da regularização fundiária apareceu como o grande obstáculo para a implantação do Vale Florestar, uma vez que para trabalhar segundo os critérios ambientais legais seria necessário regularizar as propriedades. Isso foi agilizado em virtude da convergência de interesse desses atores, sendo o principal a regularização de terras.

A mudança de discurso em relação ao período de implantação das frentes pioneiras reflete a necessidade política e econômica de mostrar uma nova visão econômica da área de floresta. Se durante o processo de apropriação e ocupação do espaço nas frentes pioneiras a floresta aparecia como obstáculo a ser superado para a valorização econômica do espaço, de repente se tornou uma condição *sine qua non* de revalorização espacial e das atividades economicamente dominantes recompor cobertura vegetal. A ação da Vale está imersa nesse discurso sobre as áreas ambientalmente degradadas, onde os mesmos atores de antes precisam encontrar novas estratégias de revalorização de seus produtos, e o cumprimento das leis ambientais torna-se indispensável para a imagem da empresa (incluindo a pecuária e agricultura).

Para compreender a mudança de estratégia da Vale em relação ao tratamento dado à questão ambiental, assim como dos demais atores (da área onde o projeto Vale Florestar e Programa Municípios Verdes tiveram início) tomamos como partida para análise a valorização

que a questão ambiental ganhou na escala da globalização, pelo menos nas últimas três décadas, com destaque para o papel que a Organização das Nações Unidas (ONU) exerceu no processo de construção de uma escala ambiental internacional favorável à ação de atores envolvidos em projetos de “desenvolvimento sustentável”, acordados com os valores ambientais difundidos no/pelo mercado. Há nesse sentido, um fortalecimento do discurso em prol do *marketing verde* que impulsiona empresas a trabalharem a imagem nesse cenário.

Até o final da década de 1990, portanto recente, as explicações referentes às mudanças ocorridas na relação entre mercado e meio ambiente nos trazia uma série de questões sobre o papel das grandes empresas e a crise ambiental. As corporações passaram a desenvolver papel mais importante na escala global nas últimas três décadas, uma vez que necessitaram atuar diretamente onde o mercado é organizado; mas também na escala local, lócus direto de produção e origem de lucros. Assim, elas são cada vez mais estratégicas no jogo econômico e político da globalização, por serem indispensáveis na conjuntura capitalista, jogando com os elementos financeiros, jurídicos, econômicos, sociais e culturais. Para Carroué et al (2006), as grandes empresas participam diretamente das metamorfoses conjunturais promovidas pelo capitalismo, e o que vem nesse período mais recente chama a atenção pela estratégia do sistema de tentar ocultar a contradição entre desenvolvimento e meio ambiente pela difusão da ideia de desenvolvimento sustentável, que tem se fortalecido na escala global.

O Final do século XX foi fortemente marcado pela estruturação de um cenário ambiental na escala internacional. A questão ambiental – o meio ambiente como problema - fora definitivamente incorporada pelo modelo urbano industrial sob o discurso da sustentabilidade. Essa crise, que na década de 1960 fora evocada como crítica ao próprio modelo foi absorvida pelo capitalismo se transformou numa estratégia para a própria continuidade dos mecanismos que mantêm as bases de acumulação desse modelo. Independente da legitimidade ambiental de tais práticas, o fato é que um processo ambientalmente correto das práticas capitalistas, do qual as empresas são atores fundamentais, começou a ser construído com grande sucesso a partir do final da década de 1980.

Para isso, o meio ambiente torna-se variável importante nas relações político-econômicas, pois se constitui outro sentido de produção no qual o esverdeamento da economia e da gestão governamental torna-se uma estratégia de mercado. Assim, nos voltamos para o papel das grandes empresas na construção desse novo cenário de relações de

mercado, onde um elemento até então distante do jogo de poder político-econômico ganha força como discurso pró-mercado – o desenvolvimento sustentável. Mas por que as grandes empresas passaram a pensar uma política de sustentabilidade e implantar projetos cunhados de sustentáveis? Elas fazem isso por que são constrangidas a fazerem (ou mesmo obrigadas), por uma mudança de valor em relação ao meio ambiente, ou porque a ação ambiental produziu uma escala onde não é possível existir no mercado sem agir dentro dela?

Também por isso que optamos por trabalhar a relação empresa/meio ambiente, no caso a Vale, e os novos processos de valorização do espaço em Carajás a partir da escala, uma vez que a crise ambiental se manifesta com múltiplos interesses dependendo da escala na qual se decide pensar sua atuação. Em âmbito global, existe um processo de regulação e normalização como estratégia da globalização econômico-ecológica (LEFF, 2006; PORTO-GONCALVES, 2006), onde nos interessa identificar e entender como a escala do desenvolvimento sustentável é construída pelos atores da globalização, se existe uma mudança na forma de apreender e conceber a natureza ou apenas a construção de novas escalas de acumulação onde os ganhos ambientais resumem-se às novas técnicas de intervenção – formas menos degradante -, mas sem pensar um valor social para a o ambiental e os lugares onde o projeto de desenvolvimento sustentável é implantado.

As grandes empresas que trabalham com commodity (assim como as commodities agrícolas) estão diretamente mais sujeitas às repercussões do que ocorre nessa escala global, pois seus produtos carregam o peso dos novos indicadores construídos pelo mercado. Existe um jogo de interesses forjado nessa escala mais ampla das negociações no cenário ambiental internacional. Na passagem do global para o local a relação entre os atores pode mudar, uma vez que a segunda é uma escala que contém interesses micros que, muitas vezes, podem se chocar com aqueles dos atores da globalização, como as grandes empresas, e de outras atividades dominantes que atuam no local; já a escala internacional (da globalização) segue uma padronizada promovida pela adequação a indicadores comuns. Portanto, fundamental identificar e entender as relações de poder no espaço da globalização e a construção de escalas locais a partir da interação entre elas.

Atualmente a Vale mantém parceria com os demais atores político-econômicos da área de estudo deste trabalho, em especial com os pecuaristas e grandes proprietários de terras, uma vez que por causa do Vale Florestar, a demanda por arrendamento de terras é crescente. Como ambos os atores estão diretamente interessados na produção do marketing verde, as relações de poder tem como principal objetivo produzir a revalorização do espaço

degradado pelas práticas de desmatamento. A ideia de área para recuperação ambiental no arco do desmatamento ocupa lugar central para as estratégias de acumulação de capital, pois justifica e legitima a ação dos atores com o esverdeamento das atividades e tem interferido no processo de regularização das propriedades e, conseqüentemente, no licenciamento ambiental dos projetos.

Assim, o que acontece com espaços que passam por processos de reorganização a partir da incorporação da variável ambiental nas atividades econômicas? Como as grandes empresas e demais atores economicamente dominantes implantam localmente os valores ambientais difundidos na escala da globalização? No âmbito internacional existe uma conjuntura que exige das grandes empresas e daqueles que produzem para/nessa escala um tipo de relação com o meio ambiente articulada com os indicadores internacionalmente construídos. Há, portanto, interesses ambientais que são privilegiados com valores que sustentam uma estrutura para a ação desses atores.

Mas que relação existe entre seguir o protocolo dos indicadores inseri-los nos espaços locais de produção e os novos discursos de organização espacial no sudeste do Pará? Que respostas pode nos oferecer a escala do local onde o projeto de desenvolvimento sustentável é implantado e legitimado por carregar a marca da sustentabilidade de mercado? Será que como problemas de meio ambiente podemos excluir as pessoas e seus lugares, supervalorizando o papel da técnica e a recuperação de áreas degradadas? É preciso, então, discutir o que torna uma empresa ambientalmente aceitável – se o seu lugar na chamada crise ambiental, existente na escala global para a qual ela tem que dar respostas previamente estabelecidas, e cuja principal ferramenta valorativa é o relatório de sustentabilidade; ou as práticas locais, muitas vezes conflitantes com a escala global quando confrontados o discurso e a prática?

Há um jogo na escala global que diz respeito à questão das mudanças climáticas – a economia do carbono. Mesmo as mudanças climáticas não sendo objeto de estudo direto nesse trabalho, mesmo ela não sendo importante para o entendimento do cenário internacional atual, pois é a partir desta que a política ambiental global e local está estruturada, uma vez que agrega as demais temáticas ambientais, a exemplo do desmatamento aqui discutido e sendo, também, as mudanças climáticas elemento chave na política ambiental das grandes empresas. As práticas denominadas pelo atual discurso da sustentabilidade de ambientalmente corretas, cuja uma das possibilidades de seu alcance é por meio da inserção de tecnologia de ponta no processo produtivo, concentrando a questão ambiental na intervenção no meio ambiente

ganham força na globalização, mesmo que, na escala do local, as ações das empresas e demais atores econômicos coexistam com problemas socioambientais importantes, muitas vezes agravados por tais ações, mas pouco relevantes se forem legitimadas globalmente. A isso, LEYMARIE (2012) chama prioridade da escala global sobre a local, quando se refere ao jogo da política climática na escala internacional e ao da política da água em âmbito local na construção de hidrelétrica na Bacia do Garonne, França. O exemplo francês repete-se na Amazônia, onde os temas universais são sobrepostos aos interesses dos habitantes do lugar.

Outro ponto é que a contradição entre desenvolvimento e meio ambiente está sendo ocultada pela ideologia do desenvolvimento sustentável – o sustentável dá ao desenvolvimento um estatuto que até então ele não tinha e lhe devolve a credibilidade que o mesmo havia perdido como estratégia de organização espacial – a sustentabilidade passa a ser um dos elementos articuladores das relações de poder na atualidade. Isso porque, o que passa a ser avaliado para/como desenvolvimento sustentável são práticas produtivas, comportamentos e formas de intervenção medidas pelo tipo de tecnologia utilizada e sua relação com a crise ambiental; não são os valores existentes nas relações de produção, nem os fins dessa nova estratégia de desenvolvimento, mas os meios técnicos utilizados e as leis de comando e controle estabelecidas. Essa estratégia do desenvolvimento questiona a indústria, já que é meramente produtivo, mas não faz questionamentos sobre os valores empresariais enquanto elementos fundamentais do desenvolvimento e do meio ambiente. Os interesses socioambientais economicamente não dominantes, existentes no local, são engolidos pela forma de apropriação do meio ambiente imposta pelos interesses externos.

Assim, nesse trabalho buscamos responder questões pontuais em relação à política ambiental da Vale como empresa internacionalizada e sua atuação na Amazônia oriental, discutindo como o meio ambiente foi articulado pelas/nas relações de poder, das frentes pioneiras ao momento atual no qual ganha força a implantação de projetos embasados no discurso do desenvolvimento sustentável, que tem contribuído com a revalorização do espaço na mesorregião sudeste paraense, onde a atividade de pecuária e agricultura haviam se desvalorizado em decorrência do desmatamento.

Assim, a tese está estruturada em dois pontos principais. O primeiro analisa o padrão de organização espacial implantado pela construção da escala geográfica da mineração, principal elemento estruturante da região de Carajás. Discutimos a participação da CVRD<sup>1</sup> nesse processo de estruturação econômica e política e qual tratamento foi dado ao

---

<sup>1</sup> Quando nos referimos ao período de 1942 a 2008 utilizaremos Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), nome da

meio ambiente naquele período. O segundo ponto trata da implantação de projetos de desenvolvimento sustentável em área prioritária para recuperação ambiental, com análise concentrada nos três municípios onde foi implantado o Projeto Vale Florestar. O estudo também contempla o “Programa Municípios Verdes”, atualmente em expansão nos municípios paraenses. Com isso investigamos os processos de organização do espaço e constituição de escalas geográficas nos dois períodos, com ênfase na ação da empresa e na postura adota em relação ao meio ambiente.

Em âmbito geral, nos interessa discutir se o contexto atual de crise ambiental tem promovido a organização de uma escala ambiental global que passaria a regular e normalizar a prática ambiental das empresas, e qual o posicionamento da Vale? Também analisamos os relatórios de sustentabilidade das empresas e inserimos a questão dos mesmos serem instrumentos de produção de legitimidade das ações empresariais no mercado e na esfera pública, assim como buscamos responder porque a Vale passou a elaborar uma política de sustentabilidade global acordada com o padrão de indicadores internacionais da Global Reporting Initiative e, assim, entender porque e como o cenário atual passou a interferir na postura ambiental das corporações.

O objetivo em voga de como transformar a imagem de empresas que trabalham com atividades muito devastadoras do meio ambiente, como a mineração, em ambiental e economicamente aceitável por um mercado que, hoje, leva em consideração o cumprimento de indicadores para o meio ambiente, preestabelecidos por institutos globais, é uma discussão fundamental para entender o discurso atual dos atores dominantes na área de estudo. As demais ações que essas empresas realizam fora da atividade principal, mineração para o caso da Vale, estão diretamente associadas à necessidade de legitimação no mercado e na esfera pública, fator atualmente considerado como agregador de valor econômico.

Assim, as empresas alargam seu campo de atuação para reunir o máximo de indicadores favoráveis à sua permanência no mercado em que atuam. O Vale Florestar é tratado dentro da escala internacional de valoração do meio ambiente, na qual a Vale como empresa exportadora de commodity está sujeita às regulações e normalizações. Embora a atividade da empresa nos municípios de Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis se dê fora da área de mineração elas estão diretamente relacionadas, pois além do lucro obtido no setor florestal, o projeto de desenvolvimento sustentável repercute diretamente na imagem da empresa, contribuindo para sua valorização no mercado.

Existe a associação à ideia de recuperação de áreas degradadas na Amazônia, e não apenas de sua conservação, onde a relação entre ciência e economia também ganha força, uma vez que a segunda passa a servir cada vez mais como promotora de novas técnicas de intervenção no meio ambiente. Uma renaturalização<sup>2</sup> dos espaços põe-se em marcha através do discurso da reconstrução das paisagens, como ocorre na área do *arco do desmatamento* atualmente transformada pelo governo do Estado do Pará, por meio do Zoneamento Ecológico-Econômico, em área prioritária para recuperação ambiental.

O Projeto Vale Florestar é parte do atual programa de ação<sup>3</sup> para essa área da Amazônia, em que a parceria entre governos municipais, empresas, ONGs, universidades e produtores rurais promove a revalorização do espaço, agora acordado com os valores ambientais construídos na escala global que interferem diretamente no padrão de organização espacial local. Assim, o projeto de “reflorestamento da Vale” é tratado dentro das estratégias de “recuperação” dessas áreas degradadas, onde mudanças nas técnicas de intervenção produtiva no meio ambiente se tornam cada vez mais estratégicas e o discurso do desenvolvimento sustentável tem se tornado elemento central.

No caso da silvicultura, que na última década expandiu-se na referida área, é fortalecida pela valorização da ideia de floresta na escala global, e na Amazônia ganha ainda mais força por representar o processo contrário ao desmatamento que atualmente desvaloriza espaços e atividades econômicas desenvolvidas nessas condições. O significado que a ideia de árvore ganhou no contexto ambiental contribui para a afirmação do discurso ambiental no setor florestal. Os projetos no ramo da silvicultura tendem a ser portadores de uma auto-legitimidade, por se tratar de uma questão considerada emergencial – um discurso que se estrutura na escala global e encontra reciprocidade no local, embora nem sempre portador de reais objetivos de mudanças com ganhos ambientais consideráveis.

Discutir formação de escala geográfico significa entender o espaço como campo e resultado das relações de poder, uma vez que a mesma pode revelar a existência dos fenômenos nos diferentes níveis de manifestação e, dessa forma, manifestar como os atores articulam suas estratégias de ação e organizam determinadas estratégias de acumulação de capital.

---

<sup>2</sup> Utilizado no sentido de retomada à ideia do meio ambiente original, por meio da recomposição da paisagem.

<sup>3</sup> Chamamos de programa de ação a articulação de elementos estruturantes do espaço, a exemplo dos direcionamentos apontados pela estratégia do desenvolvimento sustentável: Vale Florestar, Municípios Verdes, Pecuária Verde, etc.



O trabalho tem como preocupação três questões que, a nosso ver, estão diretamente relacionadas às ações ambientais da Vale e aos processos estruturantes do sudeste paraense:

1. A primeira é se a área considerada pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo ZEE do Estado do Pará como prioritária para recuperação ambiental, onde se localiza o Projeto Vale Florestar, pode se tornar estratégica como discurso para a ação dos atores dominantes que atuam na região, uma vez que é em torno desta ideia que os projetos cunhados de sustentáveis (“pecuária verde”), agricultura (soja e milho) e a silvicultura (eucalipto) tem se estruturado e se revalorizado em municípios antes classificados como desmatadores e, por isso, se encontravam sob embargo do Ministério do Meio Ambiente, impedidos de receber financiamentos para as atividades acima citadas, legalizar terras e conseguir licenciamento ambiental. Dessa forma, investigamos esse tipo de atividades em área degradada produz a revalorização do espaço e legitima a ação dos atores que vinculam seus projetos econômicos à ideia de recuperação ambiental.
2. Analisar se a noção de desenvolvimento sustentável repercute no processo de organização do espaço, como a Vale se articula aos atores locais na implantação de projetos dessa natureza e se os mesmos podem produzir um cenário de novas oportunidades de usos do espaço na Amazônia, ou somente cumpre o papel de estruturar estratégias de acumulação pautadas no discurso do desenvolvimento sustentável.
3. Analisar a articulação entre o padrão internacional de divulgação das informações ambientais das grandes empresas e as ações ambientais da Vale, e se isso pode configurar uma escala de poder das grandes empresas para legitimar suas atividades econômicas na cena ambiental internacional.

Objetivo Geral:

Analisar as ações ambientais da Vale em áreas prioritárias para recuperação ambiental no Estado do Pará, assim como sua articulação com os demais atores políticos e

econômicos para a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, objetivamos também entender o peso da ideia de área para recuperação ambiental como discurso de revalorização do espaço e das atividades econômicas desenvolvidas diante da desvalorização ocasionada pelo quadro de desmatamento em municípios do sudeste paraense.

#### Objetivos Específicos:

1. Entender a política ambiental de grandes empresas em cenário de valorização da crise ambiental.
2. Analisar o Projeto Vale Florestar e o Programa Municípios Verdes como propostas de desenvolvimento sustentável em áreas ambientalmente degradadas no Estado do Pará.
3. Estudar a construção de escalas geográficas locais em articulação com a escala da globalização no cenário de crise ambiental.

O trabalho está estruturado em três partes, totalizando oito capítulos.

Na primeira parte discutimos a construção da escala ambiental internacional para a sustentabilidade. Para isso, se os eventos organizados pela ONU desemboca na elaboração de programas de ação – a exemplo das agendas 21; dos protocolos como o de Kyoto; dos diversos acordos em torno dos quais alguns temas foram elevados a categoria de universais, com destaque para o clima, a biodiversidade, o desmatamento e a desertificação; do surgimento de instituições especializadas na elaboração de indicadores econômico-ambientais, cuja principal representante é a Global Reporting Initiative -, etc. Trabalhamos os elementos político, econômicos e sociais com o objetivo de entender a escala ambiental internacional para a sustentabilidade e como isso pode favorecer a ação das grandes corporações na atualidade. Com isso, analisamos o que leva as grandes empresas a investirem em projetos cunhados de desenvolvimento sustentável e como a análise das escalas pode contribuir com a análise do período atual. Tomamos como base a ação da Organização das Nações Unidas (ONU) construção de desse cenário político para o tratamento da crise ambiental.

Tratamos, ainda, da estratégia do desenvolvimento sustentável atual, pensando

como estratégia para a acumulação de capital. É nesse cenário que o desenvolvimento sustentável ganha força como programa de ação e passa a legitimar a atuação de atores com considerável capacidade de influenciar a organização dos espaços onde atuam, a exemplo das empresas e ONGs. Isso pode possibilitar aos atores que usam o desenvolvimento sustentável como discurso legitimar a implantação de projetos de seus interesses, pois são cada vez mais amparados por um aparelho normativo-ecológico em construção na escala global. No cenário ambiental internacional, identificar e entender as condições de surgimento e desenvolvimento da temática ambiental na escala global é fundamental para compreender processos de apropriação do meio ambiente e as estratégias de acumulação ancoradas no discurso do desenvolvimento sustentável. Partimos da tese de que o atual modelo de desenvolvimento sustentável é resultado de uma escala de regulação e normatização que ocorre de cima para baixo, onde a globalização continua a condicionar as escalas locais.

O discurso do desenvolvimento sustentável é forjado e fortalecido no cenário internacional, no seio da globalização econômico-ecológica (LEFF, 2006). Importante compreender que a globalização não é uma unicidade absoluta do mundo, mas atua na configuração de escalas para o exercício do poder pelos atores do espaço internacional. É um processo econômico e político, marcado pela indissociabilidade dessas duas dimensões, tramado na relação entre meio ambiente, economia, política e espaço. A forma rápida como o discurso do desenvolvimento sustentável está sendo incorporado às ações econômicas e políticas locais pode camuflar o real objetivo da implantação das formas espaciais atuais marcadas pelo discurso ambientalista. Se a variável ambiental torna-se um elemento fundamental dos processos espaciais, revalorizando atividades econômicas que perderam valor de competitividade no mercado pela associação negativa ao tratamento do meio ambiente – como o desmatamento e contribuição para o aquecimento global, a revalorização do espaço e suas atividades surgiriam, assim, pela adequação às regras e normas articuladas pela globalização e associadas à crise ambiental.

Na segunda parte tratamos da participação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no processo de criação da região de Carajás, no contexto de implantação das políticas de frentes pioneiras na Amazônia. A discussão está centrada na escala da mineração como atividade condicionante da organização do espaço, assim como identifica e analisa as repercussões ambientais dessas políticas. As redes de infraestruturas construídas, a mobilização da população, as parcerias entre os atores, o tratamento dado às questões ambientais, os conflitos existentes, se deram em compasso com os interesses em torno da

extração mineral. As demais atividades, como a pecuária, a agricultura e o extrativismo vegetal também estiveram diretamente relacionadas à dimensão que o minério ganhou desde o início de sua implantação.

A natureza foi pensada apenas como recurso econômico, representada na exploração do minério de ferro. Mesmo tendo sido criado um conjunto de unidades de conservação em torno do projeto mineral, entre os anos de 1980 e 1990, sua criação foi estratégica para a CVRD. A política de proteção ambiental representada pela criação das UCs tinha como objetivo servir de escudo para a área de mineração e ordenar as relações espaciais a favor dos interesses da Companhia. Diante de conflitos locais que envolviam diretamente as terras para onde o projeto tinha objetivo de expandir a exploração de minério, a definição de áreas para interesse de preservação ambiental – florestas nacionais, áreas de preservação permanente e terras indígenas -, na área de mineração funcionou como campo de força que impedia o acesso de outros atores ao projeto (PALHETA DA SILVA, 2004; COELHO e BUNKER, 2007; MELLO e THERY, 2010). A ideia de proteção ambiental foi utilizada como forma de controle de área impedindo o acesso, constituindo a forma de território discutida por Robert Sack (1986), onde a relação de poder é unidimensional e marcada pelo poder que diz não.

A região de Carajás é resultado da implantação do Projeto Minério de Ferro (PMF), foi em torno deste que as atividades econômicas e sociais passaram a ser organizadas, associadas aos interesses existentes na escala nacional e internacional. Portanto, essa construção de Carajás é analisada considerando a política do Estado brasileiro no governo dos militares, os interesses internacionais sobre a região e a introdução das frentes pioneiras na Amazônia, que implantou os condicionantes necessários para a economia do minério de ferro e suas atividades subsequentes.

O segundo momento da segunda parte analisa a mudança de discurso ocorrida na Companhia Vale do Rio Doce em relação ao meio ambiente, quando a empresa já havia sido privatizada, a partir de 1997. É em torno da privatização que a Companhia (após 2008 chamada de Vale) justifica a “passagem de empresa que não se preocupava com o meio ambiente para a fase de interesse pelas questões ambientais<sup>4</sup>”. Trabalha diretamente com o discurso da diferenciação de gestão, do primado da eficiência do privado sobre o público, onde o segundo é apresentado pela como sinônimo de ingerência, ineficiência e ineficácia, e afirma o primeiro como a solução para essas falhas na governança empresarial.

---

<sup>4</sup> Fala de um funcionário da empresa em entrevista ao autor, em 2010.

Analisamos a política ambiental da empresa utilizando as informações coletadas em campo e os relatórios de sustentabilidade por ela divulgados, sendo os mesmos elaborados com base no padrão internacional da Global Reporting Initiative. Questionamos se os relatórios de sustentabilidade funcionam como ferramentas estratégicas das grandes empresas na construção de uma legitimidade ambiental na esfera pública e se encontra-se em construção uma escala global da sustentabilidade, na qual as corporações ganham força no cenário ambiental internacional, no processo de regulação e normalização atual, tanto como ator a ser ordenado quanto ao poder que possui para fazer valer seus interesses na construção de novas escalas geográficas. A grande empresa tem incorporado em sua política de ação temas considerados de interesse universal – cujo principal é as mudanças climáticas -, o que tem resultado em projetos cunhados de desenvolvimento sustentável por meio dos quais elas constroem a relação entre empresa, meio ambiente e mercado.

Na terceira parte do trabalho fazemos uma análise do Vale Florestar, projeto de manejo florestal que a Vale implantou em 2007, nos municípios paraenses de Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis, ambos na atual área definida pelo Ministério do Meio Ambiente como arco do desmatamento e transformada em área prioritária para recuperação ambiental. Além de significar uma nova fonte de geração de lucro, pois os fundos investimentos florestais estão crescendo como novos ativos de acumulação de capital, atuar diretamente numa área considerada estratégica do ponto de vista ambiental na Amazônia contribui para o fortalecimento da empresa nessa esfera pública marcada pelo discurso ambiental.

Nessa expansão das atividades da Vale para o setor florestal na Amazônia, ela estabeleceu parcerias com os municípios do Estado do Pará, proprietários rurais e Organizações Não governamentais. Tem se destacado na área do Projeto Vale Florestar, por meio do Fundo Vale e da Fundação da Vale a participação nos projetos da prefeitura, com destaque para o Projeto Município Verde. O atual processo de organização do espaço no sudeste do Pará está relacionado a esse campo de relação dos atores e as estratégias políticas e econômicas em áreas ambientalmente degradadas, em especial, aquelas que perderam grande cobertura vegetal.

Pode estar em curso uma reapropriação política e econômica da natureza cujo objetivo é estruturar uma nova escala da acumulação atrelada ao discurso do desenvolvimento sustentável, atualmente valorizado na escala internacional. Nesse sentido, seria estratégico para as novas atividades, assim como para a revalorização das antigas, a ideia de área de interesse para recuperação ambiental, pois pode promover um novo processo de revalorização

das atividades aí desenvolvidas. Isto pode ser, portanto, muito operacional para a ação dos atores, uma vez que permitira ganhos de produtividade com as parcerias feitas com ONGs e Universidades para o desenvolvimento de técnicas de produção mais eficientes; facilitar o processo de regularização fundiária e ambiental das propriedades, inclusive das terras griladas. Além disso, o discurso da recuperação ambiental de áreas degradadas pode favorecer a prática das atividades econômicas dominantes porque favorece a criação de uma nova escala geográfica, legitimada pelo discurso da sustentabilidade difundido pela globalização econômico-ecológica.

## **PARTE I**

### **Escala Ambiental Internacional, Atores e as Estratégias do Desenvolvimento Sustentável**

Essa primeira parte do trabalho, objetiva contribuir com o debate acerca da estruturação de cenários internacionais fundamentados nos temas que, nas últimas três décadas, tem dominado a discussão sobre a crise ambiental. Não se trata, no caso, de discutir a existência ou não de governos globais, mas de arranjos que possibilitam a formação de escalas para a ação dos atores em âmbito internacional. Dito de outra forma, trata-se da construção de espaços político e econômicos, entendidos conjuntamente, nos quais esses atores se manifestam com poder capaz de produzir mecanismos de regulação e normalização das questões ambientais na globalização.

Partindo-se da consideração que existe uma escala ambiental internacional, marcada pelos interesses políticos e econômicos sobre essa temática, entendemos que a Organização das Nações Unidas (ONU), os Estados mais influentes nesse processo de construção de regras e normas, as grandes empresas e as ONGS, tem papel de destaque nesse contexto.

## **Capítulo 1. A Organização das Nações Unidas na Escala Ambiental Internacional**

A opção por tratar a ONU como um ator fundamental na organização da escala ambiental internacional é justificada pelo peso que essa instituição exerceu e exerce na promoção de criação de regras e normas ambientais. Um dos fatores da importância dessa instituição na crise ambiental tem a ver com o próprio enfraquecimento da Organização para resolver conflitos entre os países, como aqueles provocados pelos Estados Unidos com países do Oriente Médio. Nesse contexto, a questão ambiental aparece como uma nova problemática, na qual a ONU pode assumir o papel de protagonista na tarefa de construir soluções globais para os problemas ambientais eleitos como universais: mudanças climáticas, desertificação, desmatamento, seca, etc. Isso poderia lhe valer um novo papel na geopolítica internacional no que tange a sua credibilidade, pois a mesma teve seu papel bastante questionado na última década por não ter conseguido êxito como mediadora nos conflitos internacionais.

Os acontecimentos do pós-guerra levaram grupos sociais a fazerem uma série de questionamentos acerca do quadro político-econômico-social promovido pelos interesses capitalistas pautados na maximização sem limite do lucro (PORTO-GONCALVES, 2004). Nesse contexto, ganhou força os movimentos de contracultura que traziam propostas alternativas ao modelo urbano industrial. No entanto, essas ações não causaram efeito direto no sistema político-econômico a ponto de produzir a efetivação dessas propostas. Não obstante, elas promoveram a visibilidade de uma causa ambiental, que em pouco tempo, demandou maior atenção por parte de organizações como ONU, ONGs e países desenvolvidos como Estados Unidos, França, Noruega, etc.

### **1.1 A cooperação para o desenvolvimento sustentável?**

A cooperação internacional surge, geralmente, do consenso entre as partes de que problemas que extrapolam os limites locais por afetarem e/ou serem interesses comuns ou gerais, precisam ser tratados num espaço político internacional. À medida que cresce a complexidade dessas relações, com novos temas que ganham proporção e/ou repercussão internacional, como aqueles relacionados ao desenvolvimento, crescem as demandas por



negociações nesse espaço de ação, de onde emerge a importância da ONU (CASTRO, 2005).

Criada após a Segunda Guerra Mundial por iniciativa dos Estados Unidos e da União Soviética, a ONU nasceu com função geopolítica específica – ser um espaço para soluções compartilhadas para assuntos de interesses políticos entre nações, principalmente atuando na negociação de conflitos que interessavam diretamente a esses Estados.

Não obstante, os anos pós-guerra, em especial a partir da década de 1960 manifestaram outros problemas que se universalizaram e tornaram-se pauta da ONU, extrapolando, inclusive, o interesse geopolítico inicial no qual ela deveria atuar no contexto de Guerra Fria. Os novos temas estão relacionados aos direitos humanos, pobreza, educação, meio ambiente, etc. Isso foi possível porque, de fato, a ONU é uma instituição com funções múltiplas, e todas as suas atribuições fazem parte de um sistema que atua como salvaguarda dos interesses do modelo urbano industrial (PORTO-GONCALVES, 2004). Nesse contexto, os conselhos e programas criados para atuações, específicas, devem ser entendidos dentro do jogo político dos Estados. Não obstante, não adentraremos especificamente na discussão sobre essa geopolítica estatal, pois optamos por discutir o papel da ONU a partir dos eventos por ela propostos como meio de organização da questão ambiental.

Desde a década de 1970, a ONU vem pressionando os Estados a produzirem soluções compartilhadas para os problemas ambientais considerados mais graves. Os conflitos que hoje preocupam as nações são de natureza diversa, não mais se resumindo àqueles entre Estados (que não deixaram de existir), mas os conflitos de dimensão social e ambiental ganharam mais visibilidade na escala global, quando se trata de envolver um número maior de países. Isso não significa que os conflitos ambientais não se manifestem como conflitos entre Estados, pelo contrário, uma dos objetivos da ação da ONU nesse campo é justamente por serem, os mesmos, assunto de Estado, no seu sentido geopolítico; mas eles vão além da dimensão geopolítica tradicional de disputa entre países. Como bem expressa Castro (2005, p. 273) “Na atualidade, cruzam-se os objetivos internos e externos, a segurança militar e tudo que diz respeito à segurança humana”, o que inclui os temas ligados à questão ambiental.

Dentre esses conflitos destaca-se aquele entre desenvolvimento e meio ambiente, que traz o dilema da relação entre o crescimento econômico e a manutenção dos recursos que servem ao modelo urbano industrial. O outro, também relacionado ao meio ambiente e ao tema do desenvolvimento pode se manifestar na relação entre o humano/social e a natureza.

Nesse contexto, novos arranjos políticos aparecem como elementos de regulação internacional dessas novas demandas, e a ONU se destacou como instituição que assumiu a

liderança nas negociações que encontraram, como principal obstáculo, a resistência dos próprios Estados no tocante aos impasses entre a política governamental nacional, meio ambiente e interesses internacionalizados.

O jogo político que se desenvolve na ONU explica a assimetria de poder nesse espaço político como reflexo da própria desigualdade existente entre as nações e entre os atores. A constituição do espaço político-econômico global para tratar da questão ambiental começou a ser construído nos anos de 1970, com avanços e recuos que podem explicar o processo do que chamamos – construção da escala da sustentabilidade e/ou do desenvolvimento sustentável.

### **1.1.2 Escala ambiental internacional para a sustentabilidade**

Diferentes correntes encabeçaram propostas dentro do quadro dos problemas ambientais. Uma dessas estava embasada na ideia de ruptura com o atual modelo de desenvolvimento, que possui suas bases no crescimento econômico e na renda como indicadores de desenvolvimento, cuja forma de alcance é a maximização ininterrupta do lucro em detrimento da degradação ambiental e das liberdades humanas (na forma como entende Amartya Sen, 2001).

Em outra corrente, estava a ideia promovida por aqueles que depositavam o problema na população, despertando a preocupação de conciliar crescimento populacional e disponibilidade de recursos. Essa tese, carregada de princípios neomalthusianos, foi responsável por um dos documentos mais importantes sobre o tema – o Relatório Meadows do Clube de Roma. Esse relatório levantou o debate sobre os limites do crescimento e chamou a atenção para a relação entre crescimento econômico e disponibilidade de recursos para manter o nível de desenvolvimento. A questão do limite do crescimento tinha motivação econômica, uma vez que a preocupação era como conciliar o padrão de desenvolvimento alcançado e salvaguardar os recursos naturais indispensáveis para esse modelo.

Segundo Tsayem-Demaze (2011) esse relatório mobilizou ecologistas, em especial as grandes ONGs como WWF, a denunciarem a degradação ambiental culpando, principalmente, as grandes empresas. O resultado principal desse contexto de contestações e denúncias foi a realização da primeira Cúpula Mundial organizada pela ONU sobre meio

ambiente – a Conferência de Estocolmo, em 1972.

### **A Conferência de Estocolmo e seus desdobramentos**

Da Conferência de Estocolmo surgiu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, criado em 1972. Esse Programa passou a coordenar as iniciativas da ONU em matéria de meio ambiente. Além do PNUMA, a Declaração de Estocolmo, formulada durante a conferência, estabeleceu princípios e recomendações para a proteção do meio ambiente e o problema do desenvolvimento.

Foi de Estocolmo 72 que foram dados os primeiros passos para a criação da ideia de desenvolvimento sustentável, que posteriormente iria se difundir como ideologia de desenvolvimento. Dentre as primeiras ideias que associaram desenvolvimento e meio ambiente estava a proposta de Ignacy Sachs, fundada na noção de que o modelo de desenvolvimento deveria ser conduzido respeitando os processos naturais, a dinâmica ambiental dos lugares e proporcionar transformações de base social. Essa concepção de relação entre meio ambiente e desenvolvimento considerava que os processos naturais que produzem a realidade ambiental, não estão separados dos processos sociais. A ideia ganhou força no início dos anos 70, mas perdeu espaço logo depois, já que em 1974 a palavra desenvolvimento sustentável foi usada pela primeira vez e começava a se popularizar. Como escreve Tsayem-Demaze (2011, p 82) “Le concept ‘écodéveloppement n’a pás perdure. L’expression – sustainable development -, proposée par H. Kissinger em 1974, a progressivement ravi la vedette au terme ‘écodéveloppement ».

Durante os anos 80, mais especificamente em 1987, o Relatório Brundtland consagrou a definição de desenvolvimento sustentável que é utilizada até hoje –“O desenvolvimento sustentável procura atender as necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Longe de querer que cesse o crescimento econômico (Nosso Futuro Comum, 1991)”.

As propostas que resultaram no Relatório Brundtland começaram a ser discutidas Em 1982, por ocasião do evento Estocolmo + 10, quando sob a liderança da ONU os líderes mundiais se reuniram para formar a comissão para o desenvolvimento sustentável. No ano seguinte foi adotada a resolução 3810161 de 19 de dezembro de 1983, de onde foi criada a

Comissão das Nações Unidas Para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). A referida comissão, coordenada pela primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, tinha como incumbência produzir um relatório sobre o meio ambiente global e fazer recomendações para o desenvolvimento sustentável nessa escala (Tsayem-Demaze, 2011, p. 82).

Começa a criar forma a configuração de uma escala do desenvolvimento sustentável. Isto é, o prenúncio de um cenário político e econômico no qual os atores passariam a lidar com as questões referentes ao desenvolvimento e ao meio ambiente, espaço de debate e produção de regulação e normalização da questão ambiental em escala internacional, tendo como principais estratégias a ação sobre problemas eleitos como universais, de interesse particular dos países e, ao mesmo tempo comum entre eles.

Essa escala começa a ser estruturada tendo como base os documentos elaborados nas conferências, assim como aqueles que surgem a partir de seus desdobramentos, nas conferências, convenções, etc., através da ONU e articulação dos demais atores, formando espaços de discussão da temática. O tratamento da questão ambiental, portanto, passa a ser discutido nas reuniões e difundido como um problema a ser solucionado pela adoção das práticas nesses espaços de negociação. Nesse aspecto, a definição de desenvolvimento sustentável contida no Relatório Brundtland é a base ideológica que vai sustentar as novas estratégias de desenvolvimento elaboradas a partir das recomendações aí definidas. De acordo com esse documento, o desenvolvimento sustentável seria implantando seguindo medidas *objetivas, instrumentais e tecnológicas como base para a reversão do quadro de degradação ambiental*.

A estratégia de solução do problema fundamentou-se na promoção de uma possível conciliação entre desenvolvimento (centrado no crescimento econômico e na renda e, ao mesmo tempo, na difusão de ideias de combate à expansão do modo de vida ocidental nos países não desenvolvidos). Uma das contradições da ideia de desenvolvimento sustentável que passou a ser difundida encontra-se na própria definição: querer conciliar meio ambiente e crescimento econômico e, enquanto isso, assumir que a expansão desse modelo é um risco para o meio ambiente significa atestar a impossibilidade de conciliação. Não obstante, como desenvolvimento sustentável é a moda do momento entre os principais atores do sistema político global, então é preciso ver que tipo de desenvolvimento e sustentabilidade está sendo difundido.

O relatório acrescenta que o desenvolvimento sustentável deve contribuir, em

escala global, para melhorar o bem-estar da população e diminuir as desigualdades entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento; e em segundo lugar, alerta para a necessidade de diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Levando-se em consideração que a redução das emissões não viria da diminuição na produção de bens de consumo, a solução seria, como de fato foi consagrada posteriormente, do uso de tecnologias mais avançadas no sistema de produção. Isso explica, em parte, o sucesso que a difusão da Ciência-Desenvolvimento-Inovação ganharam nas últimas duas décadas.

### **A Rio 92 e seus desdobramentos**

Vinte anos depois de Estocolmo, a ONU realizou a primeira Cúpula da Terra, em 1992 no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Rio 92 ou Eco 92. Para Tsayem-Demaze (2011) e Brunel (2005) foi esse evento que consagrou o desenvolvimento sustentável no seio da comunidade internacional, no sentido de que era urgente uma tomada de consciência quanto à necessidade de tratar os problemas ambientais e de desenvolvimento na escala global. Sendo assim, coube à ONU conduzir o conjunto de Estados a engajar-se na criação de políticas de conciliação entre economia, meio ambiente e sociedade. Se Estocolmo lançou as bases para a construção da noção de desenvolvimento sustentável e a Comissão Mundial organizada pela ONU produziu o cenário favorável ao consenso sobre como deveria ser o desenvolvimento sustentável, foi a partir da Rio 92 que essa noção ganhou força como elemento de mundialização, porque foi ali que nasceu os princípios que passaram a nortear o consenso do desenvolvimento sustentável nessa escala.

Nesse aspecto, o desenvolvimento sustentável torna-se discurso na escala nacional e internacional e consegue pautar vários acordos multilaterais entre Estados. Embora tendo que coexistir com os interesses divergentes e, muitas vezes contrários, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a questão ambiental surge produto de consenso entre os países.

*Cette fracture est exprimée par le fait que les pays du Nord (pays développés) semblent accorder la priorité à l'environnement au travers des préoccupations sur l'état de la biodiversité et du climat, alors que pour les pays du Sud (pays en développement), la priorité doit être accordée à la lutte contre la pauvreté. (TSAYEM-DEMAZE, 2011, p.85).*

Nascem dessa forma, elementos importantes nas relações de poder responsáveis pela organização da noção de desenvolvimento sustentável no mundo. A eleição de problemas tidos como internacionais, que posteriormente se universalizaram, como mudanças climáticas, gestão de biodiversidade, desflorestamento; que interessavam naquele momento mais aos países desenvolvidos como estratégias de regulação das atividades em escala internacional e, do outro lado, problemas como a pobreza, que desde Estocolmo 72 já vinha sendo usado pelos países não desenvolvidos como o principal argumento para continuar com as mesmas estratégias de desenvolvimento que tinham os países desenvolvidos, ou seja, o modelo urbano-industrial ocidental.

Mesmo esses problemas tendo sido gerados pelo próprio modelo ocidental, pelo desenvolvimento fundado no crescimento econômico e na renda, como argumentam Leff (2006) e Porto-Gonçalves (2004), foi a ideia de universalidade dos problemas e seu espaço de regulação na escala internacional que ganhou força. Nesse contexto, são os atores dessa arena internacional que, contando com amplo engajamento da ONU (com seus conselhos e fundações), conseguem produzir discursos estratégicos e ganhar força como atores da promoção do desenvolvimento sustentável. Grandes Empresas, Organizações Não Governamentais, Organismos Internacionais (FMI, Banco Mundial), Organizações Governamentais (Organização Mundial do Comércio, Organização Internacional do Trabalho, etc) e Estados influentes na temática ambiental – pelo poder que exercem no sistema político internacional e/ou porque são importantes como detentores de recursos naturais estratégicos, a exemplo do Brasil. A Rio 92 foi emblemática nesse sentido, uma vez que produziu efeito direto na mobilização dos atores para a criação de tratados, protocolos, convenções para a regulação e normalização da questão ambiental, assim como abriu mais espaço para a atuação da ONU.

Mesmo existindo conflito de interesses entre países, como os desenvolvidos centrando o problema no clima e na biodiversidade e os países em desenvolvimento centrando na pobreza, da Rio 92 saíram decisões e documentos importantes para serem trabalhados da escala global à local: a Agenda 21, a Declaração do Rio e a Declaração dos Princípios da Floresta foram os principais.

A Declaração do Rio, composta de 27 princípios orienta as ações dos Estados para a implantação de medidas para o desenvolvimento sustentável. Merece destaque como

medidas a serem adotadas: a luta contra a pobreza, melhorar as condições de vida da população, política demográfica adequada, modo apropriado de produção e de consumo, participação da população. Também é instituído o princípio do poluidor-pagador, que fortaleceu as estratégias de comando e controle sobre as empresas. A Agenda 21 foi o principal documento para difusão da noção de desenvolvimento sustentável. O documento contém um programa de ação multiescalar, abrangendo os principais problemas objeto de preocupação para a humanidade no século 21, com ação do global ao local. Além da Agenda 21 global, contendo os princípios gerais para o desenvolvimento sustentável, o programa organizava esses princípios nas escalas dos Estados: Agenda 21 nacional, Agenda 21 estadual e Agenda 21 municipal. Para Leff (2006, p. 138) esse programa global (Agenda 21) “foi criado para dar institucionalidade e legitimidade às políticas do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, foi se prefigurando uma estratégia discursiva para dissolver as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento”.

A assinatura e ratificação de três importantes convenções sobre desenvolvimento sustentável – a convenção sobre mudanças climáticas, sobre diversidade biológica (biodiversidade) e a convenção sobre desertificação expressam os principais temas e preocupação da agenda ambiental global. Apesar da ideia de luta contra a pobreza ter figurado no Relatório Brundtland e na própria Cúpula, os resultados mostram que a preocupação principal era a configuração da escala ambiental e não a luta contra a pobreza. A partir da Rio 92, foi criada a Comissão de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

Os resultados da Rio 92 alcançaram proporções consideráveis no território brasileiro. Além dos já discutidos, os esforços para implantação das diretrizes da Agenda 21 foram sentidos das grandes às pequenas cidades. Mesmo que seja extremamente discutível o grau de efetividade desses efeitos na escala do cotidiano das pessoas, o fato em si da mobilização em torno das temáticas propostas e do tema geral do desenvolvimento sustentável, que antes era impensável de ser trabalhado como programa de ensino fundamental nas escolas, por exemplo, já atesta os avanços conquistados com a Rio 92 em matéria de visibilidade da questão ambiental. Em outras palavras, o meio ambiente como problema toma proporções multiescalares. Ideias discutidas globalmente passariam, por meio da difusão de documentos municipais, a fazer parte do cotidiano escolar e de planos diretores de cidades.

Em termos de configuração da escala ambiental ancorada na noção de desenvolvimento sustentável, a Rio 92 consagrou esse espaço de interesses dos Estados, e

fortaleceu a ação de atores como as ONGs. Fortalece-se o espaço internacional para discussão e promoção do desenvolvimento sustentável, da conciliação entre desenvolvimento e meio ambiente, tema que foi veemente evocado pelos atores atuantes na globalização, os mesmos que comandam a política e a economia nesse sistema: os Estados, as ONGs, as Grandes Empresas, os organismos Internacionais.

Alguns mecanismos foram desenvolvidos ainda durante os anos 90 sendo um dos mais importantes o Protocolo de Kyoto, em 1997. O sucesso desse documento, em especial pela repercussão que causou em torno da temática das mudanças climáticas, traduz o sentido que o uso do clima ocupa nas estratégias da ONU e nos demais atores. A emissão de gases de efeito estufa, principalmente o carbono, tornou-se o mais novo aliado e inimigo das ações das grandes empresas e da política dos países, *que passam a serem medidas pelo grau de emissão de gases de efeito estufa*. Sem desconsiderar a importância do controle desses gases, concordamos que merece atenção a afirmação feita por Denhez (2011, p. 11): “o gás carbônico tornou-se o ditador do nosso futuro”. Isso porque, de todos os problemas ambientais tratados como universais, as mudanças climáticas transita por todos eles, como o problema ambiental por excelência e é, a nosso ver, ao mesmo tempo elemento a ser ordenado e ferramenta de ordenação.

### **A Conferência de Joanesburgo: o desenvolvimento sustentável em debate**

Diferente da Rio 92, a Rio + 10, realizada em Joanesburgo 2002, é pouco comentada. Denominada Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, teve como objetivo reforçar os princípios e compromissos da Rio 92, tomando como principal a equidade social, abordando aspectos de: diálogos de culturas, saúde, igualdade e pobreza.

Se considerarmos que a Rio 92 consagrou o meio ambiente como estratégia e ativo de maximização do lucro, à medida que fortaleceu o discurso de conciliação entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, relação inconciliável; Joanesburgo consagrou os aspectos sociais como elementos do discurso do/para desenvolvimento sustentável. Se a cooptação da variável ambiental pelo mercado tornou-se extremamente rentável para as grandes empresas que adotaram o discurso e uma importante moeda política para os Estados, tornando-se, nesse sentido, um elemento da materialidade espacial desses



atores; a discussão do social ficou restrita ao elemento discursivo, embora ganhando espaço como artifício de legitimidade na política dos Estados e na ação das grandes empresas. Não obstante, na escala das medidas práticas, dos interesses dominantes em jogo, o social é expulso tanto da natureza quanto do desenvolvimento sustentável. Dito de outra forma, as demais escalas de elementos universalizados, como o clima, podem justificar obras socialmente degradantes, como Belo Monte, em nome da produção de energia de baixa emissão de gases de efeito estufa.

Para os atores o valor das questões sociais pode ser resumido na frase elaborada por eles, divulgada pela WWF – “uma cúpula para nada”. Joanesburgo atestou a dificuldade de implementação do desenvolvimento sustentável no que tange o conjunto dos seus três pilares- econômico, social e ambiental. Enquanto os países desenvolvidos continuam batendo na tecla da conciliação entre o econômico e o ambiental pela valorização dos elementos do clima e da biodiversidade, os demais continuam utilizando como estratégia de ação a pobreza.

Para os primeiros está em jogo o uso de questões como mudanças climáticas, biodiversidade e a manutenção do quadro de crescimento econômico; para os segundos, o maior interesse é como a estratégia da pobreza pode gerar um quadro favorável à justificativa das necessidades de crescimento econômico para esses países. Nos dois casos, estão em cena os interesses de mercado. É esse agente que se torna cada vez mais importante na articulação do desenvolvimento sustentável na escala global.

Os dois principais documentos organizados em Joanesburgo: a Declaração de Joanesburgo e o Plano de Aplicação de Joanesburgo eram voltados diretamente para medidas de consolidação do desenvolvimento sustentável. A primeira buscava engajar os Estados nos princípios do desenvolvimento sustentável elaborados durante a Rio 92; o Plano de Aplicação tinha como objetivo guiar os Estados na elaboração e implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável, uma estratégia para o crescimento econômico. Segundo a própria coordenação da ONU na época, Joanesburgo nada teria acrescentado à Rio 92.

### **1.5 A Construção da Escala do Desenvolvimento Sustentável**

O que é o desenvolvimento sustentável propagado pelos atores internacionais da globalização? Nesse trabalho, que não tem como objetivo propor um conceito de

desenvolvimento sustentável, mas discutir o alcance do seu sucesso e uso geopolítico, essa noção não é considerada sequer um conceito, mas *um programa de ação*. Assim, tal definição forjada no jogo geopolítico internacional serviria a essa ação, e não o contrário. Dito de outra forma, nas estratégias atuais do jogo geopolítico, desenvolvimento sustentável é uma ferramenta mais discursiva na regulação e legitimação de ações políticas e econômicas da globalização atual, e não um objetivo, finalidade a ser alcançado.

A noção de desenvolvimento sustentável conheceu uma apropriação gigantesca por atores e indivíduos nas duas últimas décadas, a partir da Conferência do Rio em 1992, como já mostrado. Mesmo quando usado nas mais diversificadas atividades, parece portar o mesmo discurso – a preocupação com um planeta condenado ao colapso, se as diretrizes desse programa de ação não forem postas em prática. O papel das ONGs nessa difusão é praticamente inquestionável, através das parcerias com Estados e Corporações, é um ator fundamental na difusão das ideias e execução de projetos. Um ponto importante na história da construção de tal noção, é que desenvolvimento sustentável ganha força, justamente, com o enfraquecimento da ideia de desenvolvimento como ideologia geopolítica.

### **15.1 A ideologia do desenvolvimento no período da Guerra Fria**

O conceito de desenvolvimento, tratado na segunda metade do século XX como crescimento econômico e geração de renda, consagrado após a Segunda Guerra Mundial, serviu como qualificação e diferenciação dos países ricos (desenvolvidos), considerados aqueles dotados de grande crescimento, cujo indicador principal é o Produto Interno Bruto e o Nível de Renda, que garante alto padrão de vida de seus habitantes; e os países que não alcançaram essas metas, então denominados países pobres e/ou subdesenvolvidos (Escobar, 2003).

Sendo um produto direto da Guerra Fria, nasce como uma ideologia de controle dos países ditos subdesenvolvidos e como difusão do modelo urbano industrial que, após a Segunda Guerra Mundial, conhece seu período mais expansionista com a modernização do espaço mundial, promovida pela propagação dos fluxos financeiros e informacionais. A principal estratégia colocada em prática foi, então, a criação de programas de “ajuda” aos países subdesenvolvidos com o discurso de alavancar a economia dos mesmos e aos países

desenvolvidos afetados pela guerra.

Dois elementos eram fundamentais: a liberdade de mercado, fortemente difundida como democracia, em especial nos países da América Latina e África, para diferenciar dos países comunistas; e a abertura das fronteiras nacionais para as grandes empresas, assim como a exportação de produtos. O sentido do desenvolvimento seria fazer o caminho do estado de pobreza para o de consumidor nos padrões dos países de primeiro mundo. O que estava posto nesse contexto de Guerra Fria era a reconstrução do modelo urbano industrial na Europa, assolada pela guerra, e sua expansão para os demais países – desenvolvimento e crescimento econômico são, então, considerados sinônimos (ESCOBAR, 2003, SEN, 2000).

Essa geopolítica do desenvolvimento foi marcada pelo conflito e cooperação entre os países do Norte e os do Sul. Esse desenvolvimento a ser alcançado nos países do Sul era, sobretudo, uma questão de Estado. Ele viria por meio de uma injeção massiva de capital e criação de infraestrutura para desenvolver o mercado interno. Tal modelo era extremamente nacionalista, fundamentado na ideia de construção de superpotências econômicas. Por conta disso, a transferência de tecnologia dos países desenvolvidos, pacotes de financiamentos e gerenciamento feitos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, seriam as principais medidas para alcançar tal objetivo. Diante da dificuldade de construção rápida dessa sociedade de consumo, nos anos 70 o Banco Mundial começou a difundir a ideia de necessidades básicas, principalmente via políticas de saúde e educação. Na área rural, os investimentos foram destinados para a empresa agrícola (grandes proprietários de terras), para incentivo à monocultura para exportação.

O resultado desse modelo de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos foi o endividamento, que culminou em crises de dívidas desses países nos anos 80 e nos programas de ajustes e reestruturação comandados pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFI), cujo um dos objetivos era criar programas para levar os países a pagarem duas dívidas – Plano de Ajustamentos Estruturais -, que levou ao processo de liberalização da economia desses Estados.

### **1.5.2 A crise da ideologia do desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável**

A crise do desenvolvimento, reflexo das crises do modelo urbano industrial, revela

os limites de legitimação da ideologia do desenvolvimento baseada no crescimento econômico e no nível de renda. Isso, quando pensada como estratégia geopolítica dos países desenvolvidos. A tática da “ajuda” ao crescimento econômico para os países subdesenvolvidos mostrou-se ineficaz durante o início dos anos 90, em especial por conta do fim do Império Soviético e da ideologia da Guerra Fria (BRUNEL, 2004).

Além disso, essa estratégia que também havia sido posta em prática via financiamento para grandes projetos e exploração de recursos naturais, a exemplo daqueles implantados na Amazônia, vinha sofrendo pressão das ONGs desde os anos 70. A emergência do poder de novos atores, como essas ONGs, intensifica as acusações ao modelo de desenvolvimento econômico como predatório. A denúncia já não vinha, apenas, dos próprios países do Sul, que assinalavam a exploração de sua economia pelos programas de ajustes dos países desenvolvidos, mas de acusações generalizadas que fortaleceram as críticas e reivindicações por mudanças – “une culture mondiale de la contestation” (BRUNEL, 2004, p. 19).

Novos elementos de produção de valor são projetados na escala internacional e outros são fortalecidos: saberes das comunidades tradicionais, biodiversidade, mudanças climáticas, proteção das florestas tropicais (em especial a Amazônia). Aspectos ligados ao modelo ocidental é objeto de contestação: destruição da natureza, das culturas e dos recursos naturais “toute la problématique du développement durable s’articule autour de cette notion de ‘durabilité’ (p. 59)”, mas ao mesmo tempo são esses países que comandam o programa do desenvolvimento sustentável. Como escreve Veyret (2011) a sociedade do século XXI é uma sociedade do medo, habitantes de um planeta anunciado como uma bomba prestes a explodir se as metas referentes ao aquecimento global não forem cumpridas. E em torno do mundo em perigo que está embasado o discurso do desenvolvimento sustentável.

Em fait, sous ces discours se dissimule une idéologie de type malthusien selon laquelle la planète porte trop d’hommes responsables de toutes les dégradations existantes ou supposées. Associée aux grandes peurs pour la nature, pour la biodiversité et le climat, se dissimule al peur de l’autre, des autres. Le thème des migrations dites désormais ‘migrations climatiques’ en témoigne. (Veyret, 2011, p. 31)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Isso não quer dizer que a autora, assim como essa tese, ponha em discussão a existência dos problemas ambientais. A questão é, justamente, como esses problemas foram transformados em estratégias de regulação e legitimação do atual modelo de desenvolvimento que ao incorporar a variável ambiental camufla o conflito entre o crescimento econômico e o meio ambiente.

No início dos anos de 1990 o discurso direcionado aos países subdesenvolvidos já não era mais do crescimento a qualquer custo, mas do fortalecimento de discursos contra o analfabetismo, qualificação da saúde e da educação, respeito aos direitos humanos, preservação ambiental, etc. Nesse contexto, no cerne do discurso está a luta contra a “destruição da natureza” que, praticamente, é tratada como sinônimo de combate às mudanças climáticas, à desertificação e ao desmatamento. Esses temas tornam-se os principais na agenda dos países desenvolvidos, em especial dos países europeus. Mas isso não era um consenso entre os Estados, nem entre os atores. Os países em desenvolvimento aderiram ao discurso do desenvolvimento sustentável, mas continuaram advogando o direito de conhecer o mesmo caminho dos países desenvolvidos e tem como justificativa ser essa a forma de lutarem contra a pobreza.

Assim, o impasse que havia se manifestado na Conferência de Estocolmo em 1972, continuou nas décadas seguintes. Nesse aspecto, concordamos com Brunel de que o desenvolvimento sustentável é uma síntese desses interesses, pois introduz uma nova visão ao desenvolvimento, adjetiva-o com a qualidade da sustentabilidade e acrescenta-lhe o peso da ecologia e do meio ambiente. Insiste sobre o respeito aos limites dos recursos não renováveis do planeta, com a famosa expressão – “não existe planeta de reserva”.

Nesse contexto, enquanto a ONU se tornou um ator da articulação para a construção da escala do desenvolvimento sustentável, foram as ONGs que assumiram o papel de divulgar a noção e auxiliar os projetos cunhados de sustentáveis, em especial, fora do Ocidente.

### **1.5.3 As origens, difusão e normalização das estratégias do desenvolvimento sustentável**

Entre os principais autores utilizados nesse trabalho (Leff, 2004; Porto-Gonçalves, 2006; Brunel, 2004, 2008; Paulet, 2004 e Veyret, 2010) existe um consenso de que a noção de desenvolvimento sustentável foi resultado dos desdobramentos pós Estocolmo 72, mesmo que tenha começado a ser difundido nos anos 80 e se consolidado nos anos 90. Assim, apesar da ampla divulgação na década de 90 e sua entrada no vocabulário comum das pessoas a partir desse período, o termo veio sendo trabalhado na escala geopolítica internacional por duas

décadas, até ser consagrado após a Rio 92.

Levando em consideração as primeiras contestações do modelo urbano industrial após a Segunda Guerra Mundial, a ideia de um desenvolvimento sustentável teria sido pensada pelos movimentos de contra cultura da década de 60. Para Portog-Gonçalves (2006), os ideais originados desses movimentos, diretamente direcionados em oposição ao modelo urbano industrial e ao capitalismo, não surtiram efeito porque propunha, de fato, a valorização de outros modos de vida, o que significaria romper com o modelo homogeneizador e dominante vigente.

Para o referido autor, se as contestações não serviram como proposta para o surgimento de novos valores de ação na geopolítica internacional, os questionamentos gerados por esses movimentos produziram efeitos na globalização política-econômica-ecológica, a ponto de novas estratégias regulatórias e normativas serem colocadas em prática atestando a necessidade de mudanças no modelo urbano industrial. A diferença é que enquanto os movimentos de contra cultura buscavam outros modos de vida, as mudanças incorporadas pelo/ao modelo urbano industrial, via desenvolvimento sustentável, tem como principal objetivo a revalorização do próprio modelo urbano industrial. São estratégias de revalorização do capital, produção de novos ativos como: capital natural e capital humano. Como escreve Enrique Leff, a valorização só tem sentido se vem pela própria lógica capitalista para salvaguardar a mesma economia pautada na maximização do lucro. Teria como principal objetivo, portanto, ser solução para as próprias crises do modelo, como as da década de 70 (Leff, 2004) e a que atual, que fora deflagrada em 2008, como explica Alain Lipietz. Esse último, inclusive, fala dos modos de regulação em amplo crescimento atualmente, como as taxações e negociações de “produtos ecológicos” nas bolsas de valores.

Um mode de régulation fondé sur des relations plus stables capital-travail et le développement de l'économie social et solidaire, avec une planification environnementale incitative, à travers les écotaxes, les permis négociables, et une création de monnaie directement dédiés aux investissements verts. (Lipietz, 2012, p. 180).

O desenvolvimento sustentável, como também escrevem Arnould e Simon (2007) é uma noção forjada sobre o próprio termo desenvolvimento a partir da incursão em três dimensões importantes que lhe assegura maior legitimidade, porque se trata diretamente de

dimensões indissociáveis do cotidiano das pessoas, da vida pública e da vida privada, das instituições públicas e das grandes empresas, ao mesmo tempo em que carrega grandes ambiguidades entre essas próprias dimensões: a biológica, a econômica e a política.

Ce triple ancrage lui assure, dès le départ, une forte légitimité. Pourtant, cette triple filiation est aussi source d’ambiguïté dans la mesure où le terme ne recouvre pas vraiment les mêmes sens dans les trois champs disciplinaire qui en revendiquent la paternité. La définition la plus unanimement reproduite de développement durable, proposée par le groupe de travail réuni autour de Gro Harlem Brundtland, a été l’objet de subtiles négociations... ‘développement durable’ est ainsi désormais plus répandu et familier que ‘biodiversité’ ou ‘multifonctionnalité’. Pourquoi cette fortune ? les qualificatifs son légions pour rendre compte de ses qualités qui expliquent son succès et son adoption de plus en plus large. (Arnould e Simon, 2010, p. 154-55).

Ele aparece, então, nesses três campos com o objetivo de produzir a síntese, o consenso de interesses em prol de um planeta considerado doente. Para os autores, o slogan de Estocolmo 72 “uma só terra” anuncia a mundialização das perspectivas ecológicas, lançando a ideia central que posteriormente iria se formar como principal justificativa do novo modelo: a universalidade dos problemas ambientais eleitos como causas da crise ambiental.

Para Brunel (2004, 2008), mesmo a noção de desenvolvimento sustentável tendo aparecido precocemente nos documentos da ONU e WWF, ele não se impõe imediatamente porque o contexto geopolítico não era propício. Para a autora, três pontos favoreceram a emergência da sua implantação nos anos 90:

- As virtudes do progresso da técnica nos países ocidentais ganham força nos países emergentes e aparecem como símbolo de desenvolvimento sustentável pela promoção das chamadas “tecnologias limpas”, que poderiam garantir o uso dos recursos naturais com menos degradação nas técnicas de operação, de intervenção no meio ambiente.
- O fim da Guerra Fria, que faz com que a “ajuda pública” ao desenvolvimento perca seu interesse geopolítico. Isso porque, desaparece o “inimigo” em comum. Nesse contexto, um novo “inimigo” surge para reunir os Estados, as pessoas: – a crise ambiental.

- Generalização da globalização neoliberal, com o fortalecimento de atores como ONGs, Organismos Internacionais e as Corporações, e o enfraquecimento do Estado como interventor social.

Sous l'influence des ONG, organisées en réseaux planétaires, des problématiques universelles s'imposent pour la première fois à l'échelle d'un espace désormais mondial, transcendant les anciens clivages Nord-Sul comme Est-Ouest et appelant des réponses communes. Les ONG ont donc joué un rôle essentiel dans le changement de paradigme qui a fait passer les politiques publiques du développement au développement durable. Il ne s'agit pas seulement d'un glissement sémantique, mais d'une rupture de fond, qui fait basculer les priorités et les financements en direction d'un domaine considéré désormais comme priorité : l'environnement. (BRUNEL, 2004, p. 31-32).

O discurso das ONGs se fundamenta, em especial, na ideia de – medo de faltar -, cuja estratégia se difunde via eminência das catástrofes ambientais. A multiplicação das catástrofes industriais na segunda metade do século XX esteve no centro da discussão das ONGs, influenciaram diretamente as ações das empresas e as políticas dos países em desenvolvimento, que buscavam alcançar o mesmo patamar dos países desenvolvidos.

O fim da Guerra Fria e o avanço da globalização neoliberal, com a liberalização econômica e política dos países em desenvolvimento deu visibilidade aos problemas sociais: desemprego, inflação, etc, que expõem a fragilidade dessas economias frente aos ajustes promovidos pela reestruturação do Estado. Nos países diretamente sob o poder das potências, como no Leste Europeu, inúmeros conflitos eclodiram no início dos anos 90. Nesse contexto, a ONU e as ONGs foram chamadas a atuarem em um novo palco de intervenção, *consagrando a passagem da “ajuda ao desenvolvimento” para a “ajuda humanitária”*. A década do caos para muitos países da Europa do Leste e a deflagração da degradação ambiental nos países de terceiro mundo, como o desmatamento na Amazônia, foi também a década em que a ONU mais realizou conferências, convenções e promoveu a assinatura de protocolos para “remediar a desordem social e ambiental no mundo” (Quadro 1). Desde 1945, três quartos (3/4) das intervenções da ONU aconteceram após o fim da Guerra Fria, a maioria esmagadora delas nos anos 90, que Brunel chamou de *“década dos bons sentimentos”*. De 1994 a 2002 a ONU realizou seis conferências sobre a biodiversidade, o que atesta a importância dada ao tema na crise ambiental.



Nas últimas duas décadas o Desenvolvimento Sustentável foi difundido em escala internacional pela ideia de universalidade dos problemas ambientais, que tem sido operacional no que tange: avaliar os riscos, informar a opinião pública, guiar a ação política; numa espécie de ambição normativa de instaurar um estado universal de bem-estar humanizando e ecologizando conciliado à economia, reunindo três domínios até então inconciliáveis, mesmo no plano do discurso: a economia, o social e o meio ambiente. Esse tripé se fundamenta em um discurso que tem se mostrado eficiente e legitimador das políticas ambientais de Estados e empresas. No domínio econômico, em produzir mais e em proveito do maior número de pessoas; aliado ao social, com a ideia de repartir melhor, lutar contra a pobreza; tudo isso com preservação da natureza. E uma quarta dimensão, transversal, a *solidariedade temporal* entres as gerações, presente e futura (Brunel, 2004).

Quadro 1 – Principais eventos sobre meio ambiente

Principais eventos relativos à proteção da natureza (1950-200)						
DATA	EVENTO	E	M	B	P	DS
1948	Criação da União Internacional pra Conservação da Natureza	■	■			
1959	Conferência Unesco sobre a Biosfera		■			
1968	Conferência Unesco sobre a Biosfera	■	■	■		
1970	Programa Unesco: Homem e Biosfera		■	■		■
1971	Conferência de Ramsar sobre as Zonas Úmidas	■	■	■	■	
1972	Conferência de Estocolmo sobre meio ambiente		■			
1973	Convenção de Washington sobre comércio de espécies ameaçadas	■		■		
1975	Convenção sobre comércio de espécies da fauna e da flora selvagem	■		■		
1977	Conferência de Nairóbi sobre Desertificação		■		■	■
1979	Convenção (Bonn) sobre conservação da vida selvagem e do meio natural.	■	■		■	
1982	Recomendação n°R(82)12 do Conselho Europeu relativa à conservação das florestas.		■	■	■	
1987	Relatório Bruntland	■	■	■	■	■
1990	Conferência de Strasbourg sobre a proteção das florestas na Europa.		■	■	■	■
1990	X Congresso Florestal Mundial (Paris) - Tema : “Floresta – patrimônio do futuro.”		■	■	■	■

Continua...

continuação

1990	Declaração do G7 sobre a proteção das florestas naturais.								
1992	Cúpula da Terra (Rio-92). Declaração dos princípios sobre o meio ambiente e o desenvolvimento – Convenção mundial sobre a diversidade biológica.								
1992	Conferência ministerial sobre a proteção das florestas (Helsinki).								
1994	Convenção sobre a desertificação (Paris)								
1994	Conferência sobre a biodiversidade– Conferência das partes (ONU).								
1995	Conferência de Sevilha sobre as reservas da biosfera (Homem e Biosfera).								
1995	Conferência sobre a biodiversidade – Conferência das partes (ONU) – Jakarta								
1996	Conferência sobre a biodiversidade – Conferência das partes (ONU) – Buenos Aires								
1998	Conferência sobre a biodiversidade – Conferência das partes (ONU) – Bratislava								
2000	Conferência sobre a biodiversidade – Conferência das partes (ONU) – Nairobi								
2002	Conferência sobre a biodiversidade – Conferência das partes (ONU) - La Haye								
2002	Conferência de Johannesburg								
E : Espécies ; M :Meio ; B: Biodiversidade; P: Paisagem; DS: Desenvolvimento Sustentável									

Fonte: Adaptado de ARNOULD e SIMON, 2007.

Os principais atores dessa ação compartilhada vão desde os que organizam a arena ambiental, como ONU e Estados, aos responsáveis pela difusão e realização de projetos, como as ONGs e os responsáveis pela execução do atual projeto de desenvolvimento sustentável – as grandes empresas. Tudo isso, atrelado a cada vez mais intensa participação da Ciência, inclusive pela parceria entre Universidades e Grandes Empresas. A escala ambiental internacional, através do desenvolvimento sustentável, consegue *forjar a síntese* de interesses divergentes, muitas vezes antagônicos, dos atores. As ONGs, por exemplo, principais questionadoras das ações das grandes empresas nas décadas de 60 a 80, nas duas últimas décadas se tornaram aliadas. As grandes empresas, ao mudarem a forma de intervenção no meio ambiente, mudaram o objetivo de intervenção? O que explica a rápida síntese construída entre os atores e o consenso de interesses? O desenvolvimento sustentável conseguiu produzir a síntese, mesmo que os objetivos econômicos e ambientais/sociais sejam extremamente incompatíveis.

Toutes les grandes institutions existantes, qu'il s'agisse des différents organismes des Nations unies, des États, des firmes multinationales ou des grandes ONG, sont par vocation ou par mandat tournées plus vers um

domaine que vers um autre, et leurs préoccupations sont souvent contradictoires, voire antagonistes. *Comme le développement durable privilégie les processus de consultation et négociation, le principe de l'action collective et de la démocratie participative, toute question donne lieu à des affrontements et à des négociations sans fin*, au niveau local comme international, faute d'instance d'arbitrage et d'institutions de régulation et de gouvernance mondiales (p. 53-54). Destaques nossos.

Isso resume o atual discurso do desenvolvimento sustentável. Foi nesse sentido que se desenvolveram as propostas da última cúpula da ONU no Rio de Janeiro, em junho de 2012. É essa proposta que encontramos no discurso das empresas, são nessa base que são elaborados os relatórios de sustentabilidade das grandes organizações, guiados pelos institutos de normalização. Fazendo uma separação unicamente didática, a escala ambiental internacional se apresenta, na globalização, com a seguinte organização.

- Escala Política, em um estágio avançado de articulação das escalas, com ou sem sobreposição. Os eventos promovidos pela ONU são os principais enquanto produção das regras e das normas que passam a ordenar o espaço. Mesmo que desses eventos não saiam leis que vão ser diretamente colocadas em prática nas demais escalas: nacional, regional, estadual e municipal, neles são tratadas, firmadas, produzidas formas de dizer o que deve e não deve ser feito, assim como são definidos e qualificados “valores mediante os quais se orientam a distribuição e o movimento dos lugares no espaço” (Moreira, 2005, p. 76), agindo de forma regulatória; e também diz como deve ser feito, produzindo o discurso da normalidade das ações<sup>6</sup>.
- Escala econômica – onde as regras e normas são implantadas utilizando-se, para isso, os mecanismos de regulação do mercado.
- Escala Social – espaço de difusão das informações, da esfera pública normativa, onde os valores são arranjados.

---

<sup>6</sup> Para Rui Moreira: A regra e a norma diferem em sua natureza. A regra diz o que deve e não deve ser feito, define e qualifica os valores mediante os quais se orientam a distribuição e o movimento dos lugares no espaço. A norma diz o que deve ser, reafirmando e consolidando o que diz a regra com o estatuto da normalidade. A regra age pela sanção e o interdito, a norma pelo discurso. Se a regra proíbe ou permite, a norma legitima e naturaliza. A regra normatiza (sanciona ou interdita), enquanto a norma normaliza (define o normal e o anormal), poderíamos assim dizer: se o ‘ponha-se no seu lugar’ é o imperativo da regra, o ‘este é o seu lugar natural’ é o discurso da norma. Na coabitação do consenso a regra é que origina, reitera e corrige o arranjo das distribuições, a norma velando para que diferenças e identidades se reconheçam, se legitimem e governem diante do múltiplo e do uno (2005, p. 76).

As grandes empresas são as principais representantes do desenvolvimento sustentável. São elas que diretamente precisam trabalhar com as regras e normas embasadas nesses elementos universais. Entram, portanto, no jogo geopolítico do mercado do “ambientalmente correto”. Gestão da água, pesquisa e desenvolvimento, tecnologias “limpas”, controle de emissão de GEE, proteção do trabalhador, direitos humanos, luta contra o trabalho infantil, etc. problemas que até pouco tempo as empresas eram as principais causadoras, agora aparecem como as principais promotoras das soluções. Todas essas questões entram nos relatórios anuais de sustentabilidade que, desde 2001, as empresas são obrigadas a publicar, como discutido na primeira parte do trabalho. Mais do que uma discussão sobre a tomada de consciência dos atores acerca da questão ambiental, a atual configuração da escala desenvolvimento sustentável mostra a vantagem dessas iniciativas no mercado. O que está em jogo é a geração de novos ativos de capital diante da atual crise econômica.

No início, quando surgiram as primeiras leis de controle ambiental, pagar as taxas de poluição era mais rentável do que não poluir, isso porque, a questão era de natureza da regra, pouco efetiva como elemento normativo das relações de mercado. As taxas eram menos custosas do que os custos em medidas não poluentes. Como isso estamos afirmando que o elemento diferencial da atual política ambiental das empresas, fundamental no modelo de desenvolvimento sustentável está menos no ambiente de produção e mais no espaço das relações públicas – concentra-se na esfera normativa – no caso, na escala da esfera pública, espaço de construção e legitimação da crise ambiental.

Isso não significa que o ambiente de produção não seja estratégico, claro que não, ele é fundamental no processo; mas não comanda os valores da ação capitalista nesse período de crise ambiental. A economia continua no centro do mundo, mas com estratégias que extrapolam, cada vez mais, para a acumulação financeirizada e isso inclui, em larga escala, o processo de financeirização da natureza. Para as grandes empresas o objetivo é a valorização da sua marca no capital financeiro, inovação para o aumento da produção e da produtividade, da maximização do lucro. Paulet (2005) infere um importante questionamento nesse sentido:

Pour l'économiste le mot 'environnement' a un sens particulier. Il peut s'agir de l'"environnement marchand" constitué par ses partenaires, ses clients, ses fournisseurs, ses concurrents et l'environnement 'non marchand' qui est composé des structures sociales, administratives, culturelles ou géographiques qui influencent directement ou indirectement la marche de

l'entreprise (et ses profits). Un bien économique est 'comme tout bien parfaitement apte à satisfaire un besoin humain qui n'existe pas ou qui n'existe que rarement en tant que tel dans le milieu naturel, et dont l'obtention et la démultiplication exigent un effort, un travail de la part des hommes. (PAULET, 2005, p. 30-31).

Essa é uma façanha dessa fase do capital – a transformação da crise ambiental em um problema essencialmente de natureza econômica, o que vincula as ações ambientais aos valores econômicos por excelência. Isso acontece tanto culturalmente, porque uma nova ideia de natureza é forjada e difundida como valor entre os homens e mulheres; como diretamente mercantil, através da transformação de elementos dessa natureza em bens comercializáveis, como o ar. Dos dois circuitos ambientais descritos por Paulet, outra conclusão é importante: um modelo econômico capitalista somente funciona se ao lado da esfera da produção de bens existir outra esfera - a cultural -, que produz a valoração dos bens produzidos, criando um espaço de sentido entre as pessoas onde esses valores são desenvolvidos (Guattari, 2011).. Nesse aspecto, os bens produzidos e transformados historicamente em necessidades humanas<sup>7</sup>, os bens de consumo, a eles são acrescentados outra necessidade – a sustentabilidade. Portanto, não é a sustentabilidade do meio ambiente que ganha importância, mas o produto sustentável, sendo este acrescido de um adjetivo que até então não possuía, justamente por não ter interferência no processo de acumulação. Isso carrega muitos significados e interpretações, e uma delas é que o programa de desenvolvimento sustentável oferece ao “homem econômico” um ambiente cada vez mais (eco)nomizado, já que transforma a outra dimensão do humano – a natureza -, em economia.

Além da transformação de elementos como o ar em capital, outro aspecto, como já levantado neste trabalho é a criação de noções como “capital natural”, uma das estratégias de apropriação da natureza nesse período de crise ambiental. Sobre esse processo de capitalização da natureza, Enrique Leff escreve:

As estratégias fatais de capitalização da natureza penetram o discurso oficial das políticas ambientais e de seus instrumentos legais e normativos. Com base nos objetivos comuns do desenvolvimento sustentado, convocam-se todos os atores sociais (governo, empresários, acadêmicos, cidadãos, camponeses, indígenas) para uma *operação de concertamento e participação na qual se integram diferentes visões e mascaram-se os interesses*

---

<sup>7</sup> Ou os bens transformados em necessidades e posteriormente produzidos, como escreve Bruno Latour na obra *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora* (Latour, 2000).

*contrapostos em um olhar especular; convergente na representatividade universal de todo ente no reflexo do capital argentino.* Assim, dissolve-se a possibilidade de dissentir diante do propósito de um futuro comum, uma vez que o desenvolvimento sustentado é definido, em boa linguagem neoclássica, como uma contribuição igualitária do valor que os diferentes fatores da produção adquirem no mercado (LEFF, 2006, p. 143). Destaques nossos.

O autor acrescenta que:

Essa estratégia discursiva procura codificar e reverter a cultura e a natureza dentro da lógica do capital. Do mesmo modo, tenta levar as disputas sobre os sentidos da sustentabilidade e da expropriação dos recursos naturais e culturais das populações para um esquema combinado, em que seja possível *dirimir os conflitos em um campo neutro*. Através desse olhar especular (especulativo), pretende-se que as populações indígenas se reconheçam como *capital humano*, que ressignifiquem seu patrimônio de recursos naturais e sociais (sua biodiversidade) como um *capital natural*, que aceitem uma compensação econômica negociada pelo dano ou pela cessão de seu patrimônio de recursos naturais e genéticos às empresas transnacionais de biotecnologia. *Essas seriam as instâncias encarregadas de administrar racionalmente os “bens comuns da humanidade” em benefício do equilíbrio ecológico e de garantir a distribuição equitativa de seus benefícios, de lograr o bem-estar da sociedade atual e o das gerações futuras. Da valorização dos custos ambientais se passa se passa a legitimação da capitalização do mundo como forma abstrata e norma generalizada das relações sociais.* (LEFF, 2006, p. 144-45). Destaques nossos.

Esse é um processo comandado em escala internacional. O período atual da economia capitalista põe em curso uma escala da normalização na qual a questão ambiental passa a ter papel fundamental na articulação dos valores aí difundidos. Leis, protocolos, seleção de indicadores, são elementos ordenadores desse espaço de ação definido por uma teia de relações formada por importantes atores da globalização: Estados, Grandes Empresas, Organismos Internacionais, ONGs.

A questão ambiental passou dos questionamentos iniciais no circuito da produção – quanto e/ou o que pagar pela conservação ambiental -, para quanto e/ou como lucrar com a transformação dessa “preservação” em capital. Nesse ponto repousa o reconhecimento capitalista de uma crise ambiental.

Para Enrique Leff as estratégias do ecodesenvolvimento, fundadas nas condições e potencialidades dos ecossistemas, foram enfraquecidas pelas estratégias do desenvolvimento sustentável desenvolvida a partir dos anos 80. Se no ecodesenvolvimento os aspectos socioambientais locais estavam na base dos indicadores de sustentabilidade, no desenvolvimento sustentável essa base é deslocada para uma arena político-econômica comandada numa escala internacional, cujos indicadores de sustentabilidade deixam de ser locais, de acordo com as especificidades ambientais, sociais e econômicas do lugar, para ganharem dimensão universal. Os lugares se tornaram, nesse processo, laboratórios de desenvolvimento sustentável e lócus de exploração econômica do novo discurso de desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento sustentável é discurso capaz de produzir estratégias de reapropriação e ressignificação da natureza e da sociedade. Nesse sentido “o discurso do desenvolvimento sustentável procura estabelecer um *terreno comum para uma política de consenso capaz de integrar os diferentes interesses* de países, povos e classes sociais que plasmam o campo conflitivo da apropriação da natureza” (LEFF, 2006? p. 137). Grifos nossos

Nesse ponto, da simulação do consenso, reside o ponto nodal do discurso do desenvolvimento sustentável. Na política das empresas, que a nosso ver cada vez mais se apresenta menos como uma política particular de cada empresa e mais como uma adequação padrão para a ação de algumas empresas, no caso as mais fortes, ao aparelho normativo internacional; essa simulação do consenso aparece de forma. Os indicadores de relações de trabalho, saúde, educação, proteção da natureza, que compõem o conjunto de pontos que figuram na meta dessas corporações apresentam um ambiente empresarial onde os interesses dos trabalhadores e os interesses dos empresários não têm diferença. No topo desses “projeto de síntese” está a política de sustentabilidade da empresa, que seguem o padrão de indicadores elaborados por determinado instituto de formulação e difusão dos mesmos. Essas políticas seguem um padrão internacional de normalização, não somente no quesito aplicação de normas (como ISO 1400), mas de uma padronização que produz um cenário internacional de regulação e normalização da ação das organizações.

As últimas três décadas, com destaque para as duas últimas, a definição de desenvolvimento sustentável e sua difusão nas/pelas políticas públicas e pelas empresas não permite que tal noção seja operacionalizada estabelecendo-se uma relação entre o real e o simbólico na construção da sustentabilidade. A expressão consagrada pelo Relatório Brundtland e difundida posteriormente não é um *conceito*, mas um exercício retórico,

especulativo, forjado politicamente para fins de ordenação das ações econômicas e políticas na arena internacional. Carrega, sem dúvida, grandes contradições, mas a forma como vem sendo difundida torna-se linguagem comum, faz com que as mesmas, somente possam ser explicitadas e confrontadas com interesses opostos ainda presentes, a nosso ver, nos movimentos sociais. A escala ambiental internacional é resultado dessa convergência de interesses entre atores importantes que culminou na configuração de um cenário para o desenvolvimento sustentável.

#### **1.5.4 Discurso do desenvolvimento sustentável e mercantilização da natureza**

O processo atual de capitalização da natureza e das estratégias do desenvolvimento sustentável na Amazônia está reconfigurando e ressignificando os processos de apropriação dos recursos naturais da região. Inclui-se, no rol dos recursos naturais, o próprio solo amazônico, como bem comum indispensável ao desenvolvimento de um povo.

Com deslocamento da proposta do ecodesenvolvimento feita por Sachs (2008), para o discurso do desenvolvimento sustentável, o neoliberalismo conseguiu camuflar a contradição entre meio ambiente e crescimento econômico. Como escreve Leff (2006, p. 138), “na perspectiva neoliberal, desaparecem as causas econômicas dos problemas ambientais”. De acordo com a lógica político-econômica desenvolvida na arena internacional atual, dentro da qual surge o que um aparelho normativo ecológico, os atores dessa globalização da ecologia se transformam nos responsáveis pelas estratégias de solução para a crise ambiental. Como afirma Leff (2006, p. 139):

A crise ambiental não é mais um efeito da acumulação de capital, mas resultado do fato de não haver outorgado direitos de propriedade (privada) e atribuído valores (de mercado) aos bens comuns. Uma vez estabelecido o anterior – afirma o discurso do desenvolvimento sustentado –, as leis clarividentes do mercado se encarregariam de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais, a equidade e a sustentabilidade.

Esse processo gerou o deslocamento entre as coisas e seu lugar de referência e finalidade, sendo privada do sentido e de uso que tem e/poderia ter para os outros, os que não



fazem parte das estratégias de acumulação. O discurso do desenvolvimento sustentável incide sobre as estruturas espaciais, sobre sua organização, pela fórmula da simulação do consenso, anunciando a morte da dialética e do conflito pelo que poderia ser considerado, sem exageros, de uma “*metafísica da sustentabilidade*”. Os relatórios de sustentabilidade das empresas, o discurso dos institutos de gestão dos interesses das mesmas, as novas políticas elaboradas pelos Estados, o discurso das ONGs; simulam uma realidade sem contradições. Pela normalização e banalização o desenvolvimento sustentável adentra as estruturas sociais como uma verdade inquestionável. Como escreve Stéphanie (2012, p. 15): “La pensée écologiste s'est consolidée grâce à un appareil normatif ‘écologiquement correct’: il est devenu impossible de contester les positions écologiques sans être considéré comme un ennemi de celle-ci”.

De repente, a degradação ambiental, a exploração da força de trabalho e a pobreza perderam sua relação como produto da contradição entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, entre capital e trabalho; para se tornarem elementos da evolução do próprio modelo de desenvolvimento. Para Leff (2006) há um falso princípio de racionalização da escassez comandado pela racionalidade econômica, que conduz a todos os excessos. Pela difusão do desenvolvimento sustentável, da falsa ideia de sustentabilidade ambiental acelera-se o uso dos recursos naturais e do consumo.

Atualmente, grande parte do sucesso das empresas e das ONGs deve-se ao processo de transformação da política, entendida como ação social que permite aos homens e mulheres lidarem com os seus interesses na esfera pública (Arendt, 2009); para a ação social como voluntariado. Como escreveu Agnes Heller (2008), os espaços de manifestação das lutas sociais foram transformados em espaços de voluntariado. Uma das manifestações do que diz a autora, e que a nosso ver é a principal forma de manifestação das questões ambientais na atualidade, é que o conflito, agente fundamental de transformação é camuflado em um jogo de consensos simulados.

Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento sustentável nega os limites do crescimento em prol de uma economia sustentada por indicadores tecnológicos e de negação dos conflitos. É cada vez mais difícil convencer que existe solução fora das estratégias econômicas do desenvolvimento sustentável. Se até a década de 1980 era facilmente perceptível essas contradições entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, atualmente desaparece qualquer clareza de sentido, porque o processo engoliu de tal forma suas contradições que o maior resultado desse jogo de simulações é a atual cooperação entre

governos, empresas, ONGs e universidades em um objetivo único – o desenvolvimento sustentável -, sem se perguntar a quem ele serve e a quem serve essa ciência.

Nesse aspecto, é preciso discutir a relação do real e do simbólico e o surgimento do desenvolvimento sustentável como simulacro. A economia e a política não negam a natureza, nem o meio ambiente; porque produziu-se um espaço de poder onde o político e o econômico criam para seu próprio sustento uma ideia de meio ambiente e de natureza, consagrada pelo “aparelho normativo ecológico”. O atual espaço de difusão do desenvolvimento sustentável produz o que Baudrillard chama de hipertelia: um excesso de imperativos funcionais, postos em prática por uma sorte de saturação. O discurso de Baudrillard sobre o surgimento dos simulacros na sociedade de consumo encontra sentido no atual no programa de ação do desenvolvimento sustentável, onde o descolamento do real como medida possível do concreto cede lugar ao que entendemos como o simbólico hipertélico, também significado próprio.

Estamos governados não tanto pelo crescimento, mas por crescimentos. Nossa sociedade está fundada na proliferação, em um crescimento que continua apesar de não poder medir-se diante de nenhum objetivo claro. Uma sociedade excrescente cujo desenvolvimento é incontrolável, que ocorre sem considerar sua autodefinição, *onde a acumulação de efeitos vai de mãos dadas com a desaparecimento das causas*. O resultado é um congestionamento sistêmico bruto e um mau funcionamento causado por uma hipertelia: por um excesso de imperativos funcionais, por uma sorte de saturação [...] As próprias causas tendem a desaparecer, a se tornar indecifráveis, gerando a intensificação de processos que operam no vazio. Enquanto existir uma disfunção do sistema, um desvio das leis conhecidas que governam sua operação, sempre existirá a perspectiva de transcender o problema. Mas, quando o sistema se precipita sobre seus pressupostos básicos, desbordando seus próprios fins, de maneira que não é possível encontrar-se nenhum remédio, não estamos contemplando uma crise e sim uma catástrofe [...] O que chamamos de crise é de fato a antecipação de sua inércia absoluta. (BAUDRILLARD, 1993, p. 31-32; apud LEFF, 2006, p. 140).

Considerando o sentido de desenvolvimento sustentável produzido na escala ambiental internacional atual, a solução para a crise ambiental seria a incorporação do atual modelo de gestão pelas empresas e pelos governos em todas as escalas. Em outras palavras, que todos se tornassem voluntários das causas. Assim, desaparece o real problema da crise

ambiental (que é de natureza social-econômica-política) porque se chegou a um consenso de que esta não tem suas causas provocadas pelos princípios básicos do sistema. Camuflam-se as causas e surge uma multiplicidade interminável de efeitos. “O capitalismo engoliu o mundo, mascarou-o e velou-o sem sua própria imagem, levado por essa estratégia exponencial na qual as coisas, privadas de sua finalidade ou de sua referência, se reiteram em um tipo de jogo no abismo” (Leff, p. 141).

A economia metamorfoseou-se e metamorfoseou as relações que compõem o atual jogo de poder entre os atores. Escravizou o sentido de desenvolvimento e de sustentável, monopolizando a crise ambiental. A racionalidade econômica que gerou o quadro atual de degradação “resiste à sua desconstrução e *arma um simulacro* no discurso do desenvolvimento sustentado” (Leff, p. 143-44), e o desenvolvimento econômico, em seu discurso atual, provoca a corrupção de outros sentidos. Leff (p. 142) chega a uma síntese dessa estratégia no atual processo de globalização. “o ambiente já não é apenas refuncionalizado para valorizar e reintegrar suas externalidades dentro da racionalidade econômica que o gera, ao mesmo tempo em que o rechaça. O ambiente é reapropriado pela economia, fragmentando e recodificando a natureza como elementos do sistema: do capital globalizado e da ecologia generalizada”.

O desenvolvimento sustentável tem se firmado por meio dos mecanismos de regulação e normalização que trabalham a favor de regras e normas que produzem valores a partir desses processos de reapropriação e ressignificação, que adéquam a ação das empresas a esse aparelho normativo. Mas as grandes empresas são atores que participam diretamente desse processo, como importantes que são no projeto político-econômico da globalização que incorpora, cada vez mais, o discurso ecológico. Essa incorporação, no caso, dos princípios ecológicos forjados no jogo dos atores, que possuem grande apoio nas tecnologias que favorecem o alcance das metas de produção exigidas pelo novo aparelho normativo ecológico. Nesse contexto, reside um ponto importante do discurso atual – a transformação da aplicabilidade da lei e dos custos com meio ambiente para a regularização e legalidade da produção em ações altruístas, voluntárias a favor da preservação. O principal objetivo do desenvolvimento.

Não existem no modelo do desenvolvimento sustentável propostas que acenam para a superação dos problemas causados pelo modelo de desenvolvimento urbano industrial, o principal objetivo desse programa de ação “não é internalizar as condições ecológicas da produção, e sim postular o crescimento econômico como um processo ‘sustentável’,

sustentado nos mecanismos do livre mercado e na tecnologia, que seriam meios eficazes para garantir o equilíbrio ecológico e a justiça ambiental” (LEFF, 2006, p. 143).

Isso não significa que a ação seja falaciosa, ela ordena as relações de produção a partir da redefinição e ressignificação dos valores da produção e sua difusão na esfera pública, processo no qual as empresas estão inseridas. Nesse contexto, os elementos da natureza ressignificados entram no sistema econômico portando a natureza, “a ecoeficiência e o manejo ecossistêmico se converteram em instrumentos idôneos para a gestão do desenvolvimento sustentado, ampliando o espaço biosférico para estender os limites do crescimento econômico” (p. 144). O espaço que dá suporte à produção de mercadorias é refuncionalizado, e as relações de produção, assim como atividades produtivas são revestidas de novos sentidos. Através do uso de novas tecnologias e das implementações de novas técnicas produtivas, aumenta-se a produtividade, maximiza-se o lucro e mascara-se o componente de degradação ambiental e social do processo produtivo pela revalorização da produção feita com base nos princípios norteadores do desenvolvimento sustentável.

Esse processo é mais eficiente porque penetra nos discursos oficiais das políticas, criando e/ou intensificando o uso de instrumentos legais e normativos. Esse sistema de ressignificação não funcionaria sem a articulação desse evento chamado crise ambiental nas múltiplas escalas. A produção regularizada segundo as regras ambientais precisa encontrar um espaço normativo que a valorize, que aceite como a forma correta de fazer a mercadoria transformada em corretamente produzida. Quanto mais alargado esse espaço normativo mais abrangente o alcance dessas mercadorias. Dai surgem questões importantes do ponto de vista da escala, como a quem serve na escala do lugar, a estruturação de uma escala de ação para o desenvolvimento sustentável?

Uma das primeiras constatações acerca dessa escala ambiental internacional, a qual pertence o programa de ação do desenvolvimento sustentável, é que ela cria as condições para “o manejo ecossistêmico dos recursos naturais regidos, agora, por um código global de ajuste às condições de mercado” (LEFF, 2006, p. 149). Uma manifestação desse sistema econormativo são as ações desenvolvidas na escala internacional para a organização da agenda das mudanças climáticas, da qual deriva os demais temas da agenda política ambiental internacional. Ao analisar os relatórios ambientais das grandes empresas, chega-se a conclusão que a política ambiental das mesmas está fortemente marcada por uma “política do carbono”, de onde surgem mecanismos diretos de ordenação e revalorização dos recursos da natureza, como os projetos de MDL; e mecanismos indiretos, como a associação de suas

atividades à produção e/ou uso de energia ditas limpas; esforços de diminuição das emissões de CO<sub>2</sub>, etc. que legitimam e credenciam as grandes empresas nessa escala de circulação.

Nesse sentido, os lugares são objetos diretos de ações corretivas. Produz-se a ideia de ecologização da economia pela difusão de um discurso de restituição do estado de natureza dos lugares, “renaturalização do espaço” por meio de sua recuperação, em especial da questão da cobertura vegetal. Isso produziu mecanismos regulatórios e normativos suficientes para por em marcha o lado ambiental do processo de globalização da economia, da política e da cultura. Através das conferências, convenções e protocolos, muitos desses mecanismos foram produzidos e difundidos na/pela globalização econômico-ecológica, de forma que esse processo difunde um novo sentido de mundialização que tem, como um dos fundamentos de espacialização, os princípios de desenvolvimento sustentável pensado a partir da agenda da ONU, das organizações não governamentais, das grandes empresas e dos Estados.

## SEGUNDA PARTE

### **A CVRD no Desenvolvimento e Conservação Ambiental na Amazônia Oriental: política de frentes pioneiras e política ambiental atual**

Vale, como passou a ser denominada a Companhia Vale do Rio Doce após 2008, exerce papel de destaque na economia brasileira desde os anos de 1960, incluindo considerável prestígio internacional por suas atividades no setor de mineração. Segunda maior mineradora do mundo, atrás apenas da australiana Billinton, a empresa atua em todos os continentes, através dos projetos de extração mineral ou com escritórios para articulação de suas operações.

No Brasil, a Vale foi, e ainda é, um dos principais atores com atuação na Amazônia Oriental, onde vários pesquisadores já escreveram sobre o poder estruturante da Companhia (COELHO e BUNKER, 2007; COELHO, 1992; PALHETA DA SILVA, 2004).

Ao lado da posição de destaque no mercado internacional de minério, na última década, a Vale intensificou suas operações no setor florestal, por meio da formação de um fundo de investimento para a monocultura de eucalipto e cultivo de árvores nativas, atividade que a empresa já desenvolvia no Centro-Sul do país e expandiu para a Amazônia através do Projeto Vale Florestar.

Nesta parte do trabalho, trataremos do processo de inserção da empresa na Amazônia Oriental, durante a segunda metade do século XX, ação que se desenvolveu via participação no Projeto Ferro Carajás; e analisamos também, a incorporação marginal das questões ambientais desse período, o que ocorreu através da criação de uma zona de proteção ambiental nos arredores do projeto de minério de ferro: o Mosaico de Unidades de Conservação de Carajás, criado gradativamente de 1988 a 1998.

Em um segundo momento, discutiremos a Política Global de Gestão em Sustentabilidade da empresa, formulada durante os anos 2000, que atualmente articula a parte de produção e distribuição dos seus produtos, assim como trata, diretamente, da construção de sua imagem como uma organização engajada no Pacto Global pela Sustentabilidade. Nessa parte, além do trabalho de campo, utilizaremos os relatórios de sustentabilidade, divulgados anualmente, importantes documentos para entender o que leva as grandes corporações a buscarem, cada vez mais, a divulgação de suas informações ambientais.

Mostraremos como a política ambiental da empresa segue uma padronização internacional, formulada com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative, o padrão de organização e divulgação de relatórios, configurando uma forma comum de adequação das ações das grandes empresas à escala ambiental internacional. Ao analisarmos o padrão GRI, percebemos que o resultado é sempre o mesmo para todas as corporações que seguem esse modelo de elaboração de relatório.

O principal, nessa parte, é primeiramente entender, embora também, já tenha sido feita antes por outros pesquisadores que usaram outras abordagens (COELHO, 1992; COELHO e BUNKER, 2007; PALHETA DA SILVA, 2004), como ocorreu o processo de estruturação da região de Carajás em torno da mineração, do agronegócio e do extrativismo vegetal da madeira, muitas vezes de forma articulada. Segundo, entender como a política ambiental da Vale é influenciada pela política ambiental global das corporações, cujo principal eixo articulador é esse padrão de organização Global Reporting Initiative (GRI). Assim, o que fortaleceria as corporações em termos de marketing ambiental, por exemplo, seria a configuração de uma escala de ação em âmbito internacional.

## **Capítulo 2. A Companhia Vale do Rio Doce na estratégia de desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia Oriental**

Uma das estratégias de marketing utilizada pela Vale para informar sua política atual – autointitulada de social e ambientalmente responsável -, é a comparação com o período no qual a empresa pertencia ao Estado brasileiro. À recorrência ao discurso comparativo, em efeito, reforça a máxima de negação da eficácia e eficiência da ação do Estado na gestão de empresas e busca afirmar a ação privada como exemplo de sucesso na gestão empresarial. Mas, além de evocar o elemento da diferenciação público e privado na forma de administrar para a geração do lucro e desenvolvimento do valor (nenhuma novidade, uma vez que isso não fazia parte do discurso das empresas desse período), a Vale utiliza o elemento da comparação e diferenciação para justificar a ação social e ambiental da empresa no período pós-privatização (isso será detalhado no segundo capítulo ao tratarmos diretamente da política ambiental da empresa). Quanto à ação social, ou responsabilidade social, não será objeto de estudo neste trabalho, mas não será esquecida, uma vez que o social é um componente fundamental do ambiental e faz parte da política de sustentabilidade global das empresas.

### **2.1 Criação da Companhia Vale do Rio Doce**

Criada em 1942, no governo de Getúlio Vargas, a então mineradora, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), foi resultado de um conjunto de forças políticas e econômicas do cenário geopolítico da Segunda Guerra Mundial. Mas representa, principalmente, um momento da economia brasileira pautado na construção de um Estado intervencionista, de corte desenvolvimentista (SILVA, 2004).

Naquele cenário, a mineração ocupou lugar de destaque nas ações estatais brasileiras. Um projeto de domínio desse setor por parte do Estado teve início no governo Vargas, pois até então, as atividades eram controladas por empresas estrangeiras (SILVA, 2004). Esse projeto foi fortalecido pelo Decreto-Lei No 4.352, de 1º de Junho de 1942, que passou o controle da exploração mineral para o Estado, como estabelece o Art 1º do referido



documento: “Ficam incorporados ao patrimônio da União os bens pertencentes à Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A., mediante as condições fixadas nos arts. 2º e 3º, considerando-se rescindido o contrato existente entre a União e a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A” (BRASIL, 1942, p 1). Os arts. 2º e 3º em referência versam sobre o pagamento de indenização e encampação das empresas pelo Governo Federal. Portanto, há um processo de estatização do setor até então sob controle privado externo. A CVRD foi criada como companhia de mineração a partir do estabelecido nesse decreto-lei, como mostra o art 1º do Capítulo I:

Sob a denominação de Companhia Vale do Rio Doce S.A. fica criada uma sociedade anônima destinada à exploração, comércio, transporte e exportação do minério de ferro das minas de Itabira, e exploração do tráfego da Estrada de Ferro Vitória-Minas, de acordo com o plano elaborado pela Comissão Especial, designada pelo Sr. Presidente da República, para regulamentar os acordos assinados em Washington pela Missão Souza Costa, e que se regerá pelos presentes Estatutos e disposições supletivas da legislação em vigor (BRASIL, 1942, p 3).

De fato, Companhia nasce como parte de um projeto maior, sua criação vai além de uma empresa pensada apenas para extração mineral, pois fazia parte do projeto político-econômico estatal iniciado no governo de Getúlio Vargas. “É, portanto, nesse cenário multifacetado de desafios que se inscrevem as bandeiras das nacionalizações, estatizações e de maior intervenção do Estado na Economia como instrumentos para solucionar a maioria dos problemas econômicos e da política pública que surgem as empresas públicas” (SILVA, 2004, p 122). A consolidação da empresa no mercado nacional foi lenta. Os trabalhos de pesquisa e exploração mineral no país eram controlados por companhias estrangeiras, principalmente norte-americanas, fruto de alianças estabelecidas ainda no final do século XIX. As duas primeiras décadas foram de estruturação, tanto na organização interna, no sentido de construção de sua autonomia administrativa; quanto de consolidação no cenário da exploração mineral. Assim, após quase três décadas após ser criado, quando chegou à Amazônia, no final dos anos de 1960, a CVRD já tinha alcançado uma posição de destaque na economia brasileira e se tornado estratégica para os interesses do Estado brasileiro.

## 2.2 Frentes Pioneiras e Estruturação da Região de Carajás

A parte sudeste do Estado do Pará, fortemente marcada pelas políticas de frentes pioneiras, tem uma configuração espacial diferente de outras partes do Estado. Abriga os municípios que mais desmataram na Amazônia e que, em consequência, fazem parte do que o Ministério do Meio Ambiente classificou como “arco do desmatamento”. Os problemas atuais como desmatamento, irregularidades das terras e conflitos sociais -, são produtos históricos das políticas territoriais implantadas pelo Estado brasileiro com grande influência da Companhia Vale do Rio Doce (COSTA, 2008; COELHO e BUNKER, 2007).

A frente pioneira, entendida aqui como a sociedade em movimento (MONBEIG, 1980; MELLO, 2002), foi desenvolvida na Amazônia como resultado da ação do Estado para introdução do projeto de modernização da região. Mas uma frente, caracterizada por essa sociedade em movimento, somente se realiza graças à dinâmica que esse conjunto social vivencia, pois a produção de espaços é, no mesmo processo, a construção de relações entre as pessoas, uma vez que é no processo da espacialização que elas esperam a satisfação de suas necessidades, desejos, sonhos. Partindo dessa concepção, o econômico, o político e o social são dimensões indissociáveis para a existência de uma frente. Isso porque consideramos que os homens e as mulheres são movidos por suas paixões e seus interesses, e isso os impele a agir. As concepções sobre frentes pioneiras nesse texto são formuladas a partir da leitura da obra de Pierre Monbeig (*Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*) e, mais especificamente sobre frentes pioneiras na Amazônia, temos como principais referências à tese de doutoramento de Neli Aparecida de Mello, as obras de Bertha Becker e de Maria Célia Nunes Coelho (citadas ao longo do texto).

Monbeig (1984) destaca o papel do Estado como facilitador das frentes pioneiras, porque todo movimento de população em direção a um espaço de atração requer que a fluidez encontre meios políticos e econômicos de se desenvolver. O autor ressalta a importância das alianças financeiras (estrangeiras e nacionais), das parcerias para a construção de redes técnicas, de facilitação da mobilidade populacional para compor a mão de obra nas fazendas de São Paulo da primeira metade do século XX. Isso significa que nenhuma frente pioneira se concretiza unicamente pela vontade de seus pioneiros, mas pelo conjunto estratégico de ideologias (difusão de ideias, vantagens sobre o espaço objeto de atração), redes de infraestruturas (transporte, energia, comunicação), de suporte financeiro (programas de

créditos, bancos) e de legislação. Esses mecanismos estratégicos atuaram como estruturadores das ações implantadas na fronteira.

Assim, é necessário um aparato técnico-burocrático-institucional que dote o espaço dos meios necessários para sua territorialização política-econômica (como apropriação pelo Estado), e também de um componente cultural com uma nova realidade que se estrutura em torno da própria ideia de frente pioneira. No caso das frentes pioneiras na Amazônia, isso vai desde o movimento de empreendedores do Centro-Sul à mão de obra nordestina; ambos impulsionados pelo discurso de “terra sem homens para homens sem terra”. Desta forma, a abertura da frente amazônica possui relação com a condição de desenvolvimento econômico do Centro-Sul, com homens empreendedores em busca de novas oportunidades de negócios; e com os homens sem terra do Nordeste, prenes de esperança de encontrar um espaço onde a terra fosse livre.

De acordo com d’Arc (1991) o interesse de Pierre Monbeig pela Amazônia começa a partir da década de 1960, no contexto da política espacial dos militares na região, da produção ideológica e de seu processo de “modernização”. A autora ressalta a relação entre a abertura desse espaço para o incentivo à migração dirigida por meio dos projetos de colonização (d’ARC, 1991, p. 136). Para tanto, além dos discursos que passaram a veicular nos meios de comunicação, induzindo a população dessas regiões a migrarem, um fator decisivo para induzir movimento populacional e econômico foi à construção de redes de circulação (transporte, energia, comunicação) que soluciona o problema de antigos entraves à abertura dessas frentes.

No mesmo sentido, Droulers (2004) faz referência ao deslocamento desse processo do Centro-Sul em direção à Amazônia como uma política de Estado: “En une dizaine d’années, quelque 160 000 familles de paysans ont pu accéder, sous le controle de l’État, à um lot de terre en Amazonie, constituant ainsi, pour la première fois au Brésil, une expérience distributive de terres à grande échelle” (DROULERS, 2004, p 50-51). A autora refere-se a essa política como contra-reforma agrária, uma vez que constituía-se de uma estratégia de colonização para uso do território pelo Estado e implantação dos grandes projetos de mineração e agrícola, mas sem atender interesses de uso social da terra importantes já naquele período.

Na Amazônia Oriental, principalmente no sudeste paraense e oeste maranhense, a política territorial do Estado possuía duas realidades distintas, mas indissociáveis. De um lado, a implantação de próteses espaciais: redes de eletricidade, transporte e telecomunicação;

formando um complexo de infraestruturas estratégicas que possibilitou o controle estatal do território e ofereceu o suporte necessário para a implantação de projetos. Abria-se a fronteira de recursos, no dizer de Becker (1982), para o movimento da população que avançava carregando consigo, ainda, o sonho de um “eldorado”. Foi nessa classe de migrantes que consistiu a segunda realidade das frentes pioneiras. Como mostrou Monbeig (1984), ao analisar o movimento dos fazendeiros em direção ao interior de São Paulo, no rastro dos pioneiros responsáveis pela dinâmica econômica da fronteira seguia a força de trabalho, formada principalmente por nordestinos.

Na Amazônia não foi diferente. Contrastando com a forte presença no suporte aos grandes projetos de mineração e do agronegócio, o Estado não ofereceu oportunidades para a produção de formas alternativas de trabalho, condicionando a maioria dos migrantes à condição de operários dos grandes projetos. Não apenas os migrantes entraram nessa condição de força de trabalho para as empresas da região, de mineração, siderúrgicas e fazendas, mas também os que já estavam no local, com exceção de uma pequena elite que fora incorporada ao projeto do Estado (PALHETA DA SILVA, 2004), a parcela pobre da população que conseguiu ser inserida na política do Estado foi via mão de obra para os projetos. Assim, uma frente não se reduz ao movimento no sentido de migração, ela caracteriza o próprio espaço como movimento, torna-o flexível aos interesses do capital, onde escalas de ação podem ser produzidas pelos atores que articulam estratégias de apropriação do espaço.

A implantação dos grandes projetos e a indução às novas frentes impactou as atividades já existentes – como o extrativismo da Castanha do Pará no sudeste paraense, no município de Marabá (PALHETA DA SILVA, 2004; COELHO, 1984). Nesse aspecto, a produção desse espaço pelo Estado, no sentido de produção estatal teorizada por Lefebvre (2008), foi uma reorganização, uma reestruturação das formas espaciais existentes. O Estado produz a base técnica e política do território que vai possibilitar sua ocupação e formas posteriores de apropriação. A primeira representada pelas redes técnicas e a segunda pela reestruturação institucional, uma vez que um sistema de créditos é criado para facilitar a ocupação. É a forma de produção do espaço possibilitando as formas de apropriação, ou seja, os territórios.

Paul Allières (1980) teoriza essa relação entre Estado, espaço e território. Esse autor, ao mesmo tempo em que reconhece a importância da formação dessa armadura técnica e institucional para construção do território pelo Estado, também insiste numa concepção que vai além dessa compreensão de um território objeto dos interesses técnicos e políticos do

poder estatal. Para ele, o território, como função do Estado, representa uma forma de ação desse ator no espaço, mas não pode reduzir o território a essa finalidade. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o Estado imprime sobre o espaço o seu poder estruturante, não pode evitar que outras formas de poder se manifestem, seja a favor, ou contrárias a ação que se consolida como dominante.

O conjunto de formação técnica e institucional começa a ser implantado antes do ordenamento da região por esse Estado desenvolvimentista de corte autoritário. A Rodovia BR 010 (Belém-Brasília), inaugurada em 1960, foi uma dessas infraestruturas estratégicas que contribuiu para a abertura de frentes pioneiras. Posteriormente, a rodovia PA 70, na década de 1970 (hoje BR 222), fazendo a conexão entre a Belém Brasília e o Sudeste e Sul do Pará, aumentou a possibilidade de ocupação, pois aumentou o poder dos fluxos (COSTA, 2008). A construção da Estrada de Ferro Carajás (que entrou em operação em 1985) para escoar o minério da mina de Carajás até o complexo portuário de Ponta da Madeira, em São Luis (Ma), teve grande impacto na migração de mão de obra para o Sudeste e Sul do Pará, em especial de maranhenses e piauienses (CASTRO, 1992).

Sobre a criação do aparato institucional, o programa de financiamento dos grandes projetos de mineração e agropecuários ganhou força com a criação, em 1966, da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em substituição à Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1948. Outra instituição fundamental foi o Banco da Amazônia (1966), criado para substituir o Bando de Crédito da Amazônia (1950) e dirigir os investimentos para os projetos de empreendedores que decidissem “aventurar-se” na nova fronteira.

A integração territorial da Amazônia faz parte de um processo mais amplo do Estado brasileiro. Suas origens podem ser encontradas, como bem discute Osório (1997) e Oliveira (1988) nos governo de Getúlio Vargas, passando pelo projeto de construção da grande nação de Juscelino Kubistchek. Esses governos foram responsáveis pela consolidação de um centro econômico dinâmico na região Sudeste, liderado por São Paulo.

Osório define o período de 1930 a 1960 como uma fase de produção de um sentido ideológico da unidade nacional. Destaca que nos quinze primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, esse projeto de integração foi mais retórico do que realmente prático. Mas os quinze anos restantes, com ênfase no governo de Juscelino Kubistchek, seriam marcados já por uma prática de expansão econômica para os denominados “espaços vazios”, com uma irradiação a partir do centro dinâmico. Isso porque “o caminho para o desenvolvimento

econômico estaria baseado no planejamento regional e na atração de atividades para o centro do país (OSÓRIO, 1997, 11)”.

É essa dinâmica do centro que, naquele contexto, produziu uma necessidade de incorporação de outras regiões. E foram os governos militares, em especial a partir da década de 1970, que realmente implantaram uma política com estratégias territoriais de ocupação e controle do espaço. Para realizar os objetivos citados, políticas públicas importantes foram criadas. Em âmbito nacional, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PNDs) e o Programa de Integração Nacional, na década de 1970, foram os principais planos estratégicos criados durante a segunda metade do século XX para levar em frente o projeto da integração, ou melhor, da incorporação da Amazônia aos interesses geopolíticos do governo federal.

Essas primeiras décadas de ação do Estado brasileiro na Amazônia foram marcadas, como também escrevem Mello (2002) e Becker (2005) por essa política e economia de fronteira, e nesse contexto, o paradigma da relação sociedade-natureza se caracteriza pelo “progresso entendido como linear e infinito, baseado na incorporação contínua de terras e recursos naturais igualmente percebidos como infinitos” (BECKER, 2005, p 23). Na Amazônia Oriental, o principal resultado dessa política foi à criação de Carajás como região-programa, sendo essa, fruto de uma articulação multiescalar – os interesses do Estado brasileiro e de atores internacionais, com destaque para o Japão, como será discutido adiante. Região-programa é entendida aqui como a configuração espacial estruturada a partir e para os interesses de um dado programa de ação político-econômico, como consideramos ter sido o caso do Projeto Minério de Ferro Carajás.

### **2.3 A CVRD na estruturação da região de Carajás**

Em relação ao padrão de organização espacial, o de Carajás é resultado direto do poder do Estado brasileiro na segunda metade do século XX, no tocante à produção de espaço e sua permeabilidade/permisividade para a ação do capital. Como já fizemos referência no subcapítulo anterior, o Estado produziu todos os elementos necessários para o sucesso do seu empreendimento: redes técnicas, suporte financeiro, aparato institucional e, não menos importante, ideologias com forte poder de convencimento. Resultado desse projeto de modernização espacial, Carajás se desenvolveu sob a tutela de grandes empresas do setor

mineral e da empresa agrícola latifundiária. Em termos de capacidade de atuação, na escala regional, foram as grandes empresas que mais se destacaram e passaram a portar o germe do desenvolvimento e o sonho da população pobre de mudar de vida. Mudança de vida, nesse sentido, deve ser entendida, em um primeiro momento, como a conquista de terras, principal meta das pessoas que se deslocaram para a região, naquele período, e, posteriormente, esse sonho é deslocado para a esperança do emprego, fortemente dependente da mineração, das fazendas e do extrativismo da madeira.

Para isso, foi necessário desenvolver estratégias de mudança do padrão de organização espacial, que passou a ter na exploração do subsolo a atividade mais importante. Essa economia política do subsolo exerceu papel tão significativo, que a denominação Carajás recebe esse nome em virtude de ser a área sob influência direta do projeto Minério de Ferro Carajás, localizado na Serra dos Carajás, sudeste do estado do Pará, mas com influência ao longo da Estrada de Ferro Carajás (objeto de discussão posteriormente). Um estudo de diagnóstico socioeconômico e ambiental encomendado pela CVRD e realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Pará definiu essa porção do território como região-programa (CVRD, 1987). Nesse contexto, a construção da Estrada de Ferro Carajás foi um marco na história da região, pois além de concentrar o surgimento de indústrias em sua área de influência, ela tornou-se o principal meio de fluxo populacional entre os municípios da região, em especial àqueles em direção a Parauapebas, novo polo de atração populacional<sup>8</sup>.

Portanto, a dita região de Carajás, aqui também chamada apenas de Carajás, não foi o resultado de uma produção espacial com dinâmica interna, construída pelo jogo de poderes de atores locais. Isto é, não foi produzida a partir de relações sociais que imprimiram no espaço uma marca regional de seu povo (nem mesmo de sua elite economicamente dominante), ela foi uma decisão política unilateral que criou um território para um fim econômico e político específico: ser uma província mineral e agropecuária e servir de geração de riqueza para o Estado naquele período. Não obstante, isso não significa que todos os atores locais foram excluídos no processo de reestruturação espacial. João Márcio Palheta da Silva, em sua tese de doutorado, explica que a oligarquia castanheira, com poder concentrado na área do município de Marabá, aos poucos foi sendo incorporada ao novo padrão econômico na região (PALHETA DA SILVA, 2004).

---

<sup>8</sup> Um importante trabalho sobre a influência da Estrada de Ferro Carajás em municípios maranhenses foi feito por Maria Célia Nunes Coelho em sua tese de doutoramento.

## 2.4 Carajás – uma região-programa

O que hoje conhecemos como região de Carajás nasceu do Decreto 1.813/80. Esse recorte territorial, estrategicamente criado pelo Estado brasileiro, atendia o interesse de diversos atores, incluindo empresas privadas, como as siderúrgicas que ali se instalaram; da empresa estatal CVRD que se tornou um ator de grande influência; Banco Mundial e Grupo dos sete países mais desenvolvidos (G7); os dois últimos foram organismos que também financiaram o projeto, que contou principalmente com o financiamento do governo japonês e teve como carro-chefe o Projeto Ferro Carajás (PFC).

A província mineral de Carajás foi descoberta pela empresa norte-americana United State Steel (US Steel Co.), em 1967. Naquela época, as empresas privadas tinham liberdade para fazer estudos de prospecção mineral em território brasileiro e, também, extrair o minério. No entanto, o governo brasileiro estava receoso de conceder a exploração da nova jazida a uma empresa estrangeira, o que foi definitivo para a entrada da CVRD no projeto, em 1969, quando a empresa norte-americana, por meio de sua subsidiária - a Companhia Meridional de Mineração -, estabeleceu uma parceria com a mineradora brasileira. As duas companhias tornaram-se titulares de prospecção e exploração de uma área de 160 mil hectares na Serra dos Carajás, cada uma com 50% de participação. Em 1970, elas entraram em acordo e optaram por um programa unificado de pesquisa, sendo que no mesmo ano, decidiram criar uma Joint Venture para explorar o minério de ferro. A partir desse acordo nasceu, então, a Mineração Amazônia S.A, com 49% de capital norte-americano e 51% da empresa brasileira (COELHO e BUNKER, 2007; COSTA, 2008). A parceria durou até 1977.

Segundo a US Steel Co. a relação entre as mineradoras tornou-se insustentável em função das discordâncias com as decisões tomadas pela CVRD (COSTA, 2008). Um dos primeiros impasses foi o conflito sobre como seria realizado o transporte do minério de ferro. Enquanto a empresa brasileira preferia a opção de fazer o escoamento por ferrovia e exportar pelo Porto de São Luis, MA; a US Steel desejava escoar o minério por hidrovias, pelo Rio Tocantins, e exportar por um porto em Belém. Na ocasião, prevaleceram os interesses da CVRD, que correspondia ao interesse do governo brasileiro. Mas isso foi, especialmente, uma questão de política externa, pois a opção ferroviária também era o desejo dos japoneses, principais parceiros da CVRD no projeto. Com os problemas envolvendo as duas empresas, agravados pela clara opção brasileira de negociar com os japoneses, a empresa norte-



americana retirou-se mediante o pagamento de 50 milhões de dólares (COSTA, 2008; SILVA, 2004; COELHO e BUNKER, 2007).

A saída da US Steel consolidou o controle CVRD na região, assumindo o direito de exploração do minério, da logística na Estrada de Ferro Carajás e do Porto de Ponta da Madeira, em São Luis. Tinha-se um espaço que ia sendo configurado como domínio da mineração, mas pelas demandas de organização advindas deste processo de estruturação, varias medidas deveriam ser tomadas para garantir o sucesso do projeto. Uma delas foi a contratação de um grupo de técnicos japoneses para fazer um plano de desenvolvimento integrado para Carajás, cujo resultado mais importante foi ter oferecido para a CVRD um conhecimento detalhado do território objeto de ação.

O documento inicial, intitulado Um Estudo Preliminar para o Desenvolvimento Regional do Corredor de Carajás, foi concluído em 1980. Tratava-se de uma recomendação do International Development Corporation Japan (IDCJ), que inspirou o Ministro Delfim Neto a lançar o Programa Grande Carajás (PGC), criado pelo Decreto-lei no 1.813, de 24 de novembro de 1980 (COELHO e BUNKER, 2007, p 417).

Em 1985, a Japan International Cooperation Agency (JICA) apresentou o documento - Plano de Desenvolvimento Regional para o Programa Grande Carajás -, que continha, dentre outros pontos importantes, uma *proposta de desenvolvimento integrado dos recursos naturais localizados na região de Carajás*. No entanto, nenhuma proposta ambiental saiu do papel naquele momento, ficando os resultados do PGC resumidos, embora com grande valor monetário e empenho despendido, aos incentivos fiscais e creditícios para o desenvolvimento da indústria guseira, da agropecuária e da exploração da madeira, propostas também contempladas pelo referido documento (COELHO e BUNKER, 2007; COELHO, 1991).

A escolha pela proposta realizada refletiu o papel assumido pelo Estado brasileiro nas quatro décadas anteriores a 1990 – ser provedor e facilitador de um projeto desenvolvimentista sem medir esforços nem consequências socioambientais. O papel de ator econômico e político que coube à CVRD na estruturação de Carajás fez parte de um projeto de Estado que, considerando os interesses geopolíticos do Brasil para a Amazônia, foi muito vitorioso, pois o poder estatal conseguiu construir uma realidade territorial que viabilizou o surgimento de estratégias de acumulação de capital altamente eficiente do ponto de vista

econômico: mineral, agropecuária e extrativista.

## **2.5 Meio Ambiente e Desenvolvimento no Projeto Ferro Carajás**

Uma análise das consequências ambientais das políticas territoriais para a Amazônia, de 1970 a 2000, foi feita por Neli Aparecida de Mello em sua tese de doutorado (MELLO, 2002). Nesse trabalho, a autora escreveu sobre as políticas territoriais do Estado brasileiro, assim como as políticas de cooperação para a região. No referido trabalho, ela afirmou que *nenhuma política territorial é imune ao meio ambiente*, o que expressa que a ausência de parâmetros e diretrizes ambientais em uma política não a isenta de questões relacionadas ao meio ambiente, principalmente no tocante aos impactos causados; e não isenta, também, o Estado de ter realizado uma política ambiental, só que como resultado daquilo que decidiu não fazer. Isso vai ao encontro da afirmação feita por Sanchez (1992) de que a política implica tanto aquilo que decide realizar quanto o que não faz, seja por opção ou por desconhecimento. Ao falarmos das questões ambientais na Amazonia Oriental, no período de estruturação da região de Carajás, consideramos essas questões como fundamentais e fazemos uma inferência à afirmação da autora – até que ponto o que se decide não fazer molda as próprias estruturas espaciais? Como o ambiental pode legitimar ações de estruturação e apropriação do espaço, mesmo as não oficialmente declaradas? No entanto, essa é uma questão que vai permear todo o trabalho.

Nesse período, anos 70 e 80, a temática ambiental entrou na agenda da CVRD em dois momentos. Primeiro no Plano de Desenvolvimento Integrado para Carajás (PDIC), realizado pela já citada equipe japonesa. O segundo foi um estudo de impacto ambiental e socioeconômico da área sob influência da Estrada de Ferro Carajás que contemplou, de fato, a área do próprio Projeto Grande Carajás, também solicitado pela Companhia. O referido estudo, feito entre 1985 e 1986, foi realizado pela Superintendência de Meio Ambiente (SUMET), desenvolvido por uma equipe interdisciplinar, durante dezoito meses (COSTA, 2008).

Das propostas contidas no PDIC foram realizadas, majoritariamente, as que contemplavam o setor agropecuário, que ao lado do setor mineral também contou com amplo

financiamento externo. Além do próprio Japão, outro investidor dos projetos do PGC foi o Banco Mundial. Sobre a temática ambiental em Carajás a presença do BM é importante, uma vez que, a realização de estudos de impacto ambiental feita pela CVRD contou com a influência dessa instituição. O fortalecimento da questão ambiental no cenário internacional na década de 1970 demandava de instituições como o BM a inclusão dessa temática na política de investimentos em desenvolvimento.

No entanto, as recomendações não surtiram efeitos nas atividades desenvolvidas ao longo do corredor da Estrada de Ferro Carajás, inclusive o próprio BM fez vista grossa para os danos ambientais causados pelas empresas que faziam parte do PGC, incluindo as agropecuárias (COSTA, 2008). O relatório do estudo de impactos realizado pela SUMET apontou alguns resultados e tendências ambientais importantes, mas a realização das indicações feitas não foi além de medidas setoriais que interessavam ao bom andamento do próprio projeto de mineração.

A pressão em torno da área de mineração era um fator de preocupação para a empresa, uma vez que a existência de estradas para penetração de pessoas, com atenção especial para posseiros e garimpeiros, nesse território de mineração e de pesquisa da CVRD, era uma ameaça constante de “invasão”, em virtude da tensão social promovida pelas próprias políticas do Estado brasileiro nesse território, amplamente voltada para os grandes projetos. Isso era visto como um obstáculo às pretensões da CVRD de ampliação da área de concessão, e a mesma reivindicava a incorporação de novas áreas ao território federalizado do projeto Minério de Ferro Carajás. Em 1971, um decreto do governo federal transformou uma faixa de 100 km de cada lado das rodovias e ferrovias federais em terras da União e, em Carajás, essas terras foram postas sob jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para projetos de colônias agrícolas, embora, na prática, o objetivo fosse outro, como posteriormente foi comprovado quando as terras foram utilizadas para proteger a atividade de mineração.

Assim, a ampliação do território sob controle da empresa somente poderia ser feita em detrimento de terras pertencentes ao Estado do Pará, uma vez que a ferrovia e estradas federais não eram suficientes para contemplar o interesse da Companhia. “Dessa forma, foi feito um desenho da área expandida disponibilizada pelo governo para fins de reforma agrária, gerado com base na projeção de uma rodovia imaginária – a BR-158” (COELHO e BUNKER, 2007, p 422). A rodovia nunca saiu do papel, mas o Estado conseguiu ampliar a concessão da área desejada pela CVRD. Em 1986, o Senado Federal concedeu à

Companhia a área total de 411.948, 87 ha, através da Resolução 331 de 05 de dezembro de 1986, correspondente à Província Mineral de Carajás.

Essa área teve sua cobertura vegetal conservada em virtude dessa estratégia de conservação ambiental para interesse da mineração, da proteção das minas abertas naquele momento e exploração futura, o que de fato vem ocorrendo até o agora. A partir do final dos anos 80 um conjunto de unidades de conservação começou a ser criado: o Mosaico de Unidades de Conservação de Carajás, que abriga a área de mineração da Companhia.

A primeira a ser criada foi a APA do Igarapé Gelado, com extensão de 21 600 ha. Por fazer fronteira com a área de mineração, a mesma era reivindicada pela CVRD e por posseiros, os quais haviam iniciado a ocupação em 1985 sob a justificativa de que a terra não pertencia à Companhia. Quatro anos depois, mais de cem famílias haviam ocupado a área. Para solucionar o conflito, a CVRD com o auxílio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), transformou a área em unidade de conservação de uso controlado e restrito – a Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado, em 1989. Dessa forma, a CVRD conseguiu evitar novas investidas na área de mineração.

A segunda, a Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri (Flona Tapiraté-Aquiri) no Município de Marabá, foi criada numa área de 190 mil ha, por interesse direto da CVRD:

A criação desta unidade prevê a exploração racional dos recursos naturais renováveis e dos recursos minerais (cobre, ouro e manganês). Esta unidade encontra-se sob jurisdição do IBAMA. Todavia, a CVRD exerce influência direta na condução de sua gestão. A criação desta FLONA facilitou a ação da empresa no sentido de explorar os recursos do seu subsolo e impedir sua ocupação ex-garimpeiros, posseiros e extrativistas de produtos florestais (madeireiros e não-madeireiros) e inclusive de outras mineradoras. (COELHO e BUNKER, 2007, p. 423).

A criação das unidades de conservação nas áreas sob influência da CVRD, incluindo a federalização da Província Mineral de Carajás em 1986, também foi favorecida pela aproximação com as terras indígenas Xikrin do Cateté. De acordo com Coelho e Bunker (2007), em 1982 a pressão exercida pelo Banco Mundial obrigou a Companhia a investir 12 milhões de dólares em demarcação e programas de educação, saúde e infraestrutura nas terras indígenas. O acordo foi estabelecido através do Convênio 453/89, firmado entre a CVRD e a

Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A demarcação administrativa dessa área de 439.150 ha foi homologada pelo Decreto 384, de 24 de dezembro de 1991. A transformação das terras indígenas em reserva tornava-a uma área totalmente controlada pelos indígenas. Se por um lado a Companhia não teria o direito de investir sobre elas para futuras explorações, por outro essa reserva passou a funcionar como escudo para proteção das atividades da mineradora. Passou a fazer parte, portanto, do cinturão de proteção.

O cinturão protetor das atividades da Companhia em Carajás ficou oficialmente completo com a transformação da área da Província Mineral de Carajás em Unidade de Conservação – a Flona Carajás -, criada em 1998, quando a CVRD já estava privatizada. Portanto, a transformação desses espaços em Flonas e não em outras formas de unidades de conservação de uso econômico proibido ou restrito, foi uma estratégia bem-sucedida de territorialização de grandes áreas, porque a empresa, mesmo depois de privatizada, consegue fazer com que a funcionalidade do território atenda os seus interesses e não funcione da mesma forma para outros atores, o que vale para outras mineradoras.

A criação das unidades de conservação funcionou como elemento de ordenação do território pela e para os interesses da empresa e dos demais atores envolvidos no projeto. Ordenamento tanto no sentido do que fazer, quanto a como e quem deveria agir nos territórios em questão, no sentido de manter uma ordem nas áreas diretamente sob influência da empresa, criando um padrão de organização espacial que operasse a favor do funcionamento desse projeto. A demarcação das terras indígenas, que também era uma exigência dos financiadores, também funcionou estrategicamente a favor dessa forma de estruturação do espaço como região-programa.

Portanto, meio ambiente era marginal nessa política de criação de unidades de conservação, o que refletia a própria dinâmica do padrão de organização econômica desse período, de amplo incentivo ao crescimento econômico a todo custo ambiental e social. Existia uma política de Estado para a Amazônia, muito clara em termos de política territorial – criar uma nova frente pioneira para organizar um novo padrão de acumulação capitalista na região. A Amazônia transformava-se numa fronteira de recursos estratégica no projeto de integração territorial do Estado brasileiro (BECKER, 1982).

Nesse contexto, a criação de unidades de conservação, uma das principais estratégias atuais de controle do território na Amazônia, já vinha sendo feita pelo Estado para proteger o setor mineral na região. Não por coincidência, como já escrito, elas foram criadas exatamente em áreas de importantes projetos minerais (tabela 1).

Tabela 1 – Unidades de Conservação sob influência da CVRD antes da privatização

Área protegida	Localização	Bioma	Propriedade	Criação
Zona de proteção Albrás/Alunorte	Brasil (PA)	Floresta Amazônica	Própria	S.I
Floresta Nacional do Itacaiúnas	Brasil (PA)	Floresta Amazônica	Parceria com o ICMBio <sup>9</sup> .	1989
Reserva Biológica do Tapirapé	Brasil (PA)	Floresta Amazônica	Parceria com o ICMBio	1989
Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri	Brasil (PA)	Floresta Amazônica	Parceria com o ICMBio	1989
Floresta Nacional de Carajás	Brasil (PA)	Floresta Amazônica	Parceria com o ICMBio	1998

Fonte: adaptado de [www.vale.com](http://www.vale.com). Acesso em janeiro de 2012.

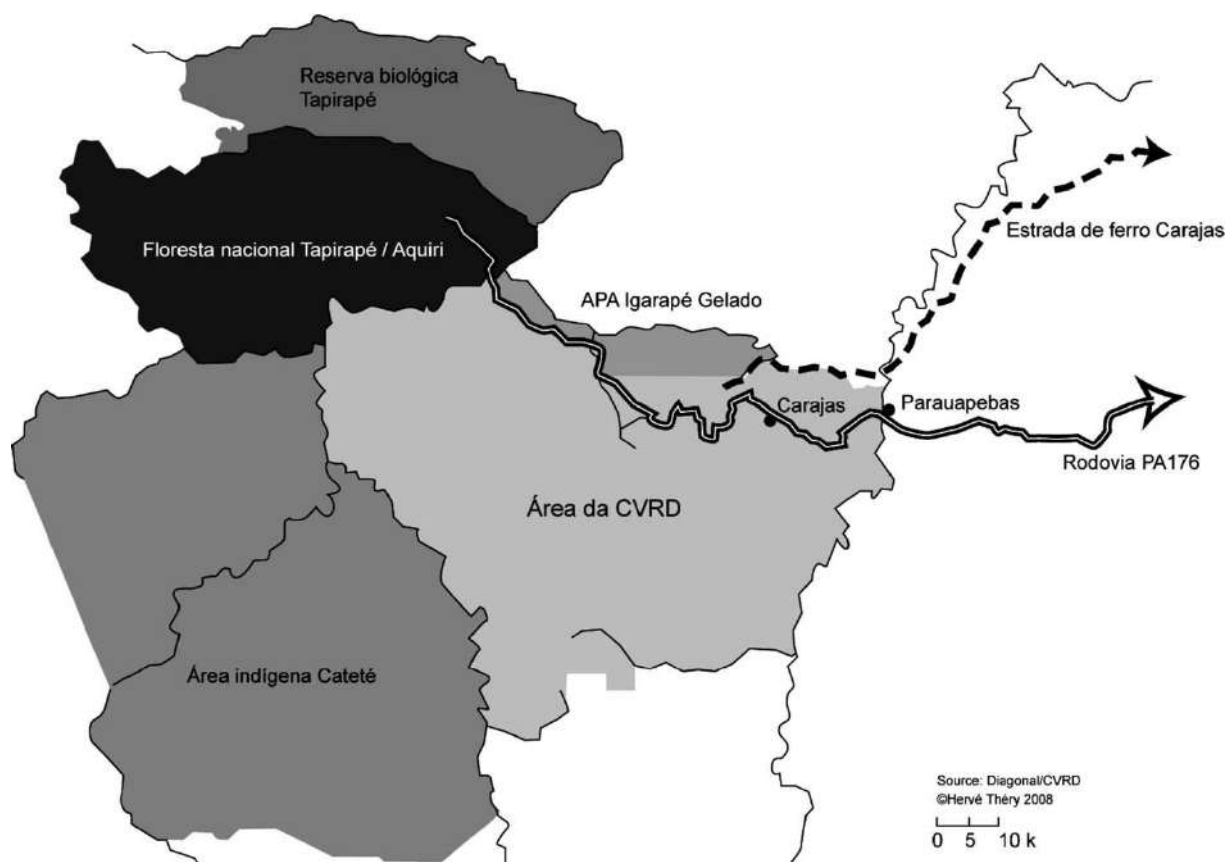
As áreas florestais que abrigassem ferrovias e rodovias já eram contempladas pela Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, que embora não definisse claramente o que era floresta estabelecia quais deveriam ser protegidas, entre elas: florestas de proteção das ferrovias e rodovias, florestas de conservação do ambiente das populações indígenas. Na Constituição de 1988, a Floresta Amazônica é tratada como patrimônio nacional e é recomendado que “a sua utilização seja feita dentro das condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais” (Brasil, 1988, art. 225). Dado o considerável avanço do desmatamento na Amazônia, mesmo após a constituição de 1988 e a preservação florestal na área controlada pela CVRD, chega-se à condição na qual os projetos protegem a floresta porque a floresta protege os projetos<sup>10</sup> (Figura 1).

Assim, a existência do atual Mosaico de Unidades de Conservação de Carajás é fruto de uma estratégia da CVRD, que aproveitou o momento de estruturação da questão ambiental no Brasil para garantir a proteção dos recursos minerais sob seu direito de exploração, via criação de unidades de conservação e demarcação de terras indígenas. Carajás perdeu muita cobertura vegetal durante a partir dos anos de 1960 em decorrência das atividades de agronegócio e extração madeireira. Mas essa área que circunda os projetos da empresa foi preservada, fator diretamente relacionado aos interesses da Companhia.

<sup>9</sup> Na época de criação a parceria era com o IBAMA.

<sup>10</sup> Claro que, o sentido da proteção aqui é empregado para especificar que há uma área contínua de floresta protegida, que forma o Mosaico de Unidades de Conservação de Carajás. Os impactos da mineração, principalmente dentro da Floresta Nacional de Carajás, são extremos, o que já pode ser explicado por ser esta uma atividade de grande impacto ambiental negativo. Mas não é objetivo deste trabalho fazer esta discussão.

Figura 1. Área de influência da CVRD com a criação do Mosaico de Unidades de Conservação de Carajás



Fonte: Mello-Théry e Théry, 2009.

Não obstante, é importante entender que quando falamos de reestruturação do espaço nessa região, levando em consideração a mudança do padrão econômico do extrativismo da castanha do Pará para o extrativismo mineral e para a agropecuária, não significa que isso tenha ocorrido exatamente na área onde foi explorado o minério. Segundo Coelho e Bunker (2007), a área onde hoje corresponde ao município de Parauapebas, por exemplo, era pouco conhecida e quase não era explorada. Portanto, ao mesmo tempo em que ocorreu uma substituição da economia dos castanhais, outras áreas foram abertas como frentes de expansão econômica e populacional – o vetor econômico como elemento dinamizador dos fatores indispensáveis ao seu funcionamento.

Importante salientar que termos como desestruturação, estruturação e reestruturação não precisam carregar, em si mesmos, aspectos negativos. Eles expressam uma

dinâmica do processo de espacialização no sentido de que, o binômio tempo-espaço, promove mudanças e permanências que moldam as estruturas produtivas no seu sentido político, econômico e social e, também, exercem ação sobre o meio ambiente<sup>11</sup>. A nosso ver, o processo de reestruturação implantado no sudeste e sul do Pará foi extremamente violento não apenas pelos problemas causados a muitos que já habitam essa parte do Estado, como cooperativas de castanhais, por exemplo; mas pela forma como transformou o espaço em uso capitalista por excelência e põe uma quantidade de pessoas a mercê dessa estratégia de acumulação.

## **2.6. A Política de Sustentabilidade Global da Vale**

A política de sustentabilidade da Vale é tratada, aqui, com base nas políticas ambientais globais das grandes empresas na atualidade, ou seja, levando em consideração os indicadores ambientais formulados como padrão internacional, os quais a empresa segue. Assim, usaremos além dos dados coletados em campo, os relatórios de sustentabilidade divulgados pela mesma em seus canais de comunicação, principal documento sobre a política ambiental das organizações na escala internacional.

A análise da política ambiental das empresas possui mais relação com os indicadores globais que reestruturam a ação das mesmas, em especial os aspectos sociais e ambientais, do que buscar correlação entre a política ambiental declarada por uma empresa e suas operações de produção. Em outras palavras, quando uma empresa adere a um padrão de indicadores de produção e passa a divulgar suas informações socioambientais de acordo com as diretrizes indicadas por uma dada instituição, ela vai passar a atuar segundo as metas contidas nessas diretrizes, a Vale não constitui exceção a esse padrão que cada vez mais se estrutura como norma e como regra. Sua política de sustentabilidade, denominada Política Global de Sustentabilidade, é praticamente idêntica às políticas das demais empresas que seguem o padrão Global Reporting Initiative, como veremos nos quadros analíticos mostrados nesse capítulo.

A nosso ver, a política ambiental das empresas é mais bem compreendida quando

---

<sup>11</sup> Não vamos trabalhar com a teoria da reestruturação. Recorremos a esta noção, como as de desorganização e reestruturação, para expressar o tipo de mudança promovida na região e o papel da CVRD nesse processo. Um estudo específico de impacto social e ambiental do PFC foi feito por Maria Célia Nunes Coelho em sua tese de doutoramento (1991) e em trabalhos posteriores (2007).



analisada a partir do fenômeno da crise ambiental e sua estruturação na escala global, pois isso nos permite compreender como a política da corporação, como ator da escala global, se articula com as demais escalas de ação inferiores, como a escala local onde elas mantêm projetos em operação.

### **2.6.1 A incorporação da variável ambiental nas empresas**

A implantação de sistema de gestão ambiental nas empresas significa a aplicação de instrumentos normativos, através de normas elaboradas especificamente para o tratamento ambiental; cumprimento das regras definidas pela política ambiental do país de origem e em outras escalas onde a empresa atua; investimentos em produção e desenvolvimento, através de investimentos em Ciência e Tecnologia e um programa de relação com aqueles que integram o corpo de relações da empresa – os stakeholders – através do qual as regras e as normas são incorporadas e passam a configurar um padrão de organização. Outro fator complementar a formação desse ambiente de produção é a divulgação de informações ambientais e sociais pela empresa em relatório padronizado, seguindo os indicadores elaborados por grandes institutos.

A consolidação do modelo urbano industrial de desenvolvimento elegeu a empresa como principal agente de maximização do lucro. A manutenção desse modelo de acumulação levou à necessidade de construção e reconstrução de estratégias de acumulação para manter a taxa de lucro, que tem ocorrido associada a um padrão de consumo que se desenvolveu a custa de um intenso processo de degradação ambiental e social (NEVES, 2001). Para tanto, a partir dos anos 60, os problemas ambientais entram na pauta de reivindicação de movimentos sociais, das ONGs e dos governos de países economicamente desenvolvidos. Nesses países ricos, mesmo as empresas reconhecendo a existência de problemas ambientais relacionado às suas ações, inicialmente elas recorreram ao princípio da incompatibilidade entre lucro e uma gestão “ambientalmente correta”. Em outras palavras, o custo para manter uma produção acordada com os parâmetros estabelecidos por leis ambientais não encontra retorno compensatório no mercado.

Segundo Neves (2001), até a década de 1970, mesmo nos países desenvolvidos, as empresas se limitaram à realização de ações de dano e reparação, como poluição-despoluição.

Essa estratégia só começou a mudar a partir da década de 1980, quando as organizações passaram a formular suas políticas de gestão ambiental. Em virtude do agravamento dos problemas ambientais e da crise do petróleo, que havia trazido o debate sobre a questão energética, “a responsabilidade ambiental passou a ser defendida como uma necessidade de sobrevivência, sinalizando ao mesmo tempo um mercado promissor – no caso de produtos e serviços ecologicamente corretos” (NEVES, 2001, p 136).

Não obstante, a postura assumida no Brasil, mesmo para e pelas empresas de países ricos, que haviam mudado a conduta em seus países de origem, e implantado unidades em países de terceiro mundo; valia a estratégia do direito ao desenvolvimento via crescimento econômico assumido pelo país. As empresas seguiram o caminho indicado pelas próprias políticas de desenvolvimento implantadas nesses países, extremamente agressivas ambientalmente. Isso significa que, mesmo com a existência de pressão e os países contando com leis ambientais, ainda não existia um cenário internacional que favorecesse diretamente a ação das empresas, nem para coagi-las, nem para possibilitar ganhos de mercado com a questão ambiental na escala internacional.

Em termos de formação de uma escala de ação internacional, somente na década de 1990 as empresas que atuam no Brasil começam a organizar suas políticas de gestão ambiental de forma mais intensa. Isso se dá em conjunto com as transformações estruturais que já vinham ocorrendo no Estado brasileiro desde o final da década anterior e que se consolidaram após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro. Assim, a conduta ambiental assumida pela CVRD naquele momento pode encontrar explicação no conjunto de mudanças estruturais que se desenvolviam no país e na escala global, do qual a Vale atual, privatizada, é resultado.

### **2.6.2 Vale e meio ambiente pós-privatização**

A valorização da questão ambiental no cenário global a partir do final dos anos 80 e, principalmente, após a Conferência do Rio em 1992, expôs o Estado brasileiro às duras críticas feitas pelos setores da política internacional e por ONGs ambientalistas. As principais foram direcionadas para a política brasileira na Amazônia, especialmente, em virtude dos

projetos implantados na segunda metade do século XX. Como Carajás foi resultado dessas políticas territoriais brasileiras, a degradação ambiental promovida pelos grandes projetos passou a ser duramente criticada. A CVRD havia sido o principal instrumento do Estado brasileiro para alcançar os objetivos propostos pela política territorial nessa parte da Amazônia, o que fez com que o passado de degradação ambiental imputado ao Estado também fosse da mesma forma direcionado à empresa, principalmente por ter sido na Amazônia<sup>12</sup>.

Além dos impactos no meio ambiente físico, o saldo social dessas políticas também foi alvo de críticas a partir do final dos anos 80, tanto por ONGs quanto por cientistas que vinham discutindo os impactos sociais e ambientais na região. O projeto Ferro Carajás, com destaque para a Estrada de Ferro Carajás, mudou a dinâmica dos municípios maranhenses sob influência dessa ferrovia, interferindo diretamente na dinâmica de migração, agravamento dos problemas sociais e impactos ambientais: como o desmatamento promovido pelas guseiras (COSTA, 2008).

No estudo de impacto ambiental na área do projeto realizado a pedido da CVRD entre 1985 e 1986, os pesquisadores concluíram que:

...pode ser identificado um ônus ambiental, decorrente da agressão ecológica à Amazônia, e um ônus social, representado pelo elevado índice de desemprego e subemprego, prostituição, instabilidade ocupacional, desterritorialização do nível de vida da população, além do desenraizamento do homem da terra, efeitos diretos da migração e da urbanização descontrolada aí vigente (CVRD, 1987, p 27).

O cenário ambiental do início dos anos 90 contribuiu para a evidência desses problemas ambientais e sociais na Amazônia e, no caso de Carajás, esse ônus ambiental e social foi diretamente associado à imagem da CVRD. Dos problemas ambientais causados pelo PGC o impacto sobre as florestas, por conta do desmatamento, foi apontado como principal forma de degradação. Isso estava diretamente relacionado à Companhia por dois fatores: o primeiro, porque a atividade guseira nasceu como parte do próprio Projeto Ferro Carajás PFC, que tinha como um de seus objetivos industrializar a região; segundo, porque a

---

<sup>12</sup> Importante salientar que mesmo a CVRD gozando de autonomia para tomar suas próprias decisões administrativas, até 1997 não tinha como separar as ações da empresa das ações do Estado.

CVRD além de fornecer o minério de ferro para as guseiras, era proprietária de siderúrgicas. Soma-se a isso o fato de ser a mineração uma atividade bastante questionada quanto aos danos ambientais que provoca. É imputada à empresa a responsabilidade pelos resultados colaterais causados pela implantação do PFC, que reestrutura a região e a põe em marcha um novo padrão de organização.

A continuidade dessa política de uso do território amazônico, que não dispunha de uma estratégia de ação para o meio ambiente, se tornava incompatível com a posição que a CVRD havia alcançado na região, de ator influente nas demandas econômicas, sociais e ambientais; e, também, no cenário internacional, em virtude do sucesso alcançado pela Companhia no mercado de minério. Essa incompatibilidade justificava-se pelas mudanças que vinham ocorrendo no Brasil após a Rio 92, com a continuidade da estruturação da política ambiental no país, na qual a Amazônia, desde o início, foi considerada espaço estratégico e de grande valorização na escala global (MELLO, 2002). Assim, ao mesmo tempo em que a Vale, assim como o Estado brasileiro, entra na década de 1990 com uma imagem negativa para os países desenvolvidos e para as ONGs ambientalistas; a necessidade de formulação de uma política ambiental dentro da empresa era uma questão iminente, que se tornou realidade já na gestão privada, após 1997. Nesse sentido, um dos objetivos é a construção de uma imagem desvinculada do seu período estatal. Segundo a Vale, trata-se de uma nova empresa na forma de relação com o meio ambiente e com as comunidades dos locais onde ela atua, como:

Primeiro, diz respeito à sua relação com seus territórios de atuação, muito enfatizado na visão dos responsáveis pela sua política ambiental. “No passado a Vale, enquanto empresa pública, simplesmente entrava no território. Ela foi de uma época em que era o governo que entrava e foi assim até a privatização<sup>13</sup>”. Faz-se alusão aos projetos econômicos voltados para estratégias de ocupação territorial por parte do Estado, a exemplo do PFC, onde a empresa é confundida com o próprio Estado, quando afirma ser o governo que entrava.

Segundo, acrescenta que enquanto o principal objetivo na época em que a mesma era estatal pautou-se em servir como instrumento estratégico para o Estado brasileiro e, claro, também para a geração de lucro; após a privatização esse objetivo passaria a ser unicamente a geração de lucro, e as práticas utilizadas passam a servir a essa finalidade.

Terceiro, a incorporação da dimensão social e ambiental na política da empresa é vista como uma necessidade de adequação às novas demandas internacionais nesse campo –

---

<sup>13</sup> Entrevista ao autor, fevereiro de 2010.

“E o próprio mundo mudou, o entendimento da questão socioambiental mudou e ela teve que realmente se adequar, querendo ser uma empresa mundial, tinha que mudar essa forma de ocupação do território”<sup>14</sup>.

A partir de sua desestatização, ocorrida em 1997, passou-se a investir numa expansão internacional, incluindo um plano de compra de outras empresas do setor, esse bastante intensificado durante os anos 2000. A Vale cresceu ao longo dessa década, em parte impulsionada por conveniências econômicas no mercado internacional que possibilitaram uma onda de fusões e vendas de grandes empresas nesse período. Também o avanço da política neoliberal e as transformações na estrutura dos Estados, que vinham ocorrendo desde o final dos anos 80 (RUCKERT, 2004), possibilitaram um crescimento das empresas como atores influentes na escala internacional. A compra da canadense Inco, pela própria Vale, é um exemplo do sucesso do mercado de fusões entre empresas de mesmo setor (COSTA, 2008). O principal resultado dessas fusões tem sido a formação de grupos extremamente fortes para controle de mercado.

Esse processo de expansão das empresas foi resultado de um conjunto de mudanças, incluindo a crise do próprio modelo urbano industrial a partir do final dos anos de 1969 e agravado com a crise do petróleo a partir de 1973; assim como da abertura da economia e do uso da ciência e tecnologia que aceleraram uma reestruturação em setores de produção e campo de oferta das firmas, no qual as aquisições e fusões entre empresas aumentaram. Assim, o período foi e ainda é de busca de estratégias de adaptação a novos contextos, criação de novos cenários e de geração de ativos de acumulação de capital. Segundo Carroué et al (2006, p. 194) « les entreprises se trouvent face à un marché plus vaste, à de nouveaux consommateurs potentiels, et une concurrence forte vient perturber les firmes dont le seul moyen de réduire l'incertitude est de s'adapter à la taille du nouveau marché en augmentant sa propre taille ».

O caso da Vale é ainda mais significativo porque ela trabalha com commodities – minério de ferro -, altamente regulada pelos interesses de mercado, restrito a poucas empresas mas, ao mesmo tempo, do interesse de muitos países. Podemos considerar o mercado internacional como uma extensão dos mercados locais e nacionais, o que requer levar em consideração que manter-se no mercado de minério, considerando tão importante no modelo urbano industrial, demanda fortalecer-se internamente, por meio do crescimento da empresa, mas também da forma como ela seja capaz de construir-se enquanto marca na esfera pública.

---

<sup>14</sup> Idem

Desse ponto de vista constitui requisito fundamental, na atualidade, a ação e adequação nos/aos novos mecanismos de regulação e normalização que se estruturam na escala internacional. Nesse ponto, as últimas décadas não promoveram mudanças, apenas, na estrutura de mercado. Além da própria ascensão da empresa como ator da mundialização (CARROUÉ et al, 2006), novos atores sociais ascenderam no campo político e passaram a agir na escala da globalização – ONGs, movimentos sociais, etc. Cada vez mais, as questões de cunho social e ambiental conseguem ser pauta das organizações acerca de como fazer a ponte entre as formas de produção e as relações de produção. A segunda entendida como um campo mais vasto das relações políticas, econômicas e sociais no qual entra, de forma cada vez mais acentuada, a problemática da crise ambiental.

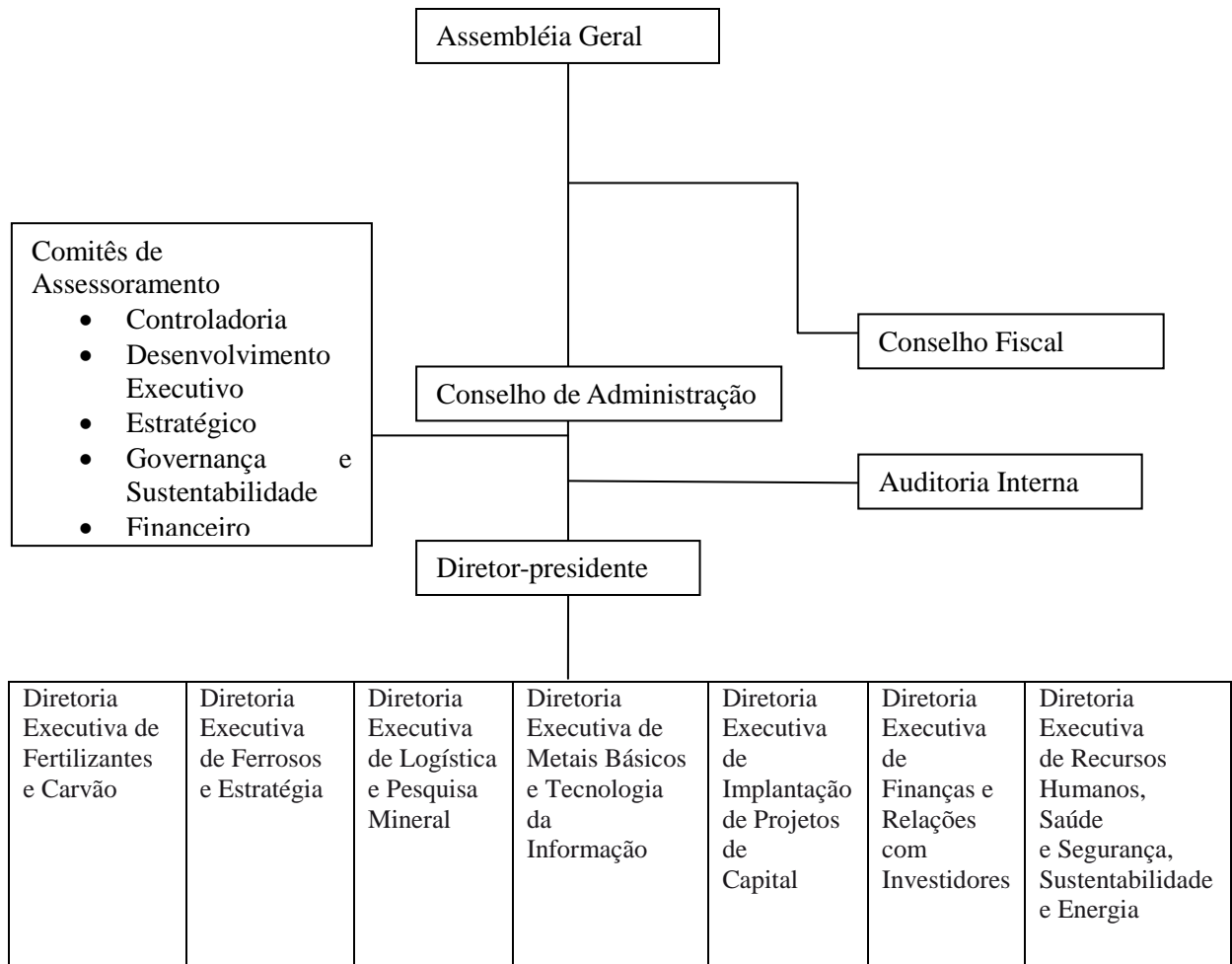
Les préoccupations sociétales prennent une part croissante dans le débat autour de la mondialisation. Acteur majeur de ce processus, les entreprises sont de plus en plus interpellées sur des sujets d'ordre éthique. La question de la responsabilité de l'entreprise n'est pas nouvelle. Mais le désengagement de l'État, les nouvelles formes de pollution, les licenciements, la rigueur salariale, le dualisme sociale, le travail des enfants ou des prisonniers sont autant d'éléments qui renforcent la question de sont rôle au niveau de la société dans laquelle elle plonge ses racines mais aussi à l'échelle de la planète (CARROUÉ et al, 2006, p. 198).

As grandes empresas se tornam atores importantes em aspectos que, na história de desenvolvimento do modelo urbano industrial, estão associados aos pontos negativos da ação empresarial, a exemplo dos direitos humanos, do meio ambiente e das condições de trabalho. Discutir porque esses aspectos passaram a figurar na agenda das grandes empresas é um exercício necessário, pois diz respeito ao entendimento do processo que produz a mudança no tratamento de aspectos da realidade construída. Uma inferência a ser feita é que esses elementos elevados à categoria de universais acabam adquirir e, ao mesmo tempo, produzir valor nas relações sociais e, quando isso ganha uma repercussão internacional, sua incorporação no discurso dos atores que tem que lidar com essa realidade acabam se impõem como uma nova necessidade, incluindo as estratégias de produção e acumulação da riqueza. Daí que, ao expandirem seus negócios, também passam a lidar com esses elementos universais. A atual estrutura de governança da Vale ilustra esse período (organograma 1).

O modelo de gestão tem como objetivo a implantação de um padrão

organizacional de produção que contempla a cadeia produtiva. Na Vale “o que viabiliza a implantação estratégica é uma estrutura de governança que busca apoiar a administração da empresa, promover seus valores e seguir referências internacionais de gestão... a política ambiental reflete essa visão estratégica organizada segundo padrões internacionais” (VALE, 2011, p. 15).

### Organograma 1 - Estrutura de Governança da Vale



Fonte: Vale, 2011

### 2.6.3 Política de Gestão e Sustentabilidade da Vale

A Vale alcançou um lugar de destaque no mercado mundial de minério, tornou-se uma empresa internacional, com escritórios ou com extração mineral em todos os continentes. Tendo como principal fonte de lucros a extração mineral, com destaque para o minério de ferro, também atua no setor de logística (controle de ferrovias, portos e empresas de navegação); fertilizantes, ela opera a única mina de potássio no Brasil (no estado de Sergipe), mais projetos no Canadá e Moçambique que, segundo a empresa, lhes permitirão tornar-se uma das principais fornecedoras de fertilizantes do mundo; siderurgia, com destaque para a associação com a ThyssenKrupp (a joint venture ThyssenKrupp CSA); e, na última década, também entrou no mercado de manejo florestal por meio da formação de um fundo de investimento – o Vale Florestar S.A – (VALE, 2010), que será analisado na terceira parte do trabalho como novas estratégias de valorização do espaço na Amazônia em áreas com graves problemas de desmatamento.

As ações no cenário internacional demandam à empresa um plano de gestão que contemple a elaboração de estratégias para lidar com a interface global e local, articulada ao jogo dos atores nas múltiplas escalas de atuação. Sua Política de Gestão em Sustentabilidade (PGS) reflete essa realidade, pensada para atender as necessidades de competitividade em uma escala global de relações de mercado<sup>15</sup>. A política ambiental é uma estratégia de governança corporativa pensada dentro das necessidades demandadas pelo contexto do mercado internacional, onde as empresas articulam-se entre as operações locais, locus da produção, e as relações globais – escala da globalização. Assim, ao mesmo tempo que trabalha diretamente com os valores das comunidades onde atua, a empresa é guiada pelos referências internacionais de gestão.

O Conselho de Administração da Vale conta com um Comitê de Assessoramento dedicado a assuntos de governança e sustentabilidade. A Diretoria Executiva de Recursos Humanos, Saúde e Segurança, Sustentabilidade e Energia é responsável pela condução de temas de sustentabilidade e conta com diretorias corporativas dedicadas ao tema. (VALE, 2011, p. 18).

---

<sup>15</sup> Formulado a partir das entrevistas de funcionários da empresa ao pesquisador, em Parauapebas durante o ano de 2010.



A Vale elaborou sua política global com base no conjunto de políticas globais que abrangem os principais problemas e desafios atuais em questão de meio ambiente e sociedade, a partir da universalização desses elementos pela crise ambiental (discutida na primeira parte do trabalho). Essa política ainda é recente, começou a ser estruturada em meados dos anos 2000, mais especificamente em 2004 (VALE, 2004), sendo que as duas principais: a Política de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e a Política de Mudanças Climáticas (PMC), foram criadas respectivamente em 2008 e 2009. Para implantar as políticas na empresa e consolidá-las, a Vale criou o Plano de Ação em Sustentabilidade (PAS), que juntamente com a PDS e a PMC será analisado em detalhe neste trabalho. Essas políticas tem o duplo objetivo de direcionar as atividades internas implantando um padrão de gestão global e, também, apresentar essas atividades ao público, que na visão da sua diretoria de sustentabilidade, é uma ação que a mesma cumpre em prol da causa ambiental.

Em 2011, foi criada a Diretoria Global de Saúde e Segurança Ocupacional, para atuar nas localidades que abrigam seus projetos, e também foi criado o Departamento de Relações com Comunidades. Assim, produz-se uma forma de ação nas duas frentes que ganharam força no contexto das empresas nas últimas quatro décadas – responsabilidade ambiental e responsabilidade social. A segunda não é objeto de estudo nesse trabalho, mas será citada como componente do ambiental ao longo do texto.

Há uma ação direcionada para dentro, que trabalha o sentido de empresa como um corpo homogêneo – a organização -, que incorpora as partes interessadas – os stakeholders e, também, uma ação que visa criar valor de imagem, uma apresentação e ao mesmo tempo uma representação da empresa na esfera pública, em especial, na esfera do mercado. A política de desenvolvimento sustentável faz parte dessa estratégia de representação dos valores da organização e, também, da difusão da mesma como um valor em si mesma, cuja principal medida tem sido valorizar sua marca no mercado de negócios.

#### **2.6.4 Política de Desenvolvimento Sustentável da Vale**

A Vale trabalha com o manejo de atividades com grande potencial de degradação ambiental: Mineração, fertilizantes, siderurgia. E, sendo o minério uma commodity, uma diversidade de fatores pode interferir nas relações de mercado mundial, incluindo as

condições ambientais em que é extraído (retomaremos a discussão na terceira parte).

O caráter de abrangência de suas ações, inserida na lógica global das grandes empresas, torna-a alvo de questionamentos e pressões acerca de sua conduta, diretamente nos países onde ela tem atividades, mas também de atores que atuam nessa escala global, como as ONGs. Acrescenta-se, a isso, a valorização das temáticas ambientais como mudanças climáticas, desflorestamento, biodiversidade, na escala internacional. A gestão desses elementos nas relações de produção das empresas é, cada vez mais, articulada articulada à regulação dos mesmos em escala global. Por isso, a política ambiental da Vale, considerada por ela mesma uma política de desenvolvimento sustentável, tem como base de regulação e normalização os mecanismos de ordenamento desenvolvidos como regras e normas internacionais: “a Vale está no mundo, então a nossa política não poder ser local, ela é uma política mundial”<sup>16</sup>. O objetivo de construir uma política global em sustentabilidade é justificada pelo alcance de suas ações, o que implica considerar os atores com os quais a empresa se relaciona. O objetivo, segundo a Vale:

É estabelecer diretrizes e princípios para a nossa atuação quanto ao Desenvolvimento Sustentável de nossos projetos e operações, explicitando a nossa responsabilidade social, econômica e ambiental nas regiões em que estamos presentes, em nossa cadeia de valor e no posicionamento em temas globais de sustentabilidade (VALE, 2010).

Segundo o princípio adotado, “o desenvolvimento sustentável é atingido quando seus negócios, em particular suas atividades de mineração, geram valor para seus acionistas e demais partes interessadas, e deixam um legado social, econômico e ambiental positivo nos territórios onde opera” (VALE, 2010). Para dar conta da realização dos objetivos a empresa traçou um conjunto de estratégias em escala de ação diferenciadas (esquema 1), de acordo com o jogo de poder dos atores que compõem sua esfera de influência direta e são de seu interesse.

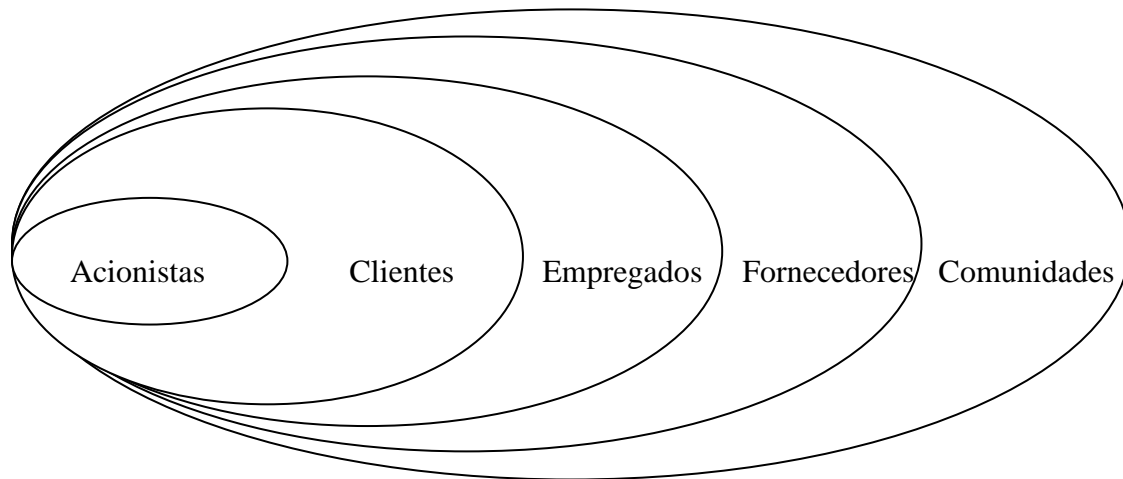
Esse campo de relação da empresa obedece ao padrão de gestão ambiental estabelecido pela norma ISO 1401, que determina a organização de um campo relacional dos stakeholders, importante para análise e avaliação das ações da empresa. Segundo, ele é estratégico porque é cada vez mais comum a ação empresarial dentro de uma cadeia de

---

<sup>16</sup> Entrevista ao autor, trabalho de campo em 2010.

produção, o que significa incluir o cuidado com as partes interessadas na sua política (NEVES, 2001).

Esquema 1. Escala de influência das ações ambientais da Vale de acordo o quadro de stakeholders.



Fonte: Vale, 2010.

No caso da Vale, essa estratégia é sustentada por três pilares: operador sustentável, catalisador do desenvolvimento local e agente global de sustentabilidade. Na definição da empresa, o operador sustentável (quando 2) é o mecanismo para desenvolver valor dentro da organização: “operar com sustentabilidade é atuar com consciência e responsabilidade socioeconômica e ambiental em todos os ciclos de vida das nossas atividades” (VALE, 2010, p 3).

#### Quadro 2 Operador Sustentável

Valor	Objetivo
<b>Valor para Stakeholders (Partes Interessadas)</b>	Proporcionar o maior retorno possível aos acionistas, manter relações e condições justas de trabalho para empregados, buscar parcerias com fornecedores que tragam ganhos para ambas as partes, garantir maior confiabilidade de suprimento e de valor de uso para nossos clientes, além de contribuir com o desenvolvimento sustentável das comunidades, regiões e países onde operamos diálogo permanente e aberto com nossos stakeholders.

<b>Antecipação e Prevenção de Falhas.</b>	Atuar preventivamente, visando evitar falhas de processo, poluição ambiental, acidentes de trabalho, riscos ocupacionais à saúde, e minimizar impactos sociais e ambientais negativos. Aplicar em todos os projetos de investimento e operações da empresa uma análise prévia de gestão de riscos, impactos e oportunidades nos aspectos ambiental, social e econômico. Investir e utilizar tecnologias que permitam – a custo compatível – maximizar a eco-eficiência, a segurança e a sustentabilidade dos processos produtivos.
<b>Legislação como base: melhoria contínua</b>	Atuar em plena conformidade com a legislação e demais requisitos aplicáveis e buscar melhorias contínuas que nos levem, em todos os territórios de atuação, a superar progressivamente padrões internacionais em saúde e segurança, condições de trabalho, gestão ambiental, relações trabalhistas e respeito aos direitos humanos.
<b>Organização e Disciplina</b>	Trabalhar de forma organizada e disciplinada, adotando práticas rigorosas de planejamento, execução, monitoramento e ação corretiva, buscando o uso responsável e eficiente dos recursos naturais. Em termos de responsabilidade sobre o produto, incentivar o uso, reúso, reciclagem e disposição final dos nossos produtos e subprodutos.
<b>Respeito e Ética nos Negócios</b>	Trabalhar de forma ética e respeitosa em todos os países e regiões onde atuamos. Buscar excelência na nossa governança corporativa, nos processos operacionais, na qualidade dos produtos e relacionamentos com partes interessadas. Difundir a atuação sustentável na nossa cadeia produtiva. Adotar padrões e práticas globais de sustentabilidade, respeitando a soberania de cada país e a legislação local.

Fonte: Elaborado a partir do relatório de sustentabilidade Vale de 2010 e 2011.

Considerando o valor alcançado nos órgãos de premiação por desempenho ambiental e social – Troféu John T. Ryan, Prêmio Ser Humano, Prêmio Sustainable Biofuels, e o Prêmio Recuperação de Minas, ambos nos últimos dois anos<sup>17</sup>, constata-se o lugar de destaque conquistado na estratégia de sustentabilidade construída no ambiente de mercado. A

<sup>17</sup> Pela sexta vez nos últimos sete anos, a Vale recebe o *troféu John T. Ryan*, concedido pelo Instituto Canadense de Mineração (CIM), em Montreal. A premiação se deve ao desempenho das minas T-1 e Birchtree, que apresentaram a menor frequência de acidentes pessoais por 200 mil homens-horas trabalhadas no Canadá.

O *prêmio Ser Humano*, concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos, seção Rio de Janeiro (ABRH-RJ). O prêmio valoriza as práticas de sucesso que tenham ocorrido em processos de gestão com pessoas, apresentando resultados quantitativos e qualitativos.

O investimento na produção sustentável de palma e biodiesel já é reconhecido internacionalmente. No início de 2012, a Vale recebeu o *prêmio Sustainable Biofuels*, concedido pelo World Biofuels Markets.

Na Indonésia, a empresa estabeleceu um planejamento para a recuperação da região onde é realizada a produção de níquel. Implementado por meio de programas de reabilitação pós-mina, o projeto prevê ações para diminuir o impacto e contribuir para a recuperação da área utilizada. A iniciativa ganhou, por quatro anos consecutivos, o *prêmio de melhor programa de reabilitação de minas*, concedido pelo governo da Indonésia, e pode servir como referência em outros planos de recuperação da Vale ao redor do mundo. (VALE, 2011).

premiação é uma das principais estratégias de valorização de imagem, uma vez que, sendo as políticas ambientais embasadas em metas, os prêmios representam o alcance desses objetivos.

A Vale é portadora de considerável respeito entre os organismos globais que atuam na área de gestão ambiental, especialmente do Global Reporting Initiative, que será estudado no próximo capítulo. Para a empresa, essa política ambiental já bastante premiada é fruto da organização corporativa, do trabalho conjunto de seus funcionários e colaboradores. Não é objetivo desse trabalho analisar ou avaliar o sistema de gestão ambiental da Vale em seus aspectos técnicos, se há ou não uma correta aplicação dos instrumentos da gestão ambiental a partir do proposto no seu sistema de gestão ambiental, uma vez que nosso interesse é a interface entre a política de desenvolvimento da mesma e o tema da conservação ambiental na Amazônia Oriental, que será tratado especificamente na terceira parte do trabalho, com a análise do Projeto Vale Florestar e do Programa Municípios Verdes. Diz-nos respeito, portanto, a relação entre escalas ancoradas nesse contexto de crise ambiental, os projetos de desenvolvimento sustentável na região (no caso o Vale Florestar e o Programa Municípios Verdes) e como a empresa se manifesta nesse contexto de valorização da crise ambiental.

Dessa forma, ainda em âmbito geral da sua política e as estratégias de desenvolvimento e conservação ambiental na Amazônia, algumas questões podem ser desde agora introduzidas. Primeiramente, transformar recursos naturais em prosperidade econômica recai na discussão sobre crescimento econômico e sustentabilidade. Nesse sentido, como tornar sustentável um modelo que tem como principal objetivo a transformação dos recursos disponíveis no meio ambiente em produção e acumulação de capital? O segundo, que se desdobra do primeiro, diz respeito aos critérios de geração de valor. Garantir a satisfação dos acionistas de uma corporação numa economia cada vez mais marcada pelo poder do sistema financeiro, significa trabalhar com a valorização constante das commodities em jogo – o minério -, e da marca da empresa, formas de aumentar o capital, e no caso da marca, os projetos de desenvolvimento sustentável relacionados com áreas degradadas vem ganhando força – em decorrência da exploração, quanto como resultado do desmatamento -. A política nasce com seus objetivos traçados pelos e para os mecanismos de mercado. E é, nesse ponto, que a relação entre a sua principal atividade econômica – a mineração -, e os projetos de desenvolvimento sustentável em área de desmatamento – Vale Florestar -, é estabelecida; pois as atividades que produzem ganho de imagem no cenário internacional valorizam a empresa como um todo e, portanto, sua principal atividade também é afetada.

Além das estratégias necessárias para manter o produto com valor de mercado, importante como retorno aos acionistas, outra forma de garantir retorno é aumentando a produção da mercadoria. Uma questão surge: como sustentar um recurso cujo principal valor de uso é a garantia ampliada do lucro comandado pelo sistema financeiro (capital financeiro) sem aumentar a degradação ambiental, se tomarmos como escala de importância o tempo da natureza, ao invés dos efeitos da tecnologia na produção? Em outras palavras, como um modelo pautado na segurança tecnológica como fator de preservação, contando que a inovação permite uma intervenção menos agressiva pontualmente, pode conservar a natureza se intensifica o uso dos recursos? É possível resolver o conflito entre crescimento econômico e conservação dentro de uma gestão ambiental que tem como objetivo o desenvolvimento sustentável nesse sistema de produção? São questões que permeiam todo esse trabalho.

O Catalisador do Desenvolvimento Local (quadro 3) é uma estratégia de ação local, com discurso fundamentado na noção de responsabilidade social e de desenvolvimento local. “Queremos ir além da gestão dos impactos de nossas operações e projetos, contribuindo voluntariamente e através de parcerias com governo e sociedade para o desenvolvimento local” (VALE, 2010, p 4).

Quadro 3 Catalisador do Desenvolvimento Local

<b>Catalisador</b>	<b>Objetivo</b>
<b>Licença Social</b>	Buscar o reconhecimento, a consulta e o envolvimento prévio à implantação de novos empreendimentos dos stakeholders locais.
<b>Ordenação para o Desenvolvimento</b>	Contribuir para a construção de planos e ações específicos voltados para o desenvolvimento ordenado e sustentável das regiões onde atuamos.
<b>Comunicação e Engajamento</b>	Manter comunicação e diálogo amplo, transparente, permanente e estruturado com stakeholders, respeitando a diversidade e as culturas das regiões onde atua, e considerando suas demandas nas decisões gerenciais da empresa.
<b>Alianças Estratégicas</b>	Estabelecer alianças com atores estratégicos de diferentes setores – público, privado e sociedade civil – para a articulação e planejamento de programas de desenvolvimento local integrado.
<b>Legado Regional</b>	Trabalhar de forma articulada para gerar um legado positivo nas regiões onde a Vale atua, buscando a maximização do desenvolvimento

socioeconômico através do ciclo mineral, contribuindo com a diversificação econômica, com o desenvolvimento social e com a promoção da conservação e recuperação do meio ambiente.

Fonte: Elaborado a partir do relatório de sustentabilidade Vale de 2010 e 2011.

Visa à ação nas áreas sob influência direta da empresa, e/ou dos stakeholders locais. Trata-se de uma política de projetos, que inicialmente ficava somente a cargo da Fundação Vale criada pela empresa para atuar nos municípios onde ela tem operação. Atualmente, essas atividades também são desenvolvidas pelo Fundo Vale, criado em 2009.

Um dos pontos desse pilar, a “licença social”, tem como objetivo legitimar as ações na escala local, principalmente no âmbito do município, buscando alargar a margem de aceitação. Isso quer dizer que o esforço de investimentos feitos pela empresa na escala do local onde atua objetiva, também, a geração de valores a serem amarrados localmente. O meio utilizado pela Vale para fazer isso é buscando “o reconhecimento, a consulta e o envolvimento prévio à implantação de novos empreendimentos dos stakeholders locais” (VALE, 2010b, p 2). Os diversos estudos que trataram dos impactos locais das ações da Vale na Amazônia Oriental (COELHO, 1991; PALHETA DA SILVA, 2004; COSTA, 2008) mostraram que a população local possui uma relação próxima de dependência com a empresa.

A Vale é vista como a promotora do desenvolvimento. O anúncio de implantação de um projeto causa euforia nas pessoas, leva esperança de uma vida melhor. Pode-se afirmar que esses projetos substituíram as políticas de Estado no espaço e no imaginário social, em parte como resultado do tipo de ação estatal executada no passado e cujo presente não tem trazido mudanças significativas. *Compreendemos que mesmo que a empresa não buscase essa “licença social” mesmo assim ela existiria, porque a mesma tornou-se um produto histórico dos projetos de colonização, existe uma cultura social dos grandes projetos, o que mostra que as políticas espaciais do governo federal foram extremamente eficientes na produção de um espaço voltado para a economia da industrialização e da modernização do espaço, mas em detrimento de projetos alternativos à economia dominante.*

A empresa atua em um espaço regional que não existem incentivos econômicos para o desenvolvimento de formas autônomas de produção, com domínio de uma cultura do emprego nos projetos de mineração, indústria madeireira, pecuária, grandes propriedades agrícolas e, recentemente, da silvicultura (esse último objeto de discussão na terceira parte).

Não obstante, a Vale também não inclui em sua política de desenvolvimento

sustentável o diálogo com segmentos contrários às suas propostas, há estranhamentos e conflitos com a sociedade civil organizada em movimentos sociais. No episódio mais recente, o bloqueio da Estrada de Ferro Carajás em 2010 por movimentos de luta pelo acesso a terra, a solução do impasse coube ao Estado, com o recurso do poder de polícia. O mesmo não pode mais ser dito em relação às principais ONGs que atuam na Amazônia, pois a empresa tem parceria com a Amigos da Terra, Instituto do homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), The Nature Conservancy (TNC), dentre outras.

Se, por ser uma corporação, a Vale possui uma política global de sustentabilidade, comum para todos os locais onde a empresa atua, existem estratégias bem definidas de ação local. Podemos inferir que como corporação que precisa gerar lucro numa escala ampliada, ela pensa e age globalmente porque esta é a própria escala do capital para articular sua reprodução, que cada vez mais tem jogado com os elementos da natureza e da sociedade – o capital está diretamente relacionado à existência desse espaço para circulação – é esta sua principal escala de geração de valor. Mas a base de geração de valor das mercadorias está no local, antes somente por ser o lócus da produção, hoje, também pela entrada de atores locais no jogo de poder e pela demanda de novas cobranças na produção, como a de uma gestão “ambientalmente correta”. É no local que essas relações de valor começam a se produzir enquanto materialidade e interferem diretamente na organização dos espaços. Em outras palavras, todo processo de globalização de um ator é, também, um processo de localização. Se dentro do espaço da organização isso ocorre de forma integrada, uma condição de sua própria sobrevivência como corporação, como totalidade do espaço, na forma como discute Santos (1999), ela se dá pela fragmentação, uma vez que a escala de valor priorizada é a do capital. A Vale não produz nenhum diferencial nesse sentido.

Nessa condição, a política de sustentabilidade da Vale no Brasil, enquanto implantação dos projetos se dá em escala de padrão internacional. A nosso ver, os estudos de diagnósticos realizados pela empresa em Carajás, não configuram uma ação que dê conta de pensar a escala regional. Em outras palavras, é preciso compreender essa parte da Amazônia como um espaço que traz uma herança de problemas semelhantes em todos os municípios, com uma economia padronizada em um destes elementos condicionantes: agropecuária, siderurgia e extração madeireira. O Estado brasileiro também nunca pensou a região nesse sentido, embora vários estudos também tenham sido realizados e citados aqui. Não obstante, não compactuamos das opiniões que defendem ser a gestão do espaço um atributo de empresas, uma vez que elas são atores diretamente interessados nos recursos estratégicos



existentes. O interesse da Vale ao realizar tais estudos continua com o objetivo de produzir conhecimento para agir em seus projetos localizados nos municípios selecionados para receberem suas operações: “nosso principal objetivo é estudar cada comunidade em profundidade para identificar as necessidades específicas, as demandas presentes e futuras e aqueles potenciais a serem estimuladas”<sup>18</sup>, como de fato tem feito, cujo principal exemplo é o município de Paragominas, que será estudado na terceira parte do trabalho.

É através desses estudos que a Vale elaborou seu Plano de Gestão Integrada em Socioeconomia, através de parecerias com governanças públicas locais, sociedade civil organizada e a iniciativa privada. De acordo com a empresa, isso é realizado em quatro passos: primeiramente, é feito o conhecimento sobre o território – Realização do Diagnóstico em Socioeconomia, segundo passo, Elaboração do Plano em Gestão Integrada em Socioeconomia – formação do Grupo Gestor; terceiro a Execução do Plano: Fortalecimento da política social do Território. E, por fim: Monitoramento do Plano – Construção da linha base de indicadores. (VALE, 2010). O último estudo de diagnóstico socioeconômico e ambiental da região de Carajás foi feito pela empresa de consultoria Diagonal Urbana. O relatório, concluído no mesmo ano, conta com informações detalhadas dos municípios onde a empresa atua e nos quais tem influência ao longo da Estrada de Ferro Carajás (VALE 2010a).

O estudo de territórios, no sentido de que é possível agir e controlar melhor o que se conhece, continua como método de ação para expansão das atividades e manutenção das operações existentes. Mas uma estratégia muda, em virtude da sua passagem para regime privado e das atuais condições internacionais das grandes empresas. A questão social, que embora sempre tenha servido como produção de aceitação da empresa, antes era vista como investimento público, portanto uma obrigação do Estado. Como entidade privada, esses investimentos entram como responsabilidade social voluntária, “um favor” que a empresa presta às comunidades. Mais do que um discurso para a chamada “licença social”, essa estratégia atua diretamente como construção da ideia de “solidariedade espacial” entre as classes, que muitas vezes camufla os conflitos territoriais existentes. Essa noção de convergência de interesses entre as partes vem sendo trabalhada desde o início das frentes pioneiras, como mostrou Palheta da Silva (2004). No entanto, a relação entre território e poder naquele momento estava mais imputada ao controle do próprio Estado, do qual a empresa era instrumento fundamental. Agora, esse alcance é mais amplo, uma vez que é implantado no local um sentido de ação empresarial pensada e praticada na escala internacional. E, em

---

<sup>18</sup> Entrevista da empresa concedida ao autor, em 2010.

comparação com o período no qual a mesma era uma estação, agora desaparece o elemento Estado entre a empresa e o território. As empresas criam suas próprias instituições para agirem nos segmentos sociais. No caso da Vale, como já citado, a principal é a Fundação Vale definida por ela como seu “braço social” e o Fundo Vale.

A atuação local na área social fica a cargo da Fundação Vale. Um dos principais projetos, que a empresa implanta nas comunidades locais é a Estação Conhecimento. Está voltada, principalmente, para a educação profissionalizante; promoção de atividades esportivas e de saúde; cursos de música, teatro e dança. Atua, também, como fomentadora do desenvolvimento econômico das comunidades, incentivando a produção local e o desenvolvimento das capacidades de empreendimentos e formação de cooperativas. Um dos projetos mais avançados é o da área de preservação ambiental do Igarapé Gelado, em Parauapebas<sup>19</sup>.

Entre os projetos locais da empresa não estão aqueles que incentivam a autonomia, exceção feita aos projetos dentro de Áreas de Proteção Ambiental como a do Igarapé do Gelado, de estudos sobre as regiões onde a empresa atua, com a finalidade de conhecer esses locais nas suas dimensões sociais, econômicas e ambientais. Tem se traduzido, principalmente, nas parcerias com governos municipais e articulação com a escala estadual e federal para a elaboração de projetos, busca de financiamento e execução. Os estudos encomendados pela Vale oferecem aos governos locais um diagnóstico da situação dos territórios e diretrizes para atuação (VALE; 2010a). O maior exemplo nesse aspecto é o Projeto Municípios Verde, que inicialmente não à cargo do Fundo Vale, a ser analisado posteriormente.

O último pilar, Agente Global de Sustentabilidade (quadro 4), reflete o alcance da empresa no mercado internacional, principalmente em virtude da atividade de mineração, sempre alvo de ambientalistas por causa do seu alto potencial de degradação ambiental. Como uma corporação que precisa manter o valor de umas commodities de mineração, agir na escala global no tratamento das questões ambientais é uma condição de agregação de valor e de sobrevivência no setor, o que é definido pela própria Vale como um dos fomentadores de sua ação na escala global: “a atuação GLOBAL parte do reconhecimento que determinados temas globais de sustentabilidade podem afetar nossos negócios, e de que a Vale – como uma das empresas líderes globais no setor de Mineração – pode contribuir para a promoção internacional de boas práticas de sustentabilidade” (VALE, 2010, p 5).

---

<sup>19</sup> Trabalho de campo, entrevista ao autor.

Quadro 4 Agente Global de Sustentabilidade

<b>Estratégias</b>	<b>Objetivos</b>
<b>Garantia de Transparência</b>	Garantir transparência quanto às políticas, procedimentos, práticas e desempenho da empresa em relação aos aspectos sociais, ambientais, econômicos e de governança junto às partes interessadas globalmente.
<b>Liderança</b>	Buscar liderança nas discussões internacionais setoriais ligadas aos aspectos do desenvolvimento sustentável mais afeito aos nossos negócios e operações.
<b>Observação e Tendências</b>	Monitorar e antecipar tendências em temas globais de sustentabilidade.
<b>Boas Práticas</b>	Adotar e desenvolver boas práticas globais de sustentabilidade e contribuir com sua difusão no setor.
<b>Atuação Local, Visão Global</b>	Manter uma visão global de sustentabilidade alinhada com padrões de desempenho internacionais, e atuar localmente, garantindo a adaptação e o respeito às culturas e realidades locais.
<b>Legado para gerações futuras</b>	Trabalhar de forma articulada para contribuir com a construção de um legado positivo para as gerações futuras. Equilibrar os aspectos sociais, ambientais e econômicos dos nossos negócios de forma a gerar valor de longo prazo para acionistas, empregados, comunidades e governos nos países onde atuamos.

Fonte: Elaborado a partir do relatório de sustentabilidade Vale de 2010 e 2011.

É o principal ponto da política da empresa. Sua execução, associada aos demais pilares, ocorre por meio de um “conjunto de políticas e procedimentos corporativos, embasados pelo Sistema da Gestão Ambiental (SGA) – modelo de gestão ambiental global” (VALE, 2011, p 66). Em 2011, foram registrados um investimento em torno de 1 (um) bilhão de dólares em ações ambientais, sendo o principal foco aquelas de alcance global. 85% do valor foram gastos com requisitos legais para operação dos projetos da empresa e o restante com gestão ambiental. O pilar contempla ações ambientais nos principais eixos definidos pelos atores internacionais envolvidos na *gestão da crise ambiental global* - Estado, ONGs, Organismos Internacionais (ONU), Corporações – como os principais problemas ambientais deste século e, para os quais, estão voltadas as ações de correção e de controle.

O eixo mudanças climáticas lidera os esforços desprendidos em escala internacional sobre meio ambiente. E os demais, *biodiversidade*, *desflorestamento*,

*desertificação, seca, água*; e os derivados: emissão de gases de efeito estufa, energia compõem, a nosso ver, o conjunto temático responsável pela ordenação de espaços no globo. Se isso ainda não é determinante em todos os pontos da política e da economia global, as ações dos atores em escala internacional apontam para a formação de uma escala estruturada com base nesses eixos condicionantes. A Vale não age diferente, acompanha essa lógica, em especial no tema das mudanças climáticas, onde desenvolve inúmeros projetos.

### **2.6.5 Política de Mudança Climática da Vale**

O tema das mudanças climáticas domina a ideia de sustentabilidade em escala global. Dos quatro problemas apontados por Tsayem-Demaze (2012) como de escala internacional – mudanças climáticas, erosão da biodiversidade, desmatamento, seca e desertificação -, além da própria mudança climática, os dois últimos também estão diretamente relacionados ao problema do efeito estufa. Essa temática, mudanças climáticas, foi eleita pelos Estados e organismos internacionais, principalmente a ONU, um problema universal, fundamentado pela ideia de que existe uma unicidade planetária dos climas, o que por isso, demanda solução global – “l'équation problème planétaire = solution planétaire est très largement partagée” (TABEAUD, 2010, p 74).

O principal evento internacional para tratar problemas ambientais após a Rio 92, para coordenar esforços conjuntos entre os países – foi o Protocolo de Kyoto de 1997 -, que teve como maior objetivo estabelecer metas de redução de gases de efeito estufa para os países desenvolvidos<sup>20</sup>. Dentre as diversas atividades que compõem o que chamamos de uma política climática global dentro da própria escala de poder da geopolítica ambiental internacional (TSAYEM-DEMAZE, 2011; TABEAUD, 2010; LEYMARIE, 2011; LEFF, 2006) está questão energética e o desmatamento, por serem consideradas as mais impactantes no aquecimento global. Nesse contexto, termos como “energia limpa” e “economia de baixo carbono” ganharam força e pressionam as empresas a desenvolverem mecanismos de gestão de controle de suas emissões.

---

<sup>20</sup> Como bem assinalou Tsayem-Dezame (2012) ao estabelecer metas para os países desenvolvidos e maior tolerância para com os demais países revela expõe que o principal problema foi o modelo de desenvolvimento adotado. Em outras palavras, significa que desenvolvimento tomado crescimento econômico e os problemas ambientais da atualidade estão diretamente relacionados.

Nesse aspecto, o pilar da política de desenvolvimento sustentável da Vale – Agente Global para a Sustentabilidade -, possui estratégias e planos de ação de controle de emissões, com destaque para o eixo de mudanças climáticas e energia. “Como empresa que consome energia de forma significativa e produz carvão, a Vale reconhece seus impactos sobre as mudanças climáticas, bem como sua exposição aos riscos por elas gerados (quadro 5). Tais riscos podem afetar os negócios da empresa e sua competitividade”(VALE, 2011, p 65).

Segundo a Vale, o caminho para gerenciar tais problemas é a ação empresarial proativa, por meio da avaliação de riscos das suas operações, minimização de vulnerabilidades, inovação tecnológica para redução do consumo de combustíveis fósseis e investimento em matriz energética limpa. Para isso, a empresa passou a gerar energia própria com foco na autossuficiência energética, com destaque para hidrelétricas e agrocombustíveis. Somente em 2011, a Vale investiu cerca de 10 milhões de dólares “em projetos de eficiência energética e projetos corporativos na área de mudanças climáticas” (VALE, 2011, p 66), e vem crescendo muito nesse setor nos últimos anos. Em 2011, conseguiu a maioria acionária da empresa Biopalma da Amazônia S.A, que produz agrocombustível a partir do óleo de palma.

Destarte, a estratégia de ação tem como base três pontos, articulados entre si por fazerem parte da política climática global: mudanças climáticas, energia e desenvolvimento/uso de “tecnologia limpa”. Essa atuação no eixo das mudanças climáticas cresceu a partir de 2005, quando a mesma começou a fazer um “diagnóstico do perfil de suas emissões por meio de um inventário de gases de efeito estufa, o que permitiu a criação de estratégias e planos para seguir um modelo de desenvolvimento baseado em uma economia de baixo carbono” (VALE, 2011, p 67). Além dessas ações ligadas às atividades diretas da empresa, a Vale também induz os atores que fazem parte da sua cadeia de valor, principalmente no engajamento de seus fornecedores. “Em 2011, a Vale treinou 83 fornecedores da América Latina de forma a capacitá-los a elaborar seus inventários de gases de efeito estufa” (VALE 2011, p 68). Ao envolver todos os stakeholders articulados na geração de valor, objetiva-se a redução das suas emissões indiretas. As principais categorias que influenciam a cadeia de valor são: em primeiro lugar está o minério processado pela empresa, minério de ferro e manganês, na siderurgia; segundo vem a compra de materiais e serviços, de insumos de processos; e em terceiro a compra de insumos energéticos, relacionado ao uso de combustíveis.

Quadro 5 - Principais riscos relacionados às mudanças climáticas associados aos negócios da Vale

	Riscos regulatórios	Riscos físicos	Oportunidades
Receita	Em 2011, diversos compromissos globais foram estabelecidos. No Brasil, houve o desenvolvimento da Política Nacional de Mudanças Climáticas, que inclui o Plano de Mineração e o Plano Indústria. Tais planos podem provocar mudanças nos padrões de consumo, no médio prazo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Alterações (positivas ou negativas) no volume e na origem da produção, por causa dos impactos físicos regionais das mudanças climáticas.</li> <li>– Potencial impacto (positivo ou negativo) nos serviços de logística, causado por alterações na produção em áreas de influência.</li> <li>– Potencial impacto (positivo ou negativo) de uma maior demanda por produtos finais com menor intensidade de carbono, com influência por toda a cadeia de valor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Desenvolvimento de projetos de créditos de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, em processos industriais e projetos florestais.</li> <li>– Desenvolvimento de projetos de créditos de carbono no âmbito dos mercados voluntários de carbono, em processos industriais e projetos florestais.</li> <li>– Desenvolvimento de projetos no âmbito de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD).</li> </ul>
Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>– É possível que a empresa precise fazer investimentos para adaptações em processos de produção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Investimentos adicionais em adaptação (infraestrutura), no médio e no longo prazos.</li> <li>– Revisão de prazos para a implementação de projetos, por causa do aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Realização de análise de riscos associados à mudança do clima no desenvolvimento de projetos de capital.</li> <li>– Desenvolvimento de novos negócios em energias renováveis.</li> <li>– Pesquisa e desenvolvimento para geração de energia mais limpa pela Vale.</li> <li>– Desenvolvimento de novos negócios orestais.</li> </ul>
Riscos	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Impactos potenciais (positivos ou negativos) nos custos, dependendo da maneira como forem instituídos os programas de redução.</li> <li>– Introdução de metas de emissão obrigatórias pode impactar diretamente a produção da empresa.</li> <li>– Potencial imposição de taxas de ajuste alfandegárias, de forma a evitar vantagens competitivas a países sem taxação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Potencial demanda adicional por ações sociais e ambientais nas áreas de influência.</li> <li>– Custos adicionais de seguros das instalações de produção.</li> <li>– Potencial impacto (positivo ou negativo) nos serviços de logística, causados pelos impactos físicos regionais das mudanças climáticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Potenciais incentivos financeiros para a geração de energia mais limpa.</li> <li>– Potencial para a descoberta de exploração de recursos até então não explorados, em virtude de características do clima que impediam a sua extração.</li> <li>– Projetos de eficiência energética e redução de emissões de GEE.</li> <li>– Melhor compreensão do tema pode levar a melhores práticas, reduzindo os custos da empresa. Essa realidade é reconhecida pela Vale, com a criação de seus institutos tecnológicos, um deles focado em sustentabilidade.</li> </ul>

Desde a primeira versão da política global de mudanças climáticas, elaborada em 2008, os últimos quatro anos apresentam um maior investimento para atingir novas metas estipuladas. As mudanças introduzidas na nova política estimam uma redução de 5% nas emissões de gases de efeito estufa e atuação direta na cadeia de valor para seguir a mesma política. A estratégia é o investimento em fontes renováveis de energia, eficiência energética e inovação tecnológica. Para isso, estipulou uma meta que busca alcançar 20% de biodiesel na mistura de biocombustível utilizado nas operações da empresa dentro do Brasil, até 2015. De 2010 para 2011 a Vale aumentou o consumo de biomassa em 17% (VALE, 2011).

Um dos programas que integra essa política de mudanças climáticas é o Carbono Vale, que “constitui um conjunto de ações coordenadas globalmente, para promover a estratégia de redução de emissões de GEE por meio de novas tecnologias e processos menos intensivos em carbono” (VALE, 2011, p 65). O Programa é baseado em cinco pilares:

- Avaliação estratégica do impacto da mudança do clima nos negócios e na capacitação da empresa para atuar no novo mercado competitivo;
- Suporte e indução de iniciativas de redução de emissões de GEE e sequestro de dióxido de carbono;
- Cooperação e parcerias para a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e para a implementação de ações de mitigação e adaptação nos territórios onde a Vale atua;
- Engajamento com governos e setores produtivos para monitoramento e contribuição na elaboração dos marcos regulatórios necessários para o enfrentamento das mudanças climáticas;
- Transparência e aprimoramento contínuo no reporte das emissões.

(VALE, 2011, p. 65-66).

No Brasil, a Vale produz 49% da energia utilizada em suas operações, sendo 96% proveniente de hidrelétricas, como a de Estreito no Maranhão. A empresa também possui usinas hidrelétricas no Canadá e na Indonésia, nas quais implantou dois programas no eixo de mudanças climáticas: no primeiro, inclui como programa de mudanças climáticas a utilização de óleo diesel, por meio de geradores; álcool, no caso, o glicol; e a formação de uma rede de distribuição do glicol no país; na Indonésia, declara que a construção da sua terceira hidrelétrica vai contribuir para a redução de energia de origem térmica. O investimento em hidrelétricas,

tanto própria quanto em parceria com o poder público, constitui outra estratégia da política de mudanças climáticas também no Brasil. Um dos projetos nessa área é a Hidrelétrica de Belo Monte, atualmente em construção. Mesmo fazendo alusão aos problemas em torno do referido projeto, a Vale justifica que esse empreendimento é uma fonte de energia limpa e, nesse sentido, está acordado com os valores da sua política global de sustentabilidade:

O sistema elétrico brasileiro é atendido fundamentalmente por geração hidrelétrica (80%), complementado por usinas térmicas e fontes de energia eólica e de biomassa. Considerando todas as fontes energéticas disponíveis para a geração de energia elétrica, a hidroeletricidade é a que oferece condições mais favoráveis para fazer frente ao crescimento socioeconômico previsto para os próximos anos, em termos de custo (competitividade econômica), viabilidade ambiental, baixo índice de emissão de gases de efeito estufa e confiabilidade do suprimento (VALE, 2011, p. 77).

A hidrelétrica de Belo Monte está prevista para começar a gerar energia a partir de 2015. Segundo a Vale, apoiar e investir nesse projeto faz parte da sua estratégia para salvaguardar o bom funcionamento de suas operações, uma vez que a mineração demanda elevado uso de energia. Além de justificar ser esse empreendimento um caso de energia limpa, a Vale declara acreditar “que esse projeto deixará um legado positivo para a região” (VALE, 2011, p. 78), pela sua importância<sup>21</sup>.

O investimento da Vale em hidrelétrica, totalizando 21 usinas em todo o mundo, reflete a manutenção do modelo de desenvolvimento ancorado no crescimento econômico e no desenvolvimento dos mecanismos que garantem o funcionamento do mesmo. Não obstante, dentro da política global de mudanças climáticas a energia proveniente de hidrelétrica não é reconhecida como ambientalmente impactante, uma vez que não contribuiria com a emissão de gases de efeito estufa. Portanto, a questão a ser inferida é em qual escala de valores o problema da energia e das mudanças climáticas está posta? Como declarou a própria empresa, mesmo reconhecendo as controvérsias que cercam o projeto por conta do impacto local de sua

---

<sup>21</sup> Não é objetivo deste trabalho discutir os problemas que envolve a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, uma vez que não temos competência pra isso no momento. No entanto, entendemos que produzir “energia limpa” às custas da desorganização de práticas espaciais como as dos indígenas e comunidades que ocupam as áreas impactadas pelo projeto fortalece a ideia de separação entre natureza e sociedade. Isso, porque, promove a ideia de que produzindo menos gases de efeito estufa é o suficiente para justificar prejuízos no campo sociocultural.



construção, a contribuição para a geração de energia no Brasil (com 4, 571 MW) e o estatuto de fonte de “energia limpa” justifica a entrada no projeto (VALE, 2011).

Tomando como ponto de vista os valores ambientais forjados pelos atores dominantes na escala ambiental internacional, como visto na primeira parte, não encontraríamos contradição entre essa prática de construção de hidrelétricas e a política global de sustentabilidade da empresa, pois energia proveniente de hidrelétrica goza de legitimidade na problemática global das mudanças climáticas. Nesse aspecto, não podemos perder de vista que as ações dos atores são produzidas num espaço político de atuação. E nisso reside outra importância na análise da política ambiental das empresas, que o mais importante para legitimar sua política ambiental na escala internacional não é a existência ou não de contradição interna, de conflitos internos; mas sim como essa política, considerada dentro do espaço produzido para sua ação, na escala global, se relaciona com outros atores em outras escalas de ação.

Isso vai ao encontro da discussão feita LEYMARIE (2011) sobre o impacto que essa escala já consolidada globalmente, como a de energia de hidrelétrica, pode provocar nas escalas locais onde os projetos são implantados. Sabe-se, por exemplo, que as hidrelétricas provocam impactos ambientais locais, cuja população dos arredores do projeto é a mais afetada. Não obstante, mesmo não negando a existência desses impactos e adotando medidas mitigadoras, os danos causados às comunidades, materiais e culturais, são desvalorizados quando comparados aos interesses econômicos do país e, também, às diretrizes da política climática global.

### **2.6.6 Plano de Ação em Sustentabilidade da Vale**

O Plano de Ação em Sustentável (PAS) é uma das ferramentas criadas pela Vale para impulsionar a prática e o entendimento de sua visão estratégica global na cadeia produtiva, isto é, onde a empresa desenvolve atividades, trabalhando a padronização e a melhoria de desempenho em indicadores de sustentabilidade da sua política global. Atualmente, o PAS cobre todas as operações da Vale, em todos os países. Os indicadores selecionados abrangem temas como energia, água, resíduos, fechamento de mina, desenvolvimento local e recursos humanos. A partir da seleção dos indicadores são estabelecidas as metas (VALE, 2011). No quadro 06,

podemos observar em detalhes as metas e os resultados alcançados em 2011.

O PAS é, em especial, uma estratégia operacional, trata-se do planejamento de todas as operações com o objetivo de trabalhar a eficiência operacional global. O objetivo é formular a estrutura organizacional, fazer com que a visão estratégica alcance toda a sua área de operação. Nesse sentido, produz-se a visão de um corpo homogêneo, evitando o surgimento de obstáculos ao funcionamento organizacional em termos gerenciais e operacionais, pois produz-se a noção de que todos buscam o mesmo objetivo.

Quadro 6 Metas PAS 2011

Unidade de negócio	Métrica (consumo específico).	Desafio 2011 – variação média em relação a 2010	Resultado médio 2011	Desafio 2012 – Valor da meta ou variação média em relação a 2011
<b>EN3 – Objetivo: reduzir o consumo específico de combustível</b>				
<b>Minério de ferro e pelotas</b>	Litros/tonelada movimentadas	Redução de 1,8%	○	Não terá meta em 2012
<b>Potássio</b>	m³/tonelada produzida	Redução de 1,7%.	○	Manter o resultado de 2011.
<b>Cobre (Brasil)</b>	litros/tonelada movimentada	Redução de 1,8%.	⊕	Proposta de consumo médio de 0,72 litro/ton. movimentada.
<b>Fertilizantes</b>	m³/tonelada produzida	Primeiro ano de implantação do PAS	○	Proposta de redução de 6% em sete operações (0,03% do indicador total da Vale).
<b>Carvão (Austrália)</b>	litros/tonelada movimentada	Primeiro ano de implantação do PAS	△	Proposta de consumo médio de 0,83 litro de diesel/ton. movimentada.
<b>Níquel (Canadá e Indonésia)</b>	GJ/tonelada produzida	Primeiro ano de implantação do PAS	○	Executar o plano de ação e definir metas quantitativas.
<b>EN4 Objetivo: reduzir o consumo específico de energia elétrica</b>				
<b>Minério de ferro e pelotas</b>	MWh/tonelada produzida	Redução de 3,5% para duas das operações de minério de ferro (29% do indicador do negócio)	○	Não terá meta em 2012
<b>Manganês (Brasil)</b>	MWh/tonelada produzida	Redução de 5,3%.	△	Não terá meta em 2012
<b>Potássio</b>	MWh/tonelada de minério desmontado	Redução de 1,9% em relação ao consumo de energia elétrica de 2009.	○	Proposta de consumo médio de 78 mil kWh/ton. desmontada, pela alteração no cenário da operação, com redução do volume de minério

				desmontado.
<b>Cobre (Brasil)</b>	MWh/tonelada produzida	Redução de 5%.	○	Proposta de consumo médio, em relação a 2011, de 30,24 kWh/ton. alimentada.
<b>Fertilizantes</b>	MWh/tonelada produzida	Primeiro ano de implantação do PAS.	○	Proposta de redução de 2% em oito operações (6,9% do indicador total da Vale).
<b>Carvão (Austrália)</b>	MWh/tonelada movimentada	Primeiro ano de implantação do PAS	△	Proposta de consumo médio de 0,004 MWh de eletricidade /ton. movimentada.
<b>Níquel (Canadá e Indonésia)</b>	MWh/tonelada produzida	Primeiro ano de implantação do PAS	○	Executar o plano de ação e definir metas quantitativas.
<b>EN20 Objetivo: reduzir as emissões de material particulado SOx e NOx.</b>				
<b>Níquel (Canadá e Indonésia)</b>		Primeiro ano de implantação do PAS.	○	Executar o plano de ação e definir metas quantitativas.

Fonte: Elaborado a partir de Vale, 2011

Legenda

△ Meta alcançada

○ Desafio alcançado

☐ Meta não alcançada

Esse campo operacional trata diretamente das atividades produtivas, principalmente através de investimento em pesquisa e desenvolvimento, o que é feito por meio de uma parceria entre o Instituto Tecnológico Vale (ITV) com universidades e outras instituições de pesquisa. “Ao todo são cinquenta e cinco (55) projetos relacionados à sustentabilidade que estão em andamento” (VALE, 2011, p. 17). A atuação do ITV, que desde 2010 consolidou parcerias importantes com universidades brasileiras de renome, a exemplo da Universidade de São Paulo, se dá principalmente no investimento em pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novas tecnologias para o setor mineral. Além da parceria com comunidades científicas nacional e internacional, o instituto também promove eventos científicos, como seminários, com pesquisadores da área e, em 2012, passou a fornecer bolsas de pós-doutorado para pesquisadores e instituições de ensino superior que tenham interesse em desenvolver tais pesquisas. A seleção é feita por meio de parceria com a CAPES na concessão de prêmios para teses de doutorado defendidas dentro dos temas de interesse.

Na classificação demonstrada, a “meta alcançada” corresponde ao nível 3, e o “desafio alcançado” representa a superação do nível 3 da meta. De acordo com a empresa, as explicações para as metas não alcançadas é que ainda não existia programa para as mesmas no período em referência (VALE, 2011, p. 19).

A política global de sustentabilidade, em especial as metas e desafios definidos pelo Plano de Ação em Sustentabilidade traz o que consideramos ter se tornado o principal avalista da política ambiental global em curso – a tecnologia como solução para os problemas ambientais. Nesse aspecto, a política da Vale foca as ações ambientais em medidas de comando e controle. O PAS é direcionado para investimento em ciência e tecnologia para conquistar a eficiência operacional, principalmente por meio do controle das atividades potencialmente impactantes.

A política ambiental das grandes empresas tem uma vertente voltada para a estruturação das ações ambientais na cadeia de produção. Essa estratégia, fundamental para criar um consenso interno de unidade produtiva, não estaria completa, ou nem faria sentido, sem a promoção dos objetivos alcançados fora dessa cadeia de produção. Dito de outra forma, a publicização da política ambiental da empresa constitui a outra parte do objetivo, pois é assim que as atividades desenvolvidas irão produzir valor na esfera pública. Nesse sentido, a comunicação aparece como parte importante dessa estratégia, pois é através desta que se

trabalha sua aceitação – a legitimidade. Nisso reside, principalmente, os investimento das grandes empresas no setor ambiental, pois esse deixa de ser apenas custo imputado à produção para se tornar um elemento de agregação de valor. Para tanto, divulgar as informações com o objetivo de construir um lugar na esfera pública, por meio da publicização de uma imagem, tornou-se uma condição para as grandes empresas na atualidade e, sem dúvida, um grande negócio.

### **Capítulo 3. A divulgação das informações ambientais das empresas: a construção da credibilidade e legitimidade nos relatórios de sustentabilidade**

A comunicação é uma importante ferramenta para a produção de valor de uma organização. Parte-se do princípio que a difusão do que a empresa considera como seus valores podem ser determinantes para a constituição desta enquanto valor para os seus stakeholders e público em geral. Isso porque, cada vez mais a sociedade civil tem mostrado sensibilidade em questões envolvendo o meio ambiente. Mesmo que possamos questionar, com razão, o real engajamento da sociedade em questões ambientais, o fato é que a ideia de sustentabilidade, natureza, desenvolvimento sustentável, faz parte do cotidiano das pessoas e, nesse sentido, todos se declaram “a favor das causas ambientais.” Nesse sentido, o valor de uma empresa na esfera pública depende, cada vez mais, das estratégias discursivas adotadas pela mesma para passar do interno (cadeia produtiva) para a o público (espaço externa), uma vez que é o segundo que se constitui como espaço de convencimento. Nessa esfera do publico a noção de valor e de cultura são dos principais elementos de representação da empresa.

#### **3.1 O sentido de valor e de cultura da empresa**

Não vamos discutir o conceito de valor, nem propor uma nova abordagem. Como atualmente esse termo vem sendo utilizado, muitas vezes de forma exagerada, pelas empresas

em suas políticas de sustentabilidade, consideramos importante trazer algumas noções acerca do tema.

Segundo Santana (2008), para a área de contábil, valor refere-se basicamente a contabilidade e economia, a representação monetária de um bem. Trata-se de atribuir um valor cujo resultado é o lucro. Mas também pode ser representado na utilidade que os consumidores atribuem a um determinado bem, de acordo com os critérios considerados para uma preferência. Com isso, a atribuição de valor a um bem se torna algo subjetivo, não sendo passível de uma mensuração que possa aferir ao mesmo um padrão. A autora ainda apresenta o valor como um componente relativo, porque depende fundamentalmente das concepções e interesses do avaliador (consumidor, vendedor, etc), assim como o contexto em que uma avaliação é feita. Nesse sentido, seu conceito também não pode ser confundido com o de preço “o primeiro é relativo e dependem de vários fatores, muitos deles subjetivos; enquanto o preço é único, exato e preciso, refletindo fielmente a mensuração financeira de transações de compra e venda de uma determinada empresa” (SANTANA, 2008, p. 46).

Para Leff (2006), a teoria do valor desenvolvida pela economia clássica foi enfraquecida a partir do final do século XIX. Nesse período os maiores esforços para entendimento e definição de uma teoria do valor vieram de Karl Marx, que o relaciona diretamente à categoria tempo de trabalho necessário para produzir uma mercadoria. Ele estabelece uma relação direta entre valor, tempo e produtividade. Com isso, concebe valor como uma categoria complexa, onde se fundem os elementos econômicos, sociais, científicos e políticos; pois todo elemento introduzido no processo de produção que alterasse o tempo necessário para produzir a mercadoria influenciaria diretamente no seu valor. Por isso, o uso da tecnologia na produção ocupou grande importância nos trabalhos de Marx e se tornou um ponto fundamental de sua teoria. Ele considerava que as tecnologias interferiam diretamente no tempo necessário, tornando-se um elemento de diferenciação da produtividade e do lucro. Por isso Leff (2006) escreve que no materialismo-histórico-dialético a teoria do valor era sinônimo de mais valia. Outra forma utilizada por Marx para discutir a teoria valor foi tratá-lo a partir do objetivo pelos quais as pessoas se apropriam de determinado bem – o valor de uso e valor de troca –, os dois fatores determinantes das mercadorias (MARX, 2001).

Atualmente, o significado de valor apresenta-se bem mais polissêmico. Nas últimas décadas do século XX isso se tornou mais complexo e o termo foi amplamente adotado pelas

empresas, que passaram a utilizá-lo tanto na sua cadeia produtiva, quanto a veiculá-lo nos canais de informação. Valor passa a ter principalmente o componente de lucro direto aos acionistas, como uma conquista de posição no mercado e na sociedade, que dentro do ambiente cada vez mais instável do mercado atual, possa representar para a empresa uma posição valorizada, que ela é obrigada a trabalhar em tempo constante para manter. Não obstante, ao associar a produção aos elementos valorizados da atualidade, a exemplo do meio ambiente e das questões sociais, produz-se uma forma de valor para àqueles concebem tais elementos como importantes. Em outras palavras, associar à imagem da empresa ao “ambientalmente correto” encontra reciprocidade naqueles que são sensíveis a esses valores.

Para as corporações, o principal componente do valor não é mais representado, principalmente, pelo tempo necessário para produzir uma mercadoria, nem mesmo pelo valor de troca ou de uso, mas pela política de relações de produção desenvolvida pela empresa. As condições nas quais o trabalho se desenvolve, a adequação à legislação e normas trabalhistas representa para uma corporação evitar problemas no campo legal, mas, também, um ganho de legitimidade em virtude das novas exigências e ações de atores sociais, como àquelas ligadas aos direitos humanos. Ao lado dessa responsabilidade social, outro fator que cresce como incorporação de valor é a responsabilidade ambiental, que tem levado as empresas a se adaptarem aos padrões de organização empresarial que valorizam a variável ambiental como valor estratégico para atuação no mercado. Assim, há uma adequação aos componentes econômicos, políticos e simbólicos desse tempo, presente na formação da cultura empresarial.

As novas estratégias produzem novas possibilidades de valoração da relação entre sociedade e natureza. Como o valor entre a dimensão social e natural é um produto histórico e cultura, pois depende dos contextos históricos e dos modos de vida das sociedades, produzir uma escala de ação das empresas na esfera pública torna-se, então, de grande significado estratégico. Nesse sentido, estamos de acordo com Moraes que:

Ao conteúdo eminentemente econômico e material da noção de valor, há que se associar outra ótica ao apreendê-lo também enquanto valor simbólico. Isto é, entende-se que a própria atribuição de um valor contábil à materialidade natural da superfície terrestre objetiva-se por processos que ultrapassam a avaliação estrita da economia. Cabe observar que o valor simbólico retroage na valoração econômica, valorizando ou desvalorizando os lugares conforme os juízos vigentes acerca de seus atributos, com o gosto atuando inclusive sobre o



preço dos espaços. (MORAES, 2009, p. 84).

Valor é também aquilo que uma empresa atribui como elemento formador de sua cultura organizacional. Significa que as escolhas feitas por ela passam a constituir seu corpo econômico e político num espaço de ação, e a cultura porta diversas possibilidades de definição. Por isso, optamos por trabalhar com o conceito proposto por Massiera (2006), para quem cultura significa produzir outra forma de ser a partir do contexto existente. A cultura implica a invenção de regras e identidade que permite ser segundo os critérios estabelecidos pelo discurso produzido a partir de algo já posto. Em outras palavras, significa encontrar uma forma de existir/apresentar-se de acordo com uma realidade já vigente. Desta forma, segundo Massiera a cultura de uma empresa é uma composição construída sobre essa base pré-existente. Mas seria correto atribuir à empresa uma cultura? Como encontrar um sentido para uma cultura empresarial, quando a primeira fala também de identidade social, principalmente relacionada ao indivíduo, à pessoa e sua construção social, e a segunda volta-se para o lucro como finalidade?

Especialmente nas últimas duas décadas, as empresas estão buscando construir uma imagem que a diferencie de períodos anteriores marcados, majoritariamente, pela exploração do trabalho e da natureza. Atualmente, essa imagem busca construir-se com as seguintes características: « L'excellence technique, la performance économique, la maîtrise des métiers s'effacent derrière une entreprise qui se veut citoyenne et qui se confronte à l'exclusion, aux problèmes d'environnement, aux solidarités et au développement local et durable » (MASSIERA, 2010, p. 3).

Esse modelo é muito evocado nos médias atuais como a solução para problemas sociais e ambientais em virtude do contexto de crise ambiental atual. Dito de outra forma, face aos problemas do presente, elas buscam construir uma identidade embasada em valores de responsabilidade social e ambiental. Nesse ponto, as organizações, atores importantes na escala global, jogam com as ferramentas de comunicação. “En raison des exigences du marche et de l'environnement, l'entreprise évolue, passant d'une communication de type linéaire descendante a une approche plus globale et participative (MASSIERA, 2006, p. 4). A empresa constrói suas relações para além da sua cadeia de produção, comunica um sentido, produz uma noção de social – uma cultura específica. Essa cultura comum “devrait conduire chaque salarié à avoir le

sentiment que son succès personnel passe par celui de son établissement (Thévent apud MASSIERA, 2006, p. 5). Isso começa pela construção dessa identidade nas relações de produção, especialmente pela imputação aos membros da cadeia de que o bom desempenho de seu trabalho equivale à adaptação da empresa ao meio ambiente e produção de valor para todos.

Uma das características dessa estratégia de ação é a construção de um sistema de interpretação do passado, de uma dita *tomada de consciência* dos problemas sociais e ambientais, que passa a orientar o cotidiano dentro da organização e opera como construção de sua imagem para os outros, uma projeção de sua teia de relações de produtivas. Esse esforço para construir identidade na sua cadeia de produção e fora dela, não significa que isso se faz por meio de uma imposição absoluta da empresa sobre o seu público alvo, uma vez que ela não precisa impor. Os seus stakeholders, assim como aqueles que existem e compõem a esfera pública - espaço de discussão e construção de interesses em comum – (ARENDRT, 2009), não são meros receptáculos de ideias, também são dotados de interesses que entram em contato com os interesses da empresa e, muitas vezes, conseguem realizá-los. O ponto da questão, então, é a existência de espaços de produção desse sentido de meio ambiente e de social, onde as corporações, como atores dessa produção cultural utilizam os elementos constituintes para uma cultura própria, que somente se torna possível pela existência de escalas de interesses já existentes na esfera pública. Atualmente, a principal ferramenta de divulgação da cultura de uma empresa para o público em geral são os relatórios de sustentabilidade.

### **3.2 Relatórios de Sustentabilidade das Empresas**

O recurso aos relatórios de sustentabilidade tornou-se uma ferramenta utilizada por grandes empresas em escala global. Seu uso tem como objetivo disponibilizar para as partes diretamente interessadas - seus stakeholders -, e também para os demais públicos um detalhamento das atividades no campo social e ambiental. Assim sendo, ele teria finalidade técnica e discursiva – dizer o que a empresa faz como um valor da organização.

Os relatórios publicados revelam muitos aspectos trabalhados por elas para chegar a esse objetivo. Primeiro, obedecem a um padrão de divulgação, cuja maioria segue o

recomendado pela instituição global de formulação de indicadores para elaboração de relatórios de sustentabilidade – a Global Reporting Initiative. Segundo, eles não são direcionados apenas para os stakeholders, mas para um público diverso, pois o que faz uma grande empresa já não é de interesse apenas dos que estão diretamente vinculados a ela, mas aos que são atingidos pelas suas ações, assim como aos que se interessam pelos seus produtos ou pelo que ela faz. Considerando que grandes corporações tem que lidar com as questões ambientais, pela sua cadeia de produção, então seu público alarga-se para todos que tiverem interesses nas repercussões de suas atividades. Mas o mais importante na publicação desses resultados sociais e ambientais não é apenas porque os atores da esfera pública se interessam por suas ações, mas porque ela se interessa cada vez mais pela esfera pública, pois precisa atuar nesta última para geração e manutenção de valor.

Nesse aspecto, os relatórios de sustentabilidade não dizem respeito somente a informar, mas o que informar, como informar e porque informar. Os relatórios são produzidos com o objetivo de mostrar como os indicadores adotados estão sendo cumpridos e divulgar seu comportamento frente aos desafios eleitos objetos de preocupação do presente e do futuro. A opção por determinados indicadores como referencial de sustentabilidade indica uma escolha, que ao ser tomada, uma série de fatores é considerado, pois é a partir daí que a empresa se autoapresenta e também passa a representar. Não se trata, apenas, de divulgar os resultados, mas de enunciar. Por isso, o relatório de sustentabilidade é uma ferramenta discursiva, e deve ser analisado como um gênero textual, escrito com a finalidade de produzir um efeito de convencimento. Um dado importante, é que sendo as empresas diferentes, no dizer de Carroué et al (2006) de que não existe um modelo universal de empresa, os relatórios de sustentabilidade apontam para a existência de um espaço de normalização, onde cada uma nas suas especificidades, têm que lidar com a condição de seguirem indicadores de desenvolvimento comum a todas elas, como se estivéssemos presenciado a formação de um sistema organizacional universal, inicialmente do ponto de vista do discurso.

Igalens (2004) escreve que os relatórios procuram mostrar um mundo onde a empresa aparece como solução para os problemas socioambientais, sendo o principal objetivo legitimar suas ações. Apresentar as atividades realizadas significa falar a partir de escolhas realizadas, dos indicadores adotados, de uma ideia de meio ambiente e de sociedade. O relatório de sustentabilidade não é a mesma coisa que o relatório anual. No segundo os dados são mais

técnicos, mais precisos e limitados; e o objetivo é informar as operações aos acionistas. O primeiro é mais ambicioso, objetiva divulgar uma ideia de organização responsável social e ambientalmente para um público variado.

Um relatório de sustentabilidade é produzido a partir da relação entre as atividades da empresa e os desafios sociais e ambientais a serem alcançados. Mas o objetivo essencial é produzir legitimidade por meio da publicização de um tipo de comportamento frente a um dado desafio, como o desafio ambiental, nesse caso. Há um quadro definido por ela própria como meta a ser atingida, elaborado a partir das diretrizes seguidas, e o relatório é construído de modo a vislumbrar o processo que leva a esse objetivo. Dai trazemos para este trabalho uma discussão sobre os relatórios de sustentabilidade das grandes corporações e, principalmente, porque entendemos os mesmos como estratégias discursivas importantes no discurso do desenvolvimento sustentável atual.

Assim, sua função é ser portador de uma imagem de empresa que atenda aos anseios dos atores em jogo, tendo como pano de fundo a colaboração na reversão de problemas sociais e ambientais. Como se trata, portanto, de uma questão de legitimidade, um ponto fundamental do relatório, segundo Igalens (2004) e com o qual estamos de acordo, é deixar claro quem fala no mesmo. Por isso, além das autoridades que compõem o quadro de funcionários e/ou acionistas, que aparecem no início do texto, o mesmo é recheado de falas de testemunhas, de diversos setores da sociedade que não fazem parte da empresa, cada um falando a partir de suas especialidades e experiências em consonância com o tema narrado. É o que autor chama de “as vozes da razão dentro do texto”, afirmando uma credibilidade para produzir legitimidade.

Destacamos três agentes que falam nos relatórios e compõem o que denominamos aqui de *discursos de credibilidade*. O primeiro deles, como já citado, é composto pelas autoridades da empresa, começando pelo seu presidente. Esse primeiro, claro, dá credibilidade ao relatório, atesta que o texto em questão manifesta uma ação direta da corporação. A fala da diretoria é feita em primeira pessoa, o uso do “eu” reforça a opinião, a afirmação que está sendo feita:

Je pense en effet qu'à condition de s'inscrire dans un cadre politique pacifié, une activité pétrolière attentive au respect des droits humain pout apporter une contribution utile à la stabilité et au développement de ce pays (T. Desmaret. Entreprise Total)...Le développement durable est une affaire de longue haleine, je sais que l'ensemble du Groupe est pleinement engagé pour y contribuer ( D. Lombard, France Telecom)...Je m'engage à ce que les 250 000 collaborateurs du Groupe y consacrent toute leur énergie et toute leur passion (H. Proglio,

Véolia). (IGALENS, 2007, p. 136-137).

No relatório da Vale :

Gostaria de me dirigir a cada um de vocês, leitores interessados em compreender como a Vale está se preparando para uma nova economia – aquela que deixará um mundo melhor para as próximas gerações. Ao assumir o cargo de Diretor-presidente da Vale, comprometi-me a fazê-lo desde que guardasse uma relação profunda com os valores nos quais acredito: respeito pela vida e pelo planeta (Murilo Ferreira, Vale). (VALE, 2011, p. 5).

Mais do que a semelhança das palavras é a convergência das ideias que associam espaço e tempo, onde ela aparece engajada na construção de um presente e um futuro melhor, figura como ator de mudança, ideia que reforça as ações as quais ela diz representar. Ações que não são de seu controle, mas da dimensão do espaço e do tempo: ambientais e sociais para o presente e para o futuro. A empresa, como mostra a fala de seus presidentes, trabalha seu discurso para uma esfera pública onde os elementos estão presentes e são manipulados por ela. A produção sustentável, que a mesma diz fazer por meio da realização de metas, existe como realidade fora da sua esfera interna – como elemento publicizado. Ao jogar com esses elementos na produção e informá-lo por meio do texto a empresa projeta sua existência nessa esfera – produzindo sua cultura a partir do já existente. Com isso, reforça sua ação na esfera pública, cujo retorno é a valorização da sua própria produção e imagem. Trata-se de uma nova forma de apropriação do espaço e do tempo – cria um tipo de vínculo que produz valor.

A segunda forma de enunciação que aparece nos relatórios são as testemunhas, façam elas ou não parte da corporação. De acordo com Igalens (2004) o recurso às testemunhas objetiva passar uma imagem de transparência, uma vez que a organização aceitaria ser exposta à crítica e avaliação dos que não estão diretamente envolvidos com sua cadeia produtiva. No relatório da Vale (2011) os testemunhos aparecem destacados e são reforçados por uma descrição da pessoa que dá o testemunho e do papel que a mesma exerce na sociedade.

É necessário que a Vale assuma seu papel de ator relevante e se comprometa a promover boas práticas para que Belo Monte seja um projeto sustentável. O que hoje é custo, com uma gestão de excelência, pode se tornar um retorno positivo (Sérgio Basserman, Economista e Ecologista. Professor do Departamento de Economia da PUC-RJ” (VALE, 2011, p. 8).

Tem um testemunho para cada um dos temas trabalhados no relatório, seguindo o mesmo padrão para as demais empresas analisadas por Igalens. “Pour l’entreprise, le témoignage constitue un moyen plus malléable d’influencer favorablement l’impression des lecteurs, aussi bien par son contenu que par sa forme » (IGALENS, p. 138). Um ponto que merece destaque no uso desses depoimentos é que eles carregam uma carga de valores – posição dentro da sociedade, credibilidade científica para reforçar seu testemunho, diretamente relacionado a uma atividade-chave tratada no relatório – que legitima o discurso e, a própria fala desse depoente, é um discurso.

Independente da intenção que a testemunha tem ao dar/fazer tal fala, extrapola o limite da sua própria competência, vontade e intenção como profissional, assim como vai além da atividade da empresa a qual sua fala faz referência, ela se torna uma enunciada chave que contribui com o licenciamento social-político-econômico que a corporação almeja adquirir e/ou manter. De acordo com Igalens, elas não utilizam o mesmo tipo de testemunhas, e nem sempre tem os mesmos objetivos, “dès lors qu’il est différencié selon les rapports, le témoignage devient un objet d’analyse qui permet de mettre en exergue les différentes utilisations et impressions suscitées par le lecture” (IGALENS, 2007, p. 141). O autor elaborou um quadro de características a partir das testemunhas utilizadas por dezessete empresas com atuação na França (quadro 7). A diferença na forma de utilização das testemunhas não significa mudança do padrão de relatório, inclusive porque algumas se enquadram em mais de uma característica.

### Quadro 7 – As práticas das tesmunhas

Contenu	Type de témoins	Ton	Intitulé principal	Mode/Format	Impressions générées	Objectifs supputés	Exemple rapport
1. Évaluation du rapport de l'entreprise	Experts de l'audit en DD, carrières professionnelle mises en avant	Critique et objectif	Message du panel pour le DD	Compte rendu	Compléter et renforcer les éléments du rapport	Augmenter la transparence perçue	EDF
2. Évaluation du comportement de l'entreprise	Parties prenantes externes	Critique	Titre et Institutions	Compte rendu	Trianguler les Perceptions	Augmenter la crédibilité perçue	Lafarge Rhodia, Danone
3. Démonstration de la mobilisation de toute l'entreprise	Directeurs généraux	Volontaire	Fonctions et directions	Discours ou questions/réponses	Convaincre de la « bonne » intention	Augmenter l'engagement perçu	Suez, Carrefour Vivendi Universals
4. Explications sur la mise en oeuvre	Responsables	Neutre	Noms et fonctions	Expositions et questions/réponses	Apporter des éclaircissements	Augmenter la sincérité perçue	Axa, PPR
5. L'histoire d'un succès	Les bénéficiaires (ex. : les salariés)	Positif	Citation ou nom du projet à succès	Récit reconstruit avec citations	Mettre en valeur les réussites sociétales de l'entreprise	Favoriser l'efficacité perçue des actions DD	Axa, Schneider Electric
6. La promotion des idées ou des institutions de DD	Des personnes ou des institutions célèbres	Neutre	Citation + nom	Questions réponses /plaidoyer	Informar sur et promouvoir le développement durable	Associer l'entreprise à des valeurs DD et augmenter sa légitimité perçue	BNP Paribas, Suez

Fonte : Igalens (2006, p. 142).

Para o autor, as seis configurações podem produzir uma diversidade de impressões nos leitores dos relatórios, mas a mensagem principal, em especial nas demonstrações 1, 2, 4 e 5 reforça a ideia de transparência, credibilidade e sinceridade, que consideramos serem os pontos-chave desse instrumento de comunicação. No caso da Vale, ela é contemplada principalmente pelas configurações 1, 2, 4, 5 e 6. Um relatório de sustentabilidade tem o perfil da direção da empresa. Mudar a diretoria significa, também, mudança na composição do relatório, incluindo a retirada das mensagens anteriores do site.

O uso dos relatórios de sustentabilidade no Brasil é novo, só começaram a ser feitos em meados dos anos 2000. Desta forma, mesmo que fosse nosso objetivo, não teria como precisar a sua influência nos lucros. Não obstante, alguns trabalhos realizados no país por pesquisadores da área de contabilidade já apontam os efeitos da variável ambiental no desempenho financeiro das empresas, incluindo a divulgação de informações ambientais (FARIAS, 2008; HARDLICKA, 2009), principalmente daquelas que trabalham com commodities e possuem índice de sustentabilidade de bolsas de valores do tipo Bovespa.

Já em pesquisa realizada sobre as maiores empresas com atuação na França Igalens (2004) concluiu que a consulta aos relatórios de sustentabilidade nos países ricos tem influência direta na reputação e no lucro das organizações. Um dos fatores que contribui para isso são os novos valores adquiridos pelos consumidores, que nos países desenvolvidos são mais engajados na relação entre produto e meio ambiente, em especial quando relacionados à saúde.

Mas o mais importante não é se o relatório contribui diretamente para o aumento do lucro da empresa, embora sendo possível comprovar sua influência, não tem como precisar isso. O principal é o contexto no qual esse está inserido. Ele é uma ferramenta de comunicação e seu sentido deve ser compreendido na informação que porta e visa difundir – o conteúdo social e ambiental tratado e seu efeito na esfera pública. Assim, o relatório não é, ele próprio, um meio de obtenção de lucro, mas a ferramenta que influencia na produção de valor e cria e/ou reforça a imagem que se pretende difundir.

O discurso opera como ferramenta de produção de sentido, que para se realizar necessita de um sistema de signos operando em conjunto numa esfera de representação. A ação de apresentar alguma coisa e, ao mesmo tempo, apresentar-se como parte dela, constitui um meio onde a ação que produz valor também se torna, ela própria, valor no espaço. Nesse sentido, o convencimento não é o resultado de uma imposição daquele que comunica uma mensagem



forçada, mas *uma interação de interesses*. As escolhas do enunciador possui relação direta com interesses pré-existentes na esfera do seu público alvo e, ao mesmo tempo, busca ampliar essa escala pelo reforço contínuo dos valores em jogo. Os elementos utilizados para convencer dizem respeito, muito mais, a como o ator se posiciona dentro da problemática já colocada, do sistema já posto em ação.

O recurso ao testemunho de pessoas envolvidas nas questões de que trata o relatório, como mostrou o quadro elaborado por Igalens (2004) e o seguinte sobre a Vale (quadro 8), expressa uma estratégia de convencimento para contemplar um papel enunciado – o engajamento da empresa nos desafios propostos -, num cenário que não é sinônimo de monopólio, mas que caracteriza o uso dessa estrutura a favor dos interesses empresariais. As organizações são atores privilegiados desse sistema porque tem como controlar parte de uma ferramenta fundamental no jogo de poder em questão: a comunicação.

**Quadro 8 – Discursos presentes nos enunciados das testemunhas no Relatório de Sustentabilidade Vale 2011**

Fala	Tipo de testemunha	Objetivo	Função
<p>“A Vale precisa desenvolver a ideia de construir junto. É necessário criar mecanismos formais para que o diálogo seja constituído intraempresa e da empresa para com os seus múltiplos stakeholders ...</p> <p>Água será o recurso limitante mais rapidamente percebido e sentido, e isso será agravado pelas mudanças climáticas. Esse é um tema que nunca poderá deixar de ser central para a Vale.”</p>	Especialista	<p>*Reforçar os elementos do relatório, água é tema-chave no relatório.</p> <p>* Credibilidade.</p>	Engenheiro florestal, consultor em sustentabilidade (interno).
<p>“A Vale tem história em mudanças climáticas e energia pela elaboração da Carta de Mudanças Climáticas. Mas ela precisa internalizar essa questão como fator de competitividade e assumir compromisso público, metas, de redução das emissões de GEE.”</p> <p>“É necessário que a Vale assuma seu papel de ator relevante e se comprometa a promover boas práticas para que Belo Monte seja um projeto sustentável. O que hoje é custo, com uma gestão de excelência, pode se tornar um retorno positivo.”</p>	Especialista e ambientalista	<p>*Reforçar os elementos do relatório, mudanças climáticas é o carro-chefe da política ambiental da empresa e Belo Monte é tema do relatório, inclusive pela polêmica em torno do projeto.</p> <p>* Credibilidade e legitimidade.</p>	Economista e Ecologista. Professor do Departamento de Economia da PUC-RJ (externo).
<p>“A Vale pode impactar a matriz energética do país, estabelecendo parcerias que promovam maior presença de renováveis.”</p> <p>“Se hoje mudanças climáticas é a bola da vez, biodiversidade é a bola de amanhã. Assim, faz-se necessário que a Vale se posicione nessa temática, definindo estratégia de atuação e buscando deixar impacto líquido positivo.”</p>	Especialista	<p>*Reforçar os elementos do relatório, novamente com mudanças climáticas e biodiversidade é tema presente na política ambiental da empresa.</p> <p>* Associar à empresa aos valores para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>* Mostrar engajamento da empresa nos problemas ambientais.</p> <p>* Passar credibilidade e legitimidade das</p>	Economista. Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (externo).

		informações divulgadas.	
<p>“O tema energia é muito associado às mudanças climáticas. Assim, a Vale precisa definir suas escolhas: vai se posicionar frente às energias mais limpas? O que está fazendo para tornar o uso de energia mais eficiente?”</p> <p>“A licença social para operar é essencial para a Vale. Para isso, a empresa precisa ter compromisso de longo prazo com o desenvolvimento das comunidades locais, garantindo investimentos em educação e fomento a atividades produtivas sustentáveis.”</p>	Especialista e Ambientalista	<p>* Reforça os elementos do relatório. As perguntas feitas são respondidas no relatório quando a empresa detalha seus projetos e ações.</p> <p>* Engajamento nos desafios do país (geração de energia) e com os valores ambientais.</p>	Engenheiro agrônomo. Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon (externo).
<p>“Os problemas educacionais da Vale vão além da educação básica. Tenho certeza de que a empresa está sendo desafiada por questões educacionais extremamente sofisticadas, já que é empresa com grande grau de modernidade e, por isso, necessita de mão de obra qualificada.”</p> <p>“Não existe possibilidade de a Vale resolver o problema da educação por meios exclusivamente próprios. A empresa precisa buscar competência para melhor interagir com gestão pública da educação. Se ela quer ser alavanca do desenvolvimento sustentável, ela não pode deixar de ser alavanca educacional onde atua.”</p>	Ativista.	<p>*Reforçar elementos do relatório, relação com comunidades e desenvolvimento local. Educação é tema tratado no relatório.</p> <p>*Engajamento em questões-chave do país como educação.</p> <p>* Engajamento na temática de desenvolvimento sustentável.</p>	Escritora e Jornalista. Presidente do Movimento Rio Como Vamos

Fonte: Vale, 2011.

O autor destaca, ainda, o conteúdo ético reforçado no depoimento dos que falam nos relatórios, o que explica a escolha de pessoas influentes no meio científico e daquelas diretamente engajadas em lutas por direitos humanos e/ou questões ambientais.

Le choix de la personne qui intervient porte aussi témoignage d'une certaine conception éthique de l'entreprise, le poids accordé aux minorités ethniques est significatif. Enfin, le grand témoin, celui qui est connu (Edgar Morin pour le rapport SUEZ) ou celui qui engage une institution (Cornis van der Lugt du PNUE ou J.P. Jean Renaud de WWF) peuvent même se trouver dans plusieurs rapports (Lafarge, Rhodia, Danone) et, ainsi, ils participent au processus de légitimation de l'entreprise (IGALENS, 2006, p. 142).

No caso da Vale, observamos no quadro anterior o testemunho de pesquisadores de universidades renomadas e de personalidades ligadas às ONGs, e o conteúdo ético é explicitado, porque tais testemunhas passam seriedade e credibilidade. Tanto as dezessete empresas estudadas pelo autor, quanto a Vale, obedecem ao mesmo padrão de divulgação das informações e são idênticas até na tipologia das testemunhas utilizadas. Esse padrão explica-se pelo fato de todas adotarem o modelo GRI de apresentação de relatório, o mais conceituado em matéria de elaboração de indicadores de sustentabilidade.

Outro discurso importante nos relatórios é o científico. Além da própria fala do pesquisador, que referenda o que o texto objetiva promover, ciência e tecnologia legitima o que está sendo feito. Latour (2010) faz uma análise sobre a relação entre ciência, política e economia na produção de consensos acerca da veracidade de fatos e eventos. Por mais que historicamente as ciências e as técnicas apareçam como autônomas em relação frente aos processos sociais, políticos e econômicos, o fato é que elas ocupam papel decisivo na esfera onde os objetivos são materializados, incluindo a economia de mercado, pois além de produzirem os objetos que servem ao processo de acumulação, muitas vezes legitima-os com a autenticidade científica (LATOUR, 2004; 2010).

No cotidiano popular a ciência opera como certificado de verdade. É dispensável alongar a discussão sobre neutralidade científica no meio acadêmico e, em especial, de como a ciência e a tecnologia tem contribuído para legitimar ações de interesse acumulativo de capital,

embora as pesquisas sejam difundidas como interesse comum; mas o que tem ficado mais explícita é a aproximação entre a ciência e a técnica dos projetos políticos e econômicos hegemônicos. As “ações para a sustentabilidade” têm colocado ciência, técnica e atores político-economicamente dominantes cada vez mais acordados em torno de objetivos de consolidação de estratégias de acumulação que aparecem na esfera pública como interesse comum. Nesse sentido, a ciência e a técnica são carregadas de discursos.

As novas pesquisas não apenas ratificam o modelo de desenvolvimento sustentável, com a investigação em novas técnicas adaptáveis a esse cenário, como ao fazerem discursam a favor do mesmo. A ciência e a técnica influenciam a sociedade pelos objetos que produzem<sup>22</sup>, mas também pelo significado que carregam em seu processo de construção e significação, uma vez que esses objetos somente conseguem ter êxito quando ancorados em um conjunto de ideias que lhe dê sentido e valor (LATOURE, 2010). Quando os pesquisadores falam em nome das ações, dos objetos, dos eventos, dos atores, esses últimos também passam a ser objetos das falas dos cientistas e, ao mesmo tempo, falam em nome desses.

### 3.3 O Padrão Global Reporting Initiative

Fundada em 1997, a GRI é um padrão internacional de elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade. Avalia o desempenho ambiental, social e econômico das organizações e trabalha com o mesmo padrão e rigor das demonstrações financeiras (GRI, 2011)<sup>23</sup>.

Segundo essa instituição, o principal ganho que uma empresa pode ter ao trabalhar com os indicadores de desempenho GRI é a geração de valor no processo de construção do

---

<sup>22</sup> « ...Une fois le laboratoire remis clairement sur la scène, on peut alors affirmer que les chercheurs *disent ce que diraient les choses dont ils parlent si elles pouvaient parler* – et d’ailleurs *ils les font parler* ou plutôt *témoigner* par le truchement des instruments. Ils ouvrent ainsi un nouveau cycle d’interprétation hésitante, au cours de laquelle les témoins convoqués pour suivre l’épreuve expérimentale (par le témoignage direct, par l’écrit, par la conférence ou l’expérience publique) doivent maintenant décider si les premiers chercheurs ont bien été autorisés par les choses dont ils parlent à parler en leurs nom ». (LATOURE, 2010, p.134-135).

<sup>23</sup> Disponível em [http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/5282/G3\\_POPO\\_RG\\_Final\\_with\\_cover.pdf](http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/5282/G3_POPO_RG_Final_with_cover.pdf). Acesso em 02 de abril de 2011.

relatório. Assim, o relatório de sustentabilidade, como indica a própria GRI (2009) é um processo, pois sua elaboração é o resultado de uma política de indicadores global implantada na organização, o objetivo não seria a apresentação final, mas a implantação de um padrão de sustentabilidade na empresa. A motivação para que uma empresa publique um relatório de sustentabilidade é acreditar que o mesmo beneficiará a organização de alguma forma. Nesse sentido, a GRI elaborou uma lista de motivos que justificam a adesão ao seu padrão de divulgação das informações ambientais, alguns são apresentados aqui.

O primeiro é demonstrar compromisso transparência. Esse fator é motivado pela resposta que a organização precisa dar para a sociedade, que cada vez mais tem se interessado pelas questões ambientais. “Para as organizações que já preparam relatórios de sustentabilidade, a comunicação com os stakeholders e com a sociedade em geral<sup>24</sup> é citada frequentemente como o motivo número um para começar a relatar” (GRI, 2009, p. 9). No entanto, mesmo considerando que a sociedade em geral tem se interessado mais pelas questões de meio ambiente, em especial pela ideia de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, a construção de uma imagem associada à questão ambiental pelas grandes organizações está muito mais relacionada aos interesses de/no mercado. Como veremos ainda nesse capítulo, existe um conjunto de elementos que trabalham a favor da produção do “marketing verde”, o que é o possível pelo processo cada vez mais acirrado de capitalização da ideia de desenvolvimento sustentável.

De acordo com a GRI, o que contribuiu para o crescimento do número de empresas lançando relatórios durante a década passada foi a Declaração de Joanesburgo que pediu por “cooperação do setor privado exigindo prestação de contas por parte das empresas” (GRI, 2009, p. 10). Em um manual informativo destinado a conquistar membros para o projeto, a GRI assim explica as vantagens de se tornar uma associada:

Se você olhar para as organizações relatoras em vários setores, tanto empresariais quanto sem fins lucrativos, você encontrará organizações que

---

<sup>24</sup>O termo sociedade em geral expressa o fato de que estando o relatório disponível no site eles podem ser lidos por qualquer pessoa que tenha interesse. Não obstante, um relatório de sustentabilidade é preparado especificamente para um público definido, embora não exclusivamente. Os alvos dos relatórios de sustentabilidade são os atores que a empresa precisa convencer de seu papel como empresa engajada na causa da sustentabilidade, não é um documento informativo, uma vez que para isso existe o relatório administrativo (de produção). O relatório intenciona criar valor para e nos stakeholders.

tanto oficial quanto extraoficialmente lideram seus respectivos setores em vários aspectos (ex: a mais respeitada, a com maior redução de emissões, a melhor empresa para se trabalhar). Um estudo recente revelou que as organizações com alto desempenho ambiental são as melhores relatoras (GRI, 2009, p. 10).

O quadro, elaborado pelo instituto mostra uma lista dos stakeholders mais importantes para as organizações e as informações ambientais de interesse para cada um deles.

Quadro 9 – Quem quer saber o quê das organizações?

Stakeholders	Indicação de interesse em informações sobre Sustentabilidade
Investidores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carbon Disclosure Project – mais de 200 investidores exigiram divulgação de emissões de gás de efeito estufa.</li> <li>• Deliberações dos acionistas para um relatório mais abrangente.</li> <li>• Índice Dow Jones de Sustentabilidade e outros solicitaram informações sobre sustentabilidade.</li> <li>• Princípios do Equador – os principais agentes financeiros exigiram a discussão dos impactos socioambientais de grandes projetos em países em desenvolvimento.</li> </ul>
Agências Reguladoras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Muitas nações exigiram dados socioambientais em relatórios anuais.</li> </ul>
Funcionários	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um dos principais públicos de relatórios de sustentabilidade.</li> </ul>
ONGs	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Publique O Que Você Paga – mais de 200 ONGs no mundo todo pediram transparência nos pagamentos de impostos e royalties.</li> <li>• De 56 ONGs socioambientais globais, 79% consideraram os Relatórios de Sustentabilidade Empresarial “muito” ou “razoavelmente” útil.</li> </ul>
Público em Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em uma pesquisa com 21.000 pessoas, 50% afirmaram ter lido, ou ouvido falar, a respeito de um relatório de sustentabilidade melhorou sua impressão sobre a empresa, levou-as a comprar produtos da empresa ou falar bem da empresa para os outros.</li> </ul>
Mídia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Muitos rankings empresariais possuem critérios socioambientais.</li> </ul>

Fonte: GRI, 2012.

Segundo lugar, demonstrar capacidade de participar em mercados competitivos. Trata-se de trabalhar com mecanismos que torne o desempenho das operações da empresa compatíveis com as exigências de sustentabilidade, com monitoramento e relato das atividades. De acordo com o GRI, vem aumentando a importância dessa atividade como indicador de qualidade da gestão (GRI, 2006).

Terceiro, planejar atividades, tornar-se mais sustentável e posicionar a empresa. Uma das vantagens é que as organizações absorveram os principais problemas da sociedade atual e os transformou em ferramentas a favor da acumulação. Dentre outras motivações está o posicionamento favorável que a empresa pode conquistar no mercado, por meio da difusão da ideia de responsabilidade. “Para essas organizações, ouvir e responder a seus vários stakeholders (clientes, funcionários, formadores de opinião, organizações similares em outros países, membros da comunidade, ONGs, etc) tornou-se parte importante dos processos decisórios e de inovação” (GRI, 2012, p. 12).

A recomendação da GRI para as empresas alcançarem uma posição competitiva no quesito sustentabilidade é se esforçar para um bom desempenho nos principais indicadores, tais como: neutralização de carbono, distribuição da riqueza, promoção da diversidade, trabalho decente, proteção da biodiversidade. “O processo de elaboração de relatórios da GRI incorpora muitos elementos concebidos especificamente para ajudar a desenvolver um sistema de gestão de sustentabilidade” (GRI, 2006, p. 12). Nesse aspecto, ao preparar um relatório de sustentabilidade esperam:

- Adiantar-se em dar passos para operar de maneira sustentável.
- Facilitar a implementação de uma *estratégia de sustentabilidade*.
- Criar maior consciência sobre questões de sustentabilidade e compromisso em toda a organização.
- Aumentar a capacidade para medir o progresso obtido em metas específicas.
- Identificar reduções de custo.
- Identificar *novos modelos de negócios*, adaptados a contextos empresariais futuros. (GRI, 2006, p. 13). Destaque nossos.



Para as organizações, que atuam em diversos países, o quarto item – seguir a legislação –, trata da adaptação à legislação dos países onde as empresas operam. Além das exigências já feitas por alguns países em termos de divulgação das informações ambientais por parte das organizações, o cenário atual demanda uma visão de futuro em relação a essas ações. Embora na maioria dos países o relatório de sustentabilidade seja voluntário, alguns já contam com legislação específica sobre divulgação dessas informações.

Dinamarca, França, Holanda, Noruega e Suécia exigem que certas empresas (de certo porte ou com ações na bolsa de valores, por exemplo) incluam informações ambientais e/ou sociais em seus relatórios anuais. Esta tendência não se restringe à Europa. Nos Estados Unidos a Lei Sarbanes-Oxley exige que as empresas divulguem um código de ética por escrito adotado por seu presidente, diretor financeiro e diretor de contabilidade. Às vezes, setores específicos são visados. O Canadá exige que as grandes instituições financeiras publiquem suas prestações de contas. O governo coreano também está se movendo nessa direção. Em nível subnacional, algumas agências reguladoras exigem algum tipo de relato ambiental, de saúde e de segurança. (GRI, 2012, p. 13).

Como as organizações mais importantes da atualidade divulgam relatórios de sustentabilidade e, principalmente, seguindo o padrão GRI, é importante explicar qual foi a motivação inicial para a criação desse sistema de elaboração de relatórios. Até o final dos anos 90, as grandes empresas já divulgavam informações financeiras em relatórios anuais com diretrizes que seguiam um padrão internacional de aceitação. O mesmo não ocorria com a divulgação de informações ambientais, ficando restrito a um pequeno número de publicações e em contextos distintos. Foi no final dos anos 90 que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES) criaram a GRI, com uma primeira versão lançada em 2000, tornando-se independente em 2002 (GRI, 2002). “Ela foi criada com a missão de tornar os relatórios de sustentabilidade tão comuns quanto os relatórios financeiros e ser a guardiã das diretrizes e de seu processo de produção”. (p. 16).

A GRI é, principalmente, um instrumento normativo, pois sua função é produzir a adequação das ações das organizações às principais normas e regulamentações aceitas na escala

internacional, processo que ela (a GRI) define como uma questão de “aprender e mudar”. Para alcançar a mudança, a empresa precisa se guiar por uma estrutura de relatório e estabelecer um amplo projeto de ação com: estratégia organizacional, planos de ação e avaliação de resultados. A partir de sua aceitação, o que uma empresa pode esperar ao adotar o padrão de relatório de sustentabilidade GRI é a descoberta dos valores que são construídos ao longo do processo de relato: o valor das mudanças internas e de reconhecimento. Algumas das empresas mais importantes do mundo consideram enormes as vantagens de divulgar suas informações ambientais seguindo esse padrão (quadro 10).

Quadro 10: Importância do relatório GRI para a visão estratégica da empresa segundo relatos de importantes organizações

Empresa	Origem	Relato
Suncor Energy Inc	Canadá	Relatar nosso desempenho de sustentabilidade nos permite articular nossa visão e estratégia de sustentabilidade e responder diretamente às preocupações dos stakeholders quanto aos desafios de sustentabilidade que a Suncor enfrenta no presente e no futuro. Conseguimos demonstrar aos investidores, comunidades, funcionários e outros importantes stakeholders que a Suncor está gerindo seus riscos e buscando novas oportunidades de negócios sustentáveis.
DHV	Holanda	O relatório de sustentabilidade nos permite usar dados não financeiros para melhorar a qualidade de nossas operações e nossa estratégia.
Natura	Brasil	Os relatórios de sustentabilidade estão se tornando instrumentos de gestão, assumindo o papel de agentes de alinhamento da estratégia da empresa.

Fonte: GRI, 2009.

O processo de relato também contribui para o melhor funcionamento da cadeia produtiva, uma vez que articula os stakeholders para o alcance das metas definidas segundo os indicadores de ação. A visão estratégica que, segundo a GRI, pode ser descoberta no caminho traçado até a elaboração final do relatório, trata-se desse comportamento disciplinar da cadeia organizacional. “Essa plataforma de sustentabilidade promove a coerência de valores em todo o negócio”. Um dos ganhos dessa estratégia é o sucesso no desempenho das metas estabelecidas, fator muito utilizado pelas organizações em termos de política de sustentabilidade, como no Plano de Ação em Sustentabilidade da Vale, mostrado no capítulo anterior.

Assim, o segundo ponto da estratégia de produção de valor é a *melhoria no sistema de gestão, aperfeiçoamento dos processos internos e estabelecimento de metas* (quadro 11).

Quadro 11 - Sistema de Gestão e processos internos e metas dos Relatórios de Sustentabilidade GRI

Empresa	Origem	Relato
Telefónica	Espanha	Os relatórios de RSE fornecem uma plataforma de gestão semelhante à estrutura de um iceberg: no topo há indicadores como a informação que é visível no relatório. Em seguida, há os sistemas e processos implementados na empresa, invisíveis para os stakeholders, que ajudam a produzir e coletar todas as informações dentro da empresa; e, depois, verificamos tanto os indicadores como os processos para ter certeza que as questões de RSE são implementadas adequadamente. Finalmente, os relatórios de RSE são uma força motriz para acelerar a implementação da RSE dentro da empresa.
Australian Ethical Investment	Austrália	Relatórios consistentes nos permitem monitorar nosso desempenho e melhorar constantemente nossos esforços.
Agrícola Santa Laura del Alto S.A.	Chile	O processo de relato nos ajudou nos últimos anos a organizar melhor os dados em geral, melhorar nosso desempenho e implementar continuamente nossas ações de RSE.
Daimler AG	Alemanha	A transparência também facilita o progresso de nosso desempenho em todas as nossas operações. Nesse esforço, as Diretrizes da GRI têm se mostrado uma ferramenta indispensável.
Vattenfall	Suécia	O relato de questões de sustentabilidade serve como um indutor de nosso desempenho e nos ajuda a identificar claramente as áreas que precisam de melhoria.
Microsoft Corporation	EUA	As Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da GRI são uma referência de valor inestimável para a Microsoft no momento em que determinamos nossas principais métricas... Acreditamos que essas medidas nos ajudam a melhorar nosso desempenho.
Holcim	Suíça	A disciplina de estabelecer e monitorar metas faz com que a organização se concentre na alocação de recursos em áreas significativas e garante que haja estruturas eficazes para pôr em ação a agenda do triple bottom line <sup>25</sup> .
Corporate Express NV	Holanda	Um dos desafios à medida que você faz seu relatório de sustentabilidade é concentrar seus esforços e estabelecer metas práticas. É importante ser realista com suas expectativas, senão você irá comprometer a qualidade na busca de realizar muito em pouco tempo.

Fonte: GRI, 2012.

<sup>25</sup> Conceito desenvolvido pelos segmentos econômicos e traduz a estratégia das empresas na dimensão social, econômica e ambiental, definidos como os três componentes da sustentabilidade no conceito de mercado.

De acordo com a GRI, a construção de um processo que envolve a cadeia produtiva contribui para que a mesma passe a se conhecer identificando os pontos fortes e fracos e, assim, encontre formas de melhorar a gestão. Daí o foco na categoria eficiência. Com isso, a atração de investidores é outro ponto importante destacado na composição de valor.

Quadro 12 – Atração de investidores

<b>Empresa</b>	<b>Origem</b>	<b>Relato</b>
ASN Bank	Holanda	Para o ASN Bank, na qualidade de banco sustentável, o valor do relatório de sustentabilidade reside principalmente nos relatórios de sustentabilidade que lemos para chegar a uma decisão de investimento. ... Sem relatórios de sustentabilidade seria muito mais difícil encontrar as empresas que preenchem nossos critérios de direitos humanos e ambientais
Holcim	Suíça	Os investidores preferem investir em empresas que demonstram por meio de relatórios eficazes que atuam de forma responsável.
Centre for Australia Ethical Research (CAER)	Austrália	O relatório de sustentabilidade permite que você monitore e melhore o desempenho socioambiental de sua empresa. Essas informações são também do interesse de investidores, que reconhecem que os riscos ambientais, sociais e éticos podem impactar a lucratividade de uma Empresa
Valle del Maipo Chilean Fruit S.A.	Chile	Ao produzir um relatório de sustentabilidade, a empresa pode melhorar a qualidade de vida dos funcionários e, dessa forma, eles se tornam mais leais a ela. Tivemos uma experiência excelente quando compradores de outros países decidiram comprar nosso produto depois que mostramos a eles nosso relatório de sustentabilidade

Fonte: GRI, 2012.

Uma das medidas que corrobora a afirmação da GRI quanto à importância do relatório de sustentabilidade para os investidores é que muitas bolsas de valores, entre elas a Bovespa, criaram índices de responsabilidade empresarial, incluindo o índice de sustentabilidade. A segunda parte dedicada à produção de valor trata-se da valorização externa, de como a elaboração de relatório GRI pode contribuir para melhorar a imagem da organização “a partir do seu comprometimento com soluções sustentáveis” (GRI, 2009, 36).

Quadro 13 – Fortalecimento da reputação, conquista de confiança e respeito

<b>Empresa</b>	<b>Origem</b>	<b>Relato</b>
Holcim	Suíça	Na opinião de vários stakeholders, os relatórios de sustentabilidade têm a capacidade de agregar valor a uma organização. A sociedade civil e os governos tendem a confiar mais nessas organizações.
Vattenfall	Suécia	Para a Vattenfall, os relatórios de sustentabilidade geram confiança e apóiam nossa ambição de servir a sociedade.
Topkapi Iplik San. Ve Tic. A.S.	Turquia	O objetivo inicial do relatório de sustentabilidade não é fazer marketing, mas um dos resultados do relatório é a melhoria da reputação e o aumento da fidelidade do cliente.
Petrobrás	Brasil	O Relatório Socioambiental, para a Petrobras, é a forma mais clara e eficiente de demonstrar seu desenvolvimento econômico, social e ambiental. Ao publicá-lo, a Petrobras obtém confiança e respeito e contribui para a manutenção de um relacionamento duradouro e sincero com as partes interessadas.
Javierre S.L.	Espanha	O maior valor encontrado por nossa empresa na preparação dos relatórios anuais de sustentabilidade é a confiança que eles trazem para nossa organização e suas atividades.
Viña Huelqu'en Ltds	Chile	Quando publicamos um relatório, podemos mostrar a qualidade de nossos produtos e serviços e melhorar a imagem e a reputação da empresa.

Fonte: GRI, 2012.

A forma de medida de reputação na qual a GRI se baseia para atestar a relação entre relatório de sustentabilidade e valor das empresas é o ranking de reputação, publicado por revistas de negócios que utilizam informações de sustentabilidade disponíveis publicamente. “Desta forma sempre há preocupações sobre quanto à reputação de uma empresa pode ser prejudicada pela divulgação pública de possíveis riscos ou notícias ruins e a tendência é que as organizações evitem esse tipo de divulgação”. De acordo com a GRI, tanto as notícias ruins quanto as boas devem ser divulgadas, uma vez que a reputação estaria relacionada à honestidade e não, apenas, aos resultados obtidos. Os principais benefícios desse grau de honestidade são: elevação do valor da marca e da fidelidade do cliente, aumento na participação de mercado, maior acesso ao capital a um custo mais baixo, *ampliação da licença social de operação e agilização nas aprovações regulatórias* (GRI, p. 39). Outro ponto da criação de valor externo é a *transparência e diálogo com stakeholders* (Quadro 14).

Quadro 14 - transparência e diálogo com stakeholders

<b>Empresa</b>	<b>Origem</b>	<b>Relato</b>
Coca-Cola Hellenic	Grécia	A preocupação inicial em divulgar informações se mostrou infundada e a transparência e credibilidade resultantes do relatório foram extremamente benéficas para nossas relações com os Stakeholders
Daimler AG	Alemanha	O relato confiável e abrangente de questões relativas à RSE não apenas dá suporte à nossa organização na condução eficaz do diálogo com os mais variados stakeholders. A transparência também facilita o progresso de nosso desempenho em todas as nossas operações. Nesse esforço, as Diretrizes da GRI têm se mostrado uma ferramenta indispensável.
Royal Dutch Shell	Holanda	Ajuda-nos a obter a confiança de nossos stakeholders externos.
Vattenfall	Suécia	O principal benefício do relatório de sustentabilidade é a transparência. Sendo a sinceridade um dos valores fundamentais da Vattenfall, é da maior importância que sejamos transparentes em relação a nosso desempenho socioambiental e seus impactos.
Suncor Energy Inc	Canadá	Relatar nosso desempenho de sustentabilidade nos permite responder diretamente às preocupações dos stakeholders quanto aos desafios de sustentabilidade que a Suncor enfrenta no presente e no futuro.
Natura Cosméticos	Brasil	O exercício de transparência inerente a esses relatórios fortalece a confiança dos stakeholders.
Aramex	Jordânia	O relatório de sustentabilidade é um investimento e compromisso de longo prazo. Seu valor reside em compreendermos e identificarmos nossas responsabilidades empresariais em relação a todos os nossos stakeholders.
Veda International Corp	Taiwan	Com o relatório de sustentabilidade, a abstração de nossos programas de RSE torna-se concreta para que nossos stakeholders os visualizem e apoiem. Como profissionais da comunicação frequentemente prestamos consultoria a nossos clientes em seus Programas de RSE. Agora que temos nosso próprio relatório, podemos garantir ainda mais a profundidade de nossos serviços.

Fonte: GRI, 2012.

O terceiro item dessa geração de valor externo - *demonstração de compromisso com a sustentabilidade* (quadro 15) - é tratado no relatório como grande desafio posto para a humanidade neste século. Nesse aspecto, que se trata de convencer os stakeholders quanto ao desempenho e compromisso das empresas nessa temática, a publicação de um relatório é o modo ideal de mostrar como uma organização está honrando seus compromissos. Esse relatório é o principal canal entre a empresa e a esfera de tratamento das questões de sustentabilidade acordadas com o atual modelo do desenvolvimento sustentável.

Quadro 15 - Demonstração de compromisso com a sustentabilidade

<b>Empresa</b>	<b>Origem</b>	<b>Relato</b>
Topkapi Iplik San. Ve Tic. A.S.	Turquia	Acreditamos que o relatório contribuirá com os esforços globais para a criação de um futuro sustentável.
Coca-Cola Hellenic.	Grécia	O relatório de sustentabilidade não apenas informa nossos stakeholders externos como também desencadeia mudanças internas de conscientização e mentalidade relativas a temas de sustentabilidade, o que, por sua vez, gera mais iniciativas em direção à sustentabilidade.
EcoSTEPS	Austrália	Para a EcoSTEPS, o relatório de sustentabilidade é um “meio” e não um “fim”. Os processos e reflexões para sua elaboração são, no mínimo, tão importantes quanto o relatório final propriamente dito. Procuramos compartilhar nosso aprendizado e experiência com nossos stakeholders.
Formation Capital Corporation	Canadá	Nosso verdadeiro desafio consiste em criar desenvolvimento sustentável. O relato que resulta desse desenvolvimento será uma tarefa prazerosa.
KLM	Holanda	De certa forma, os relatórios anuais nos desafiam a criar novas iniciativas e resultados relativos à sustentabilidade.
Paharpur Business Centre & Software Technology Incubator Park	Índia	Acredito ser importante termos “cumprido nossa palavra” no final do dia e que esse seja o maior desafio para qualquer organização.
Trialogue	África do Sul	Como uma provedora de serviços de sustentabilidade, é importante que nossa organização viva nossos valores e seja um exemplo de gestão sustentável. O relatório dá à organização a oportunidade de compreender as consequências e implicações de lutar pela melhoria de nosso desempenho de sustentabilidade.
Abutrut	Chile	[Os relatórios] nos mostraram que, como parte de uma comunidade, todos influenciemos uns aos outros, assim como podemos nos apoiar mutuamente.
Rabobank Group	Holanda	Relatórios de sustentabilidade são fundamentais para negócios sustentáveis duradouros.

Fonte: GRI, 2012.

De acordo com a GRI o motivo de criação da Estrutura de Relatório GRI – facilitar a discussão sobre problemas e soluções comuns -, “soluções compartilhadas que demandam linguagem comum e uma métrica comum” (GRI, 2012, p. 43), surge então, o recurso da *comparabilidade e do benchmarking* de práticas de sustentabilidade entre as organizações (quadro 16), uma padronização discursiva das organizações sobre sustentabilidade. Esse discurso passa a ideia de um capitalismo e de um mercado marcados pela honestidade, como se monopólio, oligopólio e outras estratégias semelhantes de controle de mercado tivessem

desaparecido<sup>26</sup>. O questionamento a ser feito é se a própria GRI, ao estabelecer indicadores de comportamento das organizações, não criando um espaço privilegiado para aquelas que seguem tal padrão?

Quadro 16 - Comparabilidade e benchmarking

<b>Empresa</b>	<b>Origem</b>	<b>Relato</b>
Deutsche Bank	Alemlha	Considero a Global Reporting Initiative um dos esforços mais importantes para o fortalecimento e promoção da conduta empresarial no contexto global segundo os princípios da sustentabilidade. Precisamos de unidades de medida e procedimentos de verificação semelhantes para todos.
Alltournative SA de CV	México	Relatar nossas realizações e desafios de sustentabilidade representa a oportunidade de compartilhar e comparar nosso desempenho socioambiental com práticas internacionais e identificar áreas que ainda não tenham sido incluídas em nossa estratégia de sustentabilidade
PT Intaran	Indonésia	O exame do sucesso ou fracasso de uma organização requer uma ferramenta padronizada para medir e avaliar suas atividades passadas e presentes.
Serasa	Brasil	Para a Serasa, cujo papel é criar ferramentas para uma qualificação de crédito mais segura e inclusiva, a GRI é uma grande aliada na tarefa de elevar as práticas de relato de sustentabilidade a um nível equivalente ao dos relatórios financeiros, buscando comparabilidade, credibilidade, precisão, periodicidade e legitimidade das informações.

GRI, 2012.

Pode-se questionar a veracidade dos relatos no sentido se os mesmo são lidos ou não pelo público, mas a tendência de que cresça a formação de um pacto entre empresas nesse sentido é real<sup>27</sup>; não por uma questão de altruísmo ambiental, mas pensando em ganho de mercado. Isso não interfere apenas no desempenho da empresa, mas passa mesmo a fazer parte do seu interesse porque interfere no lucro. Outra inferência é se a estrutura de divulgação das informações coordenada pela GRI constitui uma escala de ação internacional para as empresas superposta às escalas locais? Dito de outra forma, como a necessidade de atender a diretrizes globais interfere nas ações que a empresa tem a nível local, nos espaços de produção? Como as

<sup>26</sup> Uma contradição desse recurso e do discurso de uma solidariedade de mercado é que uma das marcas desse novo período de mundialização são as fusões, uma das estratégias de eliminação de concorrência em um setor de mercado.

<sup>27</sup> Importante



informações divulgadas são resultado das operações em escala local, uma relação já se estabelece. Nesse sentido, a escala determinante é a global, pois é aí que residem os elementos ordenadores das ações. A ação da Vale, nos locais onde atua, como disse os próprios representantes da empresa entrevistados para esse trabalho, segue a política global da empresa. As ações desenvolvidas localmente são padronizadas, seguindo o padrão econômico e político global.

Quanto à estratégia de sustentabilidade, no modelo da GRI, significa oferecer meios para a empresa manter sua estrutura produtiva, conservar a cadeia produtiva sólida, considerando a disponibilidade e valorização dos recursos naturais e sociais indispensáveis à produção. Age, portanto, diretamente no comportamento dos indivíduos, produzindo a ideia de consenso.

Mas o marketing ambiental não deve ser tratado unicamente como uma estratégia para divulgar boas notícias. Os relatórios de sustentabilidade oferecem um ponto importante do momento atual das grandes empresas – as organizações – e sua política ambiental. Eles atestam o caráter global dessas políticas, que todas aplicam os mesmos métodos e seguem os mesmos indicadores, possuindo também as mesmas metas. Possuir pontos em comum não deve ser confundido com ter os mesmos interesses e objetivos. Esse é o campo onde as empresas, como grandes atores desse tempo, entram no jogo do mercado.

### **3.4 Relatório de sustentabilidade ambiental da Vale**

Nos últimos cinco anos a Vale tem publicado seu relatório de sustentabilidade em conformidade com as diretrizes da GRI. E pelo terceiro ano consecutivo a empresa também passou a compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa). O relatório está organizado em quatro pilares, elaborado de acordo com a visão e missão das organizações: Visão Estratégica, Pessoas, Planeta e Criação de Valor. Ele também apresenta a nova estratégia de Visão, Missão e Valores, reformulada em virtude da mudança de diretoria ocorrida em 2010.

Seguindo o padrão de divulgação de informações organizacionais a partir da GRI, o

objetivo do relatório é comunicar o papel da empresa frente aos desafios globais, questão reforçada com o seguimento do Pacto Global da ONU e engajamento nas estratégias globais de combate às mudanças climáticas, assim como nas questões locais, onde a mesma se apresenta como promotora do desenvolvimento social e ambiental. Segundo a Vale, o relatório apresenta o compromisso que a mesma assumiu “com a conservação do planeta e a valorização das pessoas” (VALE, 2011, p. 6).

A apresentação da visão estratégica centra-se na forma de engajamento, organizada em três pilares: *crescimento*, *compartilhamento das riquezas* e *conservação ambiental*. Está assentada na noção de desenvolvimento sustentável discutida na primeira parte do trabalho. Para a Vale desenvolvimento sustentável está diretamente relacionado a crescimento do lucro e os recursos naturais disponíveis para a geração dos mesmos. Como declarado no relatório significa “captar as inúmeras oportunidades de crescimento respeitando os limites físicos do planeta”. Os resultados alcançados em 2011, quanto aos objetivos de controle operacional traçados para esse ano foi de 94% das metas do Plano de Ação em Sustentabilidade alcançadas ou superadas, a quantidade de 10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas e do ICMM e 55 projetos realacionados à sustentabilidade que estão em andamento através do Instituto Tecnológico Vale, em cooperação com universidades e instituições de pesquisa (USP, UFRA, etc). Nesse aspecto, a Vale apresenta seus objetivos com/para cada uma das partes interessadas.

Pessoas: Desenvolver pessoas, garantindo saúde e segurança, construindo um relacionamento de confiança e qualidade.

Comunidades: Promover o desenvolvimento local, com educação, saúde e segurança, deixando um legado positivo nas regiões onde atua.

Cadeia de Valor: Incentivar a agenda de sustentabilidade entre fornecedores e cliente, buscando a garantia da não violação dos direitos humanos na cadeia de valor e o desenvolvimento de fornecedores nas regiões onde opera.

Governo: Atuar na promoção de desenvolvimento sustentável junto aos governos por meio da participação em políticas públicas e do valor econômico gerado e distribuído. (VALE, 2011, p. 13-14).

A visão estratégica tem como meta principal trabalhar a relação entre a empresa e o conjunto de princípios que podem conferir credibilidade e aceitação, a saber – o engajamento

nos principais desafios da atualidade, que a Vale declara ser - como conciliar desenvolvimento econômico e responsabilidade social e ambiental -, seguindo o discurso dos atores internacionais, no modo como discutido na primeira parte do trabalho. Nesse aspecto, com referência a relação entre a empresa e os problemas atuais, a comunicação é bem articulada dentro da organização, com equipes situadas nos locais de operação e fora destes. No Pará, por exemplo, o escritório de comunicação está situado na cidade de Belém, que não conta com atividades operacionais de produção.

O pilar Pessoas é apresentado com a afirmação – “o ser humano em primeiro lugar<sup>28</sup>” -, que está diretamente relacionado ao quadro de funcionários da empresa, composto por cerca de 187 mil pessoas entre próprios e terceirizados, sendo 87,7% de homens e 12,3% de mulheres. Os principais projetos são voltados para saúde e segurança no trabalho, assim como educação dos trabalhadores da empresa e implantação da política de direitos humanos (p. 26). Dentro da política de direitos humanos está o ponto de combate à discriminação, com critérios de atuação focados em aspectos culturais. Nesse pilar a empresa trabalha a imagem de seu engajamento em outra noção bastante difundida nas últimas décadas pelas organizações – o “trabalho decente”-, princípio presente tanto no Pacto Global das ONU quanto na Organização Internacional do Trabalho (OIT). “O diálogo com os sindicatos e seu envolvimento levam em consideração as preocupações e os pontos de vista dos representantes dos empregados, que definem mecanismos e requisitos para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, treinamentos em instrumentos e fornecimento de equipamentos de proteção individual” (VALE, 2011, p. 42).

Um dos pontos fortes da política global da empresa e que constitui uma marca das novas estratégias empresariais é a mudança de foco na relação com os trabalhadores. Entendemos que existe um discurso que expressa uma passagem da luta pela conquista da autonomia em termos de trabalho pelos dos trabalhadores para as boas práticas trabalhistas por parte das empresas. O trabalho decente tornou-se sinônimo de emprego decente. É como se o conflito tivesse desaparecido das relações de trabalho em face de um discurso da extinção dos elementos sociais diferenciados que caracterizam movimentos sociais de luta por outras formas de apropriação dos recursos e, inclusive, outras formas de uso da força de trabalho, como por

---

<sup>28</sup> A expressão não é exclusividade da Vale e faz parte do discurso das empresas e outros atores nesse momento atual. Foi, por exemplo, um dos slogans da campanha de François Hollande à presidente da França em 2012 – “L’human D’abord”.

exemplo, pela autonomia.

Ao ler os relatórios das organizações, incluindo o da Vale, tem-se a impressão da existência de um corpo homogêneo, sem tensões ou conflitos. Isso também pode ser percebido numa conversa com moradores das cidades que abrigam projetos da empresa, cuja grande maioria manifesta o desejo de conseguir um emprego. Entre os empregados, esse fator unidade e trabalho faz parte da própria linguagem dos mesmos, que sempre se referem à empresa como nós. Esse consenso fabricado no interior da cadeia produtiva também deve ser atribuído ao padrão de organização espacial produzido em torno de uma dependência da organização. Produzida a extrema dificuldade, fruto das políticas de acumulação de capital, da impossibilidade de economias alternativas ao modelo dominante, o emprego que liberta e traz o sonho de uma vida melhor na região, também torna tanto o empregado quanto os demais reféns dessa estrutura de uso do espaço.

O carro-chefe dos relatórios de sustentabilidade está na ideia de missão, que representa o cerne da política da empresa, os princípios, valores e estratégias que compõem o corpo o seu corpo organizacional. A própria palavra “missão” carrega o peso de suas origens, empregada nos projetos da igreja para povos ou lugares que, segundo a igreja, necessitava de intervenção. Está centrada no discurso da preocupação com o outro, como atividade altruísta. Se na religião essa noção é uma questão de espírito e solidariedade, na questão ambiental ela é utilizada para manifestar uma preocupação social e ecológica – responsabilidade social das empresas (RSE).

Até o relatório de 2010 a Vale tinha como missão: “transformar recursos minerais em riqueza e desenvolvimento sustentável” (VALE, 2010) para aqueles que estão na sua esfera de influência direta. Em 2011, reformulou a missão, visão e valores (quadro 17), com a justificativa de “reafirmação de seu compromisso com a conservação do planeta e a valorização das pessoas” (VALE, 2011, p 4). Essa reafirmação ocorreu por conta da mudança ocorrida na direção da empresa em 2010, quando por motivos não tratados aqui, um novo diretor-presidente foi nomeado. A GRI recomenda que no caso de mudança de diretoria, a empresa reformule seus princípios, para representar a reafirmação desses compromissos pela nova direção.

Quadro 17 – Reformulação na visão e valores no relatório de sustentabilidade de 2011

	2006 a 2010	2011
Missão	Transformar recursos minerais em riqueza e sustentabilidade.	Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável.
Visão	Ser a melhor empresa em retorno aos acionistas, em desenvolvimento sustentável e em clima organizacional.	Ser a empresa de recursos naturais número um em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta.
Valores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ética e transparência</li> <li>• Excelência e desempenho</li> <li>• Espírito desenvolvimentista</li> <li>• Responsabilidade econômica, social e ambiental.</li> <li>• Respeito à vida</li> <li>• Orgulho de ser Vale</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A vida em primeiro lugar</li> <li>• Valorizar quem faz a nossa empresa</li> <li>• Cuidar de nosso planeta</li> <li>• Agir de forma correta</li> <li>• Crescer e evoluir juntos</li> <li>• Crescer juntos</li> </ul>

Fonte: Relatórios Vale, 2006 a 2011.

A Vale desassocia seu objetivo principal do lucro e direciona para as boas causas em prol da vida e do planeta. Não obstante, na própria missão está explícito o compromisso com o crescimento econômico, mas “com desenvolvimento sustentável”. A empresa, por meio de sua missão e valores, passa a ideia de que não existe contradição entre crescimento econômico e conservação ambiental, conciliação que seria garantida pelo modelo do desenvolvimento sustentável. Quanto à forma altruísta com que se apresenta, é resultado das diretrizes GRI, pois como escreve Igalens (2007) ao se referir à missão que as empresas francesas declaram em seus relatórios, encontramos os mesmos princípios norteadores nas publicações da Vale.

En se référant à des normes qu'elle choisit, ou qu'elle crée, l'entreprise fait apparaître le sens de sa mission, elle justifie son existence en la faisant apparaître comme naturelle en fonction non d'impératifs marchands, mais par rapport à des grandes causes, des grands défis écologiques, humanitaires voire humanistes. (IGALENS, 2007, p. 132).

A relação que a empresa estabelece com cada uma de suas partes, a representação construída dos ambientes onde atuam, as escolhas feitas dos indicadores a levar em consideração a partir das diretrizes GRI, assim como de seus engajamentos, tem como objetivo mais a produção de um sentido do que relatar um balanço de suas atividades. Ao usar o relatório como ferramenta de comunicação imprime-se nesse uma intencionalidade que transforma os interesses particulares em interesses locais, regionais e universais. Um exemplo é o programa educacional oferecido aos trabalhadores, no pilar comunidade, onde ela se apresenta como promotora de formação de mão de obra qualificada. A justificativa para isso é a deficiência existente no local, uma vez que a Vale atua distante dos grandes centros; uma ação governamental deficiente e, por fim, os resultados obtidos a partir da ação da empresa que, no final, aparece no relatório como a promotora do bem para a comunidade. O mesmo caso, atuação na educação, é narrado pela empresa francesa Total sobre suas atividades em Angola. A formação de mão de obra para suprir o próprio quadro de empregados se transforma em “ajuda” para a população, em desenvolvimento local.

Nesse contexto em que se multiplicam os discursos acerca do papel das empresas nos desafios sociais e ambientais é de suma importância perguntar se é a empresa um conceito fundamental para entendermos esse momento e, principalmente, se deve a mesma assumir um papel de fomentadora de mudanças para adaptações aos problemas existentes?

Os relatórios, que como já escrito são padronizados, vendem um mundo onde a organização deixa de ser guiada pelo individualismo e maximização do lucro e passa a ser portadora de certo altruísmo social e ambiental, e de uma preocupação ética. Desaparece nesse novo discurso embasado na noção de sustentabilidade o conflito como dimensão criadora e possibilidade de transformação, uma vez que a mudança viria pela gestão dos territórios que teriam nas organizações o grande ator da negociação.

A estratégia é dominada por uma preocupação com as empresas. O objetivo que põe

em marcha o modelo de desenvolvimento sustentável, do qual esse discurso é portador, é como salvaguardar as taxas de lucro nesse contexto de crise. Em outras palavras, trata-se de transformar um cenário adverso em oportunidade de sobrevivência com novas estratégias de acumulação.

## **Considerações**

Carajás é um produto das frentes pioneiras. No seu processo de reestruturação a mineração, a agropecuária e o extrativismo da madeira, atividades entrelaçadas por esse processo, constituíram as bases sobre as quais foram desenvolvidas as estratégias de acumulação. Esses três setores da economia ditaram a dinâmica de organização espacial nessa região, cujo um dos resultados foi à dependência da população em relação aos projetos minerais, grandes fazendas e atividade madeireira (extração e serragem). Dessa forma, diante das questões postas e impostas pela crise ambiental nas últimas duas décadas, o que inclui questionar o modo de ação das grandes empresas, torna-se imperativo entender os delineamentos que essa questão pode trazer para Carajás a partir dos novos projetos que se estruturam como ambientalmente corretos.

Novas formas de ordenação espacial vão se consolidando nesse início de século XXI – como as normas ambientais que as empresas passam a seguir a fim de alcançarem os indicadores de sustentabilidade socioambiental e, ao mesmo tempo, criarem novos dispositivos de mercado que acabam por ordenar a própria relação entre elas. Há, portanto, um resultado que recai sobre a imagem da organização, mas que, a nosso ver, não deve ser atribuído exclusivamente à estratégia das mesmas para essa finalidade de atuação sobre a imagem – uma vez que esse processo de regulação das relações econômicas-políticas-sociais é pautado por uma agenda ambiental na escala político-econômica global.

Uma questão aparece como importante nesse período de valorização da crise ambiental. Situações em que institutos e fundações passam a produzir indicadores de atuação nos territórios, justificados no uso que se faz do meio ambiente, das sociedades e dos recursos – não devem ser tomadas como formas de ordenação das próprias relações espaciais? Não se trata,

como dito, de investigar se isso é estratégico nessa direção, ou não, mas o resultado produzido nas relações de mercado e nos espaços onde as novas formas se implantam. Isso porque é preciso vincular as ações do mercado aos espaços onde as empresas atuam.

Segundo Saches (1991) o espaço existe pela/para as relações que as sociedades produzem. Isso implica, inevitavelmente, a produção de valores – nos sentidos que essas relações atribuem, desenvolvem para as formas espaciais, para os recursos, para a ética, para os códigos que permitem à sociedade se relacionar. Assim, não podemos perder de vista que numa análise das formas em que os espaços são constantemente transformados existe uma base material de produção e reprodução da riqueza e, nessa mesma relação, de reprodução da vida. Parte dessa base reside, justamente, nos recursos naturais que o modelo econômico precisa para manter funcionando o mecanismo de mercado e conservar as condições necessárias à manutenção de estratégias de acumulação. Mas os mesmos territórios que abrigam os recursos naturais também são à base de reprodução material da própria vida dos que nele vivem. É, portanto, um problema escalar – se entendermos escala não apenas como a dimensão cartográfica em que os fenômenos acontecem, mas também, e principalmente, como as diferentes dimensões de existência dessa materialidade em um mesmo espaço; assim como entendê-la também como as formas utilizadas como meio de acumulação de capital (SWYNGEDOUW, 2001).

Questões importantes são postas a partir dessa configuração, como qual é o papel das empresas nesse cenário de crise ambiental? Estão as empresas assumindo uma ação política do Estado, como no caso de providencia de necessidades sociais e projetos estratégicos para o setor ambiental? Quais os riscos de passarmos de uma política dos Estados, mesmo que falha, para uma política das empresas na Amazônia? Ela aparece cada vez mais sob a denominação que Santos (1996) denunciava – uma salvadora do lugar. “Há uma docilidade oficial” reforçada pelos relatórios.

Outro ponto chave dessa política das organizações é a escala de sua organização. Existe uma política ambiental para as grandes empresas e não apenas a política ambiental de uma empresa, como comumente nos parece. Os indicadores adotados para organizar a política ambiental possuem um padrão – no caso GRI -, que cria um modelo para a formulação dessas políticas. Assim, o uso dos lugares pelas grandes empresas é cada vez mais pensado e estruturado numa escala global, que se aproxima de uma escala ambiental global, dado o peso



que o meio ambiente ocupa na formulação dos novos indicadores a serem trabalhados como política das organizações. Elas operam dentro de um aparelho normativo ecológico que as padroniza enquanto valor ambiental na esfera pública; e isso torna cada vez mais difícil falar da política da Vale ou das empresas analisadas por Igalens, uma vez que o que produz valor de fato, a publicização dessas políticas, não é domínio de uma empresa, mas das instituições que trabalham na construção de uma escala de regulação e normalização das ações ambientais em escala global.

## TERCEIRA PARTE

### **Empresa, municípios e desenvolvimento sustentável em área para recuperação ambiental: novas ações para velhos objetivos?**

A área onde se encontra em expansão o manejo florestal de eucalipto, localidade onde foi implantado o Projeto Vale Florestar, no sudeste do Estado do Pará, pode ser considerada uma fronteira do desenvolvimento sustentável na Amazônia Oriental. Tanto para o Estado (União e estados) quanto para as grandes empresas, a mesma é tomada como terra de oportunidades para a implantação de projetos que estejam acordados com as novas diretrizes políticas e econômicas para o desenvolvimento e o meio ambiente tratadas na primeira e segunda parte deste trabalho. Resultado da dinâmica econômica e política desenvolvida a partir da segunda metade do século XX, a configuração espacial está diretamente relacionada às políticas territoriais de frentes pioneiras na Amazônia Oriental. Por conta disso, a economia dos municípios foi concentrada na grande pecuária e extrativismo de produtos florestais madeireiros; formação de uma mão de obra para atender esse tipo de atividade; um processo intenso de concentração fundiária, com produção efetiva e de cunho especulativo; e um gigantesco saldo de degradação ambiental.

Mas na última década aderiu-se ao discurso de que a pecuária vem cedendo espaço para o manejo florestal de eucalipto, voltado para a indústria de celulose, madeira e energia. Em muitos casos em que o uso florestal tem substituído áreas antes destinadas à pecuária, saíria de cena a empresa pecuarista e de extração madeireira como as promotoras do desenvolvimento, como fora incentivado na segunda metade do século XX na região, e entrariam as grandes empresas de produtos florestais madeireiros. Como são projetos que, além do plantio comercial, também promovem a recuperação das áreas degradadas, a expansão dos mesmos é classificada como atividade ambientalmente correta, uma vez que além de estarem legais do ponto de vista da lei, seguem as normas atuais de padronização da questão ambiental no mercado, o que lhes garante credibilidade.

Mas veremos que, o que no discurso se apresenta como finalidade de recuperação de áreas degradadas, na prática vem se constituindo como um programa de ação que tem como

principal objetivo a revalorização econômica desse espaço, no qual a variável ambiental vem sendo fundamental como elemento de legitimação das práticas de silvicultura, pecuária e agricultura desenvolvida com tecnologias avançadas e o apoio de universidades e ONGs. Da mesma forma, o eucalipto não vem para substituir a atividade da pecuária, mas para constituir com a segunda, agora revalorizada pelos novos programas de ação, uma das atividades concentradoras de terras para monocultura na região.

Nesse contexto de nova fronteira de desenvolvimento na Amazônia, no qual a Vale passou a investir no setor florestal, atividade já praticada pela empresa no sudeste e nordeste do país, a região Amazônia aparece como nova frente de expansão das “florestas plantadas”. O projeto da Vale, aprovado pela empresa em 2005, faz parte da sua política de sustentabilidade, nos eixos de proteção de florestas e biodiversidade, como foi discutido na segunda parte.

Assim, analisamos a articulação a Vale, o BNDES, os fundos de pensão da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás e a parceria com o poder público local para o desenvolvimento do projeto Vale Florestar. Evidenciam-se as novas estratégias de desenvolvimento na Amazônia apresentadas como solução para o quadro de degradação ambiental e geração de desenvolvimento com sustentabilidade. Ao estudarmos a implantação Programa “Municípios Verdes” veremos a articulação das escalas políticas – União, Estado e Município -, e a formação de arranjos institucionais para a revalorização do espaço no chamado “Arco do Desmatamento”.

Inicialmente, é feito um breve resgate do uso econômico da floresta na Amazônia; de políticas e estudos sobre florestas, como o Plano Floram e os planos do Estado do Pará, mesmo que brevemente. O objetivo é situar o tema em sua nova estratégia – dentro da crise ambiental. Em seguida tratamos da implantação do projeto, seu estágio atual, tendências e sua importância na Amazônia. Como consideramos o projeto a partir de uma ideia de totalidade, isto é, que sua existência no espaço articula-se diretamente a relação com interesses de outras escalas, a conclusão apresenta uma análise considerando a complexidade do espaço estudado (não da teoria da complexidade, mas das relações de poder em jogo e da dinâmica regional), o jogo dos atores a partir da realidade local e as escalas político-econômicas que sobre estes interferem. A análise do Programa “Municípios Verdes” revela a correspondência entre meio ambiente e apropriação do espaço pelo poder público e privado.

Não obstante, alertamos que não constitui objeto desta parte, nem desse trabalho, tratar

da política de floresta no Brasil, nem de uma historiografia dos usos florestais na Amazônia. A recorrência ao tema é importante para o estudo porque as estratégias de desenvolvimento e conservação para a Amazônia no período atual passam, segundo o discurso político, econômico e científico, pela temática florestal – a já bastante difundida ideia da floresta em pé.

## **Capítulo 4. O Retorno da Floresta na Amazônia**

A Amazônia é, no imaginário social externo, constantemente confundida com suas florestas. Para os amazônidas, filhos desse espaço ou que foram por ele adotados, a Amazônia não se confunde com a floresta, elas se misturam, se metarmofeseiam num espaço em que a relação entre homens/mulheres e a natureza se desenvolveu de variadas formas. Indígenas, Seringueiros, Exploradores Europeus, Castanheiros, Madeireiros, etc. – cada um desenvolveu uma forma de relação com a floresta que resultou em formas específicas de práticas espaciais, embora não separados – de acordo com a própria condição espacial de unicidade e multiplicidade, de onde surgiram várias formas de organização sociedade-natureza.

Isso tem uma relação direta com as atuais políticas desenvolvidas na região: demarcação de terras indígenas; criação de unidades de conservação, incluindo as resex; planos de zoneamentos de florestas com concessão para gestão privada das florestas públicas, áreas prioritárias para recuperação, etc. De certa forma há um retorno da floresta, porque se até a primeira metade do século XX as principais atividades econômica da região haviam permitido que a mesma permanecesse em pé, embora sem a existência de um discurso ambientalista nesse sentido; as atividades mais valorizadas da última década voltam-se, então, para essa “floresta em pé”, mas amparada no discurso da conservação. Assim, sendo um espaço ainda com grande cobertura vegetal, a região passou a ser alvo de políticas públicas, organizações não governamentais e empresas que adotaram o discurso da preservação por meio de novas atividades florestais, tendo como principal artifício frear o desmatamento e recuperar as áreas degradadas. É nessa última característica que se enquadra a área de estudo objeto desta parte.

### **4.1 Atividades florestais na Amazônia: elementos geohistóricos**

Historicamente, podemos dizer que a Amazônia é uma produção de sua floresta. A já muito conhecida lenda das guerreiras amazonas, das imensas águas e do sonho de encontrar aqui preciosos tesouros em metais permeou a imaginação dos primeiros viajantes europeus a

chegarem nessas terras<sup>29</sup>. A imensa riqueza bibliográfica sobre o tema dispensa o esforço para detalharmos tais acontecimentos nesse trabalho, mas nos oferece um fato importante: a não ocorrência do achado de metais naquele contexto do século XVII levou o Estado português a encontrar na floresta uma saída para o uso econômico da região. O extrativismo das drogas do sertão foi a primeira atividade econômica desenvolvida para extração dos recursos regionais. Isso só foi possível porque os portugueses encontraram na indústria de tecido da Europa um mercado para tais produtos (PORTO-GONCALVES, 1997).

Em um segundo momento, a partir da segunda metade do século XIX, a floresta entraria novamente na cena econômica e política, mais uma vez pelo valor de seus produtos na economia internacional – o extrativismo da borracha que dominou a economia da região até as três primeiras décadas do século XX. A grande demanda pelo látex da Amazônia foi impulsionada pelo surgimento do evento indústria automobilística nos Estados Unidos e na Europa, com o desenvolvimento da indústria de pneumáticos que utilizava o látex como matéria-prima (OSÓRIO, 1997).

A economia da borracha promoveu a modernização das duas principais cidades amazônicas naquele momento – Belém e Manaus -, resultado da manifestação do poder econômico e político exercido pelos “barões da borracha”. Um episódio marcante desse período foi o empreendimento florestal lançado pelo empresário Henri Ford, no Estado do Pará<sup>30</sup>. Dentre outros fatores, esse industrial norte-americano foi motivado pela crise que se instaurou na economia da Amazônia nesse período que, segundo Porto Gonçalves (1997) foi provocada pela falta de investimentos dos empresários da borracha no setor, uma vez que não existia um projeto econômico regional, mas ocorrências de projetos isolados, concorrendo entre si, o que impossibilitava uma produção regional que pudesse concorrer com o sistema implantado na Ásia pelos europeus, com melhor qualidade. Isso levou Henri Ford a criar o primeiro projeto de florestal plantada na Amazônia – Fordlândia -, onde atualmente é o município paraense de Belterra.

Em ambos os casos, foi mobilizado um forte esquema de mão de obra para fazer o projeto funcionar. Na época das drogas do sertão, a principal fonte veio da própria floresta – a

---

<sup>29</sup> Werner Herzog pensou esse período, com os valores que ele carrega, ao levar a discussão para o cinema numa obra brilhante - Aguirre – a Cólera dos Deuses.

<sup>30</sup> A plantação de borracha feita pelas indústrias FORD no Pará não obteve sucesso, em parte, pelo desconhecimento acerca da dinâmica ecossistêmica local. Esse empreendimento chamado de Fordlândia deu origem à cidade de Belterra.

força de trabalho indígena, escravizada para ser usada na função de coletores para o projeto. Na segunda, uma massa de migrantes nordestinos foi mobilizada para a região, movida pelo sonho de mudar de vida – representado na esperança de conquista da terra própria. Um esquema de controle dessa força de trabalho permitiu a manutenção da mão de obra em sistema de servidão, conhecido como aviamento.

Após o ciclo<sup>31</sup> econômico da borracha, a floresta entraria em cena mais uma vez no extrativismo da castanha, que começou a se desenvolver no sudeste paraense nas primeiras décadas do século XX. Segundo Coelho e Bunker (2007) rapidamente a castanha-do-pará se transformou na principal economia da região e Marabá no principal centro de exploração, sendo elevado à categoria de cidade em 1923, aumentando sua importância política e econômica na Amazônia. Esse produto, que antes de se transformar em grande fonte de enriquecimento era explorado livremente, passou a ser controlado por uma oligarquia regional. O poder dos “barões da castanha” ficou tão expressivo que alguns passaram a exercer o papel antes exercido pelas casas aviadoras de Belém e Marabá. A forma dominante de uso da terra nos castanhais era o arrendamento que teve início em 1925, e se fortaleceu a partir da década de 1930. “A modalidade de arrendamento consistia numa forma de exercer controle político e econômico sobre os arrendatários e estes sobre os pequenos e médios produtores que se ocupavam da coleta da castanha” (COELHO e BUNKER, 2007, p 412).

A oligarquia da castanha começou a entrar em crise a partir da segunda metade do século XX, com o início do projeto de modernização da região, embasado na implantação das redes técnicas, agropecuária, exploração mineral e siderurgia, já discutidos na segunda parte do trabalho. A CVRD e a agência de financiamento e planejamento japoneses exerceram pressão sobre o Estado para reduzir o poder estadual e municipal em Marabá. Esse padrão de organização espacial, que foi discutido na primeira segunda parte desse trabalho, que havia começado com o projeto modernizador do governo JK, foi consagrado pelas políticas territoriais dos governos militares para a Amazônia a partir dos anos de 1960. O novo padrão de organização, mesmo que não tivesse nos produtos florestais sua base de produção de lucro, foi responsável pelo desmatamento promovido na região durante a segunda metade do século XX.

---

<sup>31</sup> A ideia de ciclo é utilizada para caracterizar a atividade econômica que serve como principal fonte de acumulação de capital. Isso porque, após as crises essas atividades permanecem como importante fonte de renda para trabalhadores locais. Não obstante, muitos empresários também continuam suas atividades, mesmo com a desvalorização no mercado.

A área passou a ser desmatada para as fazendas de pecuária, corte da madeira para exportação e mercado interno e para alimentar as siderúrgicas do Projeto Ferro Carajás.

Antes desse período a Amazônia teve nos produtos florestais suas principais organizações econômicas. Além do extrativismo, outras semelhanças acompanharam os mais de 300 anos de exploração florestal. Em primeiro lugar, todos os períodos (que não devem ser confundidos com ciclos de períodos fechados) foram marcados pela formação de um núcleo econômico e político local e pelo controle da mão de obra. Nesse caso da mão de obra a única exercida livremente foi no período da economia da castanha, embora a estratégia de apropriação dos castanhais pela oligarquia castanheira impôs ao homem do campo à condição de venda de sua força de trabalho, utilizando mecanismos que dificultaram o exercício do trabalho livre para produzir segundo necessidades e valores dos próprios trabalhadores, passando para o controle da empresa extrativista. Foram marcadas, portanto, pelo poder do dono, que era a figura empresarial e, com frequência, também as principais representações políticas do local. Segundo, não concebemos a existência de economia regional organizada nesses períodos, não existia um projeto nesse sentido antes das políticas dos militares. Não havia uma economia da borracha e/ou economia da castanha na Amazônia com preocupação de pensar o território amazônico; o que existiam eram propriedades que cultivavam um produto de valor comercial no mercado, principalmente para a economia externa.

Uma escala regional, política e economicamente organizada não era uma realidade. A nosso ver existiam escalas locais, definidas pela ação política e econômica dos empresários desses setores da economia, numa relação direta com o mercado externo. E, nesse ponto da escala internacional, com exceção do período colonial e a questão envolvendo as coroas portuguesa e espanhola, entendemos não ter existido um interesse geopolítico internacional na Amazônia antes da segunda metade do século XX, como um projeto de intervenção que levasse à criação de políticas territoriais por parte do Estado brasileiro.

Terceiro, vem a Função da Floresta. O mais importante na escala internacional foi a borracha, por conta de sua valorização no mercado externo. Mas *nenhuma dessas atividades foi acompanhada de discursos sobre a floresta e seus produtos, nem econômico, nem político, nem científico e nem simbólico*. Nenhuma dessas atividades relaciona floresta e meio ambiente, embora pelo tipo de manejo dentro da floresta – o extrativismo dos produtos florestais, mas não da madeira -, essas atividades tenham conservado as florestas. O primeiro discurso sobre a



floresta amazônica que despertou interesse político-econômico-social veio da luta dos seringueiros do Acre, comandada pelo sindicalista Chico Mendes (mas não abordaremos aqui)<sup>32</sup>. No campo das políticas públicas os primeiros projetos para o setor florestal acompanhado de discurso ambiental vieram no final dos anos 80, em decorrência da preparação brasileira para receber a Conferência das Nações Unidas em 1992. A partir desse momento, esse discurso consolidou-se e se fortaleceu no cenário internacional, nacional e local.

#### **4.2 Revalorização ambiental das atividades florestais na Amazônia e propostas para o século XXI**

O discurso sobre a floresta como conservação ambiental na Amazônia tem quase a mesma idade da maior ocorrência do desmatamento, mesmo que as técnicas de medição também sejam recentes, o fato é que as atividades potencialmente desmatadoras (pecuária, agronegócio, atividade madeireira) se intensificaram a partir dos anos de 1970. O governo brasileiro, enquanto preparava a Rio 92, também financiava as atividades que desmatavam a floresta. Carajás é o maior exemplo disso, pois as operações iniciaram em 1985, quando o Brasil já tinha, inclusive, formulado sua Política Nacional de Meio Ambiente, em 1981. O desmatamento para alimentar as guseiras, por exemplo, vai se dar a partir desse momento. Tanto o governo brasileiro quanto o Banco Mundial, haviam financiado a implantação do projeto e permaneciam financiando durante a década de 1980 e meados dos anos de 1990, sem qualquer exigência quanto ao controle do desmatamento. Portanto, é preciso entender as razões do atual consenso em torno da conservação da floresta e da extrema valorização que vem ganhando a atividade de silvicultura na Amazônia, especialmente nas áreas classificadas como de interesse prioritário para recuperação ambiental. No capítulo sobre o Programa Municípios Verdes o assunto será aprofundado.

---

<sup>32</sup> Para os interessados na questão acreana, a tese de Dilermando Cataneo (2012), disponível na página da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – [www.ufrgs.br](http://www.ufrgs.br), é uma excelente referência sobre o tema. Além das informações sobre a resex, o leitor vai encontrar uma discussão aprofundada e bem argumentada sobre autonomia territorial, conflitos socioambientais e epistemologia ambiental.

## **O PPG7**

O Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7) e o Plano Floram são bem distintos quanto à escala de abrangência cartográfica e de interesses. O primeiro trata-se de uma política de Estados, cuja proposta era pensar soluções compartilhadas para gestão das florestas tropicais. Já o segundo foi um plano de estudo sobre tipologias espaciais e viabilidades para implantação de projetos florestais para regiões brasileiras.

O PPG7 foi o projeto de maior impacto no campo das políticas públicas e a incorporação dos aspectos ambientais. Uma política de ação compartilhada entre os países mais desenvolvidos (G7), principalmente a Alemanha, e o Brasil. Na avaliação de Mello (2002), o maior valor desse Programa residiu no seu pioneirismo, por ter sido um fomentador de novas práticas nas instituições públicas, incluindo o incentivo ao engajamento entre poder público e sociedade civil. No centro da discussão levantada pelo PPG7 e dos projetos pensados para a Amazônia por nessa iniciativa estava a denúncia ao desmatamento promovido na região, no qual o próprio Estado figurava como réu por ter implementado políticas territoriais de indução à deflorestação, como fora tratado na segunda parte desse trabalho. Comparado às pretensões iniciais, Mello (2002) conclui que o projeto ficou muito aquém de suas propostas, o que não anula sua importância.

Uma das prioridades do Programa foi a integração com o setor privado. De acordo com a autora a opção pelo estreitamento dos laços com o setor privado poderia significar uma redução na participação do Estado nos projetos, o que poderia resultar numa perda de importância para o governo brasileiro. Em análise posterior ao trabalho de Mello, Kohlepp (2005), ressalta a retomada do Programa numa segunda fase, por iniciativa do governo Lula. As propostas do PPG7 seriam, então, incorporadas ao principal projeto desse governo para a região – o Plano Amazônia Sustentável (PAS). Muitos dos projetos hoje em curso na Amazônia, incluindo a proposta de recuperação da área denominada de “arco do desmatamento” são contemplados pelo PAS, cuja diretriz sobre parceria público-privada é uma das que mais tem sido implantada, e os novos projetos das empresas na referida área são um exemplo disso.

### **O Plano Floram**

Ainda na década de 1990, o geógrafo brasileiro Aziz Ab'saber coordenou a elaboração

do projeto Floram, embasado no Tropical Forestry Action Plan da FAO. O Plano que começou ser construído em 1990 fazia parte dos projetos de pesquisa do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA/USP. De abrangência nacional, tinha como um ponto forte o amplo conhecimento que o pesquisador e demais participantes tinham do território brasileiro, pensamento diversificado, que promovia a integração entre os aspectos físicos e sociais do espaço. Sua proposta estava fundamentada na metodologia de classificação de áreas para o setor florestal, levando em consideração um conjunto integrado de fatores: tipologia e uso do solo; impactos das ações antrópicas e pertinência de implantação de atividade florestal; tipo de atividade desenvolvida e de aproveitamento dos territórios de acordo com as potencialidades ambientais, sociais e econômica; áreas prioritárias para atividades florestais por empresas e, também, por médio e pequeno produtor rural. Ab’Saber elaborou uma tipologia espacial<sup>33</sup> para a atividade, cuja preocupação era a ação integrada onde a atividade florestal funcionasse em prol da dinâmica de cada localidade e não o contrário, com o local tendo que funcionar em prol do setor florestal.

Dentre as principais vantagens do projeto está ter pensado um cenário de múltiplas possibilidades para a atividade florestal, com uma variedade de critérios a serem considerados para sua implantação. Na pesquisa, a questão do desenvolvimento em bases florestais estaria subordinada aos critérios ambientais e sociais das regiões. Seria como o uso econômico dos espaços por meio da atividade florestal poderia contribuir para o desenvolvimento socioambiental, mas ratificamos o econômico funcionando em prol da sociedade e da natureza e não o contrário. Sobre a parte da Amazônia onde se desenvolveram as frentes pioneiras, Ab’Saber a classifica:

Grandes faixas de sutura entre regiões ecológicas humanas e econômicas, muito diferentes e distanciadas entre si, onde se estabelece zonas pioneiras de um muito duvidoso sucesso econômico e social. Essas franjas pioneiras desvinculadas entre si, em que a expansão da fronteira fundiária é muito mais verídica do que a expansão da fronteira agrícola ocorrem, sobretudo em Rondônia, norte e nordeste do Mato Grosso, e sul do Pará<sup>34</sup>. Trata-se, evidentemente, de um tipo de região sujeita a modelos de ocupação empíricos e

<sup>33</sup> A metodologia empregada na elaboração do Floram foi fortemente influenciada pelas tipologias dos espaços regionais de Bernard Kayser empregadas por esse autor nos estudos na Geografia Francesa (KAYSER, 1990).

<sup>34</sup> Acrescentaríamos, atualmente, o sudeste e parte do nordeste paraense, que obedeceram ao mesmo padrão de organização espacial.

difusos, dificilmente controláveis, onde já se pode prever, após uma fase de grandes conflitos, o encontro de espaços para um reflorestamento híbrido, *de alto valor ecológico e algum valor econômico*. (AB'SABER, 1997, p. 22).  
Grifo nosso.

O plano priorizava as regiões fora da Amazônia justamente porque segundo seus elaboradores, implantar um plano de recuperação de áreas degradadas em outras regiões do Brasil, além de favorecer os ecossistemas dessas regiões poderia contribuir para a preservação da própria região Norte. Pensa-se, portanto, um plano integrado entre as regiões, o que chama a atenção para o conhecimento conjunto do espaço brasileiro e, ao mesmo tempo, de cada especificidades econômicas e culturais regionais. “O reflorestamento jamais é pensado como um tipo de cenário, monótono e homogêneo, descompromissado de outras tendências ou propostas compatíveis e desdobráveis, ou desamarradas em relação à dinâmica histórica” (p. 26). Mesmo considerando que o Plano estava voltando para outras regiões, principalmente o sudeste do Brasil, o autor cita algumas áreas onde poderiam ser implantados projetos especiais na Amazônia:

- Experiência com silvicultura na faixa depredada do “corredor Carajás – São Luis”, para atender unidades siderúrgicas em implantação, evitando-se o uso de carvão vegetal feito com madeira de florestas nativas.
- Experiências de ampliação da silvicultura nos campos do Amapá, onde existem cerrados naturais, “sub-standards”, muito degradados, em situações de difícil reversibilidade.
- Reaproveitamento contido das experiências florestais realizadas no “Projeto Jari”, para efeito de utilização de padrões de tecnologia melhor sucedidos, e projetados para outras áreas do país.
- *Proibir, por todos os meios, qualquer devastação de grandes glebas amazônicas para posterior implantação de reflorestamento com espécies alienígenas e examinar, com extremo cuidado, a conveniência ou não de liberar glebas predadas, para fins de silvicultura industrial.*
- Exigir seriedade e racionalidade na exploração intersticial da madeira nobre no interior do grande contínuo florestal amazônico, consolidando a ideia de exploração

autossustentada, em rodízio de 30 a 35 anos, sob-rígido gerenciamento da tecnologia de florestas tropicais. *Evitando-se, por todos os meios, práticas que redundem na compactação dos solos regionais ou perda de biodiversidade.* E, finalmente, incentivo a plantações vinculadas à fruticultura tropical, em espaços abertos expostos (castanheiras) ou em espaços sombreados periféricos a glebas já desmatadas (cacau, café, dendê). (AB’SABER, 1997). Grifos nossos.

A área denominada pelo autor de “corredor Carajás - São Luis”, conta com projetos de manejo florestal de eucalipto das guseiras do Pólo Siderúrgico de Carajás, nos Estados do Pará e Maranhão; da empresa de celulose Suzano que possui plantação no Estado do Maranhão, com destaque para os municípios de Imperatriz e Açailândia; e da Vale<sup>35</sup>. Essa é uma área com forte tendência a expansão da monocultura de eucalipto por três agravantes. Primeiro, porque foi muito desmatada pelas atividades de pecuária e produção de carvão vegetal e, portanto, possui aderência com o discurso do desenvolvimento sustentável para áreas desmatadas; segundo porque é área prioritária nos planos governamentais (BRASIL, 2010; PARÁ, 2011) para projetos de recuperação de áreas degradadas e implantar manejo florestal para suprimento de energia das guseiras e produção de celulose; terceiro pela presença de empresas do setor na região, como a Suzano, a Emflora, a Emflors, a Vale, o Grupo Concrem, o Grupo Cikel, etc<sup>36</sup>. O maior projeto é o Vale Florestar, atualmente em plena expansão na região. Quanto às recomendações feitas pelo Plano acerca dos procedimentos para a realização do reflorestamento na Amazônia, voltaremos a essa discussão durante o trabalho.

### **4.3 Incorporações dos aspectos ambientais na política do Estado no Pará e a revalorização das atividades florestais no arco do desmatamento**

O Estado do Pará foi um dos que mais sofreu o impacto das políticas de frentes pioneiras na Amazônia. Primeiramente porque a abertura da BR 010, popularmente conhecida

<sup>35</sup> Trabalho de campo realizado pelo autor de entre 2010 e 2012.

<sup>36</sup> Afirmação feita com base no trabalho de campo realizado entre 2010 e 2012.

como Belém-Brasília, impulsionou o crescimento de cidades ao longo dessa rodovia e, também, pelo surgimento de outros municípios, casos de Dom Eliseu e Paragominas, objetos de estudo nesse trabalho por abrigarem o Projeto Vale Florestar. Segundo, é que a expansão da agropecuária, uma das atividades promovidas pelas frentes pioneiras na Amazônia no Estado do Pará foi direcionada para o Sul e Sudeste do Estado e, também, ao longo do eixo da rodovia Belém-Brasília. A figura 2 mostra o fluxo da agropecuária na Amazônia, onde se pode perceber a intensidade que possui na parte Sul e Sudeste do Estado. O chamado “arco do desmatamento”, denominação utilizada para classificar o corredor que vai de Rondônia ao Pará, passando pelo Mato Grosso, é a área de maior incidência de produção agropecuária.

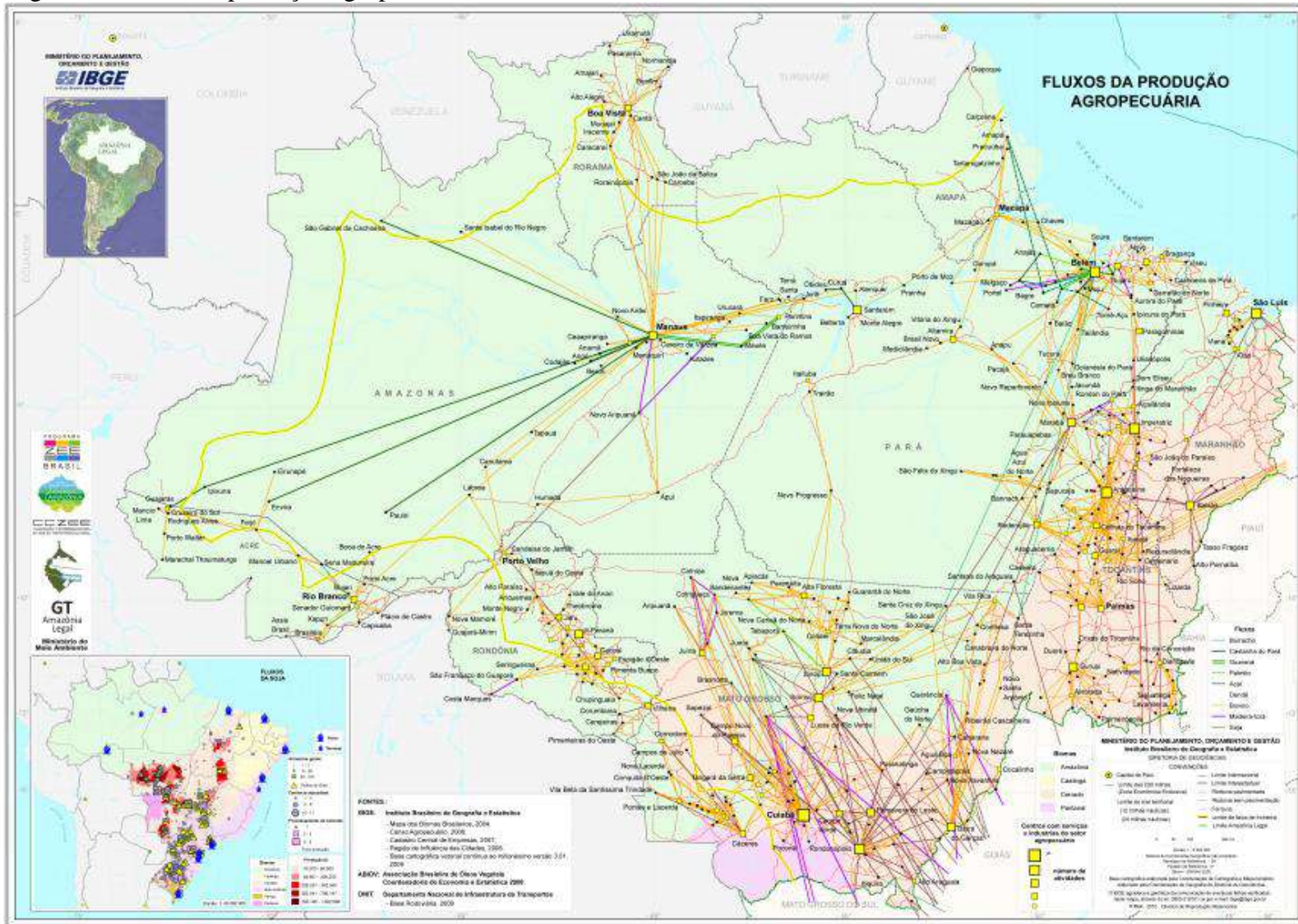
No sudeste e sul do Pará a agropecuária se firmou como principal atividade concentradora de terras, resultado direto das frentes pioneiras que resultou nos latifúndios existentes na região. Com extrema facilidade de aquisição das terras e dos incentivos disponibilizados pelo Estado para fins agrícolas e pecuaristas de grande porte, a região foi ocupada obedecendo à velha lógica colonial de “colonização pela pata do boi”, isto é, o boi abre o caminho para a ocupação e colonização da terra.

Esse espaço é um exemplo de um dos objetivos contidos no próprio nome do INCRA (Instituto Nacional de *Colonização* e Reforma Agrária), cujo sucesso encontra na produção do espaço e na paisagem o maior testemunho. Para as políticas de frente pioneiras a floresta era considerada um entrave para o desenvolvimento, o elemento a ser vencido para a implantação do projeto de modernização em curso. A própria história dos municípios de Paragominas e Dom Eliseu<sup>37</sup> (municípios do Programa “Municípios Verdes” e do Vale Florestar, que serão estudados nessa parte do trabalho), principalmente no caso do primeiro, são contados por muito de seus habitantes mais antigos, a exemplo do “feito heroico de seus desbravadores”, que na segunda metade do século XX se “aventuraram pela selva amazônica”, venceram a floresta e seus perigos, criaram as cidades e trouxeram a economia moderna.

---

<sup>37</sup> O Município de Ulianópolis também faz parte, desde 2010, do Projeto Vale Florestar e, em 2012, ingressou no Programa Municípios verdes; mas pelo pouco tempo de inserção, será apenas citado durante o trabalho para discutirmos algumas tendências em curso na região.

Figura 2 - Fluxos da produção agropecuária



Fonte: Elaborado pelo IBGE, 2010

Essa ideia advinha da dificuldade física imposta pelo ambiente aos objetivos econômicos do período,<sup>38</sup> pensada dentro da lógica de mercado, somente poderia ser superada se os negócios oferecidos pela floresta em pé pudessem competir com aqueles que exigiam sua derrubada. Como visto na segunda parte desse trabalho, os únicos casos em que isso foi possível durante a política militar foi através da conservação das florestas que serviam de escudo para o projeto mineral de Carajás, em que a conservação ambiental estava assegurada pela estratégia para o referido empreendimento econômico.

O Estado do Pará começou a pensar a gestão das florestas a partir de aspectos ambientais na década de 1990, convergindo com o próprio período de ação do Estado brasileiro sobre a temática. Nesse contexto, em 1996 foi lançado o Plano Estadual de Meio Ambiente, que apresentava um diagnóstico da situação ambiental no Estado e as atividades mais impactantes. Sobre o sudeste do estado, além de ressaltar os problemas advindos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí a pecuária e o extrativismo da madeira para uso das siderúrgicas são as mais preocupantes, segundo o relatório apresentado.

O desbravamento do espaço amazônico pela expansão da fronteira agropecuária converte a floresta em extensas áreas de pastos e em áreas agrícolas que, por sua vez, são submetidas a padrões tradicionais e limitados de exploração e uso, sem que haja a correta prática do manejo do solo, levando-as ao abandono em poucos anos (PARÁ, 1996, p.13).

Sobre a valorização da floresta, o documento ressalta:

A floresta, por sua vez, constitui-se uma das maiores riquezas do Estado, mas de difícil mensuração. Além da extração da madeira e do aproveitamento da biomassa para fins energéticos, a floresta detém uma biodiversidade, cujo potencial e uso no âmbito da biotecnologia são ainda pouco conhecidos, sem contar com a *propriedade de armazenar carbono para o controle do aquecimento global*.

É sabido, também, que o *aumento da produção agrícola e a recuperação de áreas degradadas* são fatores primordiais para a valorização da floresta e das técnicas de uso da terra. Mantendo-se a floresta em pé, produtiva, barra-se a

---

<sup>38</sup> Monbeig também faz uma discussão sobre o ambiente físico visto como obstáculo nas frentes pioneiras que saíam de São Paulo em direção ao Paraná.



frente de expansão do desmatamento, estratégia que não apenas garante a manutenção da diversidade das espécies como também possibilita o *controle do clima regional e global*; além disso, oportuniza-se seu uso adequado, com geração de renda para os habitantes (PARÁ, 1996, p. 12-13). Grifos nossos.

O Plano havia criado um conjunto de diretrizes e mecanismos institucionais para a execução da política ambiental. A criação do Sistema Estadual de Meio Ambiente e seu órgão executor, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) implantada em 1995, eram os principais mecanismos institucionais para a sua realização. Merece destaque a Política Ambiental do Estado criada pela Lei 5887/195/95. Para auxiliar o Plano um conjunto de diversas outras secretarias estaduais e instrumentos foram criados entre os anos de 1994 e 1996. Os mais importantes foram: primeiro Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) para estabelecer áreas prioritárias para ação imediata do Estado; o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia do Pará, criado em 1995 para financiar os projetos de qualificação de recursos humanos para atuar na área ambiental; o Fundo Estadual de Meio Ambiente, também de 1995 para financiar “planos, projetos, programas, pesquisas e tecnologias que visassem o uso racional e sustentado dos recursos naturais, bem como a implementação de ações voltadas ao controle, à fiscalização, à defesa e à recuperação do meio ambiente” (PARÁ, 1996, p. 28).

Alguns programas prioritários foram criados, dentre eles o que reunia pesquisa científica e tecnologias ambientais para incentivar atividades econômicas embasadas nos princípios do desenvolvimento sustentável. De acordo com o programa, as atividades produtivas deviam ter por base.

As atividades produtivas terão por balizamento o respeito ao patrimônio natural, de modo a assegurar a sua sustentabilidade, e a elevação da qualidade de vida das populações residentes no Estado. Assumem, ainda, que o Governo Estadual é dotado de poder e influência que podem e devem ser mobilizados, objetivando estimular as práticas de manejo racional dos recursos naturais e a difusão de "Tecnologias limpas", bem como linhas de investigação comprometidas com sistemas produtivos de baixo impacto ambiental e a criação de mecanismos que contribuam para a redução dos agravos ao ambiente, nas áreas em que já vem processando-se a exploração desses recursos, tornando-as mais produtivas e racionalmente aproveitadas, além de promover o fortalecimento de cadeias produtivas de elevada eficiência. Um dos

campos de aplicação prática dessas tecnologias constituir-se-á no desenvolvimento de ações conjuntas com os setores públicos e privados, objetivando multiplicar os trabalhos de reflorestamento em curso no Estado, de modo a recuperar áreas já degradadas pela exploração inadequada de recursos naturais. (PARÁ, 1996, p. 34).

Outro ponto do programa anunciava como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável em comunidades rurais. Estava voltado para o incentivo à implantação de projetos de silvicultura em pequenas propriedades. Também foi proposta do programa a descentralização da gestão ambiental, pela qual se propunha o compartilhamento de responsabilidade institucional entre Estados e Municípios. Essa proposta foi acompanhada do Programa de Execução Descentralizada (PED), projeto do Programa Nacional de Meio Ambiente. O projeto foi implantado em 21 municípios paraenses com acompanhamento da SECTAM.

Para a finalidade de ação e controle, o plano lançou o Programa de Avaliação e Controle Ambiental da Exploração dos Recursos Naturais, voltado para:

Promover o aprimoramento do sistema de informações relativas aos empreendimentos minerais, florestais e agropecuários e pesqueiros em curso no Estado do Pará, visando o redirecionamento para atender a padrões de sustentabilidade; criar condições efetivas para o fortalecimento da ação fiscalizadora do Poder Público sobre as atividades produtivas ou não, geradoras de impactos negativos no meio rural e urbano; *incentivar a recuperação de áreas degradadas*, através da formação de consórcios agroflorestais e agrossilvipastoris e de outros modelos de organização da produção que atenuem esse processo. Para a consecução desses objetivos, será indispensável *identificar as principais zonas de exploração econômica*, de acordo com a natureza do produto explorado (madeira, minérios, agropecuária), objetivando rastrear aquelas atividades que agridem o meio ambiente, comprometendo a reprodução dos ecossistemas e a degradação a qualidade de vida das populações; *efetivar o cadastramento dos empreendimentos instalados no Estado, tendo em vista a sua regularização e o controle de suas ações no que se refere à qualidade ambiental da área de sua instalação*; estabelecer parâmetros técnicos de avaliação e controle ambiental e desenvolver programas de difusão de alternativas tecnológicas e modelos de uso sustentado de recursos naturais. (PARÁ, 1996, p. 38). Grifos nossos.

O Plano foi resultado do contexto de maior sensibilidade do Brasil frente aos problemas ambientais após a Rio 92. Apesar de mostrar ter conhecimento dos problemas ambientais do Estado e criado os instrumentos institucionais para lidar com a situação, pouco foi feito nos anos que se seguiram ao plano. Os principais objetivos alcançados foram aqueles diretamente relacionados à esfera federal, como o crescimento da criação de unidades de conservação nos últimos cinco anos dos anos de 1990 (PARÁ, 1996) e demarcação de terras indígenas, tendo sido, portanto, mais efetivo nas políticas de comando e controle desses territórios, mas pouco relevante no domínio de atividades de desmatamento, tanto para pecuária quanto para carvão vegetal. Em Dom Eliseu e Ulianópolis, por exemplo, a presença de fiscalização por parte do Ibama era quase nula até o final da década passada. Em Paragominas antes região nordeste<sup>39</sup> do estado, mas com a mesma dinâmica do sul e sudeste paraense, mesmo contando com uma unidade do Ibama, o município era recordista de desmatamento até 2008, tendo saído da lista dos municípios desmatadores<sup>40</sup> em 2010.

Na área objeto de estudo nesse trabalho – estão localizados os municípios de Dom Eliseu, Ulianópolis e Paragominas, utilizados pela Vale como projeto-piloto para o Vale Florestar, primeiramente Dom Eliseu e Paragominas. Nos mesmos existe uma ação mais efetiva do governo estadual e dos governos municipais para implantação de políticas que já eram contempladas no Plano de 1996 – como cadastramento de áreas rurais, projetos em áreas prioritárias para recuperação ambiental por meio de reflorestamento; uso de ciência e tecnologia para controle ambiental das atividades impactantes e pesquisa para aumentar a produtividade de atividades como pecuária, soja e milho – que começaram uma década depois<sup>41</sup>. As pressões exercidas sobre a atividade de desmatamento na região, o discurso dessa zona como prioritária para o reflorestamento e, ao mesmo tempo, vista como nova fronteira de expansão da silvicultura, milho e soja, tem contribuído para a implantação de projetos de “desenvolvimento sustentável” executados por grandes empresas em parceria com os poderes público, grandes ONGs nacionais e internacionais e universidades. É nessa área que a Vale implantou, em 2005, o Projeto Vale Florestar e, também, onde tem atuado o Fundo Vale em parceria com o Estado do Pará e municípios para implantação do Programa “Municípios Verdes”, por ela idealizado

---

<sup>39</sup> Paragominas passou a fazer parte da região sudeste do Estado do Pará a partir da nova divisão estabelecida em 2010.

<sup>40</sup> Trabalho de campo, informações coletadas pelo autor.

<sup>41</sup> Informações coletadas pelo autor em trabalho de campo.

através do referido fundo. Antes de falarmos do Vale Florestar, faremos um breve relato sobre florestas plantadas no Brasil, no caso o eucalipto, e sua expansão para a Amazônia.

#### **4.4 Plantio de Árvores no Brasil e Expansão para a Amazônia Oriental – Eucaliptos**

O termo “floresta plantada” é utilizado para definir o setor de silvicultura, entendida como o plantio de árvores em grande escala, com o objetivo principal de atender as indústrias que trabalham com madeira, seja como matéria prima ou como fonte de energia. Atualmente, as principais indústrias que dependem desse setor são as de celulose, papel e siderurgia. Existe uma Agenda Estratégica do Setor de Florestas Plantadas, resultado de uma iniciativa da Câmara Setorial de Silvicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A atividade começou a ser praticada no Brasil no início do século XX, com espécies exóticas de *pinus* e *eucaliptos*, por serem de crescimento rápido. Os eucaliptos foram introduzidos pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro, em 1904; e os pinus pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, em 1922 (BRASIL, 2009). Interessa-nos, unicamente, o plantio com eucaliptos, espécies atualmente plantadas no Projeto Vale Florestar.

O plantio em larga escala com espécies de eucalipto no Brasil começou a partir da segunda metade do século passado, principalmente a partir da década de 1960. O dinamizador da atividade foi à criação do programa de incentivo fiscal aos plantios florestais para empresas de celulose e papel e siderurgia, através da Lei nº 5.106, de 02 de setembro de 1966; assim como investimentos em ciência e tecnologia para o desenvolvimento de clones de eucalipto que aumentou de forma significativa a produtividade (BRASIL, 2009). O plantio se desenvolveu primeiramente nas regiões Sudeste e Sul do país, sendo que na segunda o pinus foi mais utilizado do que o eucalipto, por ser considerado mais adaptável ao clima da região. Mas atualmente, os eucaliptos são as espécies mais cultivadas, mesmo na região Sul.

Segundo dados da ABRAF (2012), o Brasil tem uma área de 6.516.000 (seis milhões, quinhentos e dezesseis mil) de hectares de floresta plantada. Desta, 74,8% é com eucaliptos e 25,2% com pinus. Em 2011, o setor sofreu uma estagnação nas regiões Sudeste e Sul, de acordo com a referida associação provocada por fatores relacionados às restrições de

aquisição de novas terras por empresas brasileiras de capital estrangeiro, determinadas pelo Parecer AGU nº 1/2008; diminuição das atividades econômicas relacionadas ao setor nos países da União Europeia e nos Estados Unidos, países importadores de produtos florestais ou da cadeia de base florestal plantada; a redução da competitividade no mercado internacional dos produtos da cadeia produtiva florestal brasileira; a excessiva burocratização e os longos prazos requeridos pelos órgãos ambientais nos processos de licenciamento ambiental de novos projetos florestais e industriais no país. Não obstante, mesmo com a redução nos principais estados produtores das regiões Sudeste e Sul houve aumento significativo nos estados considerados como nova fronteira do setor: Pará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Piauí (Tabela 2) (ABRAF, 2012, p. 25).

O aumento do plantio no Maranhão vem ocorrendo gradativamente por conta da instalação de uma fábrica da Suzano em Imperatriz, prevista para entrar em operação no final de 2013. Também contribuiu para isso o aumento da produção por guseiras do polo siderúrgico de Carajás, em especial no município de Marabá. O rápido avanço da produção no sudeste do Estado do Pará tem como um dos fatores a implantação do Projeto Vale Florestar, que já conta com mais de 50 mil hectares de terras com plantio de eucalipto, cuja produção já está vendida para a Suzano<sup>42</sup>.

As medidas de restrição para aquisição de novas terras e a implantação de novos projetos afetaram principalmente as associadas à ABRAF, uma vez que grandes empresas da associação são majoritariamente de capital estrangeiro, em virtude da estreita relação que mantêm com os fundos de investimentos, com destaque para o Grupo Brookfield. Entre as associadas ABRAF que atuam na Amazônia a mais importante é a Suzano. A Vale ainda não faz parte dessa associação.

Tabela 2 - Plantios de árvores com eucaliptos nos Estados do Brasil (ha) – 2005 a 2011

UF	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>MG</b>	1.119.259	1.181.429	1.218.212	1.278.210	1.300.000	1.400.000	1.401.787
<b>SP</b>	798.522	915.841	911.908	1.001.080	1.029.670	1.044.813	1.031.677

Continua...

<sup>42</sup> Informações coletadas em trabalho de campo realizado pelo autor.

Continuação

<b>PR</b>	114.996	121.908	123.070	142.430	157.920	161.422	188.153
<b>BA</b>	527.386	540.172	550.127	587.610	628.440	631.464	607.440
<b>SC<sup>43</sup></b>	61.166	70.341	74.008	77.440	100.140	102.399	104.686
<b>RS</b>	179.690	184.245	222.245	277.320	271.980	273.042	280.198
<b>MS</b>	113.432	119.319	207.687	265.250	290.890	378.195	475.528
<b>ES</b>	204.035	207.800	208.819	210.410	204.570	203.885	197.512
<b>PA</b>	106.033	115.806	126.286	136.290	139.720	148.656	151.378
<b>MA</b>	60.745	93.285	106.802	111.120	137.360	151.403	165.717
<b>GO</b>	47.542	49.637	51.279	56.880	57.940	58.519	59.624
<b>AP<sup>44</sup></b>	60.087	58.473	58.874	63.310	62.880	49.369	50.099
<b>MT</b>	42.417	46.146	57.151	58.580	61.530	61.950	58.843
<b>TO</b>	2.124	13.901	21.655	31.920	44.310	47.542	65.502
<b>PI</b>	-	-	-	-	-	37.025	26.493
<b>Outros</b>	25.285	27.491	31.588	27.580	28.380	4.650	9.314
<b>Total</b>	<b>3.462.719</b>	<b>3.745.794</b>	<b>3.969.311</b>	<b>4.325.430</b>	<b>4.515.730</b>	<b>4.754.334</b>	<b>4.873.952</b>

Fonte: Anuário ABRAF 2012.

#### 4.4.1 – Programas de fomento e de financiamento do setor florestal

Atualmente, o setor de silvicultura conta com um amplo programa de fomento e de financiamento, tanto de políticas públicas dos governos federal e estadual quanto de grupos de investimentos que também ampliaram a participação no capital voltado para a atividade madeireira.

Os programas de fomento são mantidos pelas próprias empresas do setor que passam a financiar a silvicultura também em pequenas e médias propriedades. Com isso, utilizam mão de

<sup>43</sup> Apesar da baixa produção de eucaliptos, Santa Catarina tem um dos maiores plantios de produtos florestais do Brasil, pois registrou 538.254 mil hectares de pinus em 2011. Ficou atrás apenas do Paraná, que registrou 658.707 mil hectares no mesmo período.

<sup>44</sup> Dos Estados amazônicos o Amapá é o único que contém plantio de pinus, com registro de 445 hectares em 2011.

obra sem a necessidade de novas contratações, ao mesmo tempo que também evitam adquirir novas propriedades. De 2005 a 2008, esse sistema incorporou aproximadamente 420 mil hectares de terras à atividade de silvicultura (ABRAF, 2010).

As principais formas de fomento são: a) doação e venda de mudas florestais para produtores rurais; b) programa de renda antecipada ao produtor para o plantio florestal; c) parcerias, que permitem entre outras combinações o pagamento antecipado equivalente em madeira pelo produtor pelos serviços oferecidos pela empresa na propriedade; d) a garantia da compra da madeira pela empresa à época da colheita; e) o arrendamento de terras pela indústria do setor.

Na Amazônia Oriental o fomento à atividade de silvicultura mais comum é o arrendamento de terras, voltada totalmente para a grande propriedade. Esse tipo de uso do solo nessa parte da Amazônia é bastante recente, uma vez que o plantio em larga escala começou há menos de uma década, tendo como os principais produtores A Vale (eucaliptos), O Grupo Concrém e o Grupo Cikel (Paricá)<sup>45</sup>. Quanto ao programa de financiamento, existem linhas de crédito operacionalizadas por bancos federais e regionais – Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As concessões são feitas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De fato, o BNDES é o verdadeiro financiador, pois os recursos distribuídos nas linhas de crédito são provenientes desse banco. O BNDES, inclusive, faz parte de importantes fundos de participação para o setor florestal, como o Vale Florestar S.A (Organograma 2).

Um conjunto de fatores agregados entre o setor privado e os governos federal e estadual vem contribuindo, desde os anos 2000, para facilitar o avanço da silvicultura na Amazônia. A atividade beneficia-se de três componentes espaciais: do aparato técnico (infraestrutura) existente na Amazônia oriental construído durante a fase de implantação das frentes pioneiras: energia, rodovias, ferrovias e portos, e novos investimentos são previstos, como a ampliação da Ferrovia Norte-Sul; da desburocratização para o acesso e regularização da terra e ao financiamento, graças aos investimentos desprendidos pelo Governo Federal e Regional por meio do BNDES e Banco da Amazônia, e do Programa Mais Ambientes do

---

<sup>45</sup> Já na parte ocidental da região, em parceria com a empresa Jari Celulose, pequenos e médios produtores foram incluídos nos programas de fomento da empresa, nos municípios de Monte Dourado e Almeirim no Pará, e Laranjal do Jari, no Amapá.

Governo Federal e do Programa Municípios Verdes, em estágio avançado no Pará (esse último será detalhado posteriormente), e dos investimentos feitos pelos fundos institucionais, onde se destaca a ação do BNDES (quadro 18), é o contrário do que vem ocorrendo na região Centro-Sul e no Estado da Bahia, onde a burocracia para a implantação de projetos agroflorestais vem aumentando (ABRAF, 2012); e em terceiro a “valorização” da questão ambiental na região, que legitima e normaliza ações cunhadas de sustentáveis. No caso da última, beneficia-se principalmente da criação do termo *área para recuperação e/ou proteção ambiental*, que tem dado credibilidade a projetos dessa natureza (Tabela 3).

Além desses fatores, destaque-se, ainda, que a Amazônia possui um dos preços mais baixos para implantação de projetos agroflorestais. Na tabela 3 é possível visualizar o custo do hectare de terras aproveitáveis para esse tipo de atividade, considerando a aquisição e os gastos para implantação do projeto.

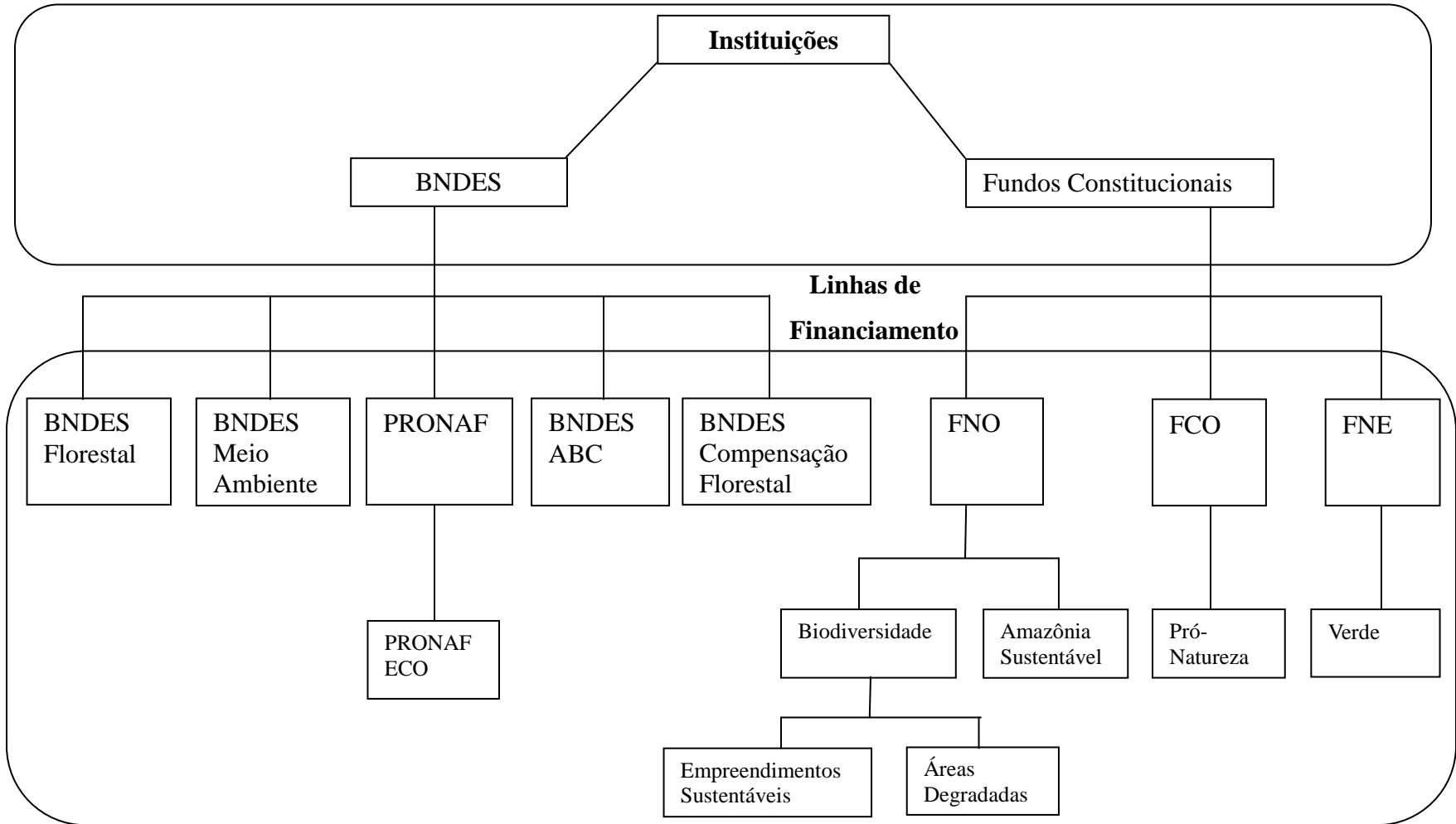
Tabela 3 - Valor de aquisição de terras propicias para atividade agroflorestal

Região	UF	Estimativa de Preço de Terra (R\$/ha)		
		Mínimo	Máximo	Média
Nordeste/Sudeste	BA/MG	1.480	6.670	3.790
Sudeste	SP	2.440	7.150	5.680
Nordeste/Norte	PI/MA/PA	430	1.320	760
Sul	PR/SC	2.470	7.200	4.660
Centro-Oeste	MT/MS	1.560	7.090	3.190

Fonte: Agriannual 2008, adaptado por Brasil, 2010.



Organograma 02 - Sistemas de financiamentos para o setor florestal no Brasil – 2011-2012



Fonte: Anuário ABRAF 2012.

Quadro 18 - Resumo das principais linhas de financiamento à atividade florestal, oferecidos pelo BNDES, Brasil – 2011-2012.

Descrição Programa	PRONAF ECO	BNDES Florestal	BNDES Meio Ambiente	BNDES ABC	BNDES Compensação Florestal
Objetivo geral/finalidades	Incentivar o uso de tecnologia de energia renovável e ambiental em nível de propriedade. Estimular a silvicultura e as práticas conservacionistas de correção de acidez do solo. Projetos de aproveitamento hidro energético.	Incentivar o uso de tecnologia de energia renovável e ambiental em nível de propriedade. Estimular a silvicultura e as práticas conservacionistas de correção de acidez do solo. Projetos de aproveitamento hidro energético.	Apoiar o empreendedorismo e explorar as oportunidades de investimentos em empresas inovadoras, de modo a propiciar o desenvolvimento de tecnologias limpas.	Financiar práticas adequadas, Tecnologias adaptadas e sistemas produtivos eficientes que contribuam, em última instância, para a mitigação da emissão dos gases causadores de efeito estufa.	Promover a regularização do passivo de reserva legal em propriedades rurais destinadas ao agronegócio e contribuir para a preservação e valorização das florestas nativas e dos ecossistemas remanescentes.
Itens financiáveis	Silvicultura de povoamentos florestais. Tecnologias de energia renovável e a substituição de tecnologia de combustível fóssil por renovável, equipamentos agrícolas. Tecnologias ambientais, como estação de tratamento. Armazenamento hídrico. Adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. Aquisição de máquinas e equipamentos.	Projetos, pesquisa de desenvolvimento, serviços de topografia e geoprocessamento, inventários e auditoria técnica, certificação, monitoramento e treinamento. Adequação ambiental. Projetos relacionados à manutenção florestal e condução da cultura. Obras, instalações e infraestrutura. Sementes, mudas e viveiros: aquisição, armazenamento e produção.	Saneamento básico e projetos inseridos nos comitês de Bacia Hidrográfica. Ecoeficiência: racionalização do uso de recursos naturais. Recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade. Mecanismo de desenvolvimento limpo. planejamento e Gestão. recuperação de passivos ambientais.	Manejo florestal sustentável. Implantação de sistemas de integração, manutenção e manejo de florestas comerciais. Adequação ou regularização das propriedades rurais com base na legislação ambiental, recuperação das funções ambientais em áreas degradadas. Implantação e manutenção de florestas de dendezeiro.	Aquisição do direito de servidão florestal permanente a ser instituído sobre imóvel rural com cobertura nativa excedente. Aquisição de imóvel rural com cobertura nativa excedente que seja admitido para compensação florestal em relação a propriedades rurais com passivo de reserva legal. aquisição de imóvel rural em Unidade de conservação, admitido como adequado para fins de desoneração.
Beneficiários	Pessoas físicas enquadradas como agricultores familiares do Pronaf, desde que apresentem proposta ou projeto técnico.	Pessoas jurídicas de direito privado e público, empresários individuais, associações e fundações.	empresários individuais; associações e fundações; pessoas jurídicas de direito público.	produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, e suas associações e cooperativas.	Empresas, empresários individuais, associações e fundações dos setores do agronegócio.

Valor de financiamento	Até 50 mil para pessoa física. Até 10 milhões para operações coletivas, com valor/agricultor de até 20 mil reais.	Até 1 milhão de reais.	Valor mínimo de Brl 10 milhões.	até Brl 1 milhão.	10 milhões para operações diretas. 1 milhão para operações indiretas.
------------------------	--	------------------------	---------------------------------	-------------------	---

Quadro 18 – Resumo dos principais fundos constitucionais destinados ao financiamento da atividade florestal, Brasil – 2011-2012

Programa	FNE VERDE	FCO PRONATUREZA	FNO BIODIVERSIDADE Empreendimentos sustentáveis	FNO BIODIVERSIDADE Áreas Degradadas: RL/APP	FNO Amazônia Sustentável
Objetivo Geral/Finalidade	Promover o desenvolvimento de empreendimentos e atividades econômicas que estimulem a <i>preservação e conservação</i> ambiental.	Incentivar projetos que visem à recuperação, conservação e preservação dos recursos naturais. apoiar a implantação de empreendimentos florestais, com foco na geração de emprego e renda.	Viabilizar empreendimentos de manejo florestal, reflorestamento, sistemas agroflorestais, sistemas silvipastoris, serviços ambientais, plantas medicinais e aromáticas, proteção e recuperação de mananciais.	Viabilizar reflorestamento, sistemas agroflorestais e demais atividades sustentáveis para a regularização e recuperação de áreas de reserva legal (incentivo à adoção de alternativas de uso econômico sustentável da terra).	Financiar atividades do segmento industrial de transformação de produtos florestais madeireiros e não madeireiros oriundos do manejo florestal sustentável e reflorestamento e recuperação de áreas alteradas.
Itens financiáveis	Manejo florestal, reflorestamento, sistemas agroflorestais, de certificação de madeira. Recuperação de áreas de reserva legal e Área de preservação permanente. Uso sustentável dos recursos Naturais/desertificação. Apoio à cadeia produtiva da madeira e de produtos não madeireiros oriundos da caatinga. Mecanismo de desenvolvimento limpo (mdl).	Manejo florestal sustentável. Florestamento, reflorestamento e sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas degradadas e para fins energéticos e madeireiros. Certificação de projetos florestais e de sistemas de gestão ambiental. projetos de redução de emissão de gases de efeito estufa.	Manejo Florestal: produtos madeireiros e não madeireiros. atividades cujos sistemas de produção sejam em bases sustentáveis, em conformidade com a legislação vigente. Sistemas agroflorestais e silvipastoris. Serviços ambientais. Cadeia produtiva Florestal. Reflorestamentos.	Regularização e recuperação de áreas de RL e APP degradadas ou alteradas, por meio de reflorestamento, sistemas agroflorestais e demais atividades sustentáveis.	Atividades cujos sistemas de produção sejam em bases sustentáveis, em conformidade com a legislação vigente, ligadas à agricultura e agroindústria, pecuária, silvicultura, aquicultura e pesca.
Beneficiários	produtores rurais e empresas rurais, industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços. cooperativas e associações.	produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, suas cooperativas e associações.	Populações tradicionais da Amazônia não contempladas pelo Pronaf e pessoas físicas e jurídicas de direito privado do setor rural, empresas individuais.	Produtores rurais e extrativistas e associações; empresas; e, populações tradicionais da Amazônia não contempladas pelo pronaf.	Pessoas jurídicas de direito privado, empresas individuais, associações que se dediquem a empreendimentos não rurais.

Valor de Financiam	entre 65% e 100%, dependendo da localização <sup>1</sup> e do porte <sup>2</sup> do empreendimento.	Investimento fixo ou semifixo: de 70% a 100% do financiamento proposto, dependendo da localização <sup>1</sup> e do porte <sup>2</sup> do beneficiário do empreendimento.	para investimento: micro e pequeno: até 100% do valor da proposta. Médio: até 95%. Grande: até 90%.	para Investimento mini e pequeno: até 100% do valor da proposta. médio: até 95%. Grande: até 90%.	Para mini e pequeno até 100%. Médio: entre 85% e 95% do valor, conforme a localização do empreendimento. Grande: entre 70% e 90%.
-----------------------	---	---	--	---	---

Fonte: ABRAF, 2012.

Os valores fornecidos pelo BNDES para o setor florestal cresceram consideravelmente a partir do ano 2000, com uma média de 15% ao ano, mas com registro ainda mais volumoso a partir de 2007 (Tabela 4).

Tabela 4 – Evolução dos desembolsos totais fornecidos pelo BNDES para o setor florestal, Brasil – 2001-2011 e destino dos financiamentos.

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
R\$ milhões	197	72	48	68	69	177	210	300	435	455
<b>Destino dos financiamentos</b>										<b>%</b>
	<b>Setor Industrial de Madeira</b>									<b>36%</b>
	Celulose									72%
	Painéis									10%
	Papel									18%
	<b>Plantio e Manejo Florestal</b>									<b>31%</b>
	Eucalipto									92%
Pinus									8%	
<b>Aquisição de bens de capital</b>									<b>28%</b>	
<b>Outros</b>									<b>5%</b>	

Fonte: Anuário ABRAF, 2012.

De acordo com os dados da ABRAF, dos 11 bilhões que o BNDES investiu em projetos no Brasil entre 2001 e 2011, 20% foram destinados para o setor florestal. Estimativas feitas pela referida associação indica que a atividade de silvicultura deve expandir principalmente para os Estados do Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, “as perspectivas do BNDES são de um incremento de dois (02) milhões de hectares de florestas plantadas nos próximos dez (10) anos, constituindo um cenário bastante positivo para as linhas de financiamento destinadas ao setor florestal” (ABRAF, 2012, p. 119).

Além dos motivos citados anteriormente, como o baixo valor da terra para a implantação desse tipo de projeto na Amazônia, no caso do sudeste paraense ainda existe o benefício da redução da Reserva Legal para até 50% nas áreas classificadas como interesse de recuperação, como ocorre no chamado arco do desmatamento. Além disso, a área de incorporação da APP na RL aprovada pelo novo Código Florestal em 2012 aumenta a área cultivável da propriedade. Com isso, e os demais fatores já mostrados, aumenta o interesse das empresas em investimentos desse porte na Amazônia, principalmente pela constituição dos chamados fundos de investimentos para esse setor, em parceria com o capital público-privado.

#### **4.4.2 Fundos de investimentos em participação no setor florestal**

Como conciliar os interesses locais em termos de sociedade e natureza com os interesses econômicos de grandes fundos de investimentos? No caso do Vale Florestar, o que em 2005 havia sido criado como um projeto de plantio de árvores em 2010 se transformou em uma empresa de capital aberto, o que torna ainda mais forte o compromisso de gerar lucro para os acionistas, aumentando a escala dos interesses externos sobre o local e descompromissado com a parcela pobre da sociedade que vive na região. Como já comentado nesse capítulo, os fundos de investimentos florestais estão se voltando para o Brasil. Um dos maiores do setor – o Brookfield chegou ao país em 2007, inicialmente nos estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, e já declarou ter interesse de expandir para a Amazônia. A plataforma criada pelo fundo no Brasil – Brookfield Brasil Timber Fundo de Investimentos em Participações (BBTF) -, “permite a Brookfield desenvolver e estruturar futuras aquisições no Brasil”<sup>46</sup>.

E a ação dos fundos de investimentos florestais foi favorecida pela redução da Reserva Legal do Novo Código Florestal, na opinião de empresários do próprio setor: “o novo código terá um impacto positivo, pois poderemos ter um melhor aproveitamento das fazendas”,

---

<sup>46</sup>Retirado de Brookfield Brasil Florestal, disponível em [www.brookfielbr.com/content/fundos\\_e\\_capital\\_privado/florest](http://www.brookfielbr.com/content/fundos_e_capital_privado/florest). Acesso em 05 de dezembro de 2012.

avalia o Presidente da Claritas Investimentos<sup>47</sup>. O Código beneficia os fundos, assim como as demais empresas agropecuárias, uma vez que põe a Área de Proteção Permanente (APP) na porcentagem de Reserva Legal. Por exemplo, se antes o proprietário era obrigado a manter a reserva legal de 80% mais a área de APP (suponhamos que 10%) ele ficaria com 10% para uso. Com a redução na Amazônia para 50% e inclusão da APP na Reserva Legal, a propriedade que antes tinha 10% para uso agora passaria a contar com 50%. Isso deve incentivar os fundos a investirem, como já está acontecendo com o Vale Florestar. “Para nós é interessante que o código seja aprovado porque aumenta a produtividade da terra...o apetite por ativos florestais é crescente. Houve uma fuga na época da crise, mas não tanto quanto em outros tipos de fundos, por se tratar de um ativo real e um investimento em terras.”, Livia Moura Gonçalves, gerente de relações com investidores da Brasil Timber<sup>48</sup>.

O FIP Vale Florestar, que até 2010 contava com 605 milhões de reais para investir no setor deve crescer nos próximos cinco anos, segundo declaração da Vale Florestar S.A<sup>49</sup>. Com a previsão de expansão da área dentro da Amazônia novos parceiros devem ser aceitos. Segundo a empresa, além da expansão no Pará o Estado do Tocantins é considerado um grande potencial para o crescimento de floresta plantada, inclusive por sua reserva legal de apenas 35%, o que atrai os investidores.

## **Capítulo V. Vale, interesse pelo setor florestal na Amazônia e o Projeto Vale Florestar**

O mercado para produto florestal madeireiro oriundo de produção juridicamente legalizada está em expansão no Brasil e a Amazônia ganha destaque como frente de expansão. Mesmo sendo uma atividade antiga o momento atual aponta para uma valorização da atividade, com novos usos dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros obedecendo a novas recomendações de atores internacionais e nacionais em virtude de novas técnicas de intervenção

---

<sup>47</sup>Trecho do texto: Novo Código Florestal deve beneficiar fundos, de autoria de Thais Fôlego, do Jornal Brasil Econômico. Disponível em [www.brasileconomico.com.br/noticias/novo-codigo-florestal-de](http://www.brasileconomico.com.br/noticias/novo-codigo-florestal-de) . Acesso em 05 de dezembro de 2012.

<sup>48</sup> Trecho do texto: Novo Código Florestal deve beneficiar fundos, de autoria de Thais Folego, do Jornal Brasil Econômico. Disponível em [www.brasileconomico.com.br/noticias/novo-codigo-florestal-de](http://www.brasileconomico.com.br/noticias/novo-codigo-florestal-de) . Acesso em 05 de dezembro de 2012.

<sup>49</sup> Trabalho de campo realizado em 2012.

no meio ambiente, como discutido nas duas partes anteriores.

Esse cenário de valoração conservacionista da floresta inviabiliza o mercado de madeira sem plano de manejo “ambientalmente correto”, encontrando resistência em muitos segmentos da sociedade e do mercado, de onde surge a oportunidade para um crescimento do setor baseado em novas práticas de produção, como as “florestas industriais” plantadas segundo critérios normativos definidos pela regulação ambiental e pelas normas de mercado. Nesse caso, a antiga forma de extração direta da floresta nativa é desvalorizada (o que não significa que tenha deixado de existir), enquanto as áreas plantadas se fortalecem<sup>50</sup>.

Algumas iniciativas do governo brasileiro tem despertado o interesse de grupos empresariais para investimentos no setor de floresta na Amazônia. Uma delas é a lei de gestão de florestas públicas para produção sustentável aprovada em 2006, que permite a exploração das florestas públicas por empresas privadas. Assim, as empresas que já contavam com a opção de compra e arrendamento das terras para a produção florestal, passam a contar com o incentivo dessas terras de fomento por meio de concessão (VITAL, 2007).

A valorização dos produtos florestais enquadrada nas novas oportunidades de mercado para o setor torna-se um atrativo para grandes empresas, associando essa atividade à temática da sustentabilidade na região. Com isso, ganha destaque os projetos ligados à recuperação de áreas degradadas no arco do desmatamento. É nesse contexto de valoração da atividade florestal “ambientalmente correta” que a Vale optou pela expansão da atividade florestal para a Amazônia através do Projeto Vale Florestar.

De acordo com a empresa, a opção pelo investimento em florestas plantadas na Amazônia foi motivada por dois fatores. Primeiro, porque tanto a região Sudeste do Brasil, quanto o Nordeste, onde ela possui plantações de eucalipto encontra-se saturada, exceção feita ao Maranhão e ao Piauí. Segundo, a disponibilidade de terras na Amazônia Oriental e as oportunidades para esse tipo de atividades promovidas pela oportunidade de recuperar áreas degradadas. O governo do Pará vem incentivando o reordenamento de áreas desmatadas

---

<sup>50</sup> Existe, também, o investimento em um mercado futuro baseado em sequestro de carbono – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) -. Iniciado pela Vale em 2007 e em processo de implantação. Se no momento essa ainda é uma fonte de capital pouca explorada na América Latina, a tendência é que futuramente ocorra um aumento das certificações florestais e implantação de projetos de MDL. Para pleitear projetos de MDL as empresas investem na “monocultura de árvores” e recuperação de áreas degradadas com o plantio de áreas nativas da região. Elas apostam no crescimento do mercado de carbono no Brasil, em especial na Amazônia, onde a solução de problemas associados ao índice de desmatamento é extremamente valorizada.



anteriormente utilizada para pecuária para manejo florestal em algumas fazendas dos “municípios verdes”. Uma das medidas políticas para agilizar essa forma de atividade foram os projetos de Lei do Deputado Estadual Márcio Miranda que propunha a redução de reserva legal nessas áreas do arco do desmatamento, assim como diversos projetos de facilitação da regularização fundiária no Pará. Os projetos do deputado foram contemplados pela Lei Federal 12.651, de 25 de Maio de 2012, que reduziu de 80% para 50% a reserva legal nas áreas definidas pelo ZEE estadual do Pará e da Amazônia Legal como área de interesse de recuperação florestal (BRASIL, 2012).

### **5.1 Projeto Vale Florestar**

Os investimentos no setor florestal para a monocultura do eucalipto avançaram bastante no sudeste paraense na última década. No campo político, econômico e científico registra-se um esforço acordado entre esses campos sobre a importância da gestão da floresta amazônica como estratégia de desenvolvimento. O discurso em relação à floresta, nesse caso, não fica restrito ao uso dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros, mas a todas as atividades diretamente relacionadas ao tema, a exemplo da recorrência à necessidade de reflorestamento e manejo florestal como forma de combater o desmatamento na região, assim como novas técnicas aplicadas à pecuária. Na década passada, com o combate às práticas de retirada de madeira no arco do desmatamento, em especial a partir de 2008 com o surgimento da lista dos municípios mais desmatadores da região, divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente, uma série de ações envolvendo poder público, ONGs, cientistas e empresas começou a por em práticas novas estratégias de uso do solo que levaram em consideração o contexto amazônico na crise ambiental, com destaque para o tema das mudanças climáticas, principal justificativa para os projetos implantados.

As empresas de celulose se beneficiam desse novo contexto onde a crise ambiental se transforma em oportunidades de negócios articulados na cena ambiental, valorizando projetos que se afinam com as atuais estratégias do desenvolvimento sustentável implantadas na escala global. Na Amazônia, esse processo vem ocorrendo pelo avanço dos plantios de eucalipto e

outras espécies (“florestas industriais”), que vem crescendo na área do arco do desmatamento. A configuração do espaço do arco do desmatamento, assim como a criação da ideia de “área para recuperação ambiental”, servem como justificativas para a expansão da atividade via discurso da sustentabilidade.

O Projeto Vale Florestar é um empreendimento florestal implantado na Amazônia, Estado do Pará, sob o controle da Vale (organograma 3). A proposta de criação do projeto foi submetida para votação na diretoria da empresa no segundo semestre de 2005 e aprovada no mesmo ano. As operações começaram em 2007, na cidade paraense de Dom Eliseu no sudeste do estado, também escolhida como sede do Projeto e no mesmo ano foi expandida para Paragominas, chegando ao município de Ulianópolis em 2010, ambos no Estado Pará. Na sua proposta de criação em constava o objetivo de transformar a iniciativa em um fundo de investimentos para o setor florestal. O projeto inicial contava com 230 milhões de reais investidos pela própria empresa, incluindo os gastos iniciais de implantação: aquisição de terras, questões legais e primeiros plantios.

Em 2010 foi criado o Fundo de Investimentos em Participações (FIP), com uma quantia inicial de 605 milhões de reais. O FIP para o Projeto Vale Florestar é constituído pela parceria entre a Vale, Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF), o Fundo de Previdência da Petrobrás (Petros) e o Bando Nacional do Desenvolvimento (BNDES). Com a criação do Fundo uma nova empresa foi criada – a Vale Florestar S.A -, com o objetivo de executar as operações locais, isto é, a negociação com os atores da área de atuação, além de buscar novas parcerias para expansão da atividade. O FIP<sup>51</sup>, que é gerenciado pela Global Equity<sup>52</sup>, fica na sede da Vale no Rio de Janeiro. A Vale tem o controle de 51% das ações do FIP, o restante é dividido em partes iguais para os demais participantes<sup>53</sup>.

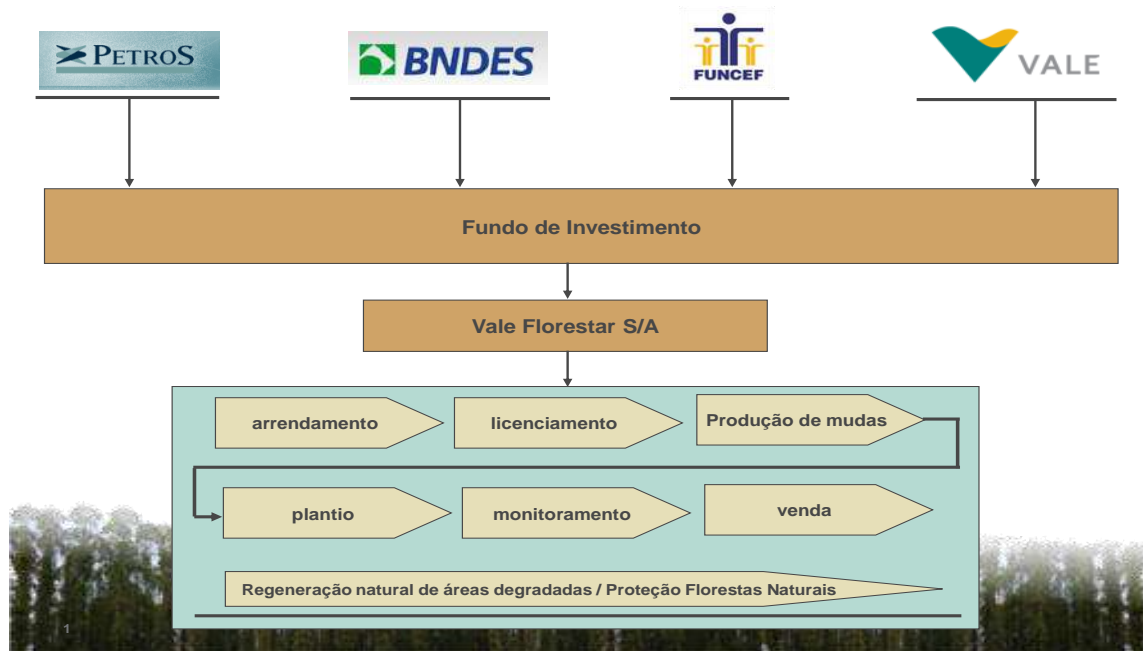
---

<sup>51</sup> Estima-se que os fundos de investimentos em florestas, nacionais e estrangeiros, contem com uma quantia aproximada de 4,5 bilhões de reais para investimento. Esse investimento deve aumentar nos próximos anos, uma vez além do Vale Florestar dois novos fundos de investimento foram criados pela BRWoods e a Brazil Timber

<sup>52</sup> A Global Equity é uma empresa de gestão de negócios que atua no Brasil desde 1987. Como gestora de capital aberto, sua função é gerenciar o capital das empresas, no caso da Vale Florestar, os 605 bilhões de reais gerados pelo fundo, com o compromisso de maximização do lucro no sistema financeiro.

<sup>53</sup> Informações coletadas em trabalho de campo, realizado pelo autor entre 2010 e 2012.

## Organograma 3 - Parceria para empreendimentos florestais



Fonte: Vale Florestar S.A, 2012<sup>54</sup>.

De acordo com a Vale Florestar S.A, o projeto foi implantado visando cinco objetivos: *proteger florestas nativas, recuperar áreas degradadas, implementar florestas industriais, promover a ocupação ordenada do território e promover o desenvolvimento econômico e social sustentado*. Esses objetivos são articulados em torno da proposta de recuperação de áreas degradadas, compondo o conjunto para o êxito do projeto. A recuperação de áreas degradadas, discurso presente nas estratégias políticas e econômicas do Governo Federal, do Estado do Pará, dos municípios e das grandes empresas significa recuperar a reserva legal e, também, cumprir a legislação que recomenda a conservação de até 50% das propriedades que se localizarem em zonas destinadas para recuperação na Amazônia, que, no caso, contempla a área do Projeto. É, portanto, uma questão de cumprir o que pede a legislação.

Mas para além desse fato, existe o momento oportuno para a expansão da monocultura de eucalipto na Amazônia, aproveitando-se do discurso da recuperação de áreas

<sup>54</sup> Entrevista concedida ao autor em outubro de 2012.

degradadas por projetos cunhados de “sustentáveis”. Ao lado desse objetivo existe o interesse em mudar a imagem do sudeste paraense construída em torno do “arco do desmatamento”. Dito de outra forma, esses fatores (área para recuperação ambiental, projetos de “reflorestamento”) buscam revalorizar as economias da pecuária e do agronegócio na região desassociando-as da imagem de degradação ambiental.

A implantação de projetos de plantio de eucalipto (“florestas industriais” segundo termo utilizado pela Vale para designar o plantio de árvores para fins comerciais, nesse caso para corte) foi o que motivou a criação do FIP. As duas espécies tradicionalmente utilizadas para esse tipo de atividade no Brasil são o eucalipto e o pinus. Na última década, enquanto a plantação de pinus sofreu uma queda, o plantio de eucalipto encontra-se em crescimento. Dos 151.378 mil hectares de eucaliptos plantados no Pará até 2011, 45,75 mil hectares pertenciam à Vale Florestar S.A (ABRAF, 2012).

Além do Eucalipto, a Vale Florestar S.A tem feito experiências com o Paricá, de origem amazônica, mas ainda não existe um plantio comercial dentro do Projeto para essa espécie. Quanto ao eucalipto, a estimativa é que até 2022 chegue-se à marca de 450 mil hectares de “floresta plantada”<sup>55</sup> somente na área definida para essa primeira experiência de plantio no Pará (Figura 2), uma vez que é objetivo da empresa expandir para outros Estados da região, como o Tocantins e Maranhão. Vale salientar que foi no Maranhão, entre as cidades de Açailândia e Imperatriz que a Vale fez a primeira plantação de eucalipto, no início dos anos 2000. Recentemente, a empresa vendeu a área para a Suzano.

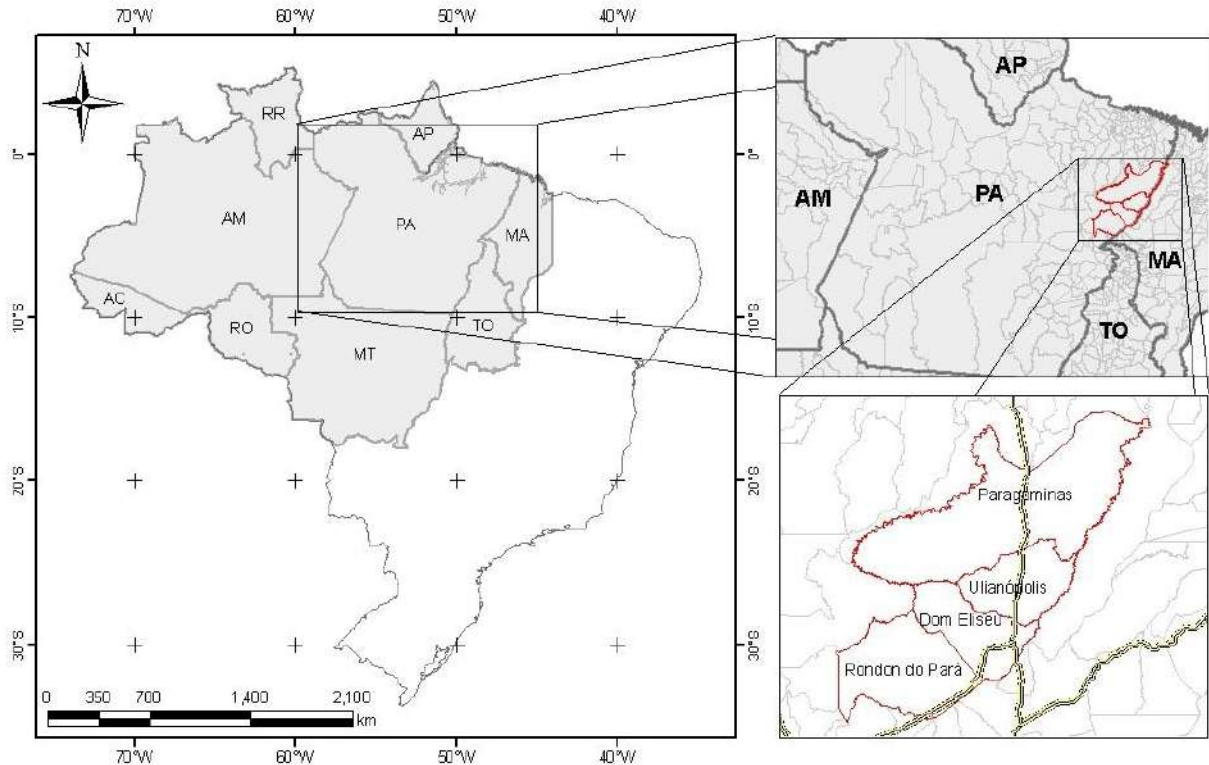
A seleção dessa área para a implantação do projeto obedeceu a critérios estratégicos, uma vez que se reconhece a existência de uma área degradada destinada à recuperação e, portanto, prioritária para esse tipo de projeto; mas existe também o fator localização, que contribui para a logística do mesmo. A própria sede, Dom Eliseu, fica no entroncamento das rodovias BR 010 e BR 222 e a 140 quilômetros de Imperatriz, onde em novembro de 2013 será inaugurada a nova fábrica da Suzano Celulose, para a qual a vale já vendeu a madeira dessa primeira etapa do projeto<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> Termo empregado para designar o plantio de monocultura de árvores, como o eucalipto.

<sup>56</sup> Informação concedida ao autor em trabalho de campo.

Figura 2: Localização do Projeto Vale Florestar



Fonte: Vale Florestar S.A, 2012.

Econômica e politicamente essa é uma área estratégica para a implantação desse tipo de atividade, pois tendo o chamado “arco do desmatamento” sido transformado em fronteira para projetos dessa natureza, o eucalipto é muito viável porque não tem problema de adaptação ao solo da região e seu plantio está entre as atividades consideradas adequadas para essas áreas em recuperação. O fato de ser área considerada consolidada e de uso estratégico para recuperação pelo Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Pará, e também o Macrozoneamento Ecológico da Amazônia Legal (BRASIL, 2010; Pará, 2010), facilita o processo de ocupação. O plantio, por exemplo, é favorecido pela Lei 12.650 de, de 25 de maio de 2012, que contempla o Projeto de Lei nº 1.207/07, do Deputado Wandenkolk Gonçalves e reduz até 50% área destinada para Reserva Legal, em terras degradadas da Amazônia e com projetos de recuperação (BRASIL, 2012). Mas o que são essas áreas para recuperação onde o projeto atua? Nessa primeira área de plantio são três situações de terras encontradas: a

capoeira/juquira, de pecuária e a agricultura. São os tipos de usos consolidados com a abertura das frentes pioneiras, e atualmente torna-se prioridade para plantio empresarial (figura 3).



**Figura 3 – Usos do solo consolidados pelas políticas de ocupação de frentes pioneiras**

Foto: Vale Florestar S.A, 2012<sup>57</sup>.

Dos três tipos comuns de usos do solo na região, o plantio vem sendo feito nas fazendas de pecuária. Para a empresa, o arrendamento de áreas utilizadas pela agricultura é muito difícil. “Área utilizada para soja e milho, por exemplo, é praticamente impossível”<sup>58</sup>. De

<sup>57</sup> Gentilmente cedida pela Vale Florestar, em Dom Eliseu, Pa.

<sup>58</sup> “As áreas que encontramos são a capoeira, a juquira/capoeira e área ocupada pela pecuária. O que fazemos normalmente? Conseguimos arrendar a área que era para a pecuária. Da agricultura de soja, por exemplo, é praticamente impossível conseguir alguma coisa”.

acordo com o funcionário da Vale Florestar entrevistado a dificuldade em arrendar terras da agricultura deve-se ao crescimento das monoculturas de milho e soja na região, que vem ampliando a área plantada (tabela 5. A afirmação é corroborada pelos dados do IBGE sobre a situação de uso do solo nos três municípios onde o projeto está implantado.

Tabela 5. Plantio de Soja nos municípios do Projeto Vale Florestar (ha)<sup>59</sup>

<b>Município</b>	<b>2004</b>	<b>2007</b>	<b>2011</b>
Dom Eliseu	2.000	5.000	13.800
Paragominas	3.259	6.000	37.348
Ulianópolis	3.775	1.645	10.000

Fonte: IBGE, 2011

Apesar da expansão da soja e do milho estar em expansão no sudeste paraense outro fator explica melhor o plantio de eucalipto em terras antes utilizadas para criação de gado. A pecuária é a atividade econômica mais antiga dessa parte do Pará. Os três municípios do projeto surgiram através dessas atividades, só posteriormente passando a fazer uso econômico da extração de madeira nativa. As fazendas de pecuária são as propriedades mais extensas, o que inicialmente favoreceu o projeto pelo seu interesse em grandes propriedades e a pecuária encontrava-se desvalorizada em virtude de sua associação ao desmatamento. Já o agronegócio da soja e do milho, assim como o plantio de eucalipto, é uma atividade em plena expansão na região. Portanto, enquanto a agricultura de soja vem se valorizando e disputando as terras melhor localizadas com o próprio plantio de eucalipto, a pecuária tradicional está desvalorizada nas novas políticas de valorização econômica do espaço, que passam a incorporar a variável ambiental como estratégia de recuperação da atividade e do próprio espaço, uma vez que busca desfazer a imagem de degradação ambiental. Como veremos adiante, ao analisarmos o Programa “Municípios Verdes”, a revalorização da pecuária depende da incorporação de indicadores

<sup>59</sup> Dados coletados no item cidades do IBGE, que fornece informações detalhadas sobre os municípios brasileiros. [www.ibge.gov.br/cidadessat](http://www.ibge.gov.br/cidadessat)

ambientais que atestem a regularidade ambiental da propriedade, como vem ocorrendo em Paragominas através do projeto “Pecuária Verde”.

No caso da juquira/capoeira, que também são áreas remanescentes da pecuária e da agricultura, a empresa estabeleceu critérios de arrendamento. “O critério principal é que as árvores estejam no máximo com quatro metros de altura pra a gente poder entrar, passou desse nível e também se tiver muito sujo a gente não entra, porque fica parecendo desmatamento, daí a gente prefere não entrar”<sup>60</sup>. A capoeira e a juquira possuem cobertura vegetal e, se tiverem sido utilizadas recentemente podem estar com pasto sujo. Em outras palavras, ocupar essas áreas para plantio implica a retirada da cobertura vegetal da parte a ser utilizada. Segundo a Vale Florestar, evita-se ocupar áreas cuja parte a ser utilizada para plantio apresente vegetação em estágio avançado, assim como, as áreas a serem recuperadas sejam de difícil regeneração. Se a propriedade estiver 100% desmatada, por exemplo, a empresa não entra. Pode-se inferir a partir dessa disso se os projetos com esse critério de fato contribuem para recuperação de áreas degradadas?

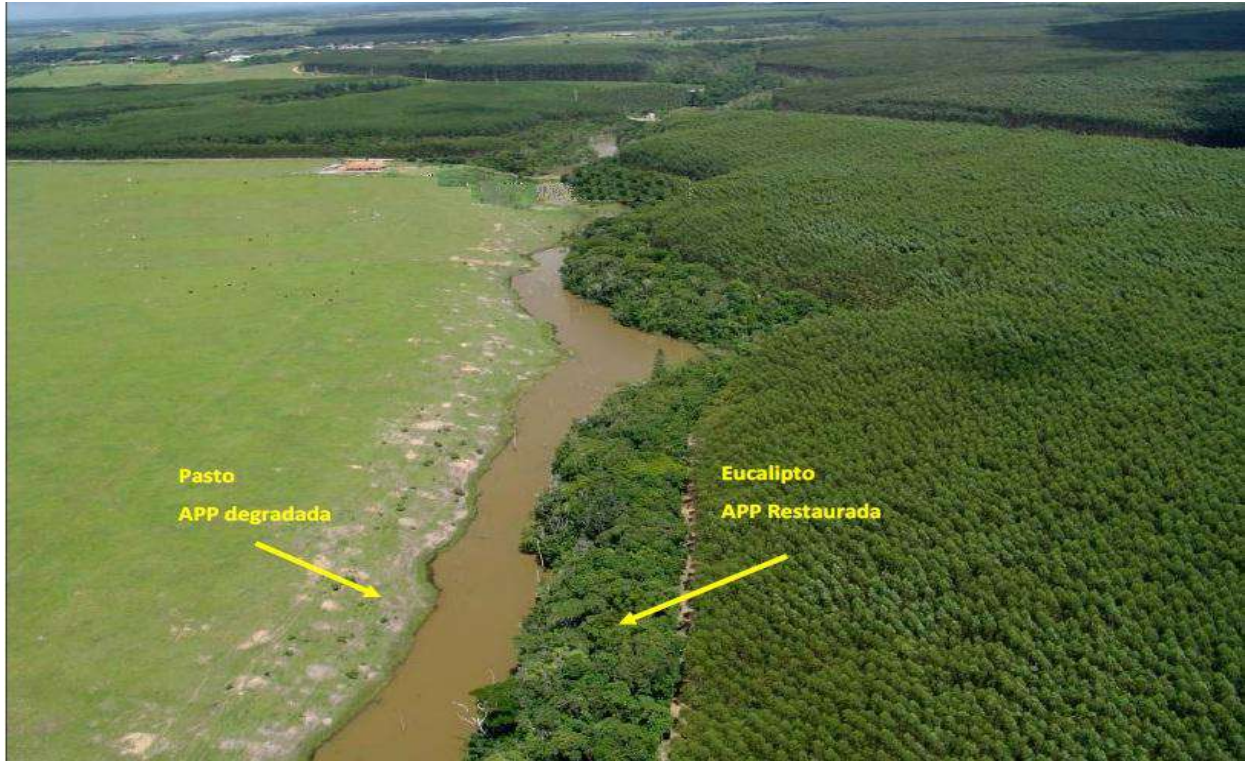
A ocupação ordenada do território, segundo a empresa, são as técnicas utilizadas para a recuperação da área. No caso, significa a ação de equilíbrio no uso do solo com o objetivo de regeneração da propriedade. “Quando arrendamos uma fazenda desmatada pelo período de 15 anos, quando devolvermos para o proprietário vai estar num estágio de médio para avançado de regeneração. É isso que a gente chama de trabalho ordenado de ocupação do território”<sup>61</sup>. Trata-se de fazer o zoneamento da área, definindo espaços destinados ao plantio de eucalipto e espaços de preservação exigidos por lei, as reservas legais. Na figura 4, que mostra uma fazenda de propriedade da empresa, pode ser observada a plantação de eucalipto e a área de reserva. Segundo a Vale Florestar, a área ao lado é utilizada para pecuária e não faz parte da fazenda sob sua concessão.

---

<sup>60</sup> Entrevista ao autor, outubro de 2012.

<sup>61</sup> Entrevista concedida ao autor, em outubro de 2012.





**Figura 4. Área de APP**

Foto: Vale Florestar, 2012<sup>62</sup>.

Para o objetivo “Promover o Desenvolvimento Econômico e Social Sustentado”, a empresa implantou três eixos de ação em suas propriedades: Combate à Retirada Ilegal de Madeira, Combate à Caça de Animais Silvestres, Evitar o Pastoreio e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. Através dessas ações executa-se a “Vigilância Patrimonial”. Como declarada, “o maior ganho dessas ações é a manutenção da biodiversidade na região por meio da promoção do equilíbrio ambiental na área”<sup>63</sup>.

Além de garantir a permanência das espécies animais (figura 5), como resultado do combate às práticas de caça e o programa de vigilância patrimonial, as ações servem como proteção da atividade desenvolvida. A proibição de caça em propriedade privada com a finalidade de salvaguardar o bem em questão é uma prática utilizada há muito tempo na região, não apenas com atividade definida, mas porque a entrada de estranhos é proibida sob quaisquer

<sup>62</sup> Foto de propriedade da Vale Florestar, gentilmente cedida ao pesquisador.

<sup>63</sup> Entrevista concedida ao autor.

circunstâncias. A correlação entre evitar o acesso à propriedade e a preservação das espécies aí existentes é estabelecida pelo quadro de valoração atual, mas tal proteção é resultado do objetivo da proibição do acesso como meio de salvaguarda da propriedade e o bem comercial nela cultivado. Em outras palavras, embora entendendo possa haver algum ganho ambiental nessa medida com a sobrevivência de muitos animais, o fato é que é o principal objetivo e resultado desse conjunto de ações é a proteção do território da empresa, exercício de defesa da propriedade privada pela proibição do acesso<sup>64</sup>.



**Figura 5 - Espécies animais encontradas nas propriedades do projeto**

Fotos: Vale Florestar, 2012<sup>65</sup>.

<sup>64</sup> Defesa de território na forma tratada por Robert Sack (1986) – controle de área -, onde o exercício da territorialidade é caracterizado pelo impedimento estendido ao outro que, nesse caso, tenha interesse sobre a área em domínio territorial de outro ator. O elemento agravante é que, nesse caso, o poder exercício não diretamente por meio de uma ordem que diz não, mas pela recorrência a um terceiro componente, que nesse caso, é o meio ambiente – ou o desenvolvimento sustentável.

<sup>65</sup> Cedidas ao pesquisador, em outubro de 2012.

### **5.1.1 Implantação do Projeto Vale Florestar: dificuldades e rearranjos institucionais para a viabilização de ocupação de área degradadas no sudeste paraense**

Como já citado nesse trabalho, no processo de ocupação dessa parte da Amazônia, a floresta era obstáculo. Do ponto de vista daqueles que imprimiram a marca da modernização desse território, a floresta densa era tomada como desafio a ser superado, considerada como meio ambiente hostil aos objetivos dos homens que “se aventuram” nas frentes pioneiras. Estavam, portanto, diante da “natureza inimiga”. No processo de ocupação a lei não foi um elemento considerado nos aspectos ambientais, pois além de ser comandada pela política territorial autoritária do Estado, todas as instituições estatais favoreceram os processos dominantes de apropriação e uso do solo. Na Amazônia, por exemplo, foi feito “vista grossa” para o caráter de legalidade das terras ocupadas, favorecendo a aquisição de terras sem ter como prioridade, nem objetivo, a sua legalização. Os resultados desse processo de apropriação do espaço amazônico entram em conflito com as estratégias de reapropriação do espaço pelo capital no século XXI, mas ao mesmo tempo servem como discurso para legitimar as novas ações, pois a degradação justifica e credencia os projetos cunhados de “desenvolvimento sustentável”.

A prática da grilagem, principal forma de aquisição das terras para a agropecuária durante as frentes pioneiras foi objeto de denúncia por parte de movimentos sociais e de críticas em vários estudos durante as duas últimas décadas. Os principais atores dessa denúncia de grilagem são o MST, a ONG Imazon e o Ministério Público. O MST, desde a década de 1980 já denunciava o latifúndio na região, questionando sua forma de aquisição e de uso da terra. Um dos trabalhos mais reveladores dessa prática foi desenvolvido pelo Imazon, intitulado “Quem é dono da Amazônia”. Se a atuação do MST teve pouco, ou nenhum impacto, sobre as terras irregulares na Amazônia, a atuação das ONGs surtiu efeito no poder público, uma vez que estas associaram a problemática dessas terras ao meio ambiente. Assim, além de veemente condenada, a ilegalidade da terra tornou-se um problema para novas estratégias de uso do solo, pois para a regularização ambiental exige-se a regularização fundiária. “A regularização fundiária na Amazônia é um requisito fundamental para viabilizar o avanço e o sucesso de políticas na área ambiental e socioeconômica da região” (IMAZON, 2009, p. 1).

O problema foi tema recorrente durante o governo do presidente Luis Inácio da Silva (2002-2010), resultando na criação da Lei 456/2009 (BRASIL, 2009), que está facilitando o processo de regularização em terras da União. No Plano Amazônia Sustentável, aprovado em 2006, embasado na parceria público-privada para gestão da região amazônica, o governo associa a necessidade de regularização fundiária ao discurso ambiental. A justificativa é que a terra regularizada e com cadastro rural realizado poderia receber recursos destinados para projetos de “desenvolvimento sustentável” e, também, passaria a ter suas atividades controladas pelos órgãos de fiscalização, dotados de tecnologia com cobertura de satélite para controle de desmatamento, por exemplo. Além disso, para o Estado, a terra regularizada estaria menos propensa às irregularidades trabalhistas, como o trabalho escravo, bastante comum na Amazônia Oriental. (BRASIL, 2006).

Essa recomendação feita pelo governo brasileiro foi reforçada pelo Decreto Lei nº 7.029, de 10 de dezembro de 2009, que institui o Programa Federal de Apoio à Regularização de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente”. Um dos instrumentos desse Programa foi a obrigatoriedade da realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), “um sistema eletrônico de identificação georeferenciada da propriedade rural ou posse rural, contendo a determinação das áreas de preservação permanente, da reserva legal e remanescentes de vegetação nativa localizadas no interior do imóvel, para fins de controle e monitoramento” (SEMA, 2010, p. 17).

Apesar do ganho ambiental que essas medidas proporcionam, em especial pela estratégia de comando e controle, ela ganha mais contorno de política de proteção da propriedade privada do que proteção ambiental. A problemática ambiental influencia diretamente a questão da legalidade da terra, tornada requisito para a obtenção de licenciamento para a implantação de projetos. Pela urgência imposta aos territórios para legalização da questão ambiental, agiliza-se o processo de regularização fundiária sem os devidos critérios quanto à origem da aquisição da propriedade. As questões de meio ambiente justificadas na obrigatoriedade do CAR acaba por justificar e legitimar um cenário no qual o capital, via novas estratégias de acumulação, encontra um espaço regulado para a sua ação. Isso será aprofundando quando tratarmos de “Municípios Verdes”.

De acordo com a Vale, o caráter irregular das propriedades selecionadas para o Vale Florestar foi o principal problema enfrentado pela empresa para a implantação do Projeto. “Só trabalhamos com fazendas legalizadas, o que é também um benefício colateral desse projeto.

Para os fazendeiros se habilitarem a serem nossos parceiros tem que ter a terra legalizada. Então, o projeto também atua com a legalização de terras na Amazônia” (VALE, 2010c, p 7).

Quando a procura por terras iniciar o projeto, em 2005, os dois municípios escolhidos para os primeiros plantios – Dom Eliseu e Paragominas -, se encontravam em situação crítica de regularização fundiária. Entre os principais problemas identificados, que tinham impacto direto na legalização do Vale Florestar, estava a falta de títulos das propriedades e, conseqüentemente, a ausência de Cadastro Rural e de Cadastro Ambiental Rural. A empresa chegou a pleitear o licenciamento ambiental de algumas propriedades junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA) entre 2007 e 2008, e encontrou dificuldade.

Os principais problemas identificados (quadro 19) estavam relacionados ao histórico da propriedade, os documentos apresentados estavam com a cadeia dominial incompleta, inviabilizando a verificação e comprovação de titularidade do imóvel junto aos demais órgãos públicos para assuntos de propriedade privada rural: o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As propriedades também não apresentavam cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto Social, além da ausência do Termo de Compromisso de Conduta de Averbção de Reserva Legal de 80% exigido para aquele período. Nenhuma das três primeiras propriedades apresentadas cumpria os requisitos necessários para o andamento do processo de licenciamento ambiental.

De acordo com a empresa, uma das medidas tomadas no início seria a compra de terras. Isso porque de acordo com o projeto inicial, o plantio seria feito apenas em terras arrendadas. Para a Vale, a compra teria um impacto positivo porque a empresa implantaria seu método de trabalho, saindo da dependência do proprietário na legalização das terras, mas não era o objetivo. A aquisição por meio da compra foi feita primeiramente em Paragominas, cujas fazendas funcionariam como laboratório do projeto. A razão social das propriedades ficou em nome de funcionários da empresa. Nos documentos apresentados à SEMA para obtenção do licenciamento ambiental dos empreendimentos, aparece como proprietário das fazendas Monte Cristo e California o Senhor José Cirino do C. Jr, na época um dos gerentes do Vale Florestar S.A<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Informação coletada em trabalho de campo, em 2010.



Quadro 19. Fazendas com pedido de licenciamento rural negado no início da implantação do Vale Florestar

<b>Fazenda</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Área</b>	<b>APP</b>	<b>Área Ref.</b>
CVRD - Monte Cristo	José Cirino do C. Jr.	4.356,0000 há	102.5526 há	3.637,4726 ha
Parecer: pendências a serem sanadas em 30 dias	Falta a certidão de registro do imóvel em cópia autenticada com a cadeia dominial completa, além da necessidade de apresentação de cópia autenticada do ato constitutivo ou Estatuto Social devidamente registrado; Termo de Compromisso de Conduta de Averbação da Reserva Legal de 80% exigido por lei. Ressalta-se que por se tratar de imóvel privado, é necessário consulta ao órgão fundiário, ou ITERPA, ou INCRA, contudo, a consulta, neste momento está prejudicada por não ter sido apresentado certidão de registro de imóvel com a cadeia dominial completa para ser enviado para o ITERPA ou INCRA.			
<b>Fazenda</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Área</b>	<b>APP</b>	<b>Área Ref.</b>
CVRD – Califórnia	José Cirino do C. Jr.	3.800,1600 há	128,7040 há	2.594,2000 ha
Parecer: pendências a serem sanadas em 30 dias	Falta a certidão de registro do imóvel em cópia autenticada com a cadeia dominial completa, além da necessidade de apresentação de cópia autenticada do ato constitutivo ou Estatuto Social devidamente registrado; Termo de Compromisso de Conduta de Averbação da Reserva Legal de 80% exigido por lei. Ressalta-se que por se tratar de imóvel privado, é necessário consulta ao órgão fundiário, ou ITERPA, ou INCRA, contudo, a consulta, neste momento está prejudicada por não ter sido apresentado certidão de registro de imóvel com a cadeia dominial completa para ser enviado para o ITERPA ou INCRA.			

Fonte: Secretária de Estado de Meio Ambiente do Pará – SEMA-PA. Pedidos de 2007.

Continuação

<b>Fazenda</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Área</b>	<b>APP</b>	<b>Área Ref.</b>
CVRD – Monte Cristo	Faz. Monte Cristo e outros	4.418,6500 há	103,01040 há	3.067,0541 ha
Laudo Técnico – prazo	Conclui-se que será plantado um total de 1142,48ha com Eucalyptus Sp., 20%			

de 1825 dias	de uso alternativo mais 30% de Reserva Legal (Decreto 2141/2006).
Parecer: pendências a serem sanadas em 30 dias	Falta a certidão de registro do imóvel em cópia autenticada com a cadeia dominial completa, além da necessidade de apresentação de cópia autenticada do ato constitutivo ou Estatuto Social devidamente registrado; Termo de Compromisso de Conduta de Averbação da Reserva Legal de 80% exigido por lei. Ressalta-se que por se tratar de imóvel privado, é necessário consulta ao órgão fundiário, ou ITERPA, ou INCRA, contudo, a consulta, neste momento está prejudicada por não ter sido apresentado certidão de registro de imóvel com a cadeia dominial completa para ser enviado para o ITERPA ou INCRA.

Fonte: Secretária de Estado de Meio Ambiente do Pará – SEMA-PA, 2008.

O problema fundiário, portanto, apareceria como o principal obstáculo nos dois municípios. O grande desafio, segundo a direção do projeto, estava na questão jurídica, que foi definida por Roger Agnelli como um “imbróglio jurídico”, e uma “extrema” deficiência na forma de realizar o trabalho. Para os funcionários que chegaram a Dom Eliseu para iniciar o Vale Florestar “implantar o projeto aqui (sudeste do Pará) é um grande desafio, porque esse pessoal está todo errado. Então, além de implantar nosso projeto, também tem que ensinar as pessoas a trabalhar”<sup>67</sup>. O mesmo foi afirmado pela Vale na apresentação do fundo criado para o projeto, em 05 de maio de 2010: “só trabalhamos com fazendas legalizadas, o que é também um benefício colateral desse projeto. Os fazendeiros, para se habilitarem a serem nossos parceiros, têm que ter a terra legalizada por processo ambiental. Ou seja, *o projeto também atua com a legalização de terras na Amazônia*” (VALE, 2010). Grifos nossos.

De acordo com a Vale, no início o maior obstáculo foi no município de Dom Eliseu, que assim como Paragominas também integrava a lista dos que mais desmataram a Amazônia. Diferente do primeiro, onde segundo o entrevistado tinha o apoio da prefeitura para viabilizar a solução dos problemas jurídicos (vamos detalhar a questão no próximo capítulo), Dom Eliseu não favoreceu o desenvolvimento do projeto pelos seguintes motivos:

<sup>67</sup> Entrevista concedida ao autor pela Vale Florestar S.A, em janeiro de 2010.

O principal problema era a titularidade da terra. De acordo com a empresa os imóveis dos proprietários que se interessaram pelo projeto não tinham os documentos necessários para receber a licença ambiental. As terras não eram georeferenciadas, o que dificultava o trabalho de monitoramento das mesmas que é feito, principalmente pelas ONGs Imazon e The Natural Conservancy (TNT) e por técnicos da SECTAM, que fazem o mapeamento da área para a realização do CAR e auxiliam com tecnologias de combate ao desmatamento.

Para a empresa, comprar a terra era ainda mais complicado do que o arrendamento. Atualmente, segundo declaração da Vale Florestar S.A em entrevista concedida em outubro de 2012; nos municípios de Dom Eliseu e Ulianópolis o problema da regularização permanece como maior obstáculo. Segundo o entrevistado, se a Vale fosse comprar as fazendas atualmente arrendadas, somente três estaria habilitada para venda: “Se fosse para comprar, só poderíamos comprar mais três outras fazendas das que estão arrendadas atualmente. Muitas faltam um documento que impede e a grande maioria não tem sequer um papel<sup>68</sup>”. Esse problema começou a ser resolvido a partir da aprovação da lei de regularização de terras de 2009, que flexibilizou critérios antes obstáculos para a regularização de terras sem a devida documentação. Ao dispensar a apresentação de cadeia dominial, por exemplo, a origem de aquisição da propriedade deixa de ser uma exigência para a sua legalização.

Segundo, a empresa encontrou resistência dos proprietários locais para arrendar propriedades. De acordo com o Sindicato dos Produtores Rurais de Dom Eliseu, as negociações esbarraram nas exigências feitas pela Vale como condição de arrendamento. A empresa exigia que a propriedade fosse de fácil acesso, o que significa próxima às estradas; segundo, os proprietários tinham receio de arrendar a terra e não ter como trabalhar após o término do contrato de 15 (quinze anos). Segundo um fazendeira que se recusou a arrendar a terra “só os proprietários que estavam com dificuldade para trabalhar, ou queriam mudar de cidade, arrendaram suas terras”<sup>69</sup>. Alguns estavam interessados na venda da propriedade, pelos motivos citados pelo entrevistado, e não no arrendamento. No entanto, desde o início, a Vale não tinha como interesse a compra, mas o contrato de aluguel pelo período de quinze anos.

---

<sup>68</sup> Entrevista concedida ao autor, em outubro de 2012.

<sup>69</sup> Entrevista ao autor, em julho de 2010.



Nós falamos o seguinte: Olha, se a gente partir em vez da Vale comprar terra a arrendar, a gente vai usar essa mão de obra com uma finalidade de médio e longo prazo. Então a gente dá a muda, dá toda a assistência técnica para essas pessoas, paga um salário, paga uma mensalidade pelo arrendamento que dá para aquela família condições dela se auto-sustentar e, no futuro, vamos colher essa madeira para alguma atividade industrial. Essa atividade industrial vai poder ser penso que a fabricação de móveis, ou vai poder ser até para carvão, para celulose ou o que for possível fazer. (VALE, 2010, p. 7).

A Vale, após três anos de início do Vale Florestar apresenta a ideia de que inicialmente se tratava de um projeto de pequeno porte e voltado para propriedade familiar. Diferente do discurso do ex-presidente, desde o início o projeto procurou os grandes fazendeiros dos municípios, pequenas e até médias propriedades eram descartadas<sup>70</sup>. A empresa justificou a implantação em duas frentes: a crítica aos problemas gerados pelas políticas de ocupação, no discurso da recuperação de áreas degradadas e na promoção do “desenvolvimento sustentável”. Se as frentes pioneiras adotaram o discurso da ocupação do chamado “espaço vazio” de homens, a fronteira do “desenvolvimento sustentável”<sup>71</sup> discursa sobre a reocupação para corrigir os problemas gerados pela antiga apropriação que transformara o “espaço vazio” de homens em “espaço vazio” de árvores. Se a frente pioneira foi comandada por empresários de “espírito aventureiro”, a fronteira do “desenvolvimento sustentável” deve ser implementada por quem tem “espírito ambientalista”. Um novo discurso, velhos objetivos?

A recuperação de áreas degradadas, que embora concordemos ser uma atividade importante a ser desenvolvida na Amazônia, tornou-se objeto do novo discurso de apropriação econômica da região. O conteúdo desse discurso pode ser visto na fala do ex-presidente da Vale, Roger Agneli, por ocasião da apresentação do Vale Florestar em 05 de maio de 2010, no Rio de Janeiro:

Se não se imaginar, de alguma forma planejar alternativas de trabalho, alternativas de sustento, alternativas de desenvolvimento para aquela região, não adianta pensar, não adianta querer sonhar que tudo vai ser preservado,

---

<sup>70</sup> De acordo com informações de campo.

porque não será. *Se existe uma coisa que é realmente contra o meio ambiente é um negócio chamado falta de oportunidade.* Se você der oportunidade aos povos, às pessoas, às comunidades que estão lá hoje na Amazônia, estão espalhadas por diversos territórios, não dá para se imaginar que vai ter preservação. Então, essa estratégia no sentido da gente imaginar qual é a atividade industrial, qual é a atividade econômica que dá oportunidade, que gera oportunidade, que dá alternativa para aquelas pessoas, em vez de desmatar, em vez de queimar, passar a usar a tecnologia ou essa técnica para plantar, para cultivar, para cuidar de áreas preservadas e, ao mesmo tempo, cuidar de áreas que possam gerar atividades econômicas. (Vale, 2010, p. 8). Grifos nossos.

Alguns pontos da fala de Roger Agneli expressam uma concepção de Amazônia não diferente do tratamento dado pelas políticas do Estado brasileiro nos anos de 1960-70. Com exceção do discurso da preservação ambiental, totalmente ausente nas políticas de frente pioneiras que, por sua vez, são explicadas pelo próprio contexto da época. Permanece o forte apelo ao desenvolvimento local, que na visão de Agneli ainda não teria sido possível devido à “falta de oportunidade” para a população local. O fato é que como vimos na segunda parte, as economias locais foram desestruturadas pelas políticas de Estado e as práticas sociais foram ordenadas segundo os interesses econômicos externos ao lugar. Exceção foi feita, como também discutido anteriormente, à uma restrita elite local que se beneficiou dos projetos do Governo Federal naquele período.

A culpa pela degradação ambiental recai sobre a população e, mais que isso, sobre a população mais pobre, uma vez que o discurso apresenta o Vale Florestar como um projeto que seria implantado em pequenas propriedades. Igualmente, como demonstramos neste trabalho, o maior agente de degradação do meio ambiente na região foram justamente as políticas promovidas pelo Estado, com projetos a cargo da CVRD, que aparecia como a promotora de oportunidades de desenvolvimento para a Amazônia. Ao novo discurso, que mantém a base econômica como principal fator, acrescentam-se, então, três pontos que fortalecem a ação da empresa na busca de parceria para o empreendimento e serve como agente legitimador dessa ação, por se tratar dos problemas de maior visibilidade na região: regularização fundiária, inovação tecnológica e promoção do “desenvolvimento sustentável”.

A meta que tínhamos dado para o pessoal era plantar uma árvore para cada brasileiro, certo? A gente já tem 24, já devemos ter algum Estado, pelo menos em referência ao Estado do Pará nós já temos uma árvore para cada habitante e vamos com o tempo chegar a uma árvore para cada brasileiro. É uma coisa legal, uma meta simpática. Só que eles me dizem que não, pelo orçamento, etc., mas tem que temos que chegar a isso até 2015. Mas para 2015 ainda falta muito dinheiro. Então precisamos dos parceiros para nos ajudar a acelerar esse projeto o mais rápido possível. Porque isso significa emprego, significa alternativa, significa oportunidade para aquelas comunidades que estão lá. *É uma forma de fixar o homem, regularizar a propriedade, dar a tecnologia, disseminar a cultura de preservação* e dar a eles a questão de sustento. Tem que ter sustento. Se não tiver sustento não tem como implantar alguma coisa que seja de médio e longo prazo<sup>72</sup>. Grifos nossos.

O projeto teve início apenas com participação da empresa, inicialmente pensado para o sudeste e nordeste<sup>73</sup> paraense. Todavia, decorridos três anos de sua implantação e o crescimento acima do esperado, em 2010 a Vale já ressaltava o interesse de outros países em fazer parte do Fundo. Como justificou o próprio Roger Agneli, o fato de ser um projeto florestal, atividade potencialmente promissora em termos de mercado no futuro e estar localizado na Amazônia, o Vale Florestar torna-se um grande atrativo:

Eu acho até que a gente vai ter um outro parceiro nisso. Não estou vendendo cota do fundo, não tem nada a ver com cota do fundo, estou vendendo o projeto em si, o conselho do projeto. Já tem gente em Bahrein que quer investir, tem gente na China que quer investir. *Se a gente tem um projeto estruturado com um objetivo claro e sustentável, não é difícil vender. Ainda mais na Amazônia. Gente, o Brasil está na moda, e a Amazônia mais ainda.* Quando você fala que é Amazônia e tal, a turma já abre um olho que não tem tamanho e quer investir junto, eu acho que é bacana, eu acho que é bacana. (VALE, 2010, p. 9). Grifos Nossos.

<sup>72</sup> Roger Agneli, Ex-Presidente da Vale. Palestra proferida em 05 de maio de 2010, no Rio de Janeiro, por ocasião da apresentação do Fundo Internacional Privado para o Vale Florestar.

<sup>73</sup> Na época de lançamento do projeto o município de Paragominas pertencia a mesorregião Nordeste do Pará, passando para a Mesorregião Sudeste somente a partir da nova divisão feita em 2012. Entre os critérios para a nova localização desse município está a economia desenvolvida e as demais características espaciais que se aproximam mais dos municípios do Sul e Sudeste do Estado, *incluindo o histórico de desmatamento e o interesse de inclusão de Paragominas nas políticas de revalorização do arco do desmatamento.* A parte em destaque é uma opinião nossa.

O caráter de fronteira do espaço amazônico aparece na fala de Roger Agneli: a Amazônia como fronteira de negócios. O mais importante nesse aspecto, e que deve ser pensado, é o que está sendo apresentado pelo Estado, pelas empresas, pelas ONGs - é o discurso de valorização da Amazônia como espaço de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de conservação. Salientamos que não constitui objetivo desse trabalho atestar uma incompatibilidade entre desenvolvimento e conservação. Não obstante, também entendemos que essa forma de desenvolvimento – entendida como crescimento econômico e geração ampliada da renda<sup>74</sup> -, e a conservação como discurso para salvaguardar o controle dos recursos naturais e manutenção de formas dominantes de uso do solo, também não contribui para resolver os problemas ambientais da Amazônia, tampouco seus conflitos sociais.

Os zoneamentos ecológicos econômicos do Estado do Pará e da Amazônia Legal valorizam essa área como novas fronteiras de desenvolvimento sustentável. Ganha importância o reconhecimento da mesma como arco do desmatamento, mostrado a partir do uso de tecnologia de georeferenciamento de áreas e promovendo a legalização das áreas desmatadas. Isso porque, a não existência legal da propriedade dificulta a ação de comando e controle do ponto de vista ambiental. *Área para recuperação ambiental* pode tornar-se uma categoria operacional para ação no espaço, e abre precedente para uma diversidade de formas de sua manipulação. A opção pelo plantio de árvores em grandes propriedades é uma das formas de direcionar o uso dessas áreas; assim como a atribuição de valor ao produto delas provenientes; ou por que área de agronegócio, e não áreas de agricultura familiar?

A própria definição de “área para recuperação” é controversa. O arco do desmatamento possui uma dinâmica territorial diferente de outras áreas da Amazônia, onde o padrão de organização espacial se aproxima de outras regiões do Brasil (cidades pequenas e médias ligadas por redes de transportes rodoviários, aeroportos, ferrovia), que BECKER, (2001) define como área consolidada. Embora “áreas para recuperação” seja representada por esse contínuo de perda florestal denominado arco do desmatamento, os projetos destinados para a mesma têm o objetivo explícito de atuar na área rural – recuperação e revalorização econômica de área utilizada pela pecuária. A redução da reserva legal de 80% para 50% aumenta, inclusive,

---

<sup>74</sup> Para Amartya Sen é preciso buscar um modelo de desenvolvimento que tenha como objetivo promover a satisfação das liberdades subjetivas (saúde, educação, acesso às políticas públicas). Em outras, por o desenvolvimento como meio e fim dessas formas de liberdades e o uso dessas liberdades como justificativa do modelo de desenvolvimento atual (SEN, 200).

a área utilizada em propriedades que até então contavam com a exigência legal de 80%. Atualmente, o Estado do Pará conta com um aparato tecnológico que auxilia o proprietário na gestão da propriedade dentro dos novos padrões atuais de organização da economia e uso do solo.

Nos últimos 20 anos, ONGs como o Imazon se dedicaram a produzir diagnósticos da Amazônia, cujo resultado tem sido a apresentação do estágio atual da cobertura vegetal. Além disso, o georeferenciamento e cadastramento das propriedades são medidas fundamentais para auxiliar esse trabalho. No Pará, o desempenho da também SECTAM tem sido importante ao longo dessas duas últimas décadas para a formação do banco de dados sobre a questão do vegetal na região. O uso da tecnologia auxiliou essas ações territoriais, pois ofereceram e ainda oferecem informações importantes para o poder público e privado, principalmente para os ZEE do Estado do Pará e da Amazônia Legal, que utiliza os diagnósticos apresentados no planejamento de uso do solo. Essas políticas, importantes para medidas de cunho ambiental na região, também são usadas para a estratégia das empresas, porque permite planejar a partir das novas tendências espaciais. Nesse caso, o mais significativo foi a criação dessa zona destinada à recuperação, para onde caminha a nova fronteira da silvicultura (mas também da soja e do milho) no Pará.

O discurso do ex-presidente da empresa, ao expor os componentes do projeto para os investidores reproduz a máxima das grandes empresas no atual processo de globalização, como mostrado antes na discussão sobre a política ambiental e a divulgação das informações ambientais em que elas aparecem como atores de uma “solidariedade espacial”, responsável pela organização do trabalho, da atividade produtiva, da proteção da natureza e da luta contra a pobreza. Durante toda a apresentação do projeto passa-se a ideia de que o Estado (entendido como a União) seria um ator superado na região, ficando o foco na empresa e na parceria com os municípios para viabilização do empreendimento. O Estado, inclusive, aparece como ator incapaz de apresentar políticas de desenvolvimento regional, uma vez que para a empresa a situação da região, apresentada como crítica do ponto de vista da organização do espaço, foi ocasionada pela forma como o Estado direcionou as políticas de ocupação a partir da segunda metade do século XX. A questão é que as atuais propostas pautadas na fronteira do desenvolvimento sustentável não alteram a forma de organização espacial pretérita, introduzindo como diferencial apenas novos elementos técnicos para intervenção no meio ambiente que estão

acordadas com as novas normas, regras e discursos da crise ambiental. A chegada dos novos projetos para a geração de empregos e modernização da região, com uso de novas técnicas de manejo passa para a responsabilidade privada<sup>75</sup>. A empresa assume papéis importantes, como a formação de fundos para investimentos em projetos direcionados pelas novas políticas para a região – cunhada de projetos de desenvolvimento sustentável. Como visto, o papel do Estado continua fundamental para a implantação dos projetos, inclusive, a própria ideia de área para recuperação ambiental surge a partir do Ministério do Meio Ambiente.

### 5.1.2 Desenvolvimento do projeto

Atualmente (outubro de 2012), o Projeto conta com um total de 100 (cem) fazendas arrendadas, numa área de 141.300 (cento e quarenta e um mil e 300) mil hectares. A área plantada com eucalipto corresponde a 45.700 (quarenta e cinco mil e setecentos) mil hectares, ficando o restante destinado à proteção e regeneração de florestas nativas, recuperação de áreas degradadas e reserva legal, que totaliza 84.000 (oitenta e quatro mil) mil hectares (Vale Florestar S.A, 2012). A VFSA estima que em 2013 seja plantada uma área corresponde a 5.600 (cinco mil e seiscentos) mil hectares de eucalipto somente no município de Dom Eliseu, numa área já definida que está esperando o plantio. Outros 6.000 (seiscentos) mil hectares são destinados para infraestrutura e demais serviços. Embora ainda não exista a estimativa de quanto será plantado nos outros municípios, a empresa declarou que todos devem ter a área de plantio estendida no próximo ano.

Nos 137 (cento e trinta e sete) mil hectares adquiridos pela VFSA até 2012, a maior parte (55%) é destinada a reserva legal, obrigatória por lei, e 45% de área para eucalipto. No entanto, diferente do que declarou o Ex-Presidente da Vale Roger Agneli na apresentação da criação do FIP, na área onde o projeto foi implantado deve ser mantida a título de reserva legal não mais 80%, uma vez que houve uma redução para 50% pela Lei 11.428 de 22 de dezembro

---

<sup>75</sup> Esse é um processo que faz parte das novas estratégias de governança, pautadas nas parcerias público-privadas. Iniciado no final dos anos de 1980, essas parcerias, feitas com grande margem lucro para o poder privado, se intensificaram a partir dos anos de 1990 (HARVEY, 2005). Esse processo é resultado, ao mesmo tempo que também é causa, do avanço nas formas do Estado brasileiro durante a década de 1990 (RUCKERT, 2004,2005).

de 2006, sob a alegação de interesses ambientais. Com a Lei 12.625, de 25 de maio de 2012, essas medidas são ratificadas. A Vale Florestar entende que a redução definitiva da área de reserva legal nas áreas destinadas para a recuperação pode contribuir com o desenvolvimento do projeto<sup>76</sup>.

Quadro 20 - Delimitação de áreas de reserva legal no Brasil segundo a Lei 12.625/05/2012

<b>Região</b>	<b>Critérios</b>	<b>%</b>
Amazônia Legal	Situados em áreas de florestas	80%
	Situado em área de cerrado	35%
	Situados em área de campos gerais	20%
Demais regiões do país	Critérios gerais	20%

Fonte: Brasil, 2012.

A lei, apesar de definir os critérios para reserva legal nas devidas porcentagens, flexibiliza o uso de acordo com os interesses contidos no zoneamento e das especificidades da propriedade, conforme o Artigo 27:

Reduzir, exclusivamente para *fins de regularização, mediante recomposição, regeneração ou compensação da Reserva Legal* de imóveis com área rural consolidada, situado em área de floresta localizada na Amazônia Legal, para até 50% (cinquenta por cento) da propriedade, excluídas as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos. (BRASIL, 2012, p. 13).

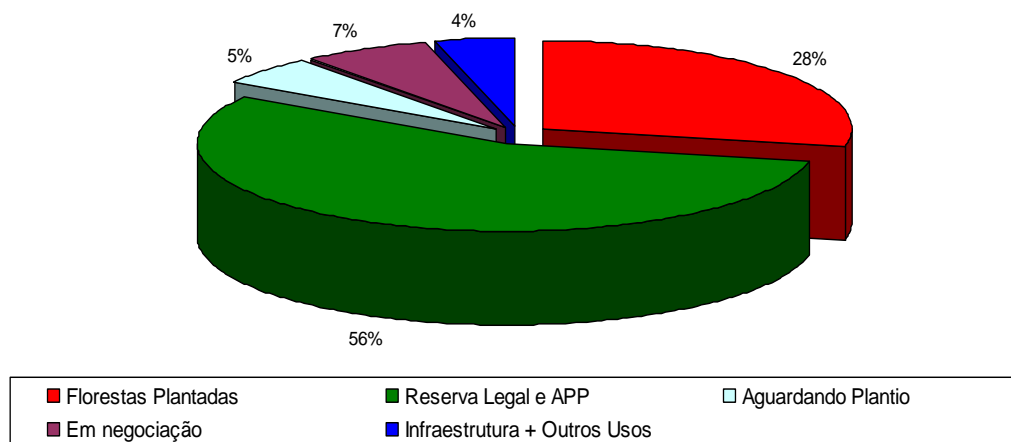
No Pará (2010), a área do Estado que compreende o “arco do desmatamento”, define o critério de averbação da Reserva Legal para até 50%. Esse projeto de redução da reserva que veio favorecer os projetos de reflorestamento é de autoria do Deputado Federal Wandenkilk (mas já havia sido proposto na Assembleia Estadual pelo deputado Márcio Miranda), do Pará.

<sup>76</sup> Entrevista concedida ao autor em novembro de 2012.

Também é incentivo para a atração de novos projetos o fato da Reserva Legal pode ser explorada economicamente, de acordo com plano de manejo previamente definido como desenvolvimento sustentável. Na área em operação até outubro de 2012, o uso do solo encontrava-se com a seguinte divisão:

Vale Florestar: situação atual de uso do solo

<b>Florestas Plantadas</b>	38.839	28%
<b>Reserva Legal e APP</b>	75.572	56%
<b>Aguardando plantio</b>	7.220	5%
<b>Em negociação</b>	8.964	7%
<b>Infraestrutura e outros usos</b>	5.873	4%
<b>Total</b>	<b>136.468</b>	<b>100%</b>



Fonte: Vale Florestar S.A, 2012.<sup>77</sup>

A partir da chegada do Vale Florestar, a Vale passou a atuar diretamente nesses municípios através do Fundo Vale, que auxilia os pecuaristas a melhorar a criação de gado e a

<sup>77</sup> Apresentação feita por funcionários da empresa a pedido do autor e da Professora e da Professora Marie-Françoise, da Universidade de Nancy, França.



prefeitura com projetos sociais. Inicialmente, o apoio começou no município de Paragominas, que serviu de modelo para a implantação do “Projeto Município Verde”, posteriormente transformado pelo governo do Estado do Pará em um programa estadual.

## **Capítulo VI. O Programa “Municípios Verdes”: atores, meio ambiente e estratégias de revalorização econômica do espaço no sudeste paraense**

No início dos anos 2000, Berta Becker propôs que a parte da Amazônia, entendida por ela como consolidada, localizada no arco do desmatamento (a autora, inclusive recusa o termo, por considerar que a mesma seja uma área de economicamente definida, com cidades bem estruturadas como Marabá, Paragominas e não passaria mais por um processo de desflorestamento) fosse retirada da Amazônia Legal, por não possuir mais as mesmas características naturais e necessitaria de novos critérios para elaboração e implantação de políticas de desenvolvimento e de proteção da natureza, quando se pensasse em cenários para o século XXI (BECKER, 2001).

A Amazônia Oriental e Meridional – corresponde ao arco povoado a leste e sul da floresta, respectivamente as áreas desmatadas do sudeste do Pará e agroindústria do cerrado matogrossense, com expansão para o Tocantins e Rondônia, e cujos limites seriam Açailândia no Maranhão e Cacoal em Rondônia. A rigor, esta unidade não deveria mais integrar a Amazônia Legal, uma construção geopolítica que não corresponde à presença dos ecossistemas florestais. As políticas públicas para essa unidade devem focalizar a consolidação das áreas dinâmicas e a recuperação das áreas degradadas, incluindo a preocupação central de impedir a expulsão dos pequenos produtores pela expansão da soja, mediante a construção de vicinais, da agroindústria e o equipamento social dos núcleos urbanos. (BECKER, 2001, p. 22).

Esta é a parte da Amazônia de maior instabilidade social, onde o tipo de economia implantada – a de base agropecuária, extrativismo vegetal madeireiro, carvoejamento, siderurgia

e extração mineral -, condicionou a população a acompanhar essa dinâmica. Dom Eliseu e Paragominas, ambos no sudeste do Pará, surgiram da pecuária, extrativismo vegetal madeireiro e agricultura, nessa ordem de importância. O latifúndio foi à condição para o desenvolvimento desse tipo de organização do espaço. Como esse processo se desenvolveu sem um controle sobre a forma de aquisição das terras, nem as agências de fomento exigiam qualquer garantia de legalidade da terra, a grilagem tornou-se atividade comum praticada por aqueles que exerciam o poder de mando – isto é, famílias tradicionais da região e empresários trazidos do Centro Sul do Brasil pelas políticas de migração dirigida (COSTA, 2003, 2008).

Até o final dos anos 80, Dom Eliseu fazia parte do município de Paragominas e teve o auge da economia de extração madeireira e pecuarista na década de 1970 até o final dos anos 90. A partir desse período, com o surgimento de uma nova frente de expansão no Sul do Pará, na área conhecida como Terra do Meio, e a diminuição da oferta de matas para extração nesses municípios, muitas indústrias madeireiras migraram para essa região, iniciando um processo de decadência da atividade extrativista, principal fonte de renda e geração de emprego nesse município. Dom Eliseu chegou a ter a quantia de 63 indústrias madeireiras em 1993, caindo para 12 em 2002 e atualmente conta com 05 empresas. Já a atividade da pecuária enfrenta como principal obstáculo a adaptação à concorrência de mercados mais organizados e preparados para as novas exigências de produção, que exige maior qualidade na criação com garantias quanto à segurança sanitária e seguindo os critérios ambientais adequados à legislação. A maioria dos produtores rurais tem oferecido resistência a esses padrões, principalmente àqueles de exigência ambiental<sup>78</sup>.

Paragominas é o município que apresenta maiores avanços na adaptação às recentes exigências do mercado da pecuária e do agronegócio, sendo considerado parceiro modelo pela Vale. Maior exemplo como “município verde”, tem a seu favor a construção de uma imagem de superação da pesada herança de um dos líderes de desmatamento na Amazônia. Os outros dois municípios (Dom Eliseu e Ulianópolis) aderiram ao projeto “Município Verde” em 2012 e também saíram da lista de municípios desmatadores, mas apresentam-se com estrutura diferente da atualmente em curso em Paragominas.

Os três municípios passam por um processo de mudança, fruto das novas estratégias de reapropriação e/ou revalorização do espaço nessa parte da Amazônia, que pode apontar um

---

<sup>78</sup> Informação concedida ao autor pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Dom Eliseu, em 2010.

possível cenário futuro no padrão econômico da região (Sudeste) e rearranjos federativos, por conta de uma maior participação dos municípios em políticas de organização do espaço. Na escala municipal, o ponto principal para entender essa mudança de cenário na economia é o Programa “Municípios Verdes”, como dito, idealizado pela Vale, através do Fundo Vale e apoio da Fundação Vale.

### **6.1 O Programa “Municípios Verdes”**

No Pará, nos últimos dois anos, portanto pouco tempo para conclusões, mas suficiente para fazer inferências importantes, o município vem ganhando importância entre a gestão ambiental e a organização do espaço. A questão ambiental permite a flexibilidade das escalas de ação no espaço, superpondo territórios sem “provocar” grandes conflitos entre os atores politico-economicamente dominantes, pelo menos até o momento. O “pacto ambiental”, que tem permitido à União ordenar territórios superpostos às escalas municipais, uma vez que unidades de conservação não reconhecem limites dos municípios, também permite aos Estados atuar mais na organização do espaço por meio da causa ambiental, com legislações específicas de meios ambientais carregadas de finalidades de ordenação espacial, ao mesmo tempo em que também permite aos municípios ação direta sobre seu espaço na articulação dos interesses mais urgentes na gestão. O Programa Municípios Verdes (PMV) vem se estruturando com ação conjunta das escalas governamentais de poder.

Criado por iniciativa da Vale em 2008, em 2011 o PMV foi incorporado às políticas do Estado do Pará. De acordo com a Vale (2011), o Programa foi criado como ferramenta para auxiliar os municípios que compõem a lista do desmatamento divulgada anualmente pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) desde 2008. O objetivo central é a criação de “um pacto de desenvolvimento sustentável em municípios críticos ao longo da fronteira da exploração madeireira ilegal e do desmatamento. Para isso, o PMV desenvolve ações para o fortalecimento da gestão ambiental desses municípios, através do engajamento dos atores locais”<sup>79</sup> em um

---

<sup>79</sup> Disponível em [www.fundovale.org/categorias/projetos/municipios-verdes/sobre-municipios-verdes.aspx](http://www.fundovale.org/categorias/projetos/municipios-verdes/sobre-municipios-verdes.aspx). Acesso em 22 de abril de 2012.

programa de ação coordenado pelo governo municipal em parceria com o governo estadual, universidades e ONGs. Para início do projeto, a empresa selecionou três dos municípios mais críticos da lista divulgada em 2008 – Paragominas, São Felix do Xingu e Novo Progresso -, ambos no Pará. Também foi escolhido um município que não compunha a lista do MMA – Almeirim -, cuja escolha foi justificada pela Vale por possuir um grande potencial para tornar-se modelo de gestão ambiental<sup>80</sup>. Desse objetivo principal, três bases de ação foram definidas:

- Promover e apoiar ações locais para o desenvolvimento sustentável e de combate ao desmatamento em municípios que integram a lista divulgada pelo MMA;
- Reforçar as capacidades do governo local na gestão ambiental, incluindo a formação de gestores públicos e da equipe técnica das instituições locais;
- *Apoiar os esforços para uma economia de base florestal e contribuir para a intensificação do uso da terra*<sup>81</sup>.

Paragominas foi o primeiro município a implantar o Programa, resultando na saída do mesmo da lista de desmatamento do MMA em 2010. Em 2011, em um evento sediado no Município, o governador do Estado do Pará Simão Jatene transformou o “Municípios Verdes” em um programa do Estado. Naquela ocasião, o governador assinou documentos para atuação ambiental municipal, descentralizando algumas atividades. As principais medidas aprovadas e/ou acordadas entre os diversos atores presentes – Estado, Município, Universidades, ONGs, Órgãos públicos como IBAMA e ITERPA – foram.

Por parte do Estado do Pará:

- Projeto de fortalecimento e modernização do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), para agilizar processos de regularização fundiária para fins de combate ao desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável.

---

<sup>80</sup> Apesar de não constar da lista, o município de Almeirim foi escolhido por apresentar potencial para transformar-se em um modelo de gestão ambiental para a Amazônia, já que apresenta um baixo índice de avanço no desmatamento. O objetivo dessa seleção foi provar que, seja qual for o estágio de avanço na degradação ambiental em um município, é possível reverter esse processo rumo a um desenvolvimento socioambiental mais eficiente.

<sup>81</sup> Extraído do texto “Sobre Municípios Verdes. Disponível em [www.fundovale.org/categorias/projetos/municipios-verdes/sobre-municipios-verdes.aspx](http://www.fundovale.org/categorias/projetos/municipios-verdes/sobre-municipios-verdes.aspx). Acesso em 22 de abril de 2012. Grifos nossos.

- Encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado um projeto de lei para regulamentação do ICMS ecológico e redução das taxas de licenciamento ambiental, assim como um novo marco regulatório fundiário.
- Assinatura do Termo de Cooperação entre a SEMA-PA e a FAMEP para fortalecimento das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, além da assinatura do decreto de elevação da tributação do carvão para operações interestaduais e da proibição do transporte de lenha entre cidades<sup>82</sup>.

Entre as ações municipais, destacam-se:

- Assinatura do projeto lei que criou o Código Ambiental Municipal - “um conjunto de leis que inovam a legislação de meio ambiente do município através das políticas de mudanças ambientais, climáticas e de resíduos sólidos”;
- Criação do Observatório Ambiental de Paragominas, “que congrega diversas instituições parceiras, que passariam a fazer o monitoramento da qualidade ambiental”. As principais instituições para auxiliar nesse monitoramento são: Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e a The Natural Conservancy (TNC);
- O Protocolo de Intenções para Regularização Fundiária no Município firmado entre o ITERPA, o Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Prefeitura;
- Contrato para Implantação do Projeto “Pecuária Verde”, “firmado entre o Fundo Vale e o Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas”, um dos principais projetos do Programa;
- E o protocolo de intenções para a realização do microzoneamento de Paragominas, acordado entre a Prefeitura e a ONG TNC. O pesquisador da ONG, Francisco Fonseca, ressalta o destaque do município na busca do equilíbrio ecológico: “Esta parceria política fortalece ainda mais as ações contra o desmatamento ilegal, tornando Paragominas apta para o desenvolvimento sustentável”.<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> Extraído de “Pará lança Programa Municípios Verdes”, disponível em [www.fundovale.org/categorias/projetos/municipios-verdes/sobre-municipios-verdes.aspx](http://www.fundovale.org/categorias/projetos/municipios-verdes/sobre-municipios-verdes.aspx). Acesso em 22 de abril de 2012.

<sup>83</sup> Extraído de “Pará lança Programa Municípios Verdes”, disponível em

Por parte do Governo Federal, além da participação direta do IBAMA e do Ministério Público Federal, o Programa recebe apoio direto do Programa Mais Ambiente (PMA). Como o referido projeto está voltado para as mesmas ações do PMV a adesão ocorre de forma conjunta. As principais vantagens do Mais Ambiente “vão desde simplificação do processo de regularização ambiental, como isenção e suspensão de cobrança de multa sobre os passivos ambientais do imóvel rural ao apoio do poder público para a efetiva recuperação das áreas degradadas de APP e RL”<sup>84</sup> além de :

- Simplificação do processo de regularização ambiental do imóvel rural possibilitando o acesso ao crédito rural.
- Suspensão da cobrança de multas aplicadas pelo IBAMA, previstas nos artigos 43, 48, 51 e 55 do Decreto n° 6.514/2008 e sua conversão em serviços de recuperação da qualidade do meio ambiente.
- Isenção da aplicação de multas nos artigos mencionados para infrações cometidas até 10 de dezembro de 2009.
- Prazos para recuperar passivos ambientais das áreas de APP e RL do imóvel.
- Apoio do Poder Público com os subprogramas de Assistência Técnica e Extensão. Capacitação e Educação Ambiental.
- Apoio aos beneficiários especiais no georeferenciamento do perímetro do imóvel e das áreas de APP e RL e Remanescentes de Vegetação Nativa<sup>85</sup>.

O programa Mais Ambiente conta com a parceria do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, IBAMA, Embrapa, BNDES, TNC e Fundo Amazônia. Atualmente o Programa Municípios Verdes é coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, em parceria com, a

---

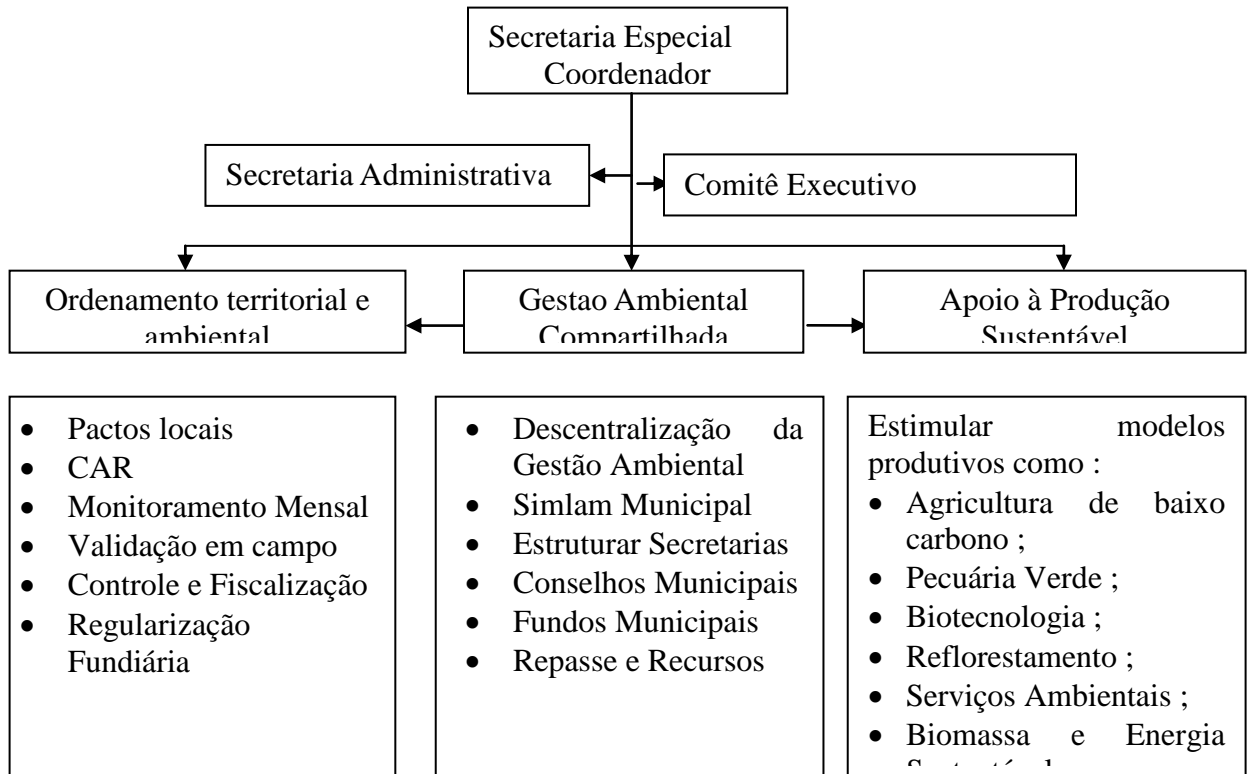
[www.fundoavale.org/categorias/projetos/municipios-verdes/sobre-municipios-verdes.aspx](http://www.fundoavale.org/categorias/projetos/municipios-verdes/sobre-municipios-verdes.aspx). Acesso em 22 de abril de 2012.

<sup>84</sup> Retirado de Mais Ambiente. Disponível em [www.maisambiente.gov.br/index.php/quais-os-beneficios](http://www.maisambiente.gov.br/index.php/quais-os-beneficios) . Acesso em 15 de dezembro de 2012.

<sup>85</sup> Retirado de Mais Ambiente. Disponível em [www.maisambiente.gov.br/index.php/quais-os-beneficios](http://www.maisambiente.gov.br/index.php/quais-os-beneficios) . Acesso em 15 de dezembro de 2012.

Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos (SEPE), Ministério Público, Vale, e conta ainda com as parcerias do Ministério Público Federal (MPF), ONGs e empresas (Organograma 4).

Organograma 4 - Estrutura de Governança do Programa Municípios Verdes



Fonte: Pará, 2012.

É, portanto, um programa de parceria entre o Governo do Estado do Pará, organizações públicas, Municípios, Setor Privado e Organizações Não Governamentais. Ao lançar o PMV como um projeto de Estado o governo do Pará, através da sua Secretaria de Meio Ambiente, declara como objetivos:

1. Dinamizar a economia local em bases sustentáveis, intensificando e agregando valor à agropecuária, contribuir para o melhoramento da gestão pública, *promover segurança jurídica* e a atração de novos investimentos;

2. Segundo, declara promover o “desenvolvimento econômico e social através do uso sustentável e conservação dos recursos naturais”;
3. Busca o “fortalecimento do sistema municipal de meio ambiente com incentivo à criação de órgãos e conselhos municipais, incluindo mecanismos que facilitem a sua estruturação, aparelhamento e funcionamento regular”;
4. E “compartilhar e descentralizar a agenda ambiental, que pressupõe ações integradas entre o Governo do Estado e os municípios e permite uma participação mais efetiva da sociedade e do setor privado”. (IMAZON, 2011).

Para os gestores do projeto, as principais vantagens de aderência para os municípios são:

- *Segurança jurídica*: “o cumprimento das leis ambientais garante tranquilidade ao produtor, que não sofrerá com sanções como multas ou embargos econômicos etc”.
- *Valorização no mercado*: “os consumidores têm optado por produtos com procedência socioambiental correta”.
- *Atração de investidores*: “ser um Município Verde é um diferencial de mercado e torna atrativa a chegada e permanência de bons investidores”.
- *Mais crédito, fomento e assistência técnica*: “a nova visão dos municípios em relação às questões ambientais e sociais pode criar as condições necessárias para acesso ao crédito, fomento e assistência técnica rural”.
- *Desembargo e regularização*: “articulação junto ao Ministério do Meio Ambiente e IBAMA do desembargo e regularização das propriedades rurais”. (Imazon, 2011, p. 4).

De acordo com o Imazon, o Programa auxilia as atividades econômicas tradicionais – pecuária e agricultura – e incentiva a silvicultura através do reflorestamento, reduz o desmatamento e a degradação ambiental, promove a regularização fundiária e a conclusão do Cadastro Ambiental Rural dos municípios membros (IMAZON, 2011). Como afirmado anteriormente, o PMV constitui um pacto entre o poder público, instituições científicas, poder privado e ONGs. Um dos instrumentos principais do Programa é a adesão dos municípios ao



CAR. Esse cadastro é obrigatório para que a propriedade seja identificada pelo Estado, embora sua adesão seja voluntária.

De fato, por mais que esse instrumento não obrigue o proprietário, arrendatário, e ocupante da terra a aderi-lo, não é possível conseguir nenhum tipo de licenciamento para trabalhar na terra e nem investimentos sem que a propriedade possua o cadastro ambiental, por conta dos embargos impostos pelo Ministério Público Federal aos municípios desmatadores, principais alvos do Programa. Por isso, o cadastro das propriedades rurais no CAR é o principal requisito para o ingresso dos municípios no PMV. Para acelerar o CAR dos municípios localizados no “arco do desmatamento”, o governo do Pará fez uma parceria com o Governo da Noruega, o Ministério do Meio Ambiente e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o objetivo de fornecer os meios técnicos necessários para a realização do cadastro e, assim, alcançar a aumentar a área de cobertura. Os dois primeiros municípios contemplados pelo novo convênio foram Ulianópolis e Dom Eliseu, que tiveram o cadastro feito no tempo recorde de dez meses – de fevereiro a dezembro de 2012.

Entendemos que se trata de uma política territorial de grande impacto sobre a regularização das terras, uma vez que flexibiliza as leis de combate à grilagem facilitando a regularização fundiária sob a justificativa de resolução dos problemas ambientais na região. E também é uma política de comando e controle, executada através do Pacto estabelecido entre os atores nas três escalas de poderes: federal, estadual e municipal. Para os atores envolvidos diretamente no Programa o pacto significa:

Pacto trata-se de um instrumento de negociação política e tem *caráter voluntário*. O pacto atesta que todos os que o celebraram estão de comum acordo em trabalhar para que o município alcance suas metas. Além disso, o pacto formaliza o compromisso assumido pelas lideranças locais e, ao mesmo tempo, garante legitimidade ao processo e às metas estabelecidas. (IMAZON, 2011, p. 6).

Para candidatar-se a ser um município verde é necessário assinar o Termo de Compromisso do Ministério Público Federal contra o desmatamento, em seguida dirigir-se à SEMA-PA para assinar o termo de adesão ao Programa e retirar o kit de materiais que vai auxiliar a gestão municipal no cumprimento das metas. Os municípios que aderiram ao

Programa em 2011 tiveram os prazos de licenciamento ambiental prorrogadas, sob a condição de terem cumprido as metas estabelecidas de: “celebrar o pacto pelo controle do desmatamento; criar estrutura de monitoramento, fiscalização e controle do desmatamento; estar fora da lista dos maiores desmatadores do MMA; promover educação ambiental nas escolas” (IMAZON, 2011, p. 5). De acordo com o Imazon, até 18 de maio de 2011, dos 143 municípios do Estado do Pará, 83 haviam assinado o Termo de Compromisso do MPF. Em 2012, o número subiu para 94 municípios.

Tomando Paragominas como exemplo, principal integrante do Programa, o Pacto é feito entre governo (Prefeitura e órgãos públicos estaduais e federais), Empresas, Universidades e ONGs (voltaremos ao assunto no item Município de Paragominas). Os principais atores do Programa são as empresas (entendidas aqui como empresa agrícola, pecuarista, mineral, Silvicultura, etc.), uma vez que são elas que devem executar as ações diretas no ambiente de produção objeto das ações, de forma que o mesmo sofra a ação corretiva e permita a manutenção do lucro, objetivo final. Os órgãos públicos produzem a ação regulatória e normativa (como o CAR) e oferecem os instrumentos técnicos e científicos necessários para avançar no processo que fica a cargo das parcerias com grandes universidades, como a Universidade de São Paulo Esalq/USP e, também, a ação de controle que atualmente é realizada pela SECTAM-Pa e pelas ONGs Imazon e TNC.

Os três municípios que abrigam o Projeto Vale Florestar ascenderam à condição de “Municípios Verdes”. Paragominas, como já dito, foi o primeiro e maior exemplo do Programa; Dom Eliseu e Ulianópolis alcançaram essa condição em dezembro de 2012, após cumprirem a meta de cadastrar as propriedades rurais no CAR. Os três municípios seguem o mesmo padrão administrativo, embora alguns mais avançados que outros no cumprimento das metas. Dom Eliseu foi o último a conseguir entrar no Programa e o principal problema foi à resistência dos produtores rurais para realizar o CAR<sup>86</sup>.

Assim, reiteramos que o Programa Município Verde é uma política de ordenamento do uso do solo. Através do aparato regulatório-normativo, agiliza-se a condição de uso da propriedade rural. Existe a ação conjunta da regularização para a legalidade da terra e para o controle ambiental, em especial para o domínio do desmatamento, mas é também uma ordenação para a economia setorial – agropecuária e silvicultura -, cujo manejo correto do ponto

---

<sup>86</sup> Entrevista concedida ao autor pelo Sindicato dos Produtores Rurais.

de vista dessa política ambiental se torna estratégico para o combate ao desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável.

Em junho de 2012, o Programa recebeu o apoio do Banco da Amazônia, do Bolsa Verde do Rio de Janeiro<sup>87</sup> e do Programa Cidades Sustentáveis, que passaram aderir ao PMV. O termo de adesão foi assinado durante a Conferência Mundial da ONU no Rio de Janeiro, em 2012 - a RIO + 20.

*O principal objetivo em fechar parceria com os bancos e entidades ligadas às linhas de créditos e ao financiamento é que eles possam conceder crédito rural para quem tiver regularidade ambiental, e que os bancos operem de forma rápida nas linhas de crédito que estejam a favor da sustentabilidade<sup>88</sup>. Grifos nossos.*

O convênio assinado com a Bolsa de Valores especializada em negociação de capital proveniente de projetos de “desenvolvimento sustentável” pode facilitar a negociação de produtos rurais dos “municípios verdes” no mercado de capitais, especialmente da soja que é uma commodity de valorização no mercado.

É fato que o programa já produziu efeito considerável na redução do desmatamento no Pará. A partir do pacto de desmatamento celebrado entre os municípios, Estado e União, através de seus órgãos representativos, o Estado do Pará já conseguiu uma queda no índice de perda de cobertura vegetal, sendo o segundo na Amazônia que menos desmatou entre os anos de 2011 e 2012, ficando atrás apenas do Estado Amapá. Somente entre agosto de 2011 e julho de 2012 a queda foi de 44%<sup>89</sup>.

Nesse contexto de ação nos municípios pelos Municípios Verdes, em especial por meio do CAR, a relação entre política ambiental e territorial é inferida, com destaque para a articulação entre as três escalas de poder: Federal, Estadual e Municipal, para a implantação das

---

<sup>87</sup> Bolsa de valores ambientais de abrangência nacional. A adesão da bolsa ao Programa vai possibilitar que os produtores rurais dos “municípios verdes” possam integrar a rede de valores em capital proveniente de negociação ambiental.

<sup>88</sup> Justiniano Netto, secretário extraordinário do Programa Municípios Verdes.

<sup>89</sup> Dados do Projeto de Monitoramento do desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes), mantido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE; (Pará, 2012).

políticas de comando e controle com o discurso de controlar o desmatamento no Pará. Um dos fatores que induziu a criação do Programa Município Verde foi a Resolução 3.545/2008 do Conselho Monetário Nacional, que passou a condicionar o financiamento para propriedades rurais à regularização ambiental da propriedade. Com isso, os municípios que compunham a lista do MMA divulgada pela primeira vez em 2008 ficaram sob o embargo do Governo Federal. Para receber financiamento, o produtor rural ficou condicionado a apresentar documentos que atestassem a condição ambiental da propriedade.

A regularização fundiária é o ponto mais controverso do programa. Um dos benefícios do PMV ao fazendeiro é a facilidade que os proprietários de terras encontraram para regularizar a propriedade após a adesão ao Programa. Até 2009, por exemplo, o Projeto Vale Florestar encontrou dificuldade para conseguir licenciamento ambiental das fazendas arrendadas para o Projeto que, como visto, o andamento da licença foi freado pela ausência de cadeia dominial da propriedade. A partir da segunda metade de 2010, não encontramos nenhum parecer negativo expedido pela SEMA-PA aos pedidos de licenciamento ambiental feitos pela Vale Florestar S.A.<sup>90</sup>. Inicialmente, muitos proprietários não aderiram ao CAR por receio de problemas com a propriedade e, também, porque os custos para a realização do Cadastro eram muito altos, problema facilitado com a formação da parceria com o governo da Noruega e a ação das ONGs.. Assim, com a criação do PMV, investimentos foram destinados para a realização do CAR, e as prefeituras de alguns municípios, como Dom Eliseu, Ulianópolis e Paragominas pressionaram os proprietários rurais para fazer o Cadastro. O fato é que tanto as prefeituras quanto os proprietários rurais estavam reféns da situação de ilegalidade ambiental, sofrendo perdas de investimentos por conta do embargo imposto pelo Governo Federal.

Nesse sentido, surge um ponto importante: ao transformar o CAR na principal ferramenta, e assim documento para a regularização da propriedade, sem seguir os critérios de avaliação da aquisição da propriedade, como a cadeia dominial, o poder público assume que não tem importância a origem da propriedade. O proprietário faz o cadastro porque quer trabalhar de forma correta, ou por que este se tornou um meio de tornar regular a propriedade? Paragominas, município-piloto do Programa, se encontra em estado avançado no cumprimento das metas e pode oferecer parâmetros para pensar cenários futuros a partir do avanço do Programa. Dom Eliseu e Ulianópolis são mais recentes.

---

<sup>90</sup> Informação coletada em trabalho de campo.

## 6.2 O Município de Paragominas

Fundado no início da década de 1960, Paragominas é fruto de uma ação estratégica do seu fundador-mor – Célio Miranda -, que instigado pela política de ocupação do governo federal lançou o empreendimento de construção da cidade. A escolha da área veio após voos realizados sobre a região à procura de uma localidade para fundar um empreendimento agropecuário, isso em 1958. No mesmo ano, ele (Célio Miranda) pediu autorização ao Presidente Juscelino Kubitschek para iniciar a construção da cidade. “Mostrando grande interesse pelos planos do “corajoso mineiro”, Juscelino concluiu que além de evitar a invasão das terras por estrangeiros ou aventureiros, também povoaria a região... Célio foi presenteado com uma das plantas que concorrera ao concurso para a construção de Brasília” (PARAGOMINAS, 2009, p 1).

Nisso há diversos elementos das frentes pioneiras que foram importantes na formação do espaço da Amazônia Oriental – a ideologia da ameaça externa, amplamente difundida no período de Guerra Fria; a figura do pioneiro associado à de um bandeirante, narrada como epopéia; a ideologia do espaço vazio como estratégia de ocupação territorial<sup>91</sup>.

Desde sua origem, pautada na formação do latifúndio - fruto de uma doação de grande quantidade de terras para o seu fundador -, o município se destacou como grande produtor de pecuária bovina e atividade de extração de madeira para serragem. Economia que se desenvolveu a maior parte na ilegalidade, acompanhando o padrão regional de colonização implementada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Foram quase cinco décadas de exploração que resultaram numa intensa degradação ambiental. Na lista

---

<sup>91</sup> A breve narração da fundação do município revela muito da cultura política da região, onde latifundiários (pecuaristas, madeireiros) construíram com a população não só uma relação de dependência econômica, mas também cultural, fortemente arraigada nesse patronato<sup>91</sup>. Nisso, o político e o empregador (que muitas vezes eram, e ainda são os mesmos) não eram percebidos dentro da complexidade que envolve as relações capitalistas de produção, como da exploração do trabalho, mas pelo cultivo de valores de obediência e respeito.

Assim, é característico da relação de poder espacializada produzir territórios de patrões, tanto no seu sentido político e econômico quanto cultural. Longe de ser tomada como alienação, a situação dos trabalhadores nessa relação é culturalmente produzida como elemento socioespacial, resultado de uma estrutura política secular, na forma estudada por Raimundo Faoro (2003).

Em relação à Vale não se deu de forma diferente. Para a população geral dos municípios onde a empresa se implanta, essa relação é cultivada. A população encontra-se em meio aos pactos estabelecidos entre as políticas públicas e os empreendimentos econômicos.

divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente em 2007, que elegeu os municípios com maior índice de desmatamento na Amazônia, Paragominas estava entre os dez primeiros. “Até 2007, o município havia perdido uma média de 45% de sua cobertura florestal original. Mais de oito mil quilômetros quadrados de florestas foram subtraídos, de acordo com levantamento do INPE, o que pôs o município na lista dos maiores desmatadores” (PARAGOMINAS, 2010, p. 1). Considerado um marco na história de Paragominas, essa situação impulsionou mudanças na gestão municipal nos últimos quatro anos e, até o momento, é um dos maiores destaques do país na chamada “administração verde”.

O município já vinha passando por algumas mudanças desde o final dos anos de 1990, também em decorrência dos efeitos provocados pela migração de indústrias madeireiras. Uma delas foi à densidade populacional, que na década de 2000, mesmo com a implantação de um projeto de mineração da Vale – o Projeto Bauxita -, Paragominas registrou a menor taxa de crescimento populacional de sua história (IBGE, 2007). Atualmente tem o 11º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Pará, em torno de 580 milhões de reais, dos quais o setor de agricultura (incluindo a silvicultura) e pecuária respondem por 18,02 (IMAZON, 2009). Segundo diagnóstico socioambiental realizado pelo Imazon em 2009, a base de informação georeferenciada era o equivalente a 42% da área total do município, representando um total de 810.290 mil hectares de terras, que estavam distribuídas em: 31,2% propriedade privada, 5,1% de terras indígenas e 5,7% de assentamentos rurais. Restava naquele ano 1,2 milhão de hectares para ser georeferenciado, 58% da área total (IMAZON, 2009).

Atualmente, toda a área rural do município está georeferenciada e com Cadastro Ambiental Rural realizado. Paragominas, como citado, é considerado exemplo de responsabilidade ambiental no Pará, inclusive despertando no próprio governo do Estado, através de seu governador Simão Jatene, a criação de projetos de leis como o ICMS ecológico e Criação do “Programa Município Verde” do Estado do Pará. Diante da repentina mudança, uma vez que até 2008 o município aparecia como mau exemplo na luta contra o desmatamento na região e em 2010 já passava a ser considerado exemplar como “gestão verde”, a pergunta sobre o que causou tal transformação é indispensável.

### **As possíveis razões da mudança**

De acordo com a prefeitura, a história de Paragominas começou a mudar em 2008, quando o município assumiu um compromisso de transformar o quadro de desmatamento que havia lhe dado visibilidade no Brasil. O “Pacto pelo Desmatamento Zero” e o “Pacto pelo Produto Legal e Sustentável”, foi celebrado entre a Prefeitura e os empresários do setor agropecuário e florestal no segundo semestre daquele ano. De acordo com a Prefeitura, a crise desencadeada nos Estados Unidos naquele contexto afetou o lucro dos produtores rurais (agricultura de soja/milho e pecuária para exportação). O problema gerou uma mobilização dos empresários desses setores que pressionaram a gestão municipal em busca de uma solução. Foi a partir dessa ocorrência que foi proposto o projeto que em três anos teria mudado a forma de produzir no município<sup>92</sup>.

Em 2009, o projeto de mudança do município foi fortalecido pela chegada do Fundo Vale, que trouxe para Paragominas as ONGs Imazon e TNC, parceiras da empresa no Fundo. As ONGs começaram a fazer um trabalho de mapeamento da situação da cobertura vegetal do município e no final daquele ano apresentaram um diagnóstico socioeconômico e ambiental, cuja questão florestal era o principal tema tratado. O documento auxiliou a ação da Prefeitura no combate ao desmatamento, dando suporte de dados para a elaboração do microzoneamento das propriedades rurais para a realização da regularização fundiária. A gerência do projeto Vale Florestar, sediada em Dom Eliseu, destaca a atuação da prefeitura no processo de regularização das terras, essencial para o sucesso do empreendimento florestal da empresa<sup>93</sup>. Além disso, Prefeitura, ITERPA e Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), assinaram um termo de cooperação para resolver o problema da ilegalidade das propriedades. Os principais pontos do “Programa Paragominas Verde” são:

- Criação de um código ambiental, documento que traz uma moderna legislação ambiental para o município. Já efetuado.

---

<sup>92</sup> Entrevista concedida ao autor pela Prefeitura Municipal de Paragominas.

<sup>93</sup> Entrevista concedida ao pesquisador. Fevereiro de 2010.

- Criação do Observatório Ambiental que desenvolverá o monitoramento da qualidade ambiental da cidade. Já criado.
- Pacto entre o Fundo Vale, as ONGs Imazon e TNC e o Sindicato dos Produtores Rurais para a implantação do Projeto “Pecuária Verde”, que incentiva principalmente o investimento em tecnologia na produção. Projeto em execução.

Nos últimos três anos, Paragominas conseguiu importantes indicadores ambientais. Os principais destaques são para a redução do desmatamento, uma vez que o município conseguiu manter 66% da cobertura vegetal que apresentava em 2009 e conta com 5,28% de área em regeneração. Mais de 50% das propriedades encontra-se com a área de reserva legal adequada e o restante está em processo de adequação (Tabela 6). Toda a área de reserva legal do município está acordada com a lei de redução de 80% para 50%, por ser área destinada para recuperação.

Em março de 2011, o PMV de Paragominas foi reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente como o projeto de gestão ambiental municipal mais avançado do país<sup>94</sup>. Essa situação foi fruto da estrutura jurídico-normativa que produziu uma condição territorial favorável ao desenvolvimento das ações econômicas em acordo com as metas estabelecidas. Grande parte disso deveu-se ao emprego das tecnologias ambientais feito pelo trabalho das ONGs e das universidades em parceria com o poder público municipal.

---

<sup>94</sup> Informação concedida pela Prefeitura Municipal de Paragominas.



Tabela 6 – Município de Paragominas – Quadro Ambiental

<b>Município de Paragominas</b>		
<b>Classes</b>	<b>Áreas (há)</b>	<b>%</b>
Florestas	1.286.393,85	66,45
Áreas em Regeneração	101.802,44	5,28
Área de Uso Agropecuário	527.740,91	27,34
Reflorestamento (+ de 03 anos)	8.675,13	0,45
Área Urbanizada	2.502,75	0,13
Mineração, Degradada e Drenagens	6.741,37	0,35
<b>Total</b>	<b>1.933.866,45</b>	<b>100,00</b>
<b>Situação da Reserva Legal das áreas Cadastradas no CAR - Paragominas</b>		
Propriedades adequadas à RL 50%	59,00%	
Propriedades a adequação RL 50%	41,00%	
Quantidade de áreas a adequação de RL	195	
<b>Área total para adequação a RL (há)</b>	<b>29.467,58</b>	
<b>Situação das APPs das áreas cadastradas no CAR - Paragominas</b>		
<b>Classe</b>	<b>Área (há)</b>	
Com remanescente Florestal	42.052,54	
Sem remanescente Florestal	13.046,38	
<b>Total de APP</b>	<b>55.098,92</b>	
<b>Propriedades com Cota excedente de Reserva Legal - Paragominas</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>Área (há)</b>	
285	287.564,85	

Fonte: Paragominas, 2011.

O uso de tecnologia no aprimoramento da produção tem feito à diferença na gestão das propriedades rurais no município. Em estudo concluído em 2011 sobre a topografia do município, principalmente para definir a aptidão de uso do solo quanto à declividade, concluiu-se que em área de uso agropecuário 610.783,88 mil hectares de terras estavam aptas para agricultura e 9.482,29 estariam inaptas. As áreas localizadas acima de 100 metros de altitude, 265.852,58 estavam aptas para cultivo agrícola e silvicultura, sendo que 11.845,74 possuíam menor aptidão e 8.118,95 estavam restritas para exploração agropecuária. A área total localizada acima de 100 metros apta para uso agrícola com maior ou menos aptidão correspondia a 285.817,27 mil hectares.

Já na área com declividade abaixo de 100 metros de altitude, 344.931,30 mil

hectares possuíam condições excelentes para pecuária e silvicultura, mas com melhor aptidão para silvicultura eram 6.116,56 mil hectares e área restrita para exploração agropecuária de 1.363, 34 mil hectares. Nessa classificação de declive, eram 351.047, 86 com melhor aptidão para pecuária e silvicultura. Com base nesse estudo Paragominas definiu o quadro de potencial econômico do município (tabela 7):

Tabela 7. Potencial Econômico do Município de Paragominas

<b>Potencial de uso agropecuário para o Município de Paragominas</b>	
<b>Área de uso agropecuário em Paragominas</b>	<b>Área em hectares</b>
Área atual de uso	536.416,04
Área de abertura em Pousio	101.812,44
<b>Área Total de Uso Agropecuário</b>	<b>638.228,48</b>
<b>Potencial de Exploração para as Principais Atividades Agropecuárias</b>	
<b>Aptidão</b>	<b>Área em hectares</b>
Cultivos Agrícolas e Silvicultura	265.852,58
Pecuária e Silvicultura	344.931,30
<b>Total</b>	<b>610.783,88</b>

Fonte: Paragominas, 2011.

Nesse contexto, a economia encontra-se bem estruturada entre os setores agropecuário e florestal. Na agricultura, destaque para a produção de soja, atualmente maior produtor do Estado do Pará; e milho, que também cresceu durante a última década. No setor florestal, o município tem três projetos importantes: o Vale Florestar, principal parceiro através do Fundo Vale, que já conta com mais de 10 mil hectares de eucalipto plantado; o Grupo Concrem com produção de Paricá e a Paragoflor, também com Paricá. Já a pecuária foi beneficiada pelo “Projeto Pecuária Verde”.

### 6.2.1 Projeto Pecuária Verde

O projeto Pecuária Verde é resultado de uma parceria entre o Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas, o Fundo Vale e a DowAgroSciences. “O objetivo é aperfeiçoar e intensificar a produção pecuária, evitando a abertura de novas áreas de pastagens, além de promover o aumento da produtividade e da lucratividade dos produtores”. O modelo, criado pelo Fundo Vale e a DowAgroSciences, foi implantado inicialmente em seis fazendas, selecionadas a partir do relatório de destaque das propriedades no Programa Boas Práticas Agropecuárias (BPA) promovido pela Embrapa. Também foram considerados critérios ambientais, tamanho da fazenda e atividade desenvolvida. O projeto piloto foi pensado para três anos de experiência. A perspectiva, segundo o Sindicato, é que após esses três anos o mesmo seja estendido para outras fazendas do município e do Estado do Pará, devendo também chegar até a agricultura e a silvicultura.

Além do Fundo Vale e da Agro Sciences, também apoiam o projeto a Universidade de São Paulo/Esalq e a Universidade Estadual de São Paulo (Unesp). A participação das universidades é na promoção de tecnologias e de técnicas que permitam intensificar a produção nas áreas que já foram e/ou são convertidas em pasto. As principais ações para isso são: “diagnósticos das fazendas; elaboração de projetos de melhoria de cada uma das fazendas; orientação para implantação dessas melhorias; melhoramento mensal da implantação das tecnologias; treinamentos de técnicos e produtores em dias de campo; e difusão por meio de palestras”<sup>95</sup>.

O projeto conta, ainda, com a participação de organizações não governamentais. O Imazon e a TNC auxiliam com apoio técnico, que ajuda na gestão ambiental da propriedade. As ONGs trabalharam no georeferenciamento e no Cadastro Ambiental Rural, preparando para o licenciamento ambiental. O Fundo Vale é o principal parceiro do Projeto, foi através deste que o Sindicato dos Produtores Rurais conseguiu iniciar o projeto. “O Fundo foi importante, primeiro como financiador, segundo profissionalmente, uma vez que continua investindo na capacitação dos produtores”<sup>96</sup>.

Com a redução da área a ser utilizada para pasto o restante, incluindo a área recuperada e de Reserva Legal, será utilizada para o plantio de árvores frutífero e para corte, trabalhando o manejo econômico da Reserva Legal. A expansão da produção ocorre à medida que as áreas em uso vão sendo adaptadas aos novos padrões de sustentabilidade estabelecidos pelo projeto. A proposta do Projeto é servir de modelo para modernização de propriedades rurais, valorizando o produto e, também, resgatando a credibilidade da área que havia sido

---

<sup>95</sup> Entrevista concedida ao autor pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas.

<sup>96</sup> Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas – trabalho de campo.

prejudicada pelo desmatamento.

Segundo o Sindicato dos Produtos Rurais, a escolha da pecuária para servir de projeto-piloto para esse tipo de experiência foi pelo fato deste ser o setor que enfrentava a maior crise naquele momento. O projeto busca a revalorização de uma economia “castigada” pela degradação ambiental da qual, ela própria, é o maior responsável. Em outras palavras, a degradação ambiental que produziu a desvalorização recoloca o setor pecuarista no mercado como prática de “desenvolvimento sustentável”, mas muito mais valorizado pela associação da forma de produção aos métodos ditos ambientalmente corretos. Além de ser valorizado pelo componente ambiental, também aumenta a produtividade através da diminuição do número de animais por área ocupada. Como a propriedade é dividida em zonas de produção, em vez de desmatar uma faixa contínua a criação é feita nas áreas mais propícias para o rebanho sem entrar na reserva legal. “O papel desempenhado pela ciência é fundamental porque desenvolve o aperfeiçoamento de métodos de criação”<sup>97</sup>.

### **6.3 O Município de Dom Eliseu**

Dom Eliseu foi desmembrado do município de Paragominas pelo Decreto Lei 5.450 de maio de 1988. Pela divisão regional do Estado, o município está localizado na mesorregião sudeste, na microrregião de Paragominas. Assim como Paragominas, Dom Eliseu também é resultado das políticas de frentes pioneiras para a Amazônia. Localizado no encontro de duas rodovias – A BR 010 e a BR 222 (antiga PA 70), sua origem está diretamente relacionada à abertura dessas duas estradas. A própria composição populacional expressa o peso das políticas territoriais da segunda metade do século passado. A maior parte é composta por nordestinos, principalmente maranhenses, que formam a maior parte da força de trabalho local; e do Centro-Sul, com destaque para capixabas, catarinenses, paranaenses e gaúchos. Esses últimos se deslocaram para o local para trabalhar com agropecuária e extrativismo madeireiro, principalmente a segunda, setor diretamente responsável pela ocupação do município. No início dos anos 2000 novos migrantes chegaram dessa vez mobilizados pelo avanço da soja (COSTA, 2003). Pecuária, agricultura de soja e silvicultura de eucalipto são os três setores que comandam a economia do município atualmente.

---

<sup>97</sup> Entrevista ao autor.

O extrativismo vegetal da madeira foi a atividade que serviu de base para a economia de Dom Eliseu desde o início da ocupação. Com povoamento iniciado no final dos anos 60, a primeira indústria madeireira (serraria) foi a Madeireira Alves Marques Ltda, instalada em 1970, que ficava a dezoito quilômetros do núcleo urbano. Nas primeiras décadas, a atividade madeireira foi a principal fonte de geração de empregos, tendo como auge os anos 80 até meados dos anos 90. Muitos proprietários de madeireiras também se tornaram fazendeiros.

A pecuária, que começou a se desenvolver nos anos 80, atualmente ocupa a terceira posição na economia do município, atrás da soja e da plantação de eucalipto. Não obstante, segundo dados do IBGE (2001) o setor de criação de bovinos apresenta uma estagnação, ao passo que a soja e o eucalipto estão avançando, tanto em produção, quanto em área ocupada. O eucalipto, atividade desenvolvida pelo Projeto Vale Florestar, ainda não faz parte da estatística do IBGE porque a contagem é feita de acordo com a quantidade de madeira em tora cortada. Como o eucalipto terá o primeiro corte somente em 2014, não entra na estatística oficial. De acordo com a Vale Florestar S.A existe aproximadamente 18 (dezoito) milhões de árvores de eucalipto plantadas, numa área de mais ou menos 21 mil hectares (tabela 2).

Tabela 8 – Uso da terra em Dom Eliseu

	2007	2008	2009	2010	2011
Bovinos (quantidade)	140.482		122.018	106.315	105.634
Soja (ha)	5.000	6.500	9.200	11.700	13.800
Extração vegetal (metro cúbico)	349.967	246.620	220.650	207.460	176.377

Fonte: IBGE, 2011.

A queda na extração de madeira não significou redução no lucro. Em 2007 a quantidade de metros cúbicos rendeu uma quantia de 40.820 mil reais, enquanto que o valor da produção de 2011 foi de 61.632 mil reais (IBGE, 2011). Segundo a maior indústria madeireira do município, o Grupo Concrem, o valor da madeira aumentou porque os gastos com legalização do produto, legalização do manejo, encarece a produção. O Grupo Concrem, além de praticar a silvicultura no município desde os anos 90, também investiu na compra de

terras com madeira para corte. Importante entender que essa estatística corresponde ao produto registrado na Secretaria da Fazenda (SEFA). Portanto, não é apenas o produto certificado, mas o que possui nota que entra na estatística.

Consideramos demasiado cedo para afirmar que a pecuária esteja ameaçada no município. A queda no efetivo de rebanho foi provocada pelo embargo aos municípios da “lista suja” do Ministério do Meio Ambiente, que forçou a venda e/ou arrendamento de terras de uso para pecuária, sendo que essa situação também ocorreu em Paragominas e Ulianópolis. Ao mesmo tempo em que gerou um momento de desvalorização da pecuária também produziu a possibilidade de recuperação do setor com projetos de “desenvolvimento sustentável”, como o “Pecuária Verde” iniciado em Paragominas. Desta forma, projetos como esse indicam que não há uma resistência à pecuária, mas uma estratégia de revalorização, seguindo o padrão estabelecido pelas novas formas de regulação das atividades econômicas.

No caso da atividade madeireira, a ocupação pela silvicultura, principalmente eucalipto e paricá – o primeiro com a Vale e o segundo com o Grupo Concrém, que já está em estágio avançado no município e microrregião de Paragominas em geral, tende a controlar o setor.

A atividade de extração vegetal proveniente de área não manejada caiu bastante a partir do final dos anos 90, em virtude da diminuição da madeira para corte e da abertura de novas áreas de expansão em municípios do Sul do Pará. De um total de 53 serrarias no início da referida década, caiu para 12 em 2003 e atualmente são apenas 4. Boa parte das empresas migrou para o município de Pacajá, considerado nova frente de extração madeireira (COSTA, 2003).

Nos dois últimos anos, essa situação foi agravada pelo projeto assumido pelo objetivo do município de entrar no PMV. A adesão, que ocorreu em setembro de 2012, intensificou o serviço de fiscalização, que antes era feito esporadicamente e com um número reduzido de funcionários do IBAMA. Com a realização do CAR das propriedades superior aos 80% exigidos pelo PMV, o mapeamento das áreas identifica as atividades e auxilia no combate ao desmatamento.

A Vale havia iniciado o cadastro das propriedades que pretendia arrendar e/ou comprar no Sistema Nacional de Cadastro Rural, para adquirir o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR), documento tornado obrigatório para negociação de imóvel rural (arrendar, vender, doar, etc.) de acordo com a Lei 10.267/2001. A Vale encontrou muita dificuldade para arrendar as primeiras propriedades para o Projeto. Claro que, além do problema jurídico, ela também encontrou resistência por parte dos produtores rurais que,

dentre outros fatores, temiam que a busca de regularização ocasionasse problemas na posse da terra.

### **6.3.1 O Projeto Vale Florestar no Município de Dom Eliseu**

Diferente do que aconteceu em Paragominas, a Vale não encontrou o mesmo apoio para implantação do Projeto em Dom Eliseu. Mesmo escolhido como município sede do PVF e em situação crítica de desmatamento, não existia a mesma organização de produtores rurais e parceria com a prefeitura oferecida em Paragominas. O Sindicato dos Produtores Rurais de Dom Eliseu inicialmente não apoiou o projeto e, de acordo com o sindicato, muitos dos produtores sequer eram filiados à entidade.

Para a Vale<sup>98</sup>, como mencionado anteriormente, a principal dificuldade foi a falta de apoio da Prefeitura para viabilizar o processo de regularização das propriedades, uma vez que pela urgência em encontrar terras para iniciar a operação seria necessário um longo período de negociação com os proprietários que, segundo a empresa, desconheciam o peso da ilegalidade na continuidade da atividade rural. Por isso, Roger Agneli afirmou, em 2010, que uma das funções da empresa era ensinar o povo da região a trabalhar. Para o Sindicato dos Produtores Rurais do município, o fato é que no início os proprietários não manifestaram interesse porque a proposta da empresa só era viável para produtores que estavam passando por dificuldades financeiras<sup>99</sup>. Embora tenha encontrado problemas semelhantes a Paragominas, o diferencial estava no apoio que o projeto recebeu desde o início de sua implantação. Em Dom Eliseu, além dos problemas de legalização, a empresa encontrou incompatibilidade de interesses com o governo municipal e, ao mesmo tempo, falta de interesse de muitos proprietários rurais.

- Dificuldade para arrendar as terras. Problema que emperrou no processo de regularização, pois quase não existia terra legalizada disponível para arrendamento. “Temos um trabalho importante pra fazer aqui, e isso inclui ensinar esse povo a trabalhar. Eles

---

<sup>98</sup> Nos referimos à Vale porque a Vale Florestar S.A ainda não existia, tendo sido criada somente em 2010 como fundo de participação.

<sup>99</sup> Sindicato dos Produtores Rurais de Dom Eliseu. Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2010.

trabalharam todo esse tempo com as terras irregulares, sem título” (Vale Florestar, entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2010).

- A falta de apoio da prefeitura para o arrendamento das terras. De acordo com a empresa, a administração municipal deveria ter intermediado a relação da Vale com os proprietários rurais, assim como aconteceu em Paragominas. Muitos fazendeiros do município se diziam pressionados pela empresa para arrendarem suas terras (Sindicato dos Produtores Rurais de Dom Eliseu, entrevista ao autor em janeiro de 2010). A Vale negou que isso tenha ocorrido. De acordo com a empresa, apenas foram feitas propostas para arrendamento e compra.

Dos três municípios onde o projeto está implantado, Dom Eliseu foi o que expressou maior tensão entre a proposta da empresa e os principais proprietários rurais no início da implantação. Assim reagiu um dos maiores latifundiários da região à pergunta sobre o Vale Florestar:

Os fazendeiros de Paragominas e Ulianópolis estão arrendando e vendendo suas terras porque estão enfrentando problemas financeiros. Se estivessem bem não iriam arrendar. Os que arrendam ficam sem a terra depois, porque quando passa o período do eucalipto a terra não serve pra mais nada. E se vender, é porque não tem condição de trabalho<sup>100</sup>.

De acordo com o Sindicato dos Produtores Rurais, a maioria dos proprietários que arrendaram e/ou venderam as terras mudaram da cidade. Em alguns casos, eles compraram terras em outros municípios e continuaram trabalhando com pecuária ou agricultura. Um desses casos ocorreu com um dos maiores latifundiários do município, com terra concentrada num distrito municipal chamado Marajoara. O mesmo arrendou a terra para a Vale e com o valor adquirido comprou uma propriedade no município de Mãe do Rio, nordeste do Estado<sup>101</sup>. Situações como essa, mesmo se considerarmos como um ato isolado, e não uma tendência geral de efeito do projeto, significa que novas áreas podem ser adquiridas e desmatadas, mesmo que o produtor conserve a Reserva Legal, trabalhando legalmente. Dito de outra forma, a possibilidade da monocultura do eucalipto e demais espécies plantadas contribuir com a expansão da agropecuária e do próprio desmatamento é uma realidade

---

<sup>100</sup> Entrevista ao autor, fevereiro de 2010.

<sup>101</sup> Informação adquirida em trabalho de campo, Sindicato dos Produtores Rurais de Dom Eliseu.



possível. Mas aqui não podemos fazer essa afirmação, nem pretendemos levar o trabalho para essa discussão; mas consideramos válida como alerta.

Mesmo encontrando resistência em alguns proprietários locais e com poucas fazendas regularizadas, pelo menos era no início do projeto, Dom Eliseu é o município com o maior número de fazendas adquiridas, totalizando uma área plantada de 22.482 ha (vinte e dois mil quatrocentos e oitenta e dois hectares).

Passados seis anos do início das operações, a situação do Vale Florestar no município tem possibilidade de prosseguir sem maiores dificuldades em relação à regularização de terras. Em 30 de maio de 2012 foi assinado um pacto pela regularização ambiental das terras do município, resultado da expansão do “Programa Município Verde”. O acordo, que contou com a presença da Secretária de Meio Ambiente do Pará (SEMA-PA), da Prefeitura, da Vale e dos proprietários rurais, fez com Dom Eliseu deixasse a lista dos maiores desmatadores do estado<sup>102</sup>, o que ocorreu em dezembro de 2012.

Considerando as duas atividades em expansão – silvicultura, principalmente plantio de eucalipto; e soja -, a rapidez com que vem ocorrendo indica que essas atividades devem continuar crescendo. Quanto à pecuária, já consolidada, encontra-se em processo de regularização da situação ambiental das propriedades, compromisso assumido pela adesão ao PMV. Com o uso das mesmas técnicas já aplicadas com sucesso em Paragominas, o setor pecuarista está se revalorizando.

Uma inferência que pode ser feita é sobre o ordenamento das três atividades no uso das terras do município. De acordo com a Vale Florestar S.A é praticamente impossível ocupar terras utilizadas para o plantio de soja e esta é uma atividade em plena expansão. Esse prenúncio de disputa pode vir a se intensificar futuramente se as duas atividades continuarem avançando? Da mesma forma, a revalorização do setor pecuarista significa que a oferta de terras da pecuária para a silvicultura poderá diminuir? Esse já era um conflito no início da implantação do Projeto, que foi solucionado pela facilidade de regularização fundiária nas áreas destinada para recuperação, mas quando a pecuária ainda encontrava-se desvalorizada por não ter projetos de acordos com as exigências de regulação ambiental. É demasiado cedo para fazer afirmações, mas a ordenação entre os três setores será, sem dúvida, uma das situações que Dom Eliseu e os demais municípios podem ter que lidar. Paragominas já vem fazendo isso com auxílio do Imazon e da TNC, o que também pode acontecer nos demais municípios.

---

<sup>102</sup> Informação concedida ao pesquisador pela Prefeitura Municipal de Dom Eliseu, em entrevista realizada por telefone em 06 de junho de 2011.

Nesse aspecto, o microzoneamento realizado por Paragominas aparece como importante ferramenta de ordenamento das atividades, da sua regularização ambiental e, assim, pode promover a revalorização econômica do espaço. Esse crescimento do município no pacto federativo tem relação com a incorporação da variável ambiental como atividade indutora das ações de organização espacial. O ambiental atua no processo de regularização e normalização dos setores da economia, porque é a base legal sobre a qual são justificadas as ações dos órgãos federais, estaduais e municipais da qual o PMV é um exemplo. É fundamental inferir que o Municípios Verdes, como expresso nos objetivos do Programa, não muda a base econômica da área destinada para recuperação. Pelo contrário, o PMV promove a revalorização das atividades desvalorizadas pela situação de degradação ambiental.

### **Ulianópolis**

O município de Ulianópolis emancipou-se do Município de Paragominas em 1992. Fruto da mesma política de frentes pioneiras, carrega no nome uma marca da realidade municipal que se constituiu na segunda metade do século XX no Norte e Nordeste do Brasil – a configuração do poder de famílias -, que reproduziu na sociedade a relação patrão-empregado. Ulianópolis derivada de Uliana, família que exerceu o poder durante três décadas no município. Os Ulianas controlavam as terras e a atividade madeireira, por consequência exercia poder político no povoado que, ao ser elevado a categoria de município, também assumiu o controle das ações político-partidárias.

Ulianópolis era tão refém da atividade madeireira que as serrarias construía vilas para abrigar os trabalhadores. Embora essa fosse uma prática comum na Amazônia, e ainda exista, Ulianópolis era mais singular porque foi, até o final dos anos de 1990, uma cidade constituída de vilas de serrarias.

Assim como os demais municípios do Sudeste paraense, apresentava um quadro de degradação ambiental em estágio elevado. Com grandes propriedades agrícolas e um elevado número de indústria madeireira, a pecuária e o extrativismo vegetal dominaram a economia, passando pelo mesmo problema que seus vizinhos – Dom Eliseu e Paragominas -, sofreu embargos por parte do Governo Federal por fazer parte dos municípios desmatadores.

A partir de 2007, a atividade de pecuária e de extração madeireira seguiram o mesmo caminho de Paragominas e Dom Eliseu e sofreram queda. De 109.397 mil cabeças de gado em 2007 caiu para 65.008 mil cabeças em 2011, de acordo com a contagem de rebanho efetivo (IBGE, 2011). No mesmo período, a quantidade de madeira extraída em 2007 foi de

377.972 metros cúbicos e em 2011 caiu para 200.200 mil metros cúbicos. Da mesma forma que em Dom Eliseu, a área do PVF não consta na estatística, uma vez que ainda não foi colhida.

Assim como os demais municípios, Ulianópolis fez o pacto pelo desmatamento zero e aderiu ao Programa Municípios Verdes em agosto de 2012. Para entrar no Programa, recebeu auxílio do programa-piloto do Ministério do Meio Ambiente e do governo da Noruega para fazer o cadastramento das propriedades no CAR. Ulianópolis cumpriu as exigências assumidas na assinatura do pacto de desmatamento zero e alcançou o total de 80% das propriedades cadastradas em menos de dois anos.

Como o município já havia iniciado as operações para cumprir as metas estabelecidas pelo Programa para ser contemplado com a adesão, a Vale Florestar S.A não encontrou dificuldade iniciais para as atividades de plantio, uma vez que a situação de boa parte das terras já se encontravam aptas para licenciamento ambiental em 2011, quando a empresa iniciou as atividades no município. A maior parte da área de plantio da empresa fica próxima à divisa de Ulianópolis com Dom Eliseu, no distrito municipal de Ligação e Vila Arco-Íris, onde a Vale possui a maior parte das áreas arrendadas. Atualmente, Ulianópolis tem aproximadamente cinco (05) mil hectares de área plantada com eucalipto.

Com exceção das dificuldades iniciais encontradas em Dom Eliseu, o Vale Florestar não tem encontrado problema com os atores políticos e econômicos (Prefeitura e proprietários rurais) para expandir o projeto, de forma que o plantio de eucalipto deve continuar crescendo em Ulianópolis, seguindo a tendência de Dom Eliseu e Paragominas e para outros municípios, como Rondon do Pará, Abel Figueiredo e Marabá; ambos com perspectiva de receber plantio nos próximos dois anos<sup>103</sup>.

## **Considerações**

Diante da situação em que se encontra a parte sudeste do Estado do Pará, marcada por uma grande perda da cobertura vegetal, pensar e implantar projetos que contribuam para o controle do desmatamento é de extrema importância. O Vale Florestar e o Programa Municípios Verdes, considerado aqui como um programa de ação; aparecem como propostas de recuperação das áreas degradadas nessa mesorregião.

---

<sup>103</sup> Informação concedida ao autor pela Vale Florestar S.A.

No caso do Vale Florestar, percebemos que aquilo que havia sido proposto pelo Projeto Floram, de utilização dessa área para projetos de manejo florestal, de fato está ocorrendo. O que muda é a forma de produção, que no caso do segundo propunha que isso fosse feito por meio de pequenas propriedades, onde pudesse servir de renda para a população local. No entanto, o que vem ocorrendo por meio do Vale Florestar é a manutenção da grande propriedade, com o agravante de que grandes extensões de terras que poderiam ser utilizadas para outras formas de produção, como a policultura, por exemplo, é transformada em área de uso da empresa.

Esses projetos, que também estão avançando com as plantações feitas pelas empresas Suzano, Grupo Concrém e Grupo Cikel, integram as novas estratégias de acumulação de capital, também pelo que consegue render no mercado financeiro. Os fundos de investimentos, como é o caso do Vale Florestar, estão comprometidos com a necessidade de gerar lucro ampliado para seus acionistas. O crescimento desses fundos depende do aumento da área plantada, o que significa expandir a monocultura de árvores pela Amazônia, uma vez que o plantio encontra-se saturado em outras regiões.

Esse projeto, assim como a revalorização da pecuária, tem sido favorecido pela ação das prefeituras, mais especificamente em Paragominas e Ulianópolis, onde assumiram o papel de intermediadoras no processo de regularização das terras. Além disso, o trabalho das ONGS tem sido fundamental, pois auxilia no monitoramento das propriedades e, ao mesmo tempo, dá credibilidade à atividade econômica. No mesmo sentido, a parceria firmada entre a Vale e a Universidade Federal Rural da Amazônia significa mais investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia a serviço do melhoramento da produção e da valorização econômica do espaço.

E, por fim, a transformação do “Projeto Municípios Verdes” em um programa do Estado, com a agregação de diversas instituições, tende a intensificar as atividades que já vem sendo desenvolvidas nos dois principais municípios estudados, expandindo-se para outras localidades do Estado, como Rondon do Pará, Abel Figueiredo e Marabá, ambos com projetos de expansão de plantio de eucalipto da Vale.

O que vem ocorrendo nessa parte do Estado do Pará, que integra a área dos ZEEs considerada prioritárias para recuperação, é um pacto entre os principais atores políticos e econômicos para revalorizar esse espaço e as atividades dominantes nele existentes. Através do discurso do desenvolvimento sustentável, que tem se restringido ao compromisso de recuperação de reserva legal e sua manutenção, as terras estão sendo facilmente regularizadas, sem necessidade de comprovação da cadeia dominial que poderia atestar a não origem de

grilagem, abrindo precedente para a regularização de terras adquiridas de forma ilícitas.

Nesse sentido, por mais que possa ser importante trabalhar conforme os padrões legais em termos ambientais, isso deve ser valorizado, o fato é que o discurso tem legitimado e revalorizado o mesmo processo de apropriação e uso do espaço existente antes, desde o período de implantação das frentes pioneiras. O diferencial é que o processo de acumulação se dá dentro das novas exigências do cenário internacional estruturado pela globalização – com tecnologia de ponta e o discurso de recuperação ambiental. Em outras palavras, os novos projetos para essa área aparecem como solução para os problemas gerados pelas políticas de frentes pioneiras, e isso faz uma grande diferença em termos de legitimidade das atividades econômicas e políticas do período atual, em que esses critérios de “ambientalmente correto” se fortalecem nas diversas escalas geográficas e legitimam a ação do capital. Projetos voltados para o manejo florestal adequado, na forma como propunha o Floram, poderia contribuir não apenas para frear o desmatamento, mas ser uma alternativa de renda para a população que habita os municípios marcados pelas atividades consideradas potencialmente devastadoras. Isso porque, se essas localidades foram marcadas pela degradação ambiental, esse processo também produziu uma intensa desigualdade e conflitos sociais.

## Conclusão

Desde os anos de 1980 assistimos a estruturação de uma escala ambiental global, onde a Organização das Nações Unidas teve papel importante como ator de intermediação entre os demais atores político-econômicos. Nos anos de 1990, em especial a partir da Conferência do Rio de Janeiro, esse espaço de ação ganhou força com a criação da agenda 21 global que passa, também, a contar com uma difusão do programa de ação de desenvolvimento sustentável em escalas mais restritas, como a local.

A organização dessa escala internacional repercutiu diretamente no mercado, que se apropriou da variável ambiental e transformou-a em uma questão essencialmente econômica, sendo bastante favorecida pela estruturação de uma ambiental, como se a crise da natureza não fosse, de fato, a crise do modelo urbano industrial. Estrutura-se, como parte desse processo, um cenário que favorece o crescimento de um tipo particular de mercado: o dos produtos ambientalmente corretos, que tem na relação com as mudanças climáticas, desmatamento e desertificação um importante elemento de legitimação.

Nesse processo de mercantilização da causa ambiental a natureza e seus recursos passam a ser tratados como universais, como se existisse uma unicidade da natureza. Essa ideia de natureza singular e intrínseca, a qual seria tarefa da geopolítica ambiental salvá-la do atual estado de crise, torna-se o cenário ideal para a ação dos atores, uma vez que permite uma reapropriação econômica da natureza pelo capitalismo. A universalização das mudanças climáticas, do desmatamento, da desertificação, da água, etc; imprime ao espaço mundial novas regras e normas para a ação das grandes empresas na globalização. Do mesmo lado, isso repercute diretamente no local, especialmente naqueles que possuem uma relação direta com os elementos universalizados, impondo à localidade uma nova escala de valorização que resignifica o espaço. Isso afeta com mais força aqueles considerados estratégicos dentro da nova crise ambiental, cuja valorização depende de estar contribuindo de forma positiva ou negativa com os novos elementos universais.

Os impactos locais das atividades das empresas afetam seus negócios no cenário internacional quando elas cumprem a agenda dos indicadores estabelecidos na segunda escala, ratificando o domínio do global sobre o local. As empresas, em especial aquelas que produzem para exportação, são importantes atores dessa globalização, pois uma vez que os

problemas ambientais tornam-se sinônimos de ausência de técnicas produtivas de ponta, a solução também é tomada como uma questão técnica, promovendo uma reinstrumentalização da natureza por meio dessa racionalidade cada vez mais tecnificada. Nesse aspecto, o novo sistema que mede o grau de valor das empresas estabelece-se entre a escala da produção, no seu sentido de intervenção técnica no ambiental; e a escala global, que atualmente funciona como aparelho-normativo-ambiental, onde a divulgação das informações ambientais da empresa significa a projeção da sua imagem e a valoração da mesma no mercado.

Assim, a existência de uma esfera pública onde as empresas divulgam suas informações ambientais torna-se o espaço onde é produzido um novo discurso de desenvolvimento, de mercado, de empresa e de mercadoria. Sustentabilidade é a palavra de ordem na escala global e está se tornando uma síntese da ação empresarial no cenário de globalização. Desenvolvimento sustentável é uma expressão que cada vez mais tende a designar projetos que são desenvolvidos segundo as normas ambientais internacionais. Assim, concluímos que as empresas criam projetos de desenvolvimento sustentável para legitimar sua ação na escala global da sustentabilidade.

A política de sustentabilidade dessas corporações tem como principal objetivo alcançar legitimidade nessa esfera de negociação comandada pelo mercado, onde o principal é a conquista de credibilidade nas instituições financeiras onde o valor de uma empresa é posto em jogo. Muito mais do que prestar conta de suas ações ambientais para o público geral, essa política de sustentabilidade volta-se para o convencimento dos atores envolvidos na economia da globalização. A GRI exerce papel importante nessa escala, uma vez que trabalha a favor de um espaço global padronizado para a valorização da imagem da corporação.

Atualmente, embora as grandes empresas tenham uma política particular de sustentabilidade, pois precisam implantar um sistema de gestão ambiental, o que sustenta o valor das mesmas no cenário internacional é a configuração de um espaço comum para suas ações em âmbito internacional, estruturado pelas instituições produtoras de indicadores de sustentabilidade. Dito de outro modo, a política ambiental de cada corporação depende, cada vez mais, da existência de um cenário padronizado de regras e normas onde elas possam agir. Os relatórios de sustentabilidade são, atualmente, a principal forma de construir uma imagem positiva nesse sentido.

Desenvolvimento sustentável tornou-se também um programa de ação, pois é utilizado como discurso de reapropriação capitalista dos espaços, como de fato começou a ocorrer a partir dos anos de 1980. Além do crescimento desse discurso como legitimação das ações políticas e econômicas, nos últimos anos também se tornou uma tentativa de sair da

crise eclodida em 2008 (LIPIETZ, 2012). Essa estratégia empresta aos produtos “ambientalmente corretos” um estatuto de valor mercantil, cujo resultado é o próprio fortalecimento do mercado como um novo elemento de valoração. Também é importante no sistema financeiro, pois novos ativos de capital são negociados a partir da valorização da crise ambiental, e entre eles está o crescimento dos fundos de investimentos florestais atualmente em expansão no Brasil e na Amazônia.

A Amazônia é um espaço valorizado na escala internacional, pois reside sob o olhar vigilante de Estados, empresas, ONGs, etc; e cada um parece ter adquirido o direito inalienável de sobre ele agir, opinar, discutir, conjecturar, etc. O discurso universalista sobre a região faz com que as escalas locais sejam afetadas diretamente pela globalização, que atualmente encontram na ideia de sustentabilidade seu principal sustentáculo de legitimação das ações político-econômicas dominantes em expansão.

As atividades desenvolvidas passam a ter uma relação direta com a ideia de biodiversidade e de clima, que se configuram como escalas de valor agindo sobre as ações desenvolvidas localmente por atores economicamente não dominantes. Nesse ponto está a nova estratégia das empresas que atuam na Amazonia – promover a adequação entre a atividade desenvolvida no local e a escala global. É estratégico porque se trata de produzir um novo sentido de valor a partir da valorização e/ou revalorização dos espaços, cujos indicadores são formulados, também, na escala internacional.

Nesse sentido, não estamos vivenciando a estruturação de um cenário com o objetivo de implantar um novo modelo de acumulação nos municípios do sudeste paraense. Diferente disso está em processo de estruturação a ressignificação do modelo urbano industrial sob o discurso do desenvolvimento sustentável. É nesse sentido que se torna importante entender as propostas atuais de revalorização do espaço e dos projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia. A escala geográfica local está inserida na escala mais ampla de ação dos atores, fortemente marcada por uma globalização econômico-ecológica.

No caso específico de projetos de reflorestamento é importante frisar que os povos da Amazônia tem com a floresta uma relação histórica e espacialmente construída. Na Amazônia Ocidental, as cidades nasceram como resultado da relação do povo com o rio e a floresta, e ainda é assim em muitas delas. Sendo, também, uma região que conta com uma grande quantidade de comunidades indígenas, esses povos tem na floresta a sua cotidianidade, seu modo de vida, uma integração entre o habitar e o viver na e da floresta. Nesse sentido,



Amazônia e floresta se completam, porque existe aí uma construção social entre a segunda e os povos que a habitam.

Na Amazônia Oriental, essa forma de relação com o florestal é menos vivenciada, pois a política de frentes pioneira foi implantada a partir do discurso de que a floresta era um obstáculo a ser superado para que o desenvolvimento pudesse acontecer. Com isso, rompeu-se a relação entre os homens e mulheres e a floresta como elemento do cotidiano. Ela torna-se uma exterioridade, pensada a partir da lógica do desenvolvimento econômico a qualquer custo. Esse padrão significou para a região uma herança de desmatamento, resultado da própria política de Estado que, até meados dos anos de 1990, era vista como uma forma de valorização do espaço – terra valorizada era terra limpa para as redes de infraestrutura, para a mineração e seus derivados, para o gado e o agronegócio.

Essa política promoveu um quadro de degradação ambiental intenso. Além do desmatamento, o principal problema decorrente dessa estratégia de apropriação do espaço foi o uso do solo destinado para economias dominantes, que tornou os habitantes pobres da região, assim como os que migraram, reféns de uma lógica de grandes projetos: minerais, agrícolas e extrativistas vegetais. Esse padrão de organização espacial criou uma relação de poder composta por latifundiários pecuaristas e da agricultura e por empresas do setor mineral, mantidos por uma estrutura de financiamento do Estado brasileiro e atores internacionais.

Ao falarmos das repercussões da crise ambiental no sudeste paraense e as propostas de recuperação ambiental é, portanto, preciso entender que o que se encontra em crise atualmente é esse padrão de organização do espaço, que em virtude da valorização ambiental a partir dos anos de 1990 não consegue mais se legitimar como estratégia econômica, uma que vez que não mais encontra reciprocidade desse discurso nas demais escalas da política e da economia.

Para o Estado, ONGs e empresas o mesmo se tornou a principal justificativa para as ações desses atores na região. A área prioritária para recuperação ambiental, transformada em questão de Estado para o governo brasileiro e legitimada nas diversas instituições federais e estaduais reflete a carga negativa que o desmatamento ocupa nas novas estratégias de apropriação do espaço na região.

A proposta de recuperação ambiental por meio dos projetos de manejo florestal com eucalipto e “pecuária verde”, difundida pelas práticas da Vale, das ONGs TNC e Imazon e institucionalmente legalizada pelas instituições federais, estaduais e municipais é, atualmente, o principal resultado do discurso do desenvolvimento sustentável em escala local,

uma vez que são os projetos da empresa agrícola e agroflorestal que se destacam como principal resolução dos problemas ambientais criados pelo próprio modelo de acumulação de capital. A manutenção ou recuperação de áreas de reserva legal nas grandes propriedades e o uso de novas tecnologias de controle do desmatamento e técnicas mais científicas de uso do solo, como as utilizadas e disponibilizadas pelas ONGs e as universidades em Paragominas, são os fatores que discursam a favor dessas atividades econômicas como projetos de desenvolvimento sustentável.

É uma armadilha perigosa, pois diante do quadro de desmatamento em que se encontra a região e levando em consideração a escala ambiental internacional favorável à legitimação dessas atividades, ações como essas encontram amplo campo de aceitação e as grandes empresas começam a figurar como “salvadoras da Amazônia” para usar a expressão utilizada pela própria TNC fazendo alusão aos projetos de grandes corporações. As tentações para aceitar tais projetos como legítimos do ponto de vista de resolução dos problemas ambientais são grandes, pois tomando como ponto de interesse a redução do desmatamento, os números mostram que os municípios que atualmente ascenderam à condição de “municípios verdes” de fato reduziram o processo de desflorestação e, em parceria com a Vale, as referidas ONGs e órgãos públicos de controle do desmatamento atualmente possuem um projeto eficiente de gestão das grandes propriedades e o desmatamento pode de fato continuar sendo reduzido nos municípios que conquistaram o certificado verde.

Portanto, é uma questão de qual lado decidimos analisar a questão. Qual escala geográfica valorizar, qual sentido de meio ambiente e de Amazônia priorizar na análise desses problemas e suas soluções. Se entendermos que ações de solução de tais problemas se reduzem às técnicas de intervenções utilizando tecnologia de ponta (o que não é o caso do autor desse trabalho) no caso das commodities agrícolas, da pecuária e produção agroflorestal, então somos seduzidos a concluir que, o atual processo de construção do padrão espacial estruturado pelos projetos de desenvolvimento sustentável no arco do desmatamento de fato é uma proposta que proporcionará ganhos ambientais, pois nenhuma grande empresa poderá mais trabalhar sem ter que lidar com o fato de que terá que valorizar a variável ambiental em suas atividades produtivas.

Em termos de impacto direto e imediato no meio ambiente, poderíamos concluir que essa é uma medida que produz ganho, pois mais valeria produzir com menor intensidade de impacto do que manter as mesmas técnicas antes utilizadas por essas mesmas atividades dominantes, que muito desmataram essa parte da Amazônia. Não obstante, como esses novos métodos de intervenção baseados em alta tecnologia e conhecimento científico qualificado

(caso da parceria com universidades e ONGs) não objetivam diminuir a produção de mercadorias, nem uma reapropriação do meio ambiente fora dos interesses dominantes do mercado; pelo contrário, tem proporcionado o aumento da produtividade e da concentração da terra e intensificado o uso dos recursos é preciso discutir qual é, de fato, o ganho que se busca alcançar com essas propostas de recuperação de áreas degradadas. A longo prazo não tem como prever se vai existir algum ganho ambiental, uma vez que não há alteração de modelo de produção e consumo, nem dos objetivos de uso do solo amazônico.

A manutenção ou recuperação de reserva legal, por exemplo, não é uma ação de preservação ambiental da Vale nem dos proprietários rurais, é uma obrigatoriedade legal. Não há, nesse ponto, nenhum voluntarismo ambiental, mas apenas a obrigação do cumprimento de uma regra estabelecida que, pelas próprias regras e normas de mercado a que esses atores são cada vez mais ordenados, não é mais interessante descumprir, uma vez que pela sua visibilidade, a desobediência a esta pesaria diretamente sobre a imagem e conseqüentemente sofreria desvalorização no mercado.

Uma das ações do Estado que mostra o caráter essencialmente econômico dos projetos de recuperação ambiental dessa área foi a redução da reserva legal de 80% para 50%, cujo objetivo é incentivar o crescimento dos grandes projetos agroflorestais e o agronegócio da soja e do milho. Se nas frentes pioneiras tiveram os incentivos fiscais (que continuam até hoje), atualmente existem novos incentivos – redução da reserva legal e ampliação da área disponível para produção é um deles, além do próprio valor que a crise ambiental produz na atividade desenvolvida segundo as leis ambientais. As novas parcerias estabelecidas com ONGs e universidades permitem aumentar a produtividade, declarado pelo Projeto Pecuário Verde como o principal ganho econômico, pois com o incremento de ciência e tecnologia tem-se um aumento da produção e da qualidade do produto. O mesmo ocorre com o caso do eucalipto do Projeto Vale Florestar,

Ao promoverem projetos de adequação às regras e normas ambientais as grandes empresas se apropriam da crise ambiental e reforçam a estratégia capitalista de transformação da problemática ambiental numa estratégia de acumulação de capital, cuja revalorização das atividades econômicas dominantes e a conseqüente e necessária revalorização econômica dos espaços de produção aparecem sob a legitimação do discurso do desenvolvimento sustentável.

As novas propostas trazidas pelo Programa Municípios Verdes e pelo Vale Florestar são exclusivamente de natureza econômica. Ambos os programas seguem a diretriz do Plano Floram no que tange considerar essa área prioritária para o reflorestamento, mas invertem a proposta do referido plano. O Floram propunha uma recuperação a partir da

micropropriedade, sendo o reflorestamento uma fonte de renda familiar, sem produção para a larga escala da economia. Ao contrário disso, assiste-se a um novo processo de reapropriação econômica do espaço que vem ampliando a concentração da terra para uso essencialmente econômico do espaço. Dessa forma, o discurso do desenvolvimento sustentável como forma de recuperação de áreas degradadas legitima o processo de revalorização espacial para sustentar as atividades econômicas tradicionais e manter as mesmas estratégias de acumulação de capital, conservando a propriedade privada e os conflitos. Mesmo que, no caso dos conflitos, as novas estratégias de gestão empresarial tentem ocultá-los.

Nos últimos seis anos a Vale conseguiu concentrar mais 100 mil hectares de terras sob seu controle, somente nos três primeiros municípios que receberam o Projeto. Esse processo de concentração é indispensável para manter a expansão da silvicultura pela empresa, uma vez que a produção agroflorestal do eucalipto é feita em grande quantidade, para atender os interesses de gigantes do setor como a Suzano. Não existe uma mudança de uso do espaço amazônico nessa chamada área prioritária para recuperação ambiental. As mudanças em curso são de ordem técnica e não configuram tratamento diferenciado na relação entre as formas econômica e a apropriação do espaço, nem na relação entre os processos espaciais e a reapropriação do meio ambiente. O ambiental é essencialmente um discurso que valoriza a mercadoria, ressignificando o produto e seu espaço de produção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, Joan Martinez. O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

ALLIÈS, Paul. L'invention du Territoire. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1980.

ABRAF. Anuário Estatístico 2012.

ARNOULD, Paul et SIMON, Laurent. Géographie de l'environnement. Paris : Belin, 2007.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_, Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: Castro, Iná Elias de et all (Orgs). BRASIL: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p 223-244

\_\_\_\_\_, Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para imaginar cenários? Parcerias Estratégicas – Número 12, Setembro de 2001. p. 135-158.

BRASIL. Lei 11.952, de 25 de junho de 2009. Brasília, 2009. Disponível em [http://www.abdir.com.br/legislacao/legislacao\\_abdir\\_26\\_6\\_09\\_1.pdf](http://www.abdir.com.br/legislacao/legislacao_abdir_26_6_09_1.pdf). Acesso em fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_, MacroZEE da Amazonia Legal: estratégias de transição para a sustentabilidade. Brasília, 2010. Disponível em [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br). Acesso em dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_, Lei de Privatização – Lei 9491 de 9 de setembro de 1997. Disponível em [www.jusbrasil.com.br/legislacao/104110/lei-de-privatizacao-lei](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104110/lei-de-privatizacao-lei). Acesso em novembro de 2010.

\_\_\_\_\_, II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Acesso em julho de 2010.

\_\_\_\_\_, Decreto 1.298, de 17 de outubro de 1994.

\_\_\_\_\_, Plano de manejo para uso múltiplo da Floresta Nacional de Carajás. Brasília. Janeiro de 2003. Disponível em <http://www.mosaicocarajas.webng.com/flonaca/sumariocarajas.pdf>. Acesso em outubro de 2009.

\_\_\_\_\_, Lei 11.952 de 25 de junho de 2009. Diário Oficial da União de 26 de junho de 2009. Disponível [http://www.abdir.com.br/legislacao/legislacao\\_abdir\\_26\\_6\\_09\\_1.pdf](http://www.abdir.com.br/legislacao/legislacao_abdir_26_6_09_1.pdf) Acesso em outubro de 2009.

\_\_\_\_\_, Lei Federal 11.284 de 02 de março de 2006. Dispõe sobre gestão de florestas públicas para produção sustentável. Disponível em

[http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/leis/2006\\_Lei\\_Fed\\_11284.pdf](http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/leis/2006_Lei_Fed_11284.pdf). Acesso em outubro de 2009.

\_\_\_\_\_, Lei de Privatização de 1990. Lei 8.031 de 12 de abril de 1990. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104941/lei-de-privatizacao-de-1990-lei-8031-90>. Acesso em outubro de 2010.

\_\_\_\_\_, Decreto Lei 4.352, de 1 de Junho de 1942.

\_\_\_\_\_, Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

BRUNEL, Sylvie. *Le Développement Durable*. Paris, PUF, 2004.

\_\_\_\_\_. *À profite le développement durable?* Paris, Larousse, 2008.

BUNKER, Stephen G. Matter, Space, Energy, and Political Economy: The Amazon in the World-System. In: *Journal of World-System Research*, IX, 2, summer, 2003. P 219-258.

CARROUÉ, Laurent; COLLET, Didier; RUIZ, Claude. *Les entreprises, des acteurs dans le siècle et l'espace*. In : *La Mondialisatio*. Rosny-sous-Bois : Bréal, 2006.

CASTREE, Noel. *NATURE*. Edition published in the Taylor & Francis e-Library, USA and Canada, 2005.

CASTRO, Edna. *Fronteira Carajás*. Documentário em curta-metragem. Belém, Pará, 1992. 20min.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política – território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Iná E. *O Problema da Escala*. In: *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P 117-140.

COELHO, Maria Célia Nunes. BUNKER, Stephen G. Monteiro, Maurílio Monteiro. *Impactos Ambientais da Estrada de Ferro Carajás no Sudeste do Pará*. In: *Museu Emílio Goeldi. Carajás: Geologia e Ocupação Humana*. 2006. P 405-470.

COELHO, Maria Célia Nunes. *Socioeconomic Impacts of the Carajás Railroad in Maranhão, Brazil*. Tese de doutoramento. Syracuse, Syracuse University, 1991.

\_\_\_\_\_, e COTA, Raymundo G. *Avaliação das propostas de Carajás para o campo*. In: *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos – Geografia, Sociedade e Estado*. São Paulo: AGB, junho de 1984. p 380-391.

DA COSTA, Jodival Mauricio da. *Redes técnicas e uso privado do território na Amazônia: a Estrada de Ferro Carajás da CVRD 1997 a 2006*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_, *Dinâmica Populacional e Atividade Madeireira em Dom Eliseu, Pará*. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. UFPA, 2003.

d'ARC. Hélène Rivière. A propos de l'Amazonie. In: Hervé Théry et Martine Droulers (coord). Pierre Monbeig : un géographe pionnier. Paris : IHEAL, 1991. p. 135-143.

DENHEZ, Frédéric. La Dictature du Carbone. Villeneuve-d'Ascq: Fayard, 2011.

DIÁRIO DO PARÁ. Fábrica da Suzano ficará no Maranhão. Belém, PA, 26 de julho de 2008

DROULERS, Martine. L'Amazonie. Vers um développement durable. Paris: Armand Colin, 2004.

FARIAS, Kelly Teixeira Rodrigues. A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equação simultânea. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

FIORI, José Luis. O Voo da Coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

GRI. Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade. São Paulo, 2012.

GRI. Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade- 2000 a 2006. São Paulo, dezembro de 2006.

GRI. Conjunto de Protocolos de Indicadores. Direitos Humanos, indicadores de desempenho. São Paulo, Brasil, dezembro de 2007.

GRI. Conjunto de Protocolos de Indicadores. Meio Ambiente. São Paulo, Brasil, dezembro de 2007.

GUATTARI, Félix. Plan Sobre el planeta: capitalismo mundial integrado y revoluciones moleculares. Madrid: Traficantes de Sueños, 2006.

HRDLICKA, Herman. As Boas Práticas de Gestão Ambiental e a Influência no Desempenho Exportador: um estudo sobre as grandes empresas exportadoras brasileiras. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

IGALENS, Jacques. L'analyse du discours de la responsabilité sociale de l'entreprise à travers les rapports annuels de développement durable d'entreprises françaises du CAC 40. Finance Contrôle Stratégie - volume 10, n° 02, juin, 2007, p. 129-155.

\_\_\_\_\_, Comment évaluer les rapports de développement durable : vers une convergence européenne. Revue Française de Gestion, vol 30, n° 152, septembre/octobre, 2004, p. 151-167.

IMAZON. Diagnóstico Socioeconômico e Florestal do Município de Paragominas. 2009.

\_\_\_\_\_, Boletim de Monitoramento do Município de Dom Eliseu. Outubro de 2012.

LATOURE, Bruno. Cogitamus : six lettres sur les humanités scientifiques. Paris : La Découverte, 2010.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIPIETZ, Alain. Green Deal. La crise du liberal-productivisme et la réponse écologiste. Paris : La Découverte, 2012.

MASSIERA, Bernard. La culture d'entreprise em France : entre globalisation et localisation du management. Revue Etude de Communication, 2006.p. 1-17.

MELLO, Neli Aparecida de. Política Territorial na Amazônia – Conflitos entre desenvolvimento e conservação ambiental na Amazônia. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 2002.

MELLO, Neli Aparecida de et all. A Amazônia “sustentável” de Marina e Lula. In: Amazônia Sustentável – Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Gerd Kohlhepp e Martin Coy (Orgs). Rio de Janeiro: Garamond, 2005. P 45-62.

MELLO, Neli Aparecida de. Políticas Territoriais na Amazônia. São Paulo: Anablume, 2006.

MELLO, N. A. de . Território e gestão ambiental na Amazônia. Terras públicas e os dilemas do Estado. Sao Paulo: Annablume, 2011.

MELLO-THÉRY, N. A. de ; Théry, H. . Carajás-Parauapebas: conflitos entre modelos de desenvolvimento na Amazônia Oriental. Praia Vermelha (UFRJ), v. 19, p. 73-88, 2010.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Contabilidade ambiental e Geografia econômica. Investigaciones Geograficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, Num 70, 2009, p. 77-92.

MOREIRA, Rui. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: Milton Santos (et al). Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial. 3ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

MPF. Termo de Compromisso para o Programa Município Verde. Março de 2011.

O LIBERAL. Pará lidera ranking da grilagem no país. Belém, 08 de fevereiro de 2011.

OSÓRIO, Lia. O Controle Intermitente do Território Amazônico. In: Revista Território, 1 (2), 1997.

PALHETA DA SILVA, João Márcio. Poder, Governo e Território em Carajás. Tese de



Doutoramento, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, 2004.

PARÁ. Plano Estadual Ambiental. Dezembro de 1996.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Estatística Municipal. Dom Eliseu. Belém: [s. n.], 2008.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental. Estatística Municipal - Dom Eliseu, 2011.

PARÁ. Um Pacto pelo Meio Ambiente: Programa Municípios Verdes. 2012.

PARÁ. PLANO Diretor Participativo. Relatório da Leitura Técnica. Município de Dom Eliseu. Dom Eliseu: [s. n.], 2006.

PARÁ. Decreto n° 54, de 29 de março de 2011 (Cria o Programa Municípios Verdes).

PARÁ. Decreto 1.148, de 17 de julho de 2008 (Dispõe sobre o CAR e RL).

PARAGOMINAS. Informações históricas. Disponível em [www.paragominas.pa.gov.br](http://www.paragominas.pa.gov.br). INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. Paragominas lança mão da ciência para avançar no processo de ordenamento territorial. Disponível em: <http://www.paragominas.pa.gov.br/>. Acesso em maio de 2011.

PAULET, Jean-Pierre. Le développement durable. Paris: Ellipses, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_, Amazônia, Amazônias. Rio de Janeiro: Contexto, 1997.

SACK, Robert David. Human Territoriality. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento includente<sup>2</sup>, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. Geografia Política. Madrid: Editorial Síntesis, 1991.

SANTANA, Naja Brandão. Responsabilidade Socioambiental e Valor da Empresa : uma análise por envoltória de dados em empresas distribuidoras de energia elétrica. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Engenharia de Produção da Universidade de São Carlos. São Carlos, 2008.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEMA. Cartilha Municípios Verdes, 2011.

SWYNGEDOUW, Erik. The Political Economy and Political Ecology of the Hydro-Social Cycle. *Journal of Contemporary Water Research & Education*, Issue 142, pages 56-60, August, 2009.

\_\_\_\_\_, Place, Nature and the Question of Scale: Interrogating the Production of Nature. Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften. Berlin, 2010.

\_\_\_\_\_, Scaled Geographies: Nature, Place, and the Politics of Scale. Oxford OX1 3TB, UK, January, 2001.

\_\_\_\_\_, Globalisation or 'Glocalisation'? Networks, Territories and Re-Scaling. Oxford OX1 3TB, UK, January, 2002. September, 2003.

\_\_\_\_\_, Impossible/undesirable sustainability and the post-political condition. In R. Krueger and D. Gibbs (eds), *The Sustainable Development Paradox*. New York: Guilford Press, 2007, pp. 13–40.

TSAYEM-DEMAZE, Moïse. *Géopolitique du développement durable. Les États face aux problèmes environnementaux internationaux*. Rennes : Press Universitaires de Rennes, 2012. Collection Didact Géographie.

VALE. Em destaque. Disponível em VALE. Projeto Vale Florestar. Disponível em [http://saladeimprensa.vale.com/pt/pauta\\_online/index.asp?ID=89](http://saladeimprensa.vale.com/pt/pauta_online/index.asp?ID=89). Acesso em junho de 2010.

VALE. Relatório de Sustentabilidade, 2009.

VALE. Relatório de Sustentabilidade, 2008.

VALE. Relatório de Sustentabilidade, 2007.

VALE. Relatório de Sustentabilidade, 2006.

VALE. Vale no Mundo: apresentação dos resultados mais importantes de 2010, 2010a.

VALE. Política de Desenvolvimento Sustentável. 2010b.

VALE. Relatório de Sustentabilidade, 2010c.

VALE. Indicadores de Sustentabilidade Vale e o aprimoramento da gestão. Apresentação à FIRJAN, 03 de junho de 2009.

VALE. Mecanismo de desenvolvimento limpo: formulário do documento de concepção do projeto para atividades de projeto de aflorestamento e reflorestamento (MDL-FR-DCP). [http://www.vale.com/ptbr/sustentabilidade/Documents/DCP\\_Vale%20Florestar\\_05042011\\_v1.pdf](http://www.vale.com/ptbr/sustentabilidade/Documents/DCP_Vale%20Florestar_05042011_v1.pdf). Acesso em maio de 2011.

VEYRET, Yvete. Ecocatastrophisme et développement durable. In : BRUNEL, S. et PITTE, JR (DIR.). *Le ciel ne va pas nous tomber sur la tête : 15 grands scientifiques géographes nous rassurent sur notre avenir*. Paris : JClattès, 2010. Société de Géographie.

VEOLIA. La Fondation Veolia Environnement s'engage pour l'insertion. Bilan et perspectives. Janvier, 2012.

VITAL, Marcos H.F. Impacto Ambiental de Florestas de Eucalipto. Revista do BNDES, Rio do Janeiro, vol 14, n 28, dez 2007.p 235-276